

LEILA CHALUB MARTINS

**ENTRE O PLANTAR E O COLHER:
REPRESENTAÇÕES E SABERES ENVOLVIDOS
NA EXTENSÃO RURAL**

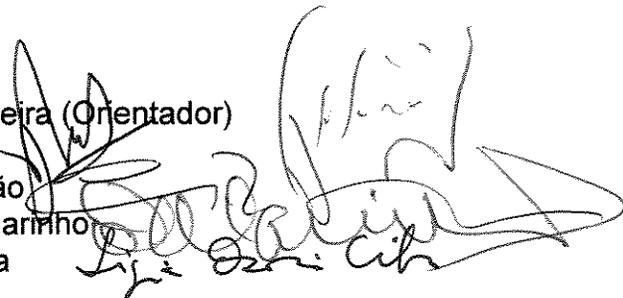
UNICAMP
BIBLIOTECA CENT.
SEÇÃO CIRCULAN

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento
de Antropologia Social do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob a orientação do
Prof. Dr. Roberto Cardoso de Oliveira

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora
em 18 de maio de 2001.

BANCA

Prof. Dr. Roberto Cardoso de Oliveira (Orientador)
Prof. Dr. Guilherme Raul Ruben
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão
Prof. Dr. Danilo Nolasco Cortes Maranhão
Prof.^a. Dr.^a. Lúgia Maria Osório Silva



Maio/2001

N.º CHAMADA:	
T/ UNICAMP	
M 366 e	
V.	Ex.
TOMBO BC/ 45335	
PROC. 16-392101	
C	D <input checked="" type="checkbox"/>
PRECIS. R\$ 11,00	
DATA 07-03-01	
N.º CPD	

-2-

CM00158305-9

Martins, Leila Chalub

M 366 e **Entre o plantar e o colher : representações e saberes envolvidos na extensão rural / Leila Chalub Martins.**
 - - Campinas, SP : [s. n.], 2001

Orientador: Roberto Cardoso de Oliveira.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.
 2. União Democrática Ruralista (Brasil). 3. Extensão rural.
 4. Organizações não governamentais. 5. Famílias rurais - Brasil.
 6. Pequenos produtores. 7. Almanques. 8. Reforma agrária.
 9. Mecanização agrícola. 10. Globalização. 11. Recursos naturais.
- I. Oliveira, Roberto Cardoso de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA

Os agradecimentos são inicialmente para o pessoal dos arquivos e bibliotecas onde realizei parte da pesquisa. Grande parte do material examinado foi obtido no Arquivo Mineiro, em Belo Horizonte e na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Na biblioteca e do Ministério da Agricultura, em Brasília, consultei muitas das fontes primárias. À Biblioteca da Universidade de Brasília devo, além de muitas consultas, o empréstimo, por longo tempo, da leitora de microfímes.

Na Universidade de Viçosa, onde estive por um mês, realizei pesquisas nos arquivos e museus, além de entrevistas com os Professores do Centro de Economia Agrária. Minha dívida maior é para com o Departamento de Economia Rural que me acolheu generosamente durante aquele período.

Em Paris, onde estive de setembro de 1989 a julho de 1990, com bolsa sanduíche da CAPES, realizei estudos e pesquisas no *Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture* da *École des Hautes études en Sciences Sociales*. Pude desfrutar da generosa hospitalidade francesa e de confortáveis condições materiais, além de instigante ambiente intelectual para o desenvolvimento dos meus estudos. Agradeço à CAPES pela rica oportunidade.

Aos meus colegas do Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da UnB, agradeço a liberação para semestres de pesquisa no país e na França. No período contei inicialmente com bolsa da Fundação de Apoio à Pesquisa de São Paulo – FAPESP e em seguida com bolsa do Programa Institucional de Capacitação Docente – PICD da Universidade de Brasília. Sem esse apoio financeiro e o constante estímulo intelectual, este trabalho não poderia ter sido realizado.

Registro minha gratidão para com os Professores de Extensão Rural das universidades brasileiras que acolheram a pesquisa, os técnicos e dirigentes da ASBRAER, os produtores rurais do Assentamento Terra Conquistada e de São João D'Aliança, os extensionistas do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da UnB, e os alunos atuantes nos projetos de extensão. Em especial, agradeço aos meus alunos integrantes do Grupo PET – Educação pelo aprendizado contínuo resultante do nosso convívio.

Na condição de orientador, Roberto Cardoso de Oliveira, foi, sobretudo, a acolhida em momento penoso da vida. Uma relação franca e de confiança que me permitiu prosseguir com o projeto, justo quando todas as evidências apontavam para o contrário. Além disso, foi leitor e crítico cuidadoso e permitiu-me a necessária liberdade para o trabalho intelectual.

Devo muito ao apoio que recebi em família: Tânia dedicou incontáveis horas ao trabalho de leitura de microfilmes e digitação; Charles cuidou da editoração final; meu desejo de prosseguir foi mantido pelo entusiasmo de meus filhos Giselle, Danielle, e David, e ao incentivo do Marcelo, Marco e Rianni. Para restabelecer a saúde, contei com o desvelo de Shafia e do David, meu marido e companheiro diligente. Nutri-me do afeto sem limites e da alegria da Giovanna. A todos externo minha gratidão.

Dedico este trabalho à memória de Lady, minha irmã.

SUMÁRIO

Sumário de quadros	7
Abreviações	8
Resumo	9
Abstract	10
Introdução	11
Relacionando histórias e processos	11
O projeto educativo extensionista	30
A estrutura do trabalho	32
Capítulo 1 Imagens do autoritário urbano: oportunismo na política, ebulição no campo, susto no extensionismo	35
O desempenho da bancada ruralista no “jogo da dívida”	37
A procura da terra	60
MST - as origens do movimento	66
Bancada ruralista - os antecedentes	70
As falas: afinal, quem é o homem do campo?	80
Susto nos setores extensionistas: e o rural não acabou	96
Capítulo 2 Uma curta história, um longo passado	101
O contexto político, econômico e cultural: “ <i>plus ça change, plus c’est la même chose ...</i> ”	102
Por uma nação moderna: um coquetel de idéias, críticas e aspirações	106
O homem em diferentes matizes: a lógica da hierarquia social	113
Os fundamentos liberais	123
Os fundamentos positivistas	127
Os fundamentos do nacionalismo emergente	130
Os fundamentos católicos	132
A sujeição da terra e de outros recursos naturais	135
Figuras do imaginário social da época	151

Capítulo 3 O espírito esaviano e a prática extensionista no Brasil: a gênese de um campo intelectual	169
A semana do fazendeiro	183
A institucionalização da extensão rural	185
Programa Gilberto Melo	197
A estrutura curricular	198
Um pouco da institucionalização do ensino agrícola no Brasil	206
Capítulo 4 “O lavrador tem mais habilidade para assimilar conhecimentos pelos olhos do que pelos ouvidos”: o paradigma da extensão rural	211
Etapa do desenvolvimento econômico (1948 - 1964)	237
Etapa do desenvolvimento econômico social (1964 - 1974)	245
Etapa do desenvolvimento rural integrado (1974 - 1984)	250
Etapa do desenvolvimento sustentável (1985 aos dias atuais)	257
Capítulo 5 Globalização, sustentabilidade ambiental e agricultura familiar: a construção do <i>novo rural</i> e do <i>sujeito agroecológico</i>	261
Globalização e agricultura no Brasil	264
O novo rural e a construção do sujeito agroecológico	271
O terceiro setor no contexto do desenvolvimento sustentável	280
A ética dos agricultores vis-à-vis a lógica do mercado	284
A emergência de um novo campo intelectual	294
Conclusões	303
Bibliografia	327

SUMÁRIO DE QUADROS E TABELAS

Quadro I - Distribuição dos docentes da UFV por unidade de lotação, com destaque dos que são agrônomos formados pela mesma instituição, em números absolutos e relativos	175
Quadro II - Distribuição dos docentes agrônomos da UFV por posição na carreira universitária - 1989	176
Quadro III - Distribuição dos docentes agrônomos da UFV por titulação obtida em cursos de pós-graduação - 1989	177
Quadro IV - Engenheiros agrônomos formados pela UFV (1931-1967) por nacionalidade e naturalidade	180
Quadro V - Engenheiros agrônomos formados pela UFV (1931-1967) homens e mulheres	181
Quadro VI - Evolução institucional da extensão rural no Brasil	192
Tabela I - Brasil - estabelecimento, área, valor bruto da produção e financiamento total	284
Tabela II - Cursos de pós-graduação no Brasil de caráter multidisciplinar, que abrangem o domínio do desenvolvimento sustentável. CAPES, 2001	299

ABREVIações E SIGLAS

AAO – Associação de Agricultura Orgânica	INDA – Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário
ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural	INESC – Instituto de Estudos sócio-econômicos
ABEAS – Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior	IPC-r – Índice de preço ao consumidor Série R (extinto em julho de 95)
ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais	IPR – Índice de Preços Recebidos pelos Produtores
ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural	IPR – Índice de Preços Recebidos pelos Produtores
AIA – Associação Internacional Americana (American International Association)	IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
APAEB – Associação dos Pequenos Produtores da Bahia – Município de Valente	ITR – Imposto Territorial Rural
ARENA – Aliança Renovadora Nacional	J.B. – Jornal do Brasil
ASBRAER – Associação Brasileira de Extensão Rural	JAC – Juventude Agrária Católica
ATER – Assistência técnica e extensão rural	JEC – Juventude Estudantil Católica
CALIR – Centro de Aperfeiçoamento do Líder Rural (próximo a Vitória)	JOC – Juventude Operária Católica
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça	JUC – Juventude Universitária Católica
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
CENTREX – Centro de Treinamento em Extensão Rural, perto de Fortaleza (CE)	Master – Movimento dos Agricultores Sem Terra
CETRE – Centro Prático de Treinamento em Florianópolis (SC)	MEC – Ministério da Educação
CETREINO – Centro Regional de Treinamento para o Nordeste	MOC – Movimento de Organização Comunitária
CETREISUL – Centro de Treinamento e Informação do Sul	MP – Medida Provisória
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores	MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
CMN – Conselho Monetário Nacional	MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores
CNA – Confederação Nacional da Agricultura	OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	ONG – Organização Não Governamental
CNTBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	P.D. – Propriedade Demonstrativa
CODEVASF – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco	PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura	PDT – Partido Democrático Trabalhista
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura,	PET – Programa Especial de Treinamento
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito	PETROBRÁS – Empresa Brasileira de Petróleo
CUT – Central Única dos Trabalhadores	PFL – Partido da Frente Liberal
D.C. – Dia de campo	PIB – Produto Interno Bruto
D.T – Demonstração de Técnicas	PM – Polícia Militar
DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural	PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
DR – Demonstração de Resultados	PP – Partido Popular
DRI – Desenvolvimento Rural Integrado	PPR – Partido Progressista Renovador, hoje PPB – Partido Progressista Brasileiro
EGF – Empréstimo do Governo Federal	PPS – Partido Popular Socialista
EMATER – Empresa de assistência técnica e Extensão Rural	PRN – Partido da Renovação Nacional
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	PROAGRO – Programa de Atividade Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural	PSB – Partido Socialista Brasileiro
ENA – Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro	PSD – Partido Social Democrático
ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária	PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
ETA – Escritório Técnico de Agricultura	PT – Partido dos trabalhadores
F.S.P – Folha de São Paulo	PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
FAC (atualmente OPAC) – Oficina pedagógica de capacitação do MST	PUA – Pacto de Unidade e Ação
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural
FASER – Sindicato dos Trabalhadores da Extensão Rural	SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
FENAPE – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos	SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural
FETAPE – Federação de Trabalhadores Rurais de Pernambuco	SIBRATER – Sistema Brasileiro de Extensão Rural
FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola	TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	TR – Taxa Referencial
IDEC Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	U.D. – Unidade Demonstrativa
INCRA – Instituto de colonização e Reforma Agrária	U.O. – Unidade de Observação
	UDN – União Democrática Nacional
	UDR – União Democrática Ruralista
	UFV – Universidade Federal de Viçosa
	ULTABS – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
	UnB – Universidade de Brasília
	UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação
	UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
	UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
	URV – Unidade Real de Valor
	USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

RESUMO

Como manifestação intencional e direta da produção científica de diferentes áreas do conhecimento, a extensão rural é uma prática social de caráter educativo de grande complexidade, muito embora seja habitualmente referida como a singela forma de divulgação do conhecimento sistematizado. Sua história confirma sua importância e fala de sua grande plasticidade: nascida do desejo coletivo de progresso do país, foi a estratégia mais forte de difusão dos anseios de modernidade que prevaleceu durante muitas décadas. Como campo intelectual nascente, estruturou-se pela absorção e sistematização de métodos e teorias das diferentes disciplinas que integram as ciências humanas e pelo respaldo de conceituados centros de produção do conhecimento do país e do exterior. Ela é ao mesmo tempo parte do processo de divulgação científica e parte do campo de experimentação e replicação dos variados conhecimentos que sustentam o saber agrônomo. Ela se destina igualmente à comunidade acadêmico-científica e à comunidade dos produtores rurais. Enquanto uma prática social tão somente, ela pode ser vista em seus aspectos técnicos e compreendida na eficácia de seus métodos. Como realidade de sentido, ela engloba um conjunto de valores e convicções que corresponde a uma antecipação, uma utopia. Solidários à prática desenvolvida, esses valores e conceitos são mais que a razão da busca por determinados efeitos. São a expressão de desejos e falam dos movimentos de mudança que procuram construir. Tendo se submetido a profundas mudanças de objetivos e métodos ao longo de sua história, o paradigma da extensão rural, na década de 90, rompe-se ao permear-se do discurso e das contendas do ambientalismo e da luta pela posse da terra, correntes no país. Compreender esse processo, revelando os segmentos sociais em ação, este é o propósito deste estudo.

ABSTRACT

Although rural extension in Brazil has been generally considered as a simple way of systematised information divulgation, it is a social practice with complex educational characteristics based in the direct and intentional manifestation of scientific production from different areas of knowledge. In its history, it has been established its importance and it has spoken about its plasticity: born from the collective will to promote the country progress, it was during many decades the most powerful strategy to divulgate the inspirations of modernity. Inside the field of raising intellectuality, it has been created from the absorption and systematisation of methods and theories of different subjects, which integrate human sciences, as well as from the renowned centres of knowledge production in the country and abroad. At the same time, it is part of the scientific divulgation process and part of the experimental field of diverse information which holds the agronomic learning. The rural extension is equally destined for the academic and scientific communities and for the rural producers. The rural extension, as a social practice, can be analysed through its methods and techniques as well as through its applications results. It also represents a reality, which involves a group of values and convictions; an utopia. These values and concepts not only seek for particular effects but also express the people will and speak about changes in the process of their creation. Throughout its history, this practice has been subjected to profound changes in its methodology and objectives. During the nineties its paradigm collapsed due to the incorporation of the country ideas, such as environmentalist speech and cause and the struggle for land ownership. The objective of the present study is to understand rural extension in order to identify the active social segments engaged in this process.

INTRODUÇÃO

Este estudo é um convite a um passeio por alguns *lugares e tempos* para amadurecer alguns pensamentos a respeito dos domínios da política e da ética¹ ao longo da história dos usos dos recursos naturais no Brasil e, nestes, destacando a importância da educação.

Limita-se a precisar as principais linhas de uma reflexão sobre a relação pedagógica entre técnicos, – tomados aqui no sentido de qualificados por determinada área de conhecimento para provocar mudanças de atitudes naqueles não submetidos às mesmas experiências acadêmicas – e trabalhadores rurais, para verificar como se configura, ao longo do século XX, a produção desse saber específico. Para tanto, propõe a discussão dos elementos desse saber, a extensão rural, à luz das representações de homem, natureza e desenvolvimento presentes em cada momento histórico, possíveis também de serem percebidos nas relações entre conhecimento e poder, ou entre modernidade e tradição.

Propõe ainda a reflexão sobre a relação **eu–outro** que marca toda uma possibilidade de percepção e captação do real, no confronto do auto–conhecimento, do inusitado das diferenças, na contestação de processos individuais e institucionais de exclusão, e na manifestação da indignação e da solidariedade com o movimento dos marginalizados.

Relacionando histórias e processos ...

Ao longo dos últimos doze anos, minhas experiências acadêmicas e profissionais têm sido dirigidas por uma questão básica: como se estrutura historicamente

¹ A abordagem da ética, no contexto do presente trabalho, corresponde à “ética discursiva” tal como é concebida Habermas (1982 e 1989) e desenvolvida por Roberto Cardoso de Oliveira e Luís Roberto Cardoso de Oliveira em seus Ensaios Antropológicos sobre Moral e Ética (1986)

o saber acadêmico que regula a relação entre técnicos de diferentes áreas do conhecimento e os trabalhadores rurais brasileiros, em grande maioria dotados de um saber específico e bastante complexo sobre como reproduzir e aumentar a vida, porém desprovidos de um saber somente acessível através do processo da escolarização?

Ao escolher a extensão rural como núcleo de análise, fui guiada por uma mescla de experiências profissionais, intelectuais, éticas e políticas. Por esta via, cheguei ao problema que representa, de certo modo, uma síntese da minha vida profissional, profundamente marcada pela relação **eu-outro**: como professora, ao longo de 30 anos, e como antropóloga, em diferentes trabalhos com meninos de rua, educadores e trabalhadores rurais.

Na relação **eu-outro** traduzida pela assimetria entre professor e aluno, toda minha vivência me inclina a compreender que não é possível ensinar sem aprender. Aprender com o mundo do outro, predispor-se a se envolver, a se comprometer com essa realidade e com esse conhecimento, sempre criticamente.

Pensar nesta vivência de educadora, leva-me também a compreender que, aprendendo, aciono o meu sistema de representações, e este me permite **me pensar** pensando, aprendendo, no conjunto das relações sociais. Percebo-me, assim, no mundo e com o mundo, com a responsabilidade e o compromisso de contribuir para sua transformação.

Na relação **eu-outro** do encontro etnográfico (Geertz, 1978 e Peirano, 1986), da busca do espaço da intersubjetividade para a construção do saber antropológico, não há como negar a condição de diálogo em que este se fundamenta. No encontro etnográfico, a possibilidade de produção do conhecimento está na “ *fusão de horizontes*” (Ricoeur, 1983 e Gadamer, 1982), na construção de uma realidade que não é a do informante ou do pesquisador, mas de um todo partilhado. Deste modo, a leitura crítica da realidade que

essa fusão de horizontes viabiliza permite que o passado alimente o presente e favoreça a vivência e a compreensão do hoje.

Na verdade, quando o antropólogo busca conhecer o “outro”, engendra o real a partir, não da subjetividade dos seus informantes, mas da intersubjetividade gerada entre estes e ele mesmo. Roberto Cardoso de Oliveira esclarece que *“alguém já escreveu (referindo-se a Apel, 1985) que o homem não pensa sozinho em um monólogo solitário, mas o faz socialmente no interior de uma comunidade de comunicação e argumentação (...) ele pensa no interior de uma ‘representação coletiva’: expressão essa, afinal, bem familiar ao cientista social e que, de certo modo, dá uma idéia aproximada daquilo que entendo por idioma de uma disciplina”*. (RCO, 2000: 26)

Em 1989, realizei trabalho de campo em Guadalupe no Piauí, durante três meses, cuja finalidade era a de preparar pequenos agricultores, posseiros, rendeiros e diaristas do campo para assumirem lotes de terra de 6,25 hectares. destinados à agricultura irrigada por pivô central. Este trabalho, de interesse e coordenação direta da CODEVASF e do Ministério da Irrigação, integrava o *“Projeto de Irrigação Platô de Guadalupe”* e correspondia à fase de *“educação”* do homem do campo para a absorção de modernas tecnologias ligadas à agricultura envolvendo práticas associativas, inserção de seus produtos no mercado, manuseio e manutenção de maquinarias.

Guadalupe é um município localizado às margens da Barragem de Boa Esperança, no Rio Parnaíba. Apesar de sua considerável extensão territorial – 961 Km – Guadalupe tem baixa densidade populacional e grande concentração urbana. De acordo com dados da EMATER local, em 1988, dos cerca de 19.500 habitantes do município, mais de 18.000 encontravam-se na cidade enquanto que os 1.500 restantes estavam dispersos em toda a área rural do município em pequenos núcleos habitacionais.

Por uma decisão política - e, certamente, atendendo a especificações técnicas - o então Ministério da Irrigação decidiu implantar, em Guadalupe, um *“Distrito de*

Irrigação". Tal decisão implicou a desapropriação de terras e a construção de uma Estação de Bombeamento e Canais, na barragem de Boa Esperança, do rio Parnaíba.

As obras de engenharia já se encontravam muito avançadas quando a CODEVASF assumiu o trabalho de seleção e assentamento dos agricultores que iriam receber os lotes irrigados e, assim, integrar o "*Distrito de Irrigação*".

Tendo acompanhado este trabalho, pude perceber que a execução desse projeto não resultou de reivindicações da população. Ao contrário, grande parte dos ex-proprietários das terras e dos agricultores reagiam com desconfiança e descrédito diante do trabalho que se desenvolvia.

Entretanto, toda a concepção do Projeto baseava-se na convicção de que seu êxito dependia estritamente de condução adequada de um extenso processo educacional, capaz inclusive de romper as resistências eventuais das pessoas envolvidas, uma vez que estas são, via de regra, frutos da "*falta do saber*" – na opinião dos técnicos promotores do projeto.

A permanência em Guadalupe permitiu-me viver um dos momentos mais instigantes de minha vida. Ali, conheci pessoas de riquezas moral e cultural consideráveis, apesar de extremamente pobres, economicamente. Na verdade, ali, o *mercado* alimentava-se da troca direta entre produtos e de trabalho por produtos, sendo inexpressiva a circulação da moeda. Uma *tarefa* de arroz, que corresponde a determinada área plantada, poderia valer alguns cabritos, galinhas ou porcos. Terra muito apropriada para o cultivo de frutas tropicais, a cidade cheirava a manga e a caju. Como qualquer um forasteiro, assim que cheguei procurei, em vão, comprar essas frutas na feira e saciar minha gula. Ninguém vendia manga ou caju, para minha tristeza. Passei muitos dias satisfazendo-me com o cheiro dos quintais e com o namoro das árvores, até que finalmente entendi que manga e caju não se compra; toma-se do pé nos quintais amigos, fazendo sob as árvores, a alegria dos encontros e das conversas. Ali, conheci mulheres

muito fortes, trabalhadoras e companheiras de seus homens em todos os momentos, muito habilidosas nos bordados e nas rendas. Ali aprendi que para ser considerado verdadeiramente um homem, o cidadão tinha ele mesmo que construir sua própria casa. E nela registrar, em placa, o momento histórico da sua conclusão. Também lá, conheci a força desarticuladora do *mundo moderno*, representada, para mim, em pelo menos duas situações: na transformação noturna das moças da cidade, vestidas à moda da rede globo de televisão, em busca de diversão na “*boite*” iluminada por *neon* e sob os embalos da música norte-americana, instalada pela construtora encarregada das obras de engenharia para a irrigação; na opção maciça dos produtores rurais pelo trabalho na construção civil, mesmo que temporário e por salários irrisórios, simplesmente para “ter a carteira assinada”. Muitos campos foram abandonados, muitos lavradores deixaram de plantar suas tarefas de arroz, feijão, mandioca com que alimentavam o ano todo sua família para, com dinheiro, comprar o que o mercado não tinha como oferecer; muitas moças mostravam-se dispostas a “vir para o sul” a qualquer preço, em busca da vida da cidade grande. E o Distrito de Irrigação poderia vir a ser mais um elemento desagregador nesse contexto, já muito marcado pela ausência de uma população masculina jovem: a quase totalidade dos rapazes entre 18 e 30 anos abandona a região em busca de trabalho em Brasília ou em São Paulo e, via de regra, não retorna mais.

O mais frustrante, porém, nessa experiência, foi constatar a força política dos coronéis locais e a prevalência de seus interesses mais diretos nas ações de todos os lavradores. Em que pesem todos os esforços no sentido de qualificação de outras lideranças emergentes, que poderiam muito bem representar os interesses da maioria na administração da associação que se criava, na hora decisiva, essa liderança comandou os rumos da eleição da diretoria, renunciando à vaga e argumentando que “*era melhor deixar o cargo para o coronel Fulano, que é homem de caneta*”, numa alusão à sua sentida inferioridade por ser analfabeto.

Situação muito semelhante vivi, em 1993, no Distrito de Irrigação de Jaíba - Minas Gerais, como o leitor poderá acompanhar.

O Distrito de Irrigação de Jaíba, situado ao noroeste do Estado de Minas Gerais, às margens do Rio São Francisco, é uma gigantesca obra de engenharia que envolveu o desmatamento de uma enorme extensão de cerrado para a implantação de projetos públicos de irrigação.

Durante os meses de janeiro a maio, tive a oportunidade de integrar a equipe de especialistas encarregada de desenvolver um trabalho de capacitação dos agricultores e dos técnicos, com a finalidade de aperfeiçoar a organização dos irrigantes e de acelerar seu processo de autogestão. Este trabalho resultou na pesquisa da consciência coletiva sobre diferentes fatores que engendravam esses problemas. A partir dessa pesquisa foi possível estruturar a ação de grupos operacionais na busca de solução das dificuldades enfrentadas.

Implantado em etapas, naquele ano, existia um grande grupo de agricultores irrigantes de Mocambinho, plantadores de tomates e bananas, principalmente, enfrentando os problemas decorrentes do pagamento da água, da administração do Distrito, das relações comerciais com os compradores dos seus produtos, e outro grupo de produtores que acabava de receber seus lotes e se preparava para enfrentar todas as dificuldades do processo produtivo, agora com os agravantes e facilidades da nova condição de irrigantes. Enquanto isso, as obras de engenharia prosseguiram preparando outra extensa área que deveria ser dividida em pequenas fazendas irrigadas, chamados lotes empresariais.

Os irrigantes de Mocambinho, ainda muito emocionados pela recente visita dos peregrinos que viajavam pelo Rio São Francisco, mostravam-se pessoas e famílias muito interessadas no trabalho coletivo, na participação, na prosperidade que deveria advir de uma produção agrícola intensiva, na vida nova que seus filhos certamente teriam em função dessa prosperidade do seu trabalho, aliada à efetividade do seu processo de escolarização nas já consolidadas escolas de ensino fundamental e médio existentes e

que naquela ocasião permitiam a maior aproximação dos pais à realidade escolar de seus filhos pela constituição dos conselhos escolares.

Eram muitas as exigências de participação, muita alegria provocada pelo reforço da auto-estima, mas muita insegurança e desconfiança também. Como, pessoas historicamente acostumadas a ouvir e a obedecer, eram agora instigadas a dar opiniões, discutir, falar? Como falar abertamente de problemas aflitivos enfrentados no dia - a - dia diante dos técnicos responsáveis por esses mesmos problemas? E como era surpreendente perceber que, sentindo-se a vida inteira aquele que não sabe nada, ninguém sabia mais sobre a realidade do plantio irrigado, da comercialização, do prejuízo com a desidratação do tomate, enfim sobre toda a sua complexa vida que o próprio produtor.

As mulheres lavavam suas roupas em lavanderias comunitárias, preparavam a farinha também em casas de farinha coletivas. Nesta convivência assegurada também pelo trabalho, desenvolveram espaços de discussão e de participação que facilitavam as respostas às novas exigências. Os homens encontravam na Administração do Distrito a forma de encarar coletivamente os problemas e as dificuldades antes assumidas particularmente. Mas, em que pese o caráter associativo e democrático do Distrito, onde cada produtor tem direito ao voto para eleger seus representantes e para aprovar planos e contas da instituição, a efetiva participação dos produtores era muito restrita e penosa. Muitas vezes, o direito de expressar seu descontentamento com determinada situação – o fato de terem de pagar passagem para atravessar o rio na barca do Distrito – ou alguma reivindicação que pudesse resolver problemas da coletividade – a instalação de um quebra-mola na pista de acesso à vila para reduzir a velocidade dos veículos, por exemplo – era sentido como se representasse um pesado encargo, até com sofrimento. Havia algum aspecto na relação entre produtores e técnicos, formalmente estes últimos empregados dos primeiros porque contratados pelo Distrito, que significava para os produtores constrangimento e um sentimento de inadequação que eu apenas, à

época, conseguia entender como sendo decorrente também da diferença de escolarização entre eles.

Em todo o processo envolvido na implantação do Distrito de Irrigação – aqui tomado como exemplar da implantação de políticas públicas pelo Estado – sobressaíam os agrônomos como uma espécie de "carro-chefe" responsável pela "voz" do Estado. É verdade que alguns destes são, além da sua formação – ou até mesmo em virtude desta – ocupantes de cargos na estrutura burocrática do Estado e muitas vezes falavam, pelo Ministro, aos agricultores, personificando, assim, o Governo. Mas todos os seus argumentos como também a própria construção do seu discurso tinham como base teorias e conhecimentos sistematizados adquiridos na Universidade onde estudaram. Falavam, portanto, como "agrônomos" e não como "políticos". Não poucos eram os que clamavam pela "expansão da fronteira agrícola" no Brasil, como se o *"aumento da produção de alimentos, principalmente para a população de mais baixa renda, uma contribuição significativa nas exportações para aliviar o estrangulamento das contas externas do país e o abastecimento regular da agroindústria com matérias-primas"* fosse uma meta alcançável, desde que o Governo, promotor e financiador do projeto, fosse gradativamente distanciando do seu gerenciamento, de modo a não alimentar o tradicional paternalismo.

Tal como foi concebido, o Distrito prometia autogerenciamento e prosperidade para os agricultores, desde que o Governo se mantivesse à distância. Deste modo, os agrônomos agiam como se fossem dotados de um saber específico capaz de desencadear mudanças estruturais nas esferas econômica e social: e era esse mesmo saber que indicava a urgência de se manter à distância das autoridades e repartições públicas envolvidas no processo.

Que saber seria esse, capaz de transformar uma região tão inóspita e improdutiva quanto aquela em, como diziam, *"um pólo de desenvolvimento capaz de incrementar não só o bem-estar daqueles diretamente beneficiados pelo Projeto, mas*

também de todos os que residem próximos à área, do governo e da sociedade como um todo, pela certeza de terem propiciado um melhor nível de vida à população"? A razão de ser de tal questão é ainda mais significativa considerando-se que além dos representantes dos órgãos governamentais, todos os projetos de Distrito de Irrigação – cerca de 26 em todo o país, à época – contemplavam lotes irrigados destinados a agrônomos de modo a fazer permanente no campo o efeito – demonstração na adequada utilização dos recursos, no emprego correto das tecnologias, enfim de determinado saber legitimado como científico, no campo da agricultura.

Ali, no Jaíba, comecei a me interessar mais sistematicamente pelo estudo das interrelações entre o meio ambiente, o desenvolvimento e a educação. Os problemas que a produção intensiva acarreta para a qualidade de vida do lugar começavam a se tornar tão evidentes que já não era mais possível dizer, simplesmente, *“ah, isso é coisa dessa gente verde, dos ambientalistas”*. É verdade que, à época, começava a ser muito cobrado o Relatório dos Impactos Ambientais de obras, como a do Jaíba. Os órgãos estaduais de fiscalização faziam visitas sistemáticas ao local, condicionando a liberação dos papéis à adoção de algumas providências: o interesse maior incidia sobre o desmatamento das novas áreas e sobre as especificações técnicas para a ampliação dos canais. Pouca ou nenhuma atenção era dada aos problemas vividos pelos irrigantes, acostumados a pulverizar veneno na plantação sem uso de qualquer equipamento de proteção. Muitos deles, tendo sua casa no próprio lote, lançavam o veneno ao sabor do vento, enquanto seus filhos brincavam próximo da casa. Faltavam-lhes água potável, uma ambulância para primeiros socorros, um posto médico razoavelmente equipado, árvores nas proximidades da plantação que lhes agraciassem com alguma sombra frente ao sol abrasador. Muitas famílias ainda lavavam suas roupas e buscavam água para seu consumo no próprio canal; começava a crescer entre os produtores o medo de estarem contaminando as águas dos canais e do rio com os venenos que eram obrigados a usar para combater as muitas pragas, sobretudo do tomate. Muitos terrenos já mostravam indícios de salinização; o uso da água para irrigação muitas vezes era descontrolado; outros terrenos estavam tomados por nematóides, exigindo mais nematicidas; as perdas

de solo já eram consideráveis... Pensando na situação que os produtores do Jaíba enfrentavam, forçosamente imaginava o que viria acontecer com os futuros irrigantes de Guadalupe – era como se eu tivesse presenciando o seu futuro...

Tive, assim, a oportunidade de pensar sobre diferentes formas históricas de apropriação dos recursos naturais. Percebi ainda que somente se pode pensar em desenvolvimento como o processo equilibrado de busca de satisfação das necessidades de grupos humanos determinados tendo-se em conta a capacidade do meio ambiente de responder a essas necessidades. E neste processo pude verificar que é indispensável considerar o respeito ao compromisso intra e inter-geracional, contemplando concomitantemente as necessidades de populações abastadas e de populações pobres. Compreendi então que um projeto de melhoria da qualidade de vida humana limita-se à capacidade de suporte dos ecossistemas. Deste modo, a proteção à biodiversidade assume grande importância.

Pensando sobre as contribuições e o compromisso que pode ter a Educação na geração de novas metodologias voltadas para o desenvolvimento sustentável, compreendi que a sustentabilidade é fruto do equilíbrio indispensável entre as dimensões ambiental, econômica e social. É bastante variável o modo pelo qual as diferentes sociedades ou grupos sociais retiram do meio ambiente os recursos e a energia necessária ao seu consumo. São respostas culturais diferenciadas que resultam de diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico, de necessidades e de valores e que dependem do investimento feito, em termos de capital, energia e conhecimento. A intensidade do uso dos recursos naturais, portanto, depende da forma como a sociedade age e se encontra organizada. Este uso será abusivo se não respeitar a capacidade de recuperação do ecossistema. O entendimento dessa relação entre atividade produtiva e meio ambiente e de suas conseqüências a curto e a longo prazos é indispensável para que sejam evitados danos ambientais como a redução da biodiversidade, a perda da capacidade produtiva e a degradação. Pude compreender também que a Educação, em todos os níveis, tem papel central na formação de novos valores e na ação social.

Desde então, tenho estado envolvida com ações educacionais capazes de combater as várias formas de desperdício vigentes entre nós e questões relativas à "periferização": a perspectiva educacional a ser adotada em relação a comunidades que vivem, por exemplo, em assentamentos urbanos e projetos de desenvolvimento regional, tais como os de agricultura irrigada, de instalação de agroindústrias e exploração mineral, construção de barragens, desvio do curso de rios.

Com essas perspectivas, desenvolvo em São João D'Aliança, Goiás, desde 1995, um projeto de extensão universitária interdisciplinar. Trata-se de um trabalho com a participação de diferentes departamentos da Universidade de Brasília, iniciado com a atuação da Agronomia, da Engenharia Florestal e da Educação.

A primeira etapa do trabalho, com uma duração de quatro meses, destinou-se ao conhecimento da realidade. A equipe atuou de forma conjunta nesta fase visando a construir um marco de referência sobre os diversos aspectos que determinam a situação rural do município e identificando potencialidades, limitações e prioridades em termos de desenvolvimento da área. Para esta fase foi utilizado o instrumental metodológico do "*Diagnóstico Rural Participativo*", buscando-se o conhecimento não só em termos "técnicos" mas principalmente na perspectiva da população local.

Com a realização deste trabalho, busquei uma compreensão mais precisa sobre a área, a partir da qual seria possível o planejamento de ações mais específicas, ampliando o processo de troca de informações em aspectos objetivos e mais prioritários para os moradores.

As idas e vindas semanais a São João D'Aliança permitiram que fizesse contato, em agosto de 1996, com um acampamento de trabalhadores rurais sem-terra em vias de ocupar uma fazenda no município de Água Fria, também em Goiás. As condições de vida extremamente difíceis experimentadas por aquele grupo de sem-terra, suas mulheres e crianças impuseram que incluísse o acampamento no projeto de São João,

buscando de alguma forma satisfazer as reivindicações básicas daquela população: alimentos, agasalhos e escola para seus filhos, já há nove meses, à época, impedidos de estudar.

Esse acampamento, origem do assentamento “Terra Conquistada” da Fazenda Nossa Senhora do Carmo, do município de Água Fria de Goiás, foi constituído sob a égide do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST, como estratégia de luta pela reforma agrária. Cerca de 70 famílias de trabalhadores de origens urbana e rural passaram a enfrentar, em conjunto, as dificuldades decorrentes da ocupação de uma fazenda considerada improdutiva: resistência ao despejo, instalação do acampamento, produção de víveres para a subsistência dos acampados, manutenção do ânimo dos acampados, administração dos conflitos internos, uso dos recursos naturais, como água e madeira, disponíveis na região, etc.

Uma certa curiosidade inicial me fazia questionar: quem são esses trabalhadores rurais sem-terra? O que pensam? O que querem? Em que medida seus anseios são semelhantes aos dos demais trabalhadores rurais de populações consideradas tradicionais? O avanço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por todo o país, a partir de 1995, sustentou na mídia a idéia de que um vigoroso movimento revolucionário estava em curso no Brasil, fazendo brotar de todos os cantos legiões de pessoas politicamente articuladas e engajadas na luta pela terra. O trabalho me permitia conhecer mais de perto aquele grupo com que trabalhava. Algumas informações² mais gerais sobre o grupo podem ser esclarecedoras neste momento.

Aqueles trabalhadores rurais sem-terra são, em maioria, pessoas de origem rural, mas que tiveram passagens urbanas. Foram expulsos do campo, em

² Dados estatísticos baseados na Análise da trajetória organizacional para a produção de grãos no Acampamento Nossa Senhora do Carmo: do trabalho individual ao coletivo, feita por Robson Nascimento Alves da Silva (1997) graduando em Engenharia Agrônômica pela UnB e integrante do grupo de trabalho na área. Outras informações foram obtidas ao longo do trabalho de campo, por depoimento direto dos produtores.

períodos variados, pela impossibilidade de sobrevivência, por falta de empregos rurais, falta de acesso à terra. Trabalharam esporadicamente como "bóias-frias", em frentes de expansão agrícola. Contam histórias de posse de terra por algum parente, perdida entretanto por falta de condições objetivas de produção: crédito, assistência técnica, organização da produção. O seu retorno à vida rural implica a busca de um saber familiar e comunitário bem anterior, muitas vezes já desprezado, para enfrentar os problemas imediatos decorrentes do plantio e da criação de animais.

Confirmando a importância do fluxo migratório para a região, a partir do final da década de 50, com a construção de Brasília, 26% dos chefes de família, homens em grande maioria (88%), são pessoas nascidas no Estado de Minas Gerais. Os nordestinos, no entanto, superam numericamente os mineiros (37%), com representantes dos Estados da Paraíba, Bahia, Piauí, Ceará e Maranhão. Do próprio Estado de Goiás, são cerca de 26%. Frutos de uma imigração mais recente, pela pressão das terras no sul, são os poucos gaúchos encontrados no grupo (11%). São pessoas com idades entre 20 e 70 anos, havendo uma concentração expressiva na faixa de 41 a 50 anos (49%). Entre 20 e 40 anos, encontram-se 34% dos chefes de família. São casados ou vivem maritalmente 80% dos chefes de família, confirmando a tese de que a família é a unidade de produção no campo. O número de analfabetos entre eles é grande (23%). Tiveram acesso à escola, em algum momento de suas vidas, 77%. Porém, somente 11% têm escolaridade correspondente ao ensino de fundamental completo e ao ensino médio.

Suas famílias têm em média 5 membros. Suas mulheres, com a idade entre 20 e 50 anos, são donas de casa, com nível de escolarização um pouco melhor do que o de seus maridos – apenas 14% são analfabetas e 15% têm escolarização correspondente ao ensino fundamental completo ou médio. Já os filhos, somente 9% têm mais de 20 anos. A maior concentração se dá na faixa de 07 a 19 anos, com 71%. Mesmo com acesso à escola em todos os níveis, os filhos já apresentam significativo atraso na escolarização em relação a sua idade – com 38% de jovens entre 15 e 20 anos, cerca de 33% ainda permanece no ensino fundamental.

Considerada a sua experiência de vida no campo, 34% sempre viveram no meio rural do Estado de Goiás e do Entorno do Distrito Federal, enquanto que 55% transitaram entre áreas rurais e urbanas de diferentes Estados da Federação. Dentre estes dois grupos, tiveram acesso à terra, com área de até 10 hectares, 45% na condição de meeiros e 21% na condição de arrendatários. Sua maior experiência é na produção de milho, feijão e arroz. 68% produzem dentro do que se entende por agricultura tradicional, ou *roças de toco*; 32% possuem experiência no uso de modernas tecnologias, como sementes melhoradas, adubos químicos e agrotóxicos.

Algumas famílias (11%) são essencialmente urbanas, sendo esta a primeira experiência de trabalho como agricultores. Nas cidades, trabalhavam como vigilantes, pedreiros, motoristas.

O fato de serem pessoas excluídas do processo produtivo, cultural e economicamente desprovidas das mínimas condições de participação política permite-lhes o engajamento em um movimento popular bem organizado, a cujos dirigentes delegam a defesa dos seus interesses junto aos poderes constituídos enquanto constroem o processo de organização da produção que lhes assegurará a superação das condições que lhes impõem a exclusão.

Inexperientes em atividades associativas ou cooperativas, 80% dos chefes de família têm no MST seu primeiro impulso no sentido da participação em processos de organização coletiva. Os demais 23% restantes participaram de associações de bairro. Nenhum deles porém é sindicalizado ou tem qualquer experiência sindical, seja urbana ou rural.

Com incertezas e demoras, constroem o seu sonho de uma nova vida. Expressam assim os mesmos valores inerentes ao direito de propriedade, vigentes na sociedade – o individualismo, traduzido por meio dos ideais de liberdade e de igualdade. Experimentam e comprovam na vida do acampamento ou do assentamento que a

concretização desse sonho somente é possível se asseguradas algumas condições de ordem prática que implicam muitas vezes no associativismo. Deste modo, dedicam-se à construção de vínculos e afinidades, buscando a superação de diferenças e minimizando conflitos. E querem demonstrar que são capazes de produzir, que são vocacionados ao trabalho no campo.

Ora, ainda que estejam abertos ao aprendizado de novos mecanismos de sobrevivência no campo, sua experiência anterior de meeiros, parceiros ou empregados de fazenda é o recurso de que dispõem mais imediatamente: estão habituados ao modelo de monocultura, ao plantio de grãos, e, se não forem bem orientados e subsidiados por políticas adequadas, vão insistir em práticas muitas vezes inadequadas ao modelo de agricultura familiar que defendem, de reduzido impacto ambiental, em contraposição ao modelo produtivista mecanizado que prevalece até então no Brasil.

Quando relatam sua história de participação na ocupação da fazenda, os trabalhadores informam que tomaram conhecimento de um cadastro de trabalhadores rurais sem-terra que estava sendo feito pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasilinha, Goiás. A partir daí, inscreveram-se e chamaram também seus amigos. Depois de cadastrados, participaram de reuniões, coordenadas pelo Sindicato e pelo MST, para serem preparados para a ocupação, escolher a propriedade e planejar a ação. A primeira ocupação, em 7 de novembro de 1995, foi coordenada pelo Sindicato e pelo MST. Com a reintegração de posse, em 9 de novembro, as famílias foram obrigadas a acampar nas margens da rodovia. Muitas famílias desistiram, fazendo com que os coordenadores buscassem a recomposição do grupo com novos cadastramentos. Nova ocupação ocorreu em seguida, com o grupo ampliado e com a segurança de que não haveria qualquer reação negativa ao processo por parte do proprietário. Este convenceu-se de que a ocupação lhe permitia resolver, com vantagens, suas dívidas junto ao Banco do Brasil. Em seguida à nova ocupação deu-se uma ruptura definitiva entre o MST e o Sindicato, provocando a saída deste último do acampamento. Com a orientação exclusiva do MST, o acampamento manteve-se durante dois anos, até que houvesse o reconhecimento do

INCRA para posterior divisão das terras, legalização do processo e constituição do Assentamento a que os produtores deram o nome de “Terra Conquistada”.

Com o objetivo de apoiar e colaborar com os trabalhadores rurais acampados na sua luta pela terra, iniciei, com a colaboração do grupo PET – Educação da UnB, mantido pela CAPES, à época, e por mim tutorado, um trabalho no acampamento voltado para o aperfeiçoamento das estratégias de organização dos produtores e da educação de seus filhos, para o processo de autogestão dos seus interesses e de gestão participativa e sustentável dos recursos naturais da região.

Tanto quanto em São João D’Aliança, o trabalho junto aos sem-terra significava para mim a saída da condição de observadora clássica da atuação de técnicos na relação pedagógica com trabalhadores rurais para estar sujeita ao mesmo processo de observação.

Este trabalho tem-se centrado em dois eixos: o primeiro, constituído pela oportunidade de se viabilizar aos alunos envolvidos um processo de formação acadêmica de caráter interdisciplinar baseado na realidade concreta; o segundo, muito mais amplo, caracterizado pela busca de uma consciência coletiva, por parte dos produtores rurais, em relação à criação e desenvolvimento de uma base conceitual e metodológica, em educação ambiental e de capacitação para a gestão voltada para a conservação e o desenvolvimento do cerrado.

Com o compromisso de lutar por um processo, com qualidade, de educação formal para crianças, adolescentes e adultos que vivem no assentamento, e de assumir o esforço no sentido do desenvolvimento da necessária autonomia da população nas decisões em questões significativas para a sua vida, o trabalho vem ensejando a divulgação e a discussão de um amplo diagnóstico das condições atuais de vida e trabalho daquelas famílias, permitindo a formação e a socialização de uma massa crítica sobre as contradições nas relações escola-sociedade e o entendimento de como decisões internas

à instituição escolar, aparentemente de caráter técnico-pedagógico, relacionam-se com processos políticos e econômicos, que interferem diretamente nas condições de igualdade social e de qualidade de vida, principalmente das classes populares, na cidade e no campo.

O convívio semanal com esse grupo de trabalhadores rurais sem-terra tem significado a agregação de novas questões, novos problemas e novos aprendizados.

São pessoas que desejam a oportunidade de acesso à terra para produzir, vender, poder alimentar e educar seus filhos, mantê-los com saúde e assegurar a continuidade das suas vidas por meio de condições econômicas advindas do trabalho no campo. Nada mais comum. Ninguém pretende fazer a revolução ou criar rupturas sociais de qualquer natureza. Ao contrário, toda a aspiração do grupo, após a legalização do Assentamento, é no sentido da sua inserção municipal, com a busca do estabelecimento de vínculos da comunidade com os serviços locais. Afinal, para o escoamento da sua produção, o mercado mais imediato é constituído pelas sedes dos municípios de Água Fria e São João D'Aliança, os mais próximos da fazenda.

São pessoas preocupadas em garantir a seus filhos melhores condições de vida e que acreditam que a vida no campo pode ser melhor do que a da cidade: ali se sentem menos sujeitos à violência que vêem na televisão, menos envolvidos pelo consumo industrial, sobretudo nas alternativas que podem encontrar fazendo uso dos recursos locais, como fogão de barro, forno feito no cupinzeiro, muitos chás e ervas; mais protegidos contra doenças típicas da periferia das cidades, mais amparados socialmente uma vez que a convivência muito próxima com os demais acampados, se no início foi muito difícil, agora assegura amizades e camaradagens que facilitam a vida de todos. *“É como uma grande família. Eu me sinto mais em casa aqui do que junto aos meus familiares na cidade”*, fala uma das mulheres.

São pessoas que sonham com a sua casa própria, com seu carro, com a “prosperidade” de todo fazendeiro bem sucedido. E, para tanto, são dotados de valores bem específicos: sabem que, muitas vezes, para alcançar seus objetivos, precisam do trabalho cooperativo. Já tiveram a experiência do plantio coletivo, do uso coletivo de máquinas alugadas, de mutirões do colheita. Participam de associações de produção criadas por exigência da própria condição de assentado. Mas, sabem que isto é condição de início; estão sempre falando de quanto vai ser melhor quando tiverem o título da terra, poderem administrá-la com sua família, *“fazer o que quiser, sem os aborrecimentos de tanta discussão, de tanta confusão para fazer participar quem só quer atrapalhar”*.

Tentando compreender um pouco mais amplamente o sentido desse movimento social recente no Brasil, procurei refazer a sua trajetória de 1994 a 1996. Desta forma, pretendia sair da particularidade de um grupo e buscar os elementos mais significativos do contexto social e político que permitia a eclosão de um movimento social tão amplo e sem similares na nossa história.

Pela leitura de seus textos e acompanhamento de suas discussões, pude compreender que seus maiores articuladores e ideólogos desejam um modelo de desenvolvimento agrícola que seja capaz de reter os trabalhadores rurais no campo com níveis satisfatórios de qualidade de vida e trabalho; que dinamize a rede de pequenas e médias cidades, desconcentrando assim as atividades dinâmicas; que reduza o custo da alimentação para permitir a ampliação do mercado interno. Para tanto, precisam de implementar a decisão política de eliminação do latifúndio e, com ele, romper o uso histórico da propriedade como instrumento de exploração, especulação e poder discricionário de acesso a recursos públicos. Desejam um modelo de agricultura de base familiar, que tornará o setor mais homogêneo, alcançará maior produtividade média, menor concentração de renda, melhor distribuição do consumo e ampliará o mercado de bens de uso comum, produzidos internamente. Lutam contra uma modernização conservadora da agricultura, cujos principais resultados foram a subutilização da terra, a geração de um

potencial produtivo sem mercado, desemprego no campo e nas cidades e agudas desigualdades regionais.

O esforço de compreender o movimento dos sem-terra levou-me a buscar entender um outro movimento de menor expressão numérica, mas cujas ações são extraordinariamente mais potentes: a bancada ruralista no Congresso Nacional. Estava interessada por saber como agiam os representantes da extinta União Democrática Ruralista – UDR, agora com representantes do poder legislativo, frente às crescentes pressões políticas pela terra. A idéia era a de compreender como se dão os grandes acordos políticos sobre a dívida dos produtores rurais do país, quem são os maiores articuladores do chamado grupo ruralista e qual é de fato o seu poder de barganha. Uma coisa deve ficar clara: não parto do raciocínio simplista de buscar, nas elites do Congresso Nacional, o culpado pelas condições de extrema desigualdade social existente no país. Olhar para os movimentos do Congresso Nacional pode ajudar a compreender como o Executivo age no sentido de aprovar projetos de mais importância, tendo de negociar penosamente com os dezesseis partidos. Não participo da idéia de que existe um pacto de elites em funcionamento, mas sim que o Estado brasileiro está sendo manobrado por diferentes grupos de pressão. Meus argumentos vão no sentido de ver povo e elite como inseparáveis, sendo que esta é o reflexo daquele e vice-versa.

Essas relações entre povo e elite foram também o mote de um novo movimento de busca: e no início do século, como se pensava o povo brasileiro, que projetos existiam dentro da perspectiva do almejado progresso? Para uma pergunta tão ampla, necessário se fez dirigir o olhar sobre o passado: não se tratava de uma reconstituição da História, mas a revisita de temas e circunstâncias que pudessem indicar como os cidadãos urbanos e os cidadãos do campo tinham acesso às idéias correntes sobre o meio ambiente, o desenvolvimento e o próprio homem. Assim, jornais, revistas e almanaques da época foram vasculhados para permitir a formação de um quadro de referência a respeito.

Minha experiência indicava que muitos sujeitos são referidos na expressão *homem do campo*: proprietários de terras, bóias frias, irrigantes, trabalhadores rurais, sem-terra, populações tradicionais... Indicava também que, distante da realidade urbana, onde o contrato de trabalho é essencialmente individual, a unidade de produção no meio rural é a família, também ocultada na expressão *homem do campo*. O curioso é que o discurso da extensão rural, fundador de uma prática pedagógica entre técnicos e *homem do campo* muitas vezes ignorava essa polissemia da expressão, optando pela construção de um sujeito abstrato e genérico. Uma relação que se estabelecia pela ocultação do *outro*. Mais que desvelar esse *outro*, compreender este processo era meu propósito.

O projeto educativo extensionista

Ora, o que é uma relação pedagógica senão a antecipação de algo? Mesmo com o risco de uma simplificação excessiva, pode-se dizer que aquele que se dispõe a instruir ou a ensinar tem em mente uma perspectiva de futuro que deseja fazer acontecer a partir da ação de quem aprende. Acreditando nisto, pretendia verificar como estas idéias traduziam-se em “normas”, padrões de conduta, ou conhecimentos desejáveis que, formal ou informalmente, serviram para orientar os homens do campo nas suas lidas com a terra.

Desta maneira, aproximei-me de uma área específica dentro do conhecimento da Agronomia – a Extensão Rural e seu processo histórico de institucionalização na realidade brasileira.

Minha informação a respeito advém de duas importantes fontes: a primeira, é o Departamento de Extensão Rural da Universidade de Viçosa, pioneira e ainda hoje referência básica neste campo para políticas e produção do conhecimento; a segunda, pelos programas desta disciplina em diferentes universidades brasileiras e pelos livros mais recorridos pelos estudiosos do assunto, recurso fundamental para a formação dos que vão lidar com esta relação pedagógica, como agrônomos e veterinários.

Como se verá, no desenvolvimento da prática da Extensão Rural encontra-se condensado meio século de produção intelectual e de prática social, amplamente difundidas pelas universidades e absorvidas pelo Estado, com variadas ênfases e alcance político. Fazendo um estudo sobre como as universidades, no final de 50 anos, continuam capacitando os jovens para a atuação como extensionistas rurais³, pude perceber os primeiros sintomas da ruptura do paradigma que a sustentou, confirmada pelo esvaziamento profissional na área e a abertura de novos campos de trabalho para profissionais com a experiência da Extensão Rural, porém com a exigência de uma formação multidisciplinar.

A análise desses dados permite-me algumas ilações que considero da maior importância na minha busca: todo o processo histórico de construção do saber concernente à extensão rural tem-se caracterizado pelo desejo de alcançar um determinado nível de desenvolvimento que pressupõe exagerada ênfase na tecnologia e na racionalidade econômica, a despeito da pouca atenção a problemas sociais de graves conseqüências como o inchaço das cidades por populações advindas do meio rural, sem acesso ao mercado produtivo e vivendo em condições de pobreza crescente; a concentração das atividades dinâmicas nas grandes cidades, comprometendo o custo da alimentação e restringindo o mercado. A crítica de hoje ao paradigma que prevaleceu até então na relação pedagógica tem sido feita com base na denúncia dos reais resultados obtidos ao longo de 50 anos e da busca de um novo aparato técnico que permita maior eficiência e eficácia na implementação das medidas consideradas as mais recomendáveis para o momento.

³ Em 1993/94, realizei uma pesquisa junto a 22 universidades brasileiras que oferecem a seus alunos das Ciências agrárias a disciplina extensão rural. Em 24 programas examinados pude constatar que em nove programas já se verificava a crítica ao paradigma da extensão rural, mas apenas dois incluíam o estudo das relações entre meio ambiente e agricultura. Os temas mais recorrentes nos programas foram: conceituação (22); métodos e técnicas de extensão rural (21); aspectos históricos da extensão rural (18); educação e desenvolvimento (18); desenvolvimento de lideranças (14); processo da aprendizagem (12); difusão x comunicação (12). Pude verificar também que cinco programas incluíam o tema da reforma agrária, e aspectos concernentes à política e à economia do país. A ênfase da grande maioria dos programas, porém incidia sobre os aspectos das relações individuais no processo da aprendizagem e da comunicação.

Os livros *“Extensão ou Comunicação?”* de Paulo Freire, 1977, *“O que é comunicação rural”*, de Juan Maria Bordenave, 1983, e *“Extensão Rural: um projeto educativo para o capital”* de Maria Teresa Fonseca, 1985, os mais lidos pelos jovens estudantes da extensão rural, foram escritos há mais de 15 anos e encerram os argumentos mais vigorosos para a construção dessa crítica. No entanto, pouco se alcançou em termos de uma mudança substantiva nessas relações e mesmo nos seus resultados objetivos, porque ainda são pouco consistentes as bases para um novo paradigma.

Arrisco-me a dizer que, em se tratando das relações dos homens com o meio ambiente e o desenvolvimento, na perspectiva da produção agrícola, muito pouco se modificou em termos do que já se renunciava no início do século, a despeito do grande avanço científico e tecnológico alcançado e do fortalecimento institucional que se verificou. É evidente que valores de ordem econômica têm sido muito mais eloqüentes que valores de ordem político-social. Mais que isto, uma forma de *“adormecimento ético”* tem-se verificado historicamente nesse conjunto de relações, sendo que a questão ética é apenas mencionada diante de inegáveis impactos ambientais, sem que lhe seja dada a devida importância em termos do comprometimento das condições de vida do planeta. A grande mudança esperada neste contexto implicaria numa profunda inversão da ordem, quando novos valores seriam os norteadores das políticas públicas ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

A estrutura do trabalho

O primeiro capítulo deste estudo reflete a preocupação metodológica de situar o atual drama social brasileiro sobre a questão fundiária que dá realce a algumas questões básicas: o desempenho, no Congresso Nacional, da bancada ruralista no *“jogo da dívida”*, suas estratégias de condicionamento da aprovação de medidas de interesse nacional à aprovação do perdão à dívida dos agricultores junto ao Banco do Brasil; a luta de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra – MST para a ocupação de terras consideradas improdutivas; a evidências dos muitos atores e segmentos sociais implicados na discussão política do assunto, levando, ora ao obscurecimento da diversidade cultural e econômica existente no meio rural, ora ao seu destaque, permitindo que a opinião pública se questione: *afinal, quem é o homem do campo?*; e, finalmente, as repercussões desse quadro nos âmbitos acadêmico e técnico, mais precisamente junto aos extensionistas rurais, com as evidências de que, por mais que, estatisticamente, houvesse sido decretada a extinção gradativa do meio rural, nos últimos cinquenta anos, os alcances políticos da reforma agrária em curso no país indicam que não apenas o meio rural tende a se manter, como são urgentes e complexas as mudanças exigidas no trabalho técnico junto aos diferentes segmentos de trabalhadores rurais.

O segundo capítulo, por sua vez, propõe uma busca das condições históricas presentes no final do século XIX e início do século XX que permitiram que se consolidasse o modelo de extensão rural implantado no país a partir de 1948. Nele, é feita uma análise do contexto econômico e social da época, buscando caracterizar os fundamentos liberais, os positivistas, os fundamentos do nacionalismo emergente, os católicos e, assim, destacar como se justifica, pelo discurso, a sujeição da terra e de outros recursos naturais.

O terceiro capítulo tem o compromisso de demonstrar como se estruturou o campo intelectual da extensão rural, no Brasil. Procura esclarecer as condições políticas e acadêmicas da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, em Viçosa, Minas Gerais para fazer emergir as condições de viabilidade do projeto extensionista no país, a partir de 1948. Estruturado no interior da então Universidade Rural de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Viçosa, o *Departamento de Educação Rural*, criado em 24 de março de 1939, propunha-se associar o ensino e a pesquisa aos trabalhos de difusão educativa, baseada nos métodos dos *Land Grant Colleges*. É portanto, uma primeira iniciativa rumo à institucionalização, no âmbito do ensino formal, do que veio a constituir a extensão rural.

No quarto capítulo, por outro lado, faço a descrição do paradigma da extensão rural, desde a sua primeira experiência, o seu processo de institucionalização. Nele, dou destaque às bases histórico-sociais do surgimento e das configurações específicas assumidas pela extensão rural, suas relações e vínculos com a realidade sócio-econômica.; os processos de transição política; as bases filosóficas e ideológicas da política extensionista. Sua ruptura se dá na década de 90, ao permear-se do discurso e das contendas do ambientalismo e da luta pela posse da terra, correntes no país.

No quinto capítulo, busco a compreensão do movimento resultante da ruptura do paradigma da extensão rural, salientando a emergência de novos campos intelectuais com potencialidade para a absorção dos extensionistas: a figura do “*sujeito agroecológico*”, em grande parte das organizações não governamentais envolvidas em projetos de conservação ambiental e mesmo no aparelho de Estado, tem sido muito requisitada. Na formação desse novo quadro profissional tem sido expressiva a presença de profissionais que já atuaram na extensão rural. Esse capítulo encerra uma tentativa de resposta a uma pergunta básica: decorridos cerca cinco anos desde que são observados os indicadores da ruptura do paradigma da extensão rural e do movimento de organização de novas abordagens das questões relativas ao meio rural – assentamentos de reforma agrária, programa de agricultura familiar, programas de proteção aos recursos naturais, à biodiversidade – como a sociedade brasileira inicia o século XXI? O ensaio que apresento tem, meramente, a pretensão de ser provocativo e de colocar em evidência novas discussões, novos atores sociais, novas questões compatíveis ao pleno exercício democrático que temos hoje no Brasil.

Finalmente, as conclusões têm o caráter de uma síntese. Nelas, são repassados os principais argumentos apresentados no trabalho para dar destaque à importância que a reforma agrária, em curso no país, assume diante das evidências de construção do chamado “*novo rural*”.

Capítulo 1

IMAGENS DO AUTORITÁRIO URBANO: OPORTUNISMO NA POLÍTICA, EBULIÇÃO NO CAMPO, SUSTO NO EXTENSIONISMO

O contexto é complexo e tenso. Envolve a reflexão de uma década de governo civil, sete anos de uma nova constituição, um ano e meio de uma nova moeda, um ano de um novo governo. Virada de 1995/1996. Momento de balanço em todos os níveis. É nesse contexto que pelo menos duas situações envolventes e conflitantes se configuram. A primeira delas corresponde ao jogo político desencadeado pelos tradicionais donos da terra ou por seus representantes no poder legislativo, no sentido de pressionar o poder público para que sejam atendidos seus interesses específicos, o que veio a ser conhecido na mídia como a atuação da "Bancada Ruralista" na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A segunda, intrinsecamente ligada à primeira, diz respeito à posse da terra no Brasil e a uma histórica luta dos trabalhadores rurais por sua conquista.

O problema dos sem-terra somado ao "calote" da dívida dos agricultores, cujo montante é de cerca de US \$ 7 bilhões, tem concentrado a atenção pública na situação atual do campo, nos últimos meses. A partir da referência a estes dois graves problemas, é divulgado que a quantidade de área plantada em início de 1996 é menor em 2,3 milhões de hectares em relação à safra anterior. Essa redução é apresentada como responsável por sérias implicações para a sociedade como um todo, sendo tratada na imprensa como um drama social de grande proporções:

"é menos comida na mesa do brasileiro, maior pressão inflacionária, exportações menores e dificuldades em toda a cadeia produtiva da economia. Cerca de 200 mil empregos nas plantações já evaporaram. Neste ambiente, a agricultura está pedindo socorro." (Isto É. 1363 – 15/11/95: 5).

Como parte do mesmo drama social, a situação dos "sem-terra" comparece como uma grande preocupação nacional que traz no seu bojo a discussão de

uma questão muito polêmica: a reforma agrária. De acordo com compromissos assumidos em campanha eleitoral, o governo federal anuncia que pretende promover o assentamento de 280 mil famílias durante o seu mandato. Enquanto isso não acontece, a mobilização dos agricultores vinculados aos "*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*"– MST, em vários pontos do país, é diariamente tratada na imprensa.

A abordagem³ que pretendo fazer desse drama social consiste em, inicialmente, identificar os atores sociais envolvidos, as estruturas e os processos. Em seguida, buscar a compreensão de como se dá a interação destas três instâncias e, a partir daí, concluir como se atualiza esse histórico jogo de interesses, que tem como pano de fundo a referência a questões de interesse internacional como a segurança coletiva, os desequilíbrios da renda, o crescimento da população, urbana em particular, e a degradação ambiental.

Os atores sociais são todos aqueles, sujeitos ou instituições, que tomam partido na questão e cuja fala é colocada em destaque pela mídia. As estruturas consideradas serão as de poder e do sistema econômico, enquanto que os processos mais destacados dizem respeito à posse da propriedade fundiária e toda a legislação pertinente, além das mudanças da política agrícola colocadas em curso no sentido de administrar o drama.

Os fatos mais significativos que colocam os atores sociais em cena, quer em torno das invasões de terra que se tornaram freqüentes e a represália decorrente, quer no que diz respeito aos conchavos políticos no caso da negociação da dívida dos agricultores, dão realce às diferentes posições que os mesmos ocupam na hierarquia social e jogam luz sobre a estrutura de poder vigente na sociedade. Vamos aos fatos.

³ Busco orientação metodológica em Luciano Martins in "Um mundo em transformação". Introdução. **A nova Ordem Mundial em questão**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993: 4-15.

O desempenho da bancada ruralista no "jogo da dívida"

Em janeiro de 1995, o Banco do Brasil anuncia seu programa de saneamento. Neste, estão incluídos procedimentos drásticos que vão desde o fechamento de 188 agências, até a cobrança das dívidas em atraso. Esta última medida, vista como indispensável, exige muita cautela: a cobrança pode desgastar politicamente o novo governo, especialmente em se tratando das dívidas dos agricultores, de maior montante no Banco. Teme-se a imediata e constrangedora reação da chamada "*bancada ruralista*" no Congresso. (FSP, 07/01/95)

Janeiro é também o mês em que se renovam as forças no Congresso. A constatação que se segue à posse é, porém, pouco estimulante: o perfil dos deputados e senadores que tomam posse é, em muito, semelhante ao perfil já existente no Congresso. Numericamente, tem-se a renovação de 53% na Câmara e 66% no Senado.

O perfil político, ideológico, partidário e sócio-econômico, porém, é mantido⁴. De acordo com dados divulgados na imprensa, dos "novos" parlamentares, 60 são ex-deputados, e 22 ex-governadores. Há ainda ex-prefeitos e ex-deputados estaduais. A composição partidária também permanece a mesma: o PMDB passou de 121 para 128 parlamentares enquanto que o PFL, de 103, alcançou 108 parlamentares. O PSDB conta com 72 parlamentares, é portanto, a terceira bancada.

O perfil socio-econômico também é mantido. O Congresso conta com 158 empresários, 90 advogados e 49 médicos, além de 25 sindicalistas. Uma nova tendência também é reforçada no mandato que se inicia: além dos partidos, organizam-se e se

⁴ As maiores alterações ocorrem no Senado, com a substituição de senadores mais idosos e tradicionais, como Nelson Carneiro (PP – RJ), João Calmon (PMDB – ES) e Mauro Benevides (PMDB – CE). O PT faz cinco senadores.

fortalecem bancadas por setor de atividade produtiva. O mais claro exemplo é a "*bancada ruralista*" que chega com mais de cem membros. (FSP, 01/02/95).

As disputas de poder dentro da Câmara dos Deputados também evidenciam as correlações de forças políticas em curso. Obedecendo ao costume da Casa, as presidências das comissões temáticas na Câmara são divididas entre os partidos, proporcionalmente ao número de deputados por bancada. No início do mandato 95/98, o Partido dos Trabalhadores – PT foi contemplado com duas comissões — a de Direitos Humanos e a de Agricultura. Ainda de acordo com as regras do jogo, os entendimentos são mantidos nos bastidores e referendados por uma "*eleição pró-forma*". Considerada reduto dos grandes proprietários, a presidência da comissão de Agricultura coube ao PT graças ao critério de proporcionalidade das bancadas.

O PT escolheu a Comissão de Agricultura, abrindo mão da Comissão do Trabalho que tradicionalmente ocupava. No entanto, membros da bancada ruralista passam a articular o lançamento de uma candidatura alternativa para derrotar Alcides Modesto (PT – BA) na presidência da comissão. "*Há um acordo de líderes, que pode ou não ser respeitado*", disse o presidente da bancada, Nelson Marquezelli (PTB – SP). O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL – BA), precisa intervir na eleição da Comissão de Agricultura para garantir o cargo para o PT. O deputado Alcides Modesto (PT – BA), ligado aos trabalhadores rurais, é eleito presidente da comissão com o mínimo necessário: 25 votos (a maioria dos votantes). (FSP, 21, 23 e 24/02/95).

Começam as articulações internas. A bancada ruralista no Congresso, coordenada por Abelardo Lupion (PFL – PR), reúne-se para discutir temas ligados ao seu interesse específico como a safra de 1995. Desses entendimentos resultam contatos e audiências com o Presidente da República para o estabelecimento de novos acordos. A equipe do governo mantém-se atenta às movimentações da bancada ruralista. Estão em jogo grandes projetos como a reforma constitucional. (FSP, 16/03/95).

Das negociações resultam novas medidas econômicas. O governo anuncia que não seria cobrada a Taxa Referencial – TR sobre os empréstimos agrícolas para a safra de inverno, a partir da metade do ano. A nova taxa dos financiamentos agrícolas seria então semelhante à *Taxa de Juros de Longo Prazo*, de acordo com esclarecimentos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. A medida visa a atender reivindicações da bancada ruralista e melhorar o relacionamento no Congresso Nacional. (FSP, 17/03/95).

Além disso, o governo libera R\$ 400 milhões, durante o mês de março, para empréstimos aos agricultores que detêm estoques. O dinheiro serviria para que os produtores pudessem esperar o aumento do preço dos alimentos antes de vender seus estoques. Também é autorizada a captação de recursos externos para financiamentos à agricultura. A medida destina-se, principalmente, aos produtos agrícolas para a exportação.

Os deputados ruralistas não se contentam com a medida. *"Eu ainda gostaria de ver como será esse financiamento"*, manifesta-se o deputado Abelardo Lupion (PFL – PR), *"A bancada ruralista está pronta para jogar duro com o governo."* Os parlamentares querem ainda que o governo entre imediatamente no mercado agrícola com R\$ 600 milhões para comprar os produtos, principalmente o milho, e garantir o preço mínimo. *"Se o governo não der uma solução rápida para os nossos problemas, vamos criar impasses. Não podemos, em nome de uma reforma, que não sabemos para onde vai, deixar falir a agricultura"*, afirma o deputado Valdir Colatto (PMDB – SC).

Os ruralistas contabilizam cem assinaturas para a criação da *Frente Parlamentar da Agricultura*. Eles esperam chegar a 200 parlamentares. *"Vamos tomar nossas posições acima dos próprios partidos. A frente é suprapartidária"*, disse Colatto. O deputado Abelardo Lupion (PFL – PR) afirma que a obstrução não deve incluir a reforma na Constituição. *"Vamos jogar pesado, mas vamos fazer a reforma constitucional porque é uma questão de patriotismo"*. (FSP, 17/03/95).

Ao tempo em que negociações como essas são feitas, a Folha de São Paulo divulga pesquisa em que os próprios deputados federais e senadores admitem que é ruim a imagem do Congresso Nacional:

"Mais da metade dos parlamentares ouvidos (57%) concorda que essa imagem está hoje associada ao fisiologismo e à inapetência pelo trabalho. É o reconhecimento surpreendente de que a instituição pode estar chegando ao seu limite de descompromisso e irresponsabilidade. Há outro dado positivo. Mais ou menos 70% dos parlamentares ouvidos reconhecem que são os únicos responsáveis pelo desprestígio do Congresso. Instados a analisar as causas dessa imagem dilacerada, admitiram que trabalham em causa própria, que não cumprem seus deveres, que o Congresso anterior 'abusou muito', que falta liderança aos partidos e que alguns pares são desonestos. É um 'mea culpa' raríssimo, tem-se de admitir, no mundo político. Pode indicar que se amplia, lentamente, o número dos que reconhecem a necessidade de uma reforma profunda nos costumes parlamentares. Mas há um dado na pesquisa que incomoda: 30% dos congressistas — e este número chega a 36% entre os do Nordeste— acham que a imagem ruim da instituição é culpa da imprensa..." (20/03/95).

O governo propõe-se, então, a financiar agricultores inadimplentes por meio de empréstimos do Banco do Brasil. O financiamento seria feito pelo – Empréstimo do Governo Federal – EGF tendo como parâmetro o preço mínimo. Pelo EGF, o agricultor pode pagar o financiamento entregando sua produção ao Banco do Brasil.

Os ruralistas prometem obstruir a votação de projetos de interesse do governo se não for anunciada uma alternativa à TR. Em Brasília, os produtores rurais realizam um ato de protesto defendendo o fim da TR e a solução para o endividamento agrícola. (FSP, 21/03/95).

As medidas anunciadas pelo governo para o setor agrícola irritam os produtores rurais. Após três horas de reunião com 60 líderes do setor de todos os Estados, o presidente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA, Ernesto de Salvo, considera que as medidas são "inócuas e ridículas". Salvo ameaça com a pressão da bancada ruralista no Congresso na votação de projetos de interesse do governo. (FSP, 22/03/95).

Abril de 1995. De volta aos jornais a questão da reforma agrária. Com a desapropriação de terras pelo Governo Federal, divulga-se o retorno de posseiros expulsos às áreas incluídas no plano de reforma agrária. (Jornal do Brasil, 02/04/95). Por outro lado, prossegue o jogo político em torno do pagamento das dívidas dos agricultores ao Banco do Brasil.

Em outra votação, o líder do governo no Congresso, Germano Rigotto (PMDB – RS), fica isolado ao tentar evitar que a bancada ruralista derrubasse o veto ao projeto que determina que os preços dos produtos agrícolas sejam corrigidos no mesmo patamar dos empréstimos feitos para a produção. O mecanismo, previsto na lei que criou a *Unidade Real de Valor* – URV, foi vetado em 1994 pelo então presidente Itamar Franco. O veto contrariaria um acordo negociado com os parlamentares pelo deputado Luiz Carlos Santos (PMDB – SP), que, desde aquela época, desempenha o papel de líder do governo na Câmara. Antes da votação, os ruralistas ameaçam: "*Hoje, o governo verá como estamos fortes*", anuncia Augusto Nardes (PPR – RS). Dos 23 vetos analisados, o único derrubado é o que feria os interesses dos ruralistas.

Na manhã do dia 07 de abril, o país toma conhecimento de que o Senado e a Câmara dos Deputados derrubaram, na noite do dia 05, em votação secreta, um veto do então Presidente da República, Itamar Franco, à Lei 8880 que criou a Unidade Real de Valor – URV. Os jornais apontam que se trata de "*perigosa derrota do Governo*". Por esta decisão, estaria mudada a correção monetária das dívidas dos agricultores, vinculando-as aos preços mínimos dos produtos, bem inferiores aos juros de mercado e retirando a cobrança da Taxa Referencial de Juros – TR. A maior repercussão dessa decisão seria sobre o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional que deixariam de receber cerca de R\$ 10 bilhões. Em decorrência dessa medida, o Banco do Brasil suspende, a partir do dia seguinte, os financiamentos agrícolas.

A uma ação inteiramente justificada pelos ruralistas como sendo *por força da ética*, o Governo contrapõe medidas de natureza econômica, muito embora seus

integrantes façam uso de argumentos também éticos. O Ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, critica a atuação dos parlamentares governistas e admite que o Governo não estava preocupado com a votação:

"O Governo foi traído por sua própria base de apoio no Congresso, na votação que extinguiu a TR para os financiamentos agrícolas. O Governo foi pego de surpresa. Foi uma deslealdade o que fizeram com o Presidente da República. Os parlamentares que apoiam o Governo tinham que ter procurado a liderança para tirar a votação da pauta... É estranho que, um dia antes da votação, a bancada do PFL tenha feito um jantar em homenagem ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Não dá para contar com gente que um dia dá tapinhas nas costas e, depois, vota contra os projetos de interesse do Governo". (Jornal do Brasil, 08/04/95: 4).

"Os líderes têm que estar atentos ao trabalho do Congresso", criticou o Presidente do Senado, Senador José Sarney, do PMDB do Amapá. Segundo ele, houve uma *"trapalhada dos líderes dos partidos governistas"* que culminou com a derrubada do veto do Governo que mantinha a TR como indexador das dívidas dos produtores rurais. Referia-se precisamente à atuação do líder do PSDB, Deputado José Aníbal, de São Paulo, que tinha um requerimento para retirar da pauta a votação do veto.

Negando-se a responsabilidade pela trapalhada, o Deputado argumentou que procurara por 15 minutos o líder do Governo na Câmara, Luiz Carlos Santos, do PMDB de São Paulo, para saber se o acordo feito, no Governo anterior, com a bancada ruralista seria mantido. Como Santos não foi encontrado no plenário, a votação foi comandada pelo líder do Governo no Congresso, Germano Rigotto, do PMDB do Rio Grande do Sul. Este, ao tentar apresentar um destaque para a votação em separado do veto, foi surpreendido com a negação do Presidente da Sessão, Deputado Ronaldo Perim, do PMDB de Minas Gerais, sob a alegação de que *"O líder do PSDB já apresentou e retirou o mesmo requerimento"*.(Jornal do Brasil, 08/04/95: 4).

Reconhecendo que a Bancada Ruralista do Congresso *"hoje é mais forte que um partido político"*, o líder do Governo no Senado, Élcio Álvares, do PFL do Espírito Santo, propôs, dois dias após a votação, que o Presidente da República recebesse os membros das Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado e integrantes da Frente

Parlamentar de Agricultura. Em represália ao corte do crédito anunciado pelo Banco do Brasil, *"os ruralistas podem colocar em pauta na Câmara o projeto que regulamenta a limitação dos juros em 12%"*, ameaçou o Coordenador da Frente Parlamentar de Agricultura, Deputado Nelson Marquezelli – PTB – SP.

Outras falas se juntaram à dos ruralistas sobre a medida de suspensão de crédito anunciada pelo Governo: o Senador José Sarney protestou dizendo que *"O Banco do Brasil não pode suspender o crédito. O caminho certo é tentar uma solução negociada. O veto foi derrubado por consenso"*. O Presidente da Câmara, Deputado Luís Eduardo Magalhães – PFL – BA, manifestou-se dizendo que *"Tem que ser encontrada uma solução suportável para o erário."* Já o Senador Geraldo Mello – PMDB – RN, afirmou que *"a suspensão do crédito tem que ser temporária, caso contrário, se transformará em um desafio ao Congresso"*.

Para a bancada ruralista, *"sem uma solução para o crédito agrícola as reformas podem ficar em segundo plano. Vamos ver se agora ele [o Presidente da República] nos recebe"*, ameaçou o Deputado Nelson Marquezelli. Já o Deputado Hugo Biehl – PPR – PR considera que

"não será bom a radicalização. Os ruralistas querem as reformas, mas seus pleitos não podem ser interpretados como calotes... O Plano Real estará em perigo se não houver uma solução para a agricultura". (Jornal do Brasil, 08/04/95: 4).

Instado pelas críticas dirigidas à bancada, proferidas sobretudo por integrantes do governo, o Deputado Nelson Marquezelli defendeu-se definindo a Bancada Ruralista como a condição necessária a que

"a agricultura cumpra sua missão de alimentar os milhões de brasileiros que dela dependem... Seu objetivo é impedir que o agricultor perca renda e seja obrigado a migrar para a cidade... [Pois este] é o suporte e a garantia da sociedade brasileira".

Quanto à derrota imposta ao governo, afirmou:

"Foi uma decisão soberana e democrática do Congresso Nacional"..."Estava havendo uma transferência de renda do setor agrícola para o sistema financeiro" (FSP, 10/04/95. Citado in Oliveira, 1995).

Remontando às origens desse jogo político, a imprensa arrola outros fatos marcantes em que os chamados ruralistas demonstram seu poder (Jornal do Brasil, 07/04/95: 14): Em 1986, pressionado por ruralistas, o Governo anistiou uma dívida de US\$ 179 milhões por causa do Plano Cruzado que acabou com a correção monetária. Com a Constituição de 1988, o Governo deu novo presente aos agricultores – US\$ 275 milhões. Em fevereiro de 1994, os ruralistas conseguiram aprovar decreto que anistiava produtores rurais do pagamento da correção monetária de suas dívidas. O Banco do Brasil suspendeu os financiamentos e calculou que o prejuízo seria da ordem de US\$ 97 bilhões.

Quando o Governo negociava no Congresso a Medida Provisória da Unidade Real de Valor – URV, também em fevereiro de 1994, os ruralistas ameaçaram rejeitá-la caso não fosse perdoada a dívida provocada pelo Plano Collor, em 1990, quando houve desarticulação entre o preço mínimo dos produtos agrícolas e a correção dos financiamentos.

Em março de 1994, o presidente Itamar Franco envia ao Congresso a medida provisória – MP que instituiu a *Unidade Real de Valor* – URV, embrião do real, que entraria em circulação em 1º de julho daquele ano. Temendo a alta dos juros e a queda dos preços dos produtos agrícolas, integrantes da bancada ruralista ameaçam rejeitar a MP, caso o governo não negocie uma "salvaguarda" para os agricultores. Com o aval do então líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB – SP), foi aprovada uma emenda dizendo que os financiamentos rurais deveriam ser corrigidos pelo índice que viesse a corrigir os preços mínimos dos produtos agrícolas. Assim, os agricultores se livrariam da TR.

Em maio do mesmo ano, os ruralistas garantem a inclusão no artigo 16 do Projeto de conversão da medida provisória da URV o atrelamento da correção do crédito rural à variação dos preços mínimos. Após a aprovação da MP da URV pelo Congresso, o Presidente da República, Itamar Franco, ignora o acordo e veta a alteração feita pelos ruralistas. As dívidas dos agricultores continuaram sendo corrigidas pela TR, enquanto os preços mínimos – desvinculados de qualquer indexador – ficaram praticamente estacionados .

Na noite de 05 de abril, o líder do governo no Congresso, Germano Rigotto (PMDB – RS), não conseguiu evitar sua derrubada. Os ruralistas conquistam o apoio de partidos governistas, como o PMDB, PFL e PTB. Desde a implantação do real, os preços mínimos dos produtos agrícolas não tiveram qualquer correção. Logo, os agricultores também não teriam qualquer correção a pagar. A TR acumulada, de 1º de julho de 1993 até início de abril de 1994, era de 27,70%

A ação dos ruralistas no Congresso, nesse sentido, começou dias antes da votação. Em reunião dos cerca de 121 deputados que integram a bancada, estabeleceu-se que cada partido político seria abordado no sentido de obter maior adesão ao voto contrário ao veto do governo. Diante da articulação empreendida pelos ruralistas, os líderes governistas tentaram, inutilmente, retirar o item de pauta. O resultado da votação foi surpreendente: 388 deputados votaram contra a manutenção do veto, enquanto que 60 votaram a favor; do mesmo modo, 43 senadores votaram contra o veto, sendo que 22 votaram a favor. Mesmo não tendo qualquer dos seus deputados integrando a bancada ruralista, o Partido dos Trabalhadores – PT, com 49 deputados, votou unanimemente contra o veto do Presidente da República, sendo este fato um indicador de que a força de mobilização da bancada é ainda maior quando há interesses comuns com outros setores (Oliveira, 1995:13).

A ameaça de suspensão do crédito agrícola pelo Banco do Brasil é uma nova cartada do Governo que é imediatamente rebatida pelos ruralistas: se mantida a

suspensão dos financiamentos, a Câmara dos Deputados seria levada a votar o projeto que regulamenta a limitação dos juros em 12%, já aprovado no Senado Federal, desafiava o Coordenador Geral da Frente Parlamentar de Agricultura, Deputado Nelson Marquezelli, do PTB de São Paulo.

Dia 10 de abril. Novo passo do Governo, nova manifestação de força dos ruralistas. Depois de derrubar o veto presidencial que fixava a correção dos contratos agrícolas pela Taxa Referencial – TR, a Frente Parlamentar de Agricultura – bancada ruralista – recusou a proposta do Governo de substituir a TR pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, como parâmetro de correção dos contratos. Na prática, a proposta do Governo envolvia a substituição de juros de 40% da TR por juros de 20% a 23% da TJLP. A bancada ruralista reagiu com ironia: "A TJLP é uma TR de *minissaia*", manifestou-se o líder da bancada, Deputado Nelson Marquezelli. Em vista disso, a bancada passou a exigir do Governo o reajuste dos preços mínimos dos produtos agrícolas em 27,6%, permitindo em troca a cobrança de juros fixados pela TR. (Jornal do Brasil, 11/04/95: 1ª Página).

A experiência da derrota exige dos quadros governistas sucessivas avaliações e revisões de conduta. No Congresso, líderes governistas reconhecem que a força da bancada ruralista não foi a principal causa da derrota do Executivo na votação do dia 05 de abril.

13 de abril. Os jornais divulgam que o total da dívida dos cem maiores inadimplentes atingia, no final do ano anterior, R\$ 6,31 bilhões. Desses cem maiores devedores inadimplentes do banco, em dezembro de 1994, 51 seriam empresas do setor rural.

"O total do débito destas empresas era de R\$ 655,64 milhões. O BB considera inadimplente a empresa que atrasou o pagamento em mais de 60 dias. A lista relaciona os devedores inadimplentes de dezembro e algumas empresas já podem ter quitado o contrato ou renegociado o seu débito. Das 51 empresas rurais, 14 são cooperativas agrícolas. Juntas, elas devem R\$ 278 milhões. Há também várias usinas de açúcar, tradicionais devedoras do BB. Pelo menos uma

delas tem como sócio um político, o senador Edison Lobão (PFL – MA), dono da Destilaria Caiman, que deve R\$ 65 milhões ao BB... Há na Justiça 90 mil ações movidas pelo Banco do Brasil. Desse total, 40 mil processos referem-se às operações na área agrícola". (FSP, 13/04/95).

A divulgação da lista dos cem maiores devedores provoca novos constrangimentos e exige do Banco do Brasil abertura de inquérito para investigar o vazamento da informação. Novas declarações são feitas:

"a imensa maioria dos devedores é formada de grandes empresários. O pequeno se esgoela para honrar sua dívida. É um fenômeno conhecido". (Paulo César Ximenes, presidente do Banco do Brasil).

O Deputado Nelson Marquezelli quer explicações do presidente do Banco Central e do ministro da Fazenda. Ele disse que os dois devem explicações à Comissão de Agricultura da Câmara depois de o governo ter acusado parlamentares ligados ao setor agropecuário de serem os maiores devedores do Banco do Brasil. *"Vamos pedir esclarecimentos sobre a lista publicada pela Folha"*, afirmou. Marquezelli declarou que a relação evidencia a política errada do governo contra o setor. *"Somos vítimas e não os malandros que o Fernando Henrique Cardoso quis culpar"*. Marquezelli disse que a lista favorece as negociações dos agricultores com o governo. O setor reivindica a fixação de juros baixos para os empréstimos financeiros. *"Os maiores débitos não são dos agricultores, mas sim do próprio governo"*, completou. *"Esta lista é altamente reveladora e tira o nosso peso"*. (FSP, 13/04/95).

Um relatório confidencial do Banco do Brasil revela que dívidas não pagas de produtores rurais representam 28% do prejuízo da instituição com operações de crédito, os empréstimos. O prejuízo total do banco em novembro em operações de crédito era de R\$ 3,36 bilhões. Deste total, R\$ 952 milhões eram relacionados a créditos agrícolas. Os cem maiores devedores, juntos, deram um prejuízo total de US\$ 1,48 bilhões ao Banco do Brasil. Dos cem, 43 são empresas ou pessoas físicas ligadas ao setor rural. *"Estes são os caloteiros que se escondem graças ao sigilo bancário"*, disse o deputado José Fritsch (PT – SC) que obteve o relatório.

Mas, as negociações continuam. É preciso minimizar a oposição da bancada ruralista aos projetos do governo. O governo propõe à bancada ruralista a criação de um fundo único para o financiamento agrícola. A idéia é reunir recursos em uma única fonte para emprestar aos agricultores. O fundo seria administrado por um conselho formado pelo governo e entidades do setor. Para viabilizar a criação do fundo, o Congresso teria que aprovar mudanças no sistema fiscal do país. Ele só poderia funcionar depois da aprovação da reforma fiscal. O governo, no entanto, adia a discussão para 1996.

O governo pede a anulação de quatro votos de senadores, considerados rasurados. Sendo anulados os quatro votos, fica mantido o veto.

Em curso, novamente, a ação coordenada da bancada ruralista. No Senado, o empenho é para referendar a votação do Congresso que cancelou a TR como indexador dos créditos agrícolas. Os deputados da Frente Parlamentar da Agricultura querem que a Comissão de Constituição e Justiça não considere nulos os quatro votos que o governo alega terem sido rasurados.

Diante da ausência de resposta do governo sobre a indexação dos contratos agrícolas, as bancadas no Congresso apresentam novos projetos, favorecendo a interesses específicos. A bancada do PT negocia com os demais partidos na Câmara dos Deputados a votação em caráter de urgência de dois projetos de lei que definem novas regras para o crédito agrícola e para o endividamento dos produtores rurais. O projeto do deputado Adão Pretto (PT – RS) cria o *Índice de Preços Recebidos pelos Produtores* – IPR como referência para corrigir os financiamentos do setor. Outro projeto de lei defendido pela bancada do PT, de José Fritsch (PT – SC), é sobre o endividamento agrícola. O projeto determina que os mini, pequenos e médios produtores que perderam seus imóveis para execuções de penhora por falta de pagamento dos contratos sejam ressarcidos em valores suficientes para adquirir imóvel equivalente ao original.

Por outro lado, os parlamentares da bancada ruralista procuram forçar o governo a apresentar uma proposta para a solução da crise da agricultura. Uma comissão do Congresso – três senadores e seis deputados – vai pressionar a equipe econômica a definir as regras de renegociação das dívidas e dos novos financiamentos agrícolas. A bancada ruralista consegue, assim, esvaziar a Comissão de Agricultura da Câmara.

A pressão exercida pelos parlamentares sobre o governo, no sentido de apresentar alguma alternativa para substituir a Taxa Referencial de Juros como indexador do crédito agrícola, resulta apenas no adiamento do vencimento das dívidas do crédito agrícola contraídas durante o *Plano Collor*, plano econômico implantado em 1990, no governo de Fernando Collor (1990-1992). Assim, é atendida uma das principais reivindicações da bancada ruralista. No ano de 1994, 42 mil produtores renegociaram os débitos com o Banco do Brasil e parte desta dívida teria vencimento no dia 30 de abril de 1995. O pagamento dos débitos é, então, adiado para o dia 31 de maio.

A indefinição do governo nas negociações leva os ruralistas a ameaçar abandonar a comissão parlamentar que discute com o governo propostas para a crise do financiamento agrícola.

A ameaça feita é transformada em nova articulação. Até a hora de o plenário da Câmara começar a votar a emenda constitucional que põe fim ao monopólio dos Estados na distribuição do gás canalizado, o governo administra ameaças entre os aliados políticos. "*Vamos dar um sustinho*", avisa o deputado Nelson Marquezelli (PTB – SP). Segundo ele informa a lideranças governistas, 40 membros do grupo, oficialmente composto de 140 deputados, votariam contra a emenda. Estava armada mais uma demonstração de força dos ruralistas, interessados em acertar com o governo a correção dos empréstimos agrícolas abaixo das taxas de juros de mercado. "*O governo está insensível*", queixa-se. É imediata a reação do líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE). "*O que é isso? Vamos conversar...*" Estava em jogo o primeiro ensaio no plenário da reforma constitucional proposta pelo presidente da República e, anteriormente, fora-lhe

assegurada a aprovação da emenda com uma margem de 40 votos. Emendas constitucionais como esta precisam do apoio de 308 deputados em duas votações independentes para serem aprovadas, o que corresponde a três quintos do conjunto.

Informados da pressão exercida pela bancada ruralista sobre o Presidente do Senado, Senador José Sarney, no sentido de publicar no Diário Oficial a versão da Lei 8.880 que prevê o fim da correção pela Taxa Referencial no crédito agrícola, o Banco do Brasil anuncia que suspenderá imediatamente os financiamentos ao setor rural caso o Congresso decida por esta promulgação.

06 de maio. Em resposta ao recurso do governo contra o resultado da votação ocorrida no mês anterior, o senador Bernardo Cabral (PP – PA) considera rasurados os votos de quatro senadores. O parecer do relator altera o resultado da votação e reverte a derrota do governo para a bancada ruralista. "*Não havia votos suficientes para derrubar da TR na correção do crédito agrícola*", é o que conclui o parecer, pronto há mais de 15 dias. A pedido do senador Íris Resende (PMDB – GO), presidente da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, o parecer não foi votado. Cabral concordou em manter suas conclusões sob reserva até que ruralistas e governo se entendessem sobre um novo índice para a correção dos empréstimos. Mas acabou antecipando o conteúdo do parecer a líderes governistas e da própria bancada ruralista. Mesmo sendo pressionado pela bancada ruralista, o senador Bernardo Cabral (PP – AM) divulga seu parecer sobre os quatro votos rasurados na votação que derrubou a TR como indexador do crédito agrícola. Os quatro votos foram considerados nulos e "*nitidamente viciados*", conforme o parecer, porque "*contêm observações e rasuras*".

12 de maio. Desconsiderando o parecer do senador Bernardo Cabral, o presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB – AP), promulga a versão final da lei 8.880, estabelecendo o fim da TR (Taxa Referencial de juros) como índice de correção do crédito agrícola. Conforme havia sido anunciado, o Banco do Brasil suspende todos os empréstimos do crédito agrícola. A decisão foi tomada a partir da publicação, no Diário

Oficial da União" da derrubada do veto presidencial que estabelecia a Taxa Referencial de juros como o indexador destes financiamentos. (FSP, 16/05/95).

Estão na pauta de discussão na Câmara a abertura do mercado da distribuição do gás canalizado e a regulamentação do transporte marítimo e fluvial no país. Os ruralistas voltam com a ameaça: "Os 140 deputados da bancada vão votar contra", disse Nelson Marquezelli (PTB – SP), porta-voz do grupo. Os ministérios do Planejamento e da Fazenda propõem a Troca da Taxa Referencial de Juros pela Taxa de Juros de Longo Prazo na correção das dívidas do setor agrícola. Além disso, seriam aumentados os prazos de pagamento de uma parcela de 30% destas. Todas essas medidas seriam imediatamente oficializadas por meio de um projeto de lei que seria enviado ao Congresso. Apreciando as propostas, a bancada ruralista argumenta: "*Não é suficiente*". [A TJLP parece nome de carro alemão e não serve." (Marquezelli, 17/05/95). Diante da ameaça de uma nova retaliação dos ruralistas nas votações, o presidente da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães (PFL – BA), intervém. Em uma reunião no gabinete da presidência, agenda-se um encontro de uma comissão de parlamentares ruralistas com o Presidente da República. "*Era a última carta que guardávamos na manga*", disse o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira. Selava-se, assim, o compromisso de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso negociaria pessoalmente novo mecanismo para correção dos empréstimos agrícolas e teria, em contrapartida, a garantia dos votos favoráveis ao governo da bancada ruralista.

Em decorrência desse novo acordo, o governo prorroga, por um ano, cerca de R\$ 1 bilhão da dívida atrasada de agricultores junto ao Banco do Brasil. Um projeto de lei seria elaborado para consagrar a prorrogação e tratar também da correção monetária do crédito rural. A parcela prorrogada representa um terço dos R\$ 3 bilhões atrasados por agricultores, segundo informa a imprensa. (FSP, 18/05/95). Quanto ao novo mecanismo de correção dos empréstimos, outro impasse nas negociações provoca novo adiamento.

A aprovação na Câmara dos Deputados da emenda que elimina o monopólio estatal do gás canalizado dá-se após a retirada do artigo que beneficiava a Petrobrás e as Empresas OAS Empreendimentos – grupo baiano: 334 votos contra 54 fazem a quebra do monopólio do gás e a vitória do governo, rumo às reformas constitucionais.

Continua sem solução a greve dos petroleiros. Parte da categoria já retorna ao trabalho, mas a greve ainda é bastante expressiva em postos estratégicos da produção. Um movimento de lideranças de vários partidos – da oposição e governistas – é iniciado na Câmara dos Deputados para tentar intermediar uma negociação na greve dos petroleiros. Uma frente parlamentar contra a privatização da Vale do Rio Doce é criada no Congresso com grande participação do PMDB. Além disso, 50 prefeitos chegam a Brasília para pressionar o acordo sobre o crédito agrícola.

No Congresso, avança a reforma constitucional proposta pelo governo. Por 348 votos a 140, os deputados aceitam, em primeira votação, o fim do monopólio das telecomunicações. A oposição conseguiu alterar um trecho da emenda que previa a criação de um órgão regulador somente para os serviços de telecomunicações, deixando de fora o rádio e a televisão. O setor de radiodifusão foi também incluído na regulamentação que seria feita pelo Congresso.

A reunião com o Presidente da República foi precedida por nova ameaça: *"Decidimos votar com o governo hoje [23/05/95], mas, no segundo turno, votaremos contra se não houver uma solução para o setor"*, declara o deputado Augusto Nardes (PPR – RS), um dos líderes da Frente Parlamentar da Agricultura. A negociação do acordo, entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e representantes da bancada ruralista, na manhã do dia 25, resulta no atendimento à reivindicação dos ruralistas com a prefixação em 16% ao ano dos juros de empréstimos de até R\$ 150 mil para o setor. A reciprocidade esperada é contabilizada em votos: 140 votos da bancada ligada ao setor agropecuário na votação da emenda que acaba com o monopólio estatal do petróleo. (FSP, 26/05/95).

O governo acabara de experimentar, no dia anterior, a aprovação em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, da emenda constitucional que abre a telefonia para a iniciativa privada, contando, entretanto, com inesperados 140 votos contrários.

As manifestações de aprovação por parte dos interessados é imediata: *"Um grande avanço"*. Assim avalia Roberto Rodrigues, presidente da Sociedade Rural Brasileira, sobre os resultados das negociações entre ruralistas e governo. De acordo com o seu entendimento, as novas regras para o crédito agrícola beneficiam o pequeno produtor, *"que fica garantido com a equivalência preço/produto... Quanto aos empréstimos futuros, o resultado das negociações representa um grande avanço"*. A avaliação de Antonio Cabrera, secretário da Agricultura de São Paulo é que *"O importante é que houve um avanço e se chegou a uma proposta, mesmo que ela não seja a ideal"*. Outro que fala em nome dos produtores rurais brasileiros é Rui Polidoro, presidente da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul – Fecotrigo. Também para ele, o acordo estabelecido representa um avanço na política de crédito agrícola. Quanto aos empréstimos de financiamento de safras passadas por meio da TR, todos se mostram apreensivos. *"Sinto-me como um naufrago, que vê à sua frente uma praia linda, mas tem logo atrás um tubarão vivo (a TR), que pode impedi-lo de alcançar a areia"*, diz Rodrigues. *"O avanço na política para os financiamentos futuros só faz sentido se forem resolvidos os problemas dos empréstimos passados"*, afirma Polidoro. Cabrera pondera que o governo deveria reavaliar a questão dos subsídios:

"Os produtos agrícolas importados têm subsídios que não são concedidos aos nacionais, o que gera uma concorrência desleal ... o governo concede hoje entre US\$ 7 bilhões e US\$ 8 bilhões em subsídios. Acho que uma fatia deste bolo poderia ser destinada à agricultura". (FSP, 26/05/95).

Objetivamente, a adoção de tal medida significa triplicar os subsídios à agricultura, considerando os subsídios destinados à safra de 1994/1995. Cumprir o acordo firmado com a bancada ruralista, em troca do apoio dos parlamentares a ela ligados à reforma constitucional, corresponde à destinação de R\$ 930 milhões do Tesouro para cobrir empréstimos do Banco do Brasil a juros abaixo da inflação. Além do mais, implica

o desrespeito às regras da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que disciplina o gasto do Orçamento, segundo divulga a Folha de São Paulo (27/05/95).

"Pelo parágrafo 2º do artigo 24 da LDO, os subsídios à agricultura devem ser destinados, 'exclusivamente', a financiamentos para mini e pequenos produtores rurais. O acordo fechado com os ruralistas define como pequenos produtores os que tomam financiamentos até R\$ 30 mil. O governo ainda não sabe de onde vai tirar o dinheiro para elevar os subsídios à agricultura. Não há previsão no Orçamento".

Mais uma expressão de força, mais uma institucionalização da pressão política: em 01/05/95, secretários estaduais do setor e representantes de entidades agropecuárias criam a *Frente Única da Agropecuária Brasileira*, juntamente com os ruralistas. A frente, cuja composição foi coordenada pela Confederação Nacional da Agricultura, pretende convencer o governo e a opinião pública de que grande parte dos agricultores não tem com pagar suas dívidas junto ao Banco do Brasil. Para tanto, sua estratégia de ação é a de incitar os produtores que se sentem prejudicados com a correção dos financiamentos agrícolas pela Taxa Referencial de juros a recorrer judicialmente para não fazer o pagamento, depositando em juízo apenas o principal da dívida.

Enquanto os parlamentares ruralistas na Câmara dos Deputados agem no sentido de sua organização, seus opositores, coordenados pelo presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara, deputado Alcides Modesto (PT – BA), estruturam novos embates políticos. Usando do poder regimental, o Presidente da Comissão pede o afastamento de nove membros titulares por excesso de faltas às sessões, fugindo aos procedimentos usuais no Congresso, de tolerância aos faltosos.

A imprensa noticia o fim da greve dos petroleiros (02/06/95). A greve é considerada abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho e as reivindicações dos sindicalistas não são atendidas.

"O fim da greve dos petroleiros foi recebido com grande e generalizado alívio. Mas deve-se admitir que, enquanto durou, a seus evidentes incômodos e prejuízos somou-se um certo fascínio com o que ocorria. Os grevistas começaram a assemelhar-se, depois de um tempo, àqueles almirantes que não abandonam o barco que naufraga. Tudo os levava a desistir; era evidente que o governo

não cederia um milímetro; o movimento era claramente impopular; mas a greve continuava; já era mais uma questão de amor-próprio do que de interesse econômico. O maior motivo de fascínio foi, entretanto, a atitude do governo. A inflexibilidade de FHC ocasionou comparações elogiosas com Margaret Thatcher... A greve foi uma bênção para o governo. Nada poderia dar mais impulso às reformas do que a impopularidade da mobilização. Mais do que isso, tratava-se de demonstrar à sociedade que o governo é decidido, firme, sabe o que quer..." (Marcelo Coelho, da Folha de São Paulo, 07/06/95).

Finda a greve, entre os Parlamentares é grande a agitação na véspera da votação da quebra do monopólio da PETROBRÁS. No dia 07 de junho, a Câmara aprova, em primeiro turno, por 364 votos a 141, a emenda que permite a quebra do monopólio estatal do petróleo, que vigorava desde 1953⁵. A bancada ruralista votou em massa a favor da emenda. Dos 140 deputados, "*seis votaram contra*", de acordo com o Deputado Marquezelli, um dos líderes da bancada.

Um dia após a aprovação, na Câmara, em primeiro turno, da emenda que quebra o monopólio estatal sobre a exploração do petróleo, o presidente Fernando Henrique Cardoso fecha um acordo sobre o crédito agrícola com a bancada ruralista que prevê a renegociação de 20% a 30% das dívidas com vencimento até o final daquele ano. Os termos do acordo firmado estabelecem a correção pela Taxa de Juros de Longo Prazo

⁵ A emenda que quebra o monopólio da Petrobrás foi aprovada em 2º turno pela Câmara por 360 votos a 129, em 20/06/95. Em 09/11/95, o Senado aprovou, em segundo e último turno, emenda constitucional que quebra o monopólio da Petrobrás da pesquisa, lavra, refino e transporte do petróleo e gás natural, que mantinha desde sua criação, há 54 anos, permitindo que a União contrate empresas privadas ou estatais para explorar essas atividades e também para atuar na importação e exportação dos derivados do petróleo. Sua promulgação deu-se em 10/11/95, em sessão solene no Congresso Nacional. O resultado da votação registrou 60 votos favoráveis à quebra do monopólio, 15 contra e nenhuma abstenção. Além dos senadores dos partidos de oposição (5 do PT, 2 do PDT, 1 do PSB e 1 do PPS) também votaram contra o fim do monopólio cinco governistas: do PMDB, Roberto Requião (PR), Pedro Simon (RS) e Onofre Quinan (GO); do PFL, Josaphat Marinho (BA); do PTB, Emília Fernandes (RS). Também Bernardo Cabral (AM), sem partido, votou contra. Esta foi a mais polêmica das cinco emendas propostas pelo governo que alteraram a ordem econômica do texto constitucional. As quatro emendas restantes — da distribuição do gás canalizado, da navegação entre os portos do país, a que elimina a discriminação de empresas de capital estrangeiro e a que põe fim ao monopólio do Estado nas telecomunicações — foram promulgadas pelo presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB – AP), em 15/08/95.

– TJLP, em substituição à Taxa Referencial de Juros – TR. Deste modo, a nova taxa corresponde a 23% ao ano, contra mais de 40% anuais pela TR. O valor a ser renegociado corresponde a R\$ 1,8 bilhão, segundo o deputado Nelson Marquezelli (PTB – SP).

Além disso, o prazo de pagamento se estende de um a dois anos. O restante da dívida com vencimento em 1995 também recebe um subsídio de 1%, descontado da correção feita pela TR. O governo também adiou por um ano o pagamento das dívidas do Plano Collor. Os ruralistas concordam, assim, com a suspensão dos efeitos da derrubada do veto presidencial, ocorrida em abril, e que tem como consequência a reabertura do crédito agrícola no Banco do Brasil.

A primeira etapa das reformas econômicas é considerada vencida. Cabe assim ao governo um novo embate com os parlamentares, desta feita para derrubar o projeto de lei complementar que tabela os juros em 12% ao ano. A bancada ruralista acena que deve votar com o governo. O projeto já fora aprovado pelo Senado. O principal argumento do governo é que as taxas de juros devem cair gradualmente e não por força de uma lei.

Mas, as novas negociações apresentam maior complexidade desde que têm sido atendidos pedidos da chamada Frente Parlamentar da Agricultura. Pelo menos outros seis grupos encontram-se em organização nas comissões técnicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, totalizando cerca de 360 parlamentares: representantes dos setores da saúde, vestuário, calçadista, pecuária leiteira, cana-de-açúcar e cerâmica. Os grupos ligados à indústria pressionam o governo a adotar alíquotas mais elevadas e cotas de importação para produtos que chegam do exterior com preços mais baixos do que os similares nacionais. Os grupos da cana-de-açúcar e da pecuária leiteira que contam com cerca de 80 parlamentares integram também a bancada ruralista, mas negociam em separado com o governo. Além disso, pelo menos 12 deputados são proprietários de usina de cana-de-açúcar. (FSP, 18/06/95).

Pressões dessas "bancadas informais" obrigam os líderes governistas a estudar o adiamento para agosto da votação do projeto que limita em 12% as taxas de juros anuais. Para o líder do governo na Câmara, deputado Luiz Carlos Santos (PMDB – SP), as pressões sobre o governo das bancadas informais do Congresso indicam que é urgente a reforma política.

"Os partidos estão fragilizados e as maiores pressões vêm dos setores organizados do Congresso ... as crises do governo acontecem em função do atual modelo político".

O Plano Real completa um ano com queda da inflação de 40% para 2% ao mês, perfazendo 32,1% de inflação nos 12 primeiros meses. A maior mudança verificada durante o primeiro ano do real foi a extinção do Índice de Preço ao Consumidor - Série R – IPCr, índice oficial de inflação, sendo adotado o regime de livre negociação.

O mês de julho inicia com novas iniciativas do governo para controlar o poder demonstrado pela bancada ruralista no Congresso, ao longo dos últimos seis meses. Um novo canal de negociação com o setor agrícola poderia representar algum ganho nesse sentido. Com esta expectativa, o Presidente da República convoca e recebe em seu gabinete 14 lideranças rurais, entre presidentes de cooperativas, sindicatos e empresas ligadas ao setor agrícola. Resulta da reunião a decisão de se formar uma comissão para analisar os problemas do setor, como o endividamento e a queda de renda. Na opinião dos participantes, esta comissão deveria se configurar como um grupo de trabalho paritário, com integrantes do governo, dos parlamentares e da *Frente Única da Agricultura*, que reúne secretários estaduais da agricultura e entidades civis, como a Sociedade Rural Brasileira e a Confederação Nacional da Agricultura.

O "jogo da dívida", ao final de seis meses, é revelador, segundo a imprensa, de suas "peças" fundamentais, do lado do governo e do lado do Congresso. Reconhece-se que

"a única força que conseguiu derrotar o governo no Congresso foi a bancada ruralista. Suprapartidária, a frente tem o apoio de 134 deputados, de um total de 513, e de mais de 30 senadores, de um grupo de 81. Com essa força e ameaçando não votar a reforma constitucional, os ruralistas conseguiram impor ao governo um acordo de renegociação das dívidas do setor rural que custou R\$ 2,8 bilhões aos cofres públicos". (FSP, 02/07/95).

Representantes do setor agrícola iniciam a *"Não posso plantar: Marcha sobre Brasília"*, uma manifestação para protestar contra a perda de R\$ 5,6 bilhões até julho daquele ano. (12/07/95).

Os manifestantes contam com a simpatia e a ajuda de prefeituras, comunidades, comércio locais e postos de gasolina para custear a viagem.

Na véspera da chegada do movimento a Brasília, o Banco do Brasil anuncia a liberação de R\$ 200 milhões para financiamento da safra de verão.

Os comboios chegam à capital, no dia 19, com a expectativa de contar com 1200 caminhões. Orientados pela Polícia Militar, os caminhões, cerca de 700 no primeiro momento, entram, à noite, na cidade, e se dirigem à Esplanada dos Ministérios. No dia seguinte, os agricultores rezam a missa na Catedral de Brasília. Em seguida, os caminhões fazem um "buzinaço", iniciando o ato público do movimento. A comissão de produtores é recebida, no final da manhã, pelo vice-presidente da República e pelo Ministro da Agricultura. A reunião dura pouco mais de uma hora. O presidente Fernando Henrique partira em viagem a Portugal. Os agricultores reivindicam redução dos juros de empréstimos.

Os produtores demonstram que têm clareza quanto ao que querem do governo. *"A TR é um dos problemas"*, disse Mário Bertani, produtor gaúcho e membro da comissão de negociação. Os agricultores também apontam como problemas as dívidas do Plano Collor, os impostos do setor agrícola, as importações de países com subsídios para a agricultura e querem garantia de preço mínimo. O produtor goiano José Lázaro da Silva, presidente da Central de Associações de Produtores Rurais,

sediada em Rio Verde, Goiás, diz que, se a situação não mudar, *"Temos condições de plantar o mínimo possível, fazer uma campanha para não plantar e aí vamos acabar com o Plano Real. Está na mão da classe política."* Sobre o acordo feito entre a bancada ruralista e o governo em maio, Lázaro diz:

"foi um retrocesso e uma piada"... os juros aumentaram para o pequeno produtor. O juro real era de 6% ao ano e passou a 16%, com o preço mínimo congelado. O que ficou congelado a não ser o produto agrícola?...Não queremos o Marquezelli do nosso lado. Não queremos pessoas que levam proveitos sem negociar com as bases".

Antônio Eloy Paz, o *Tonico*, presidente da Associação dos Arrozeiros de São Borja, Rio Grande do Sul, é um dos principais organizadores do movimento dos agricultores. Ele afirma que não sabe quanto deve ao Banco do Brasil.

"Não negocio com o banco há dois anos, pois não reconheço o valor cobrado. O valor correto será definido pela Justiça, pois fui acionado pelo Banco há 30 dias ... Só quatro produtores tiveram acesso ao crédito agrícola em São Borja em 95, pois o Banco não empresta para inadimplentes".

Segundo informa, a área plantada de arroz em São Borja já chegou a 120 mil hectares. Com a crise, em 1996, esta área deve ser reduzida para apenas 4 mil hectares.

A televisão registra como *"uma invasão"* os acontecimentos, chamando a atenção para os desencontros entre os participantes.

"A manifestação cresce e aparecem as divergências" (Jornal Nacional). "Os políticos que tentaram fazer parte de uma comissão que representa os agricultores foram vaiados...o movimento cresceu a ponto de engolir as lideranças (Jornal Bandeirantes). "Perplexos com o tamanho do movimento, os agricultores não conseguiram elaborar uma agenda. Este foi um legítimo movimento de base, mas faltou uma cúpula preparada." (TJ Brasil). " Bancada Ruralista é vaiada pelos manifestantes" (Rede Brasil). (Nelson de Sá, FSP, 20/07/95).

A divisão do movimento se dá quanto à inclusão do pedido de demissão do ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, entre suas reivindicações.

A manifestação dos agricultores conta com a simpatia de partidos de oposição e governistas. Além de membros da bancada ruralista, o presidente da comissão de Agricultura da Câmara, Alcides Modesto (PT – BA), e os deputados Paulo Bernardo (PT – PR) e Airton Dipp (PDT – RS) acompanham o movimento.

"Podemos não concordar com tudo que os agricultores reivindicam, mas eles estão com a corda no pescoço e têm toda a razão de se manifestar" (Paulo Bernardo).

Marquezelli, alvo destacado dos manifestantes, defende-se criticando o presidente da República que não teria liberado os recursos para os agricultores, como previa o acordo feito no final de maio. Esclarece que do total de R\$ 190 milhões prometidos para a compra de sementes, apenas R\$ 90 milhões foram liberados e que aos juros de 16% ao ano para empréstimos de até R\$ 150 milhões foi acrescida a correção da poupança, podendo somar mais 24% ao ano. *O governo tem dez dias para resolver o acordo. Se ele não for cumprido, é possível que a bancada vote contra a MP da desindexação.*

A procura da terra

A segunda-feira, 24, chega com o "*Congresso Nacional dos Sem-Terra*", em Brasília. Sua proposta é que o governo destine à reforma agrária as terras dos "caloteiros" do Banco do Brasil. Na opinião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o ministro da Agricultura concorda com esta proposta. *"A proposta do ministro é a mesma do MST, mas é preciso que ele saia do discurso (Jaime Amorim, dirigente do MST, 24/07/95).* Contestando os produtores, participantes da "Não Posso Plantar: Marcha sobre Brasília", os sem-terra querem que os R\$ 2,3 bilhões devidos por 1.276 donos de terras sejam aplicados para o assentamento de 200 mil famílias, ao que reage o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio de Salvo. *"Isso é demagogia. O ministro quer desviar a atenção da crise agrícola para a reforma agrária, um tema mais simpático à população". (FSP, 24/07/95).*

A Folha de São Paulo registra que, *"Como aconteceu antes com a greve dos petroleiros, o fim da marcha sobre Brasília, dos agricultores, foi vazio e bem melancólico."* A televisão informa que *"Para os agricultores, o protesto conseguiu pelo menos chamar a atenção"* (Rede Globo, Programa Fantástico)... *"Não receberam resposta das autoridades federais, mas não acham que o movimento foi um fracasso. Também não acham que foi um sucesso. Os depoimentos de participantes confirmam" Se não tiver resposta, nós vamos voltar". " A gente mostrou, pelo menos, que está unido".*(24/07/95).

O mês de agosto inicia com grande tensão no campo. 1º de agosto. Cerca de 700 trabalhadores rurais, sem o apoio da Comissão Pastoral da Terra ou do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, invadem a fazenda Santa Elina, em Corumbiara, Rondônia. O juiz local, Glodner Paoletto, expede ordem de despejo imediato. 9 de agosto. A polícia desocupa a fazenda. A operação resulta em 12 mortes: dez trabalhadores rurais sem-terra e dois policiais militares. De acordo com os que viveram o conflito, os policiais começaram a cercar a fazenda às 3 horas da madrugada e a invadiram às 4 horas, ferindo a Constituição segundo a qual o mandado judicial somente pode ser executado durante o dia. Teriam chegado atirando. A perseguição teria durado até 10 horas. Já a Polícia Militar, informa que ocupou a fazenda às 5 horas e 45 minutos e que a situação estava sob controle às 7 horas e 30 minutos. Relata que foi recebida a bala. Classifica os sem-terra de guerrilheiros e afirma que havia atiradores de elite entre eles. (FSP, 14/08/95).

Logo após a desocupação da fazenda Santa Elina, o juiz determina a prisão preventiva de seis líderes de sem-terra. Estes são citados no processo por *"invasão e tentativa de tomar posse de imóvel alheio, formação de quadrilha e tentativa de homicídio"*.

Os fatos ocorridos em Corumbiara são seguidos de várias manifestações. A CUT requer a suspensão do juiz Glodner Paoletto, de Colorado do Oeste, Rondônia, sob a alegação de que foi ele quem expediu ordem de prisão contra seis líderes dos sem-terra, dois dos quais organizaram a invasão da fazenda Santa Elina, em Corumbiara. Além

disso, concedeu liminar no dia 1º de agosto pedindo a reintegração de posse ao proprietário da Santa Elina, Hélio Pereira de Moraes. *"O juiz agiu de forma irresponsável e parcial ao conceder a liminar, sabendo que lá era área de risco de conflito. E agora ainda tenta incriminar as vítimas de um massacre"*. (Remigio Todeschini, tesoureiro da CUT. FSP, 29/08/95).

Também a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB pedem ao Tribunal de Justiça de Rondônia que investigue a conduta do juiz Glodner Luiz Paoletto, acusado de ser o principal responsável pelo conflito em Corumbiara.

Em nota oficial, o governador de Rondônia, Valdir Raupp (PMDB), declara *"não estou preocupado em impingir culpa a quem quer que seja antes da conclusão dos inquéritos instaurados"*. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o governador diz que *"isso aí (as invasões) estava preparado pelo PT em todo o Brasil (...) os líderes e o PT querem provocar mesmo é uma desordem no país"(...)* *"Fui traído pelo secretário de Agricultura, Osvaldo Pitaluga, do PT, que incitou o movimento a permanecer na fazenda"*. (30/08/95)

7 de setembro. Cerca de 45 mil pessoas participam, na Basílica de Aparecida, São Paulo, do *"Grito dos Excluídos"*, um protesto contra a política econômica vigente. Além da missa, um pannelaço, na praça da igreja. Contando com o apoio de parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a 8ª Romaria do Trabalhador, organizadora do grito, manifesta-se pela reforma agrária, pela distribuição de renda, contra o desemprego e a corrupção. D. Angélico Sândalo Bernardino, da Pastoral Operária da CNBB, que celebra a missa ao lado de D. Demétrio Valentini, coordenador da Pastoral Social da entidade, prega:

"O sistema neoliberal é frio. Contempla as riquezas deste país para poucos. O que se vê é a concentração da riqueza nas mãos de quem vive da lógica da espoliação e exploração da classe trabalhadora. Recentemente, vimos homens, mulheres e crianças sendo simplesmente

esmagados porque gritavam por terra para trabalhar. A terra no Brasil continua sendo roubada porque está sendo estocada para se obter lucros e não para produzir, não para o plantio. É uma usurpação".(FSP, 08/09/95).

Ao meio-dia, a praça da Basílica de Aparecida é tomada por milhares de pessoas com apitos e panelas. Gritando "*A Vida em primeiro lugar*", a multidão agita bandeiras do PT e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST e faixas de caravanas vindas de São Paulo, Rio, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás: "*Não queremos PM nas questões da terra*" e "*Punição aos responsáveis pelo massacre de Rondônia*". (FSP, 08/09/95).

Brasília, Congresso Nacional. Trezentos trabalhadores rurais sem-terra pedem ao legislativo a reforma agrária e a paz no campo. A programação dos sem-terra começa às 10h com uma sessão na Câmara dos Deputados. Em seguida, dirigem-se para o Senado, cantando:

"Vamos ocupar aquela terra/ De lá não vamos sair/ Nosso lema é ocupar, resistir e produzir". (15/09/95).

Concluído, o relatório da Polícia Federal é entregue ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH . "*Os laudos indicam que os sem-terra foram mortos a curta distância e em muitos casos pelas costas*", segundo o diretor da Polícia Federal, Vicente Chelotti. (FSP, 29/09/95).

Cerca de 2.000 pessoas participam de ato público, seguido de passeata, no centro de Porto Velho, Rondônia, pela punição dos responsáveis pelas mortes ocorridas em Corumbiara. À frente do Palácio Presidente Vargas, instala-se o Comitê Santa Elina, reunindo 40 sindicatos, a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Mas, a pressão social na questão da terra sobre o governo federal é cada vez maior, muito embora a atuação da bancada ruralista demonstre o contrário. Os fatos chocantes ocorridos em Corumbiara agitam toda a sociedade no sentido da busca de

ações concretas por parte do governo federal. O presidente da República promete apressar os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, em audiência com representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

No início de novembro, o Incra começa o assentamento definitivo de 120 de famílias de sem-terra que participaram da invasão da fazenda Santa Elina, em Corumbiara. O governo e sem-terra dissidentes do MST acertam o assentamento de todas as 618 famílias até o final de 1995. (FSP, 08/11/95).

Em visita ao acampamento montado a 60 km de Corumbiara, o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Francisco Graziano, anuncia a aquisição de três novas áreas destinadas ao assentamento das 618 famílias despejadas em agosto da fazenda Santa Elina: *"Quero me juntar aos trabalhadores que desejam ajudar o Brasil: Corumbiara nunca mais"*.(FSP, 27/11/95)

Em 08 de novembro de 1995, o Senado aprova em 2º turno a emenda que acaba com o monopólio da Petrobrás.

O mês de dezembro inicia e a tensão no campo provocada pelo avanço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não pode mais ser ignorada em Brasília, nem mesmo nos corredores do Congresso Nacional. O deputado Nelson Marquezelli, da bancada ruralista ameaça dizendo que os proprietários rurais vão utilizar armas se até o fim do mês não houver um recuo na onda de invasão comandada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

"Nós vamos nos armar com segurança particular se esse problema não tiver solução até janeiro ... Nós vamos nos proteger como qualquer outra empresa. Só vai entrar nas fazendas quem a gente autorizar".

Outra investida ruralista é no sentido de aprovar o projeto do deputado Antônio Feijão (PSDB – SP), que proíbe que as terras invadidas, sob qualquer pretexto,

sejam desapropriadas para fins de reforma agrária. A reorganização da União Democrática Ruralista – UDR para tentar conter o avanço da Central Única dos Trabalhadores – CUT no campo, é outra proposta da bancada ruralista, além das ameaças de abandonar o governo. (FSP, 13/12/95).

E o ano de 1995 termina, para os agricultores, satisfatoriamente, sob o ponto de vista do seu endividamento com o Banco do Brasil. Conforme reconheceu, ainda em julho, o governo buscou "separar o joio do trigo"⁶ para resolver a crise da agricultura. A securitização da dívida agrícola – transformação do débito em títulos – com o montante de R\$ 4,5 bilhões, de acordo com o deputado Hugo Biehl, atendeu interesses dos produtores, quanto ao endividamento acumulado pelo setor agrícola nos últimos anos. As dívidas antigas dos agricultores foram revistas. Parte das multas por atraso de pagamento foi anistiada. O restante da dívida foi assumido pelo Tesouro, que repassou títulos para os bancos credores. Além do desconto nas dívidas, os agricultores são beneficiados com o prazo de sete a dez anos para pagar débitos de até R\$ 200 mil. Juros de 3% ao ano somados à variação do preço mínimo é outra conquista. O total da dívida assumida pelo Tesouro monta a R\$ 7 bilhões... *"Pode-se dizer que, pelo lado do endividamento, o governo atual zerou o passado"*. (André Lahóz, 13/12/95).

Pelo lado do direito à terra, porém, as dívidas acumuladas no passado atropelam o presente.

⁶ "O governo precisa separar o joio do trigo na questão agrícola", admitiu o presidente Fernando Henrique, em Portugal, quando em Brasília acontecia a "Marcha sobre Brasília: Não posso plantar". Demonstrando que a marcha havia sensibilizado o governo, a ponto de mudar os rumos das negociações e reconhecendo os vários interesses em jogo na crise agrícola, o Palácio do Planalto, de certa forma, admitia ter sido influenciado pela avaliação do Banco do Brasil, só conseguindo identificar caloteiros e aproveitadores naqueles que apelavam por uma solução para o campo (FSP, 25/07/95).

MST – as origens do movimento

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem origem nas lutas isoladas dos trabalhadores rurais, na região Sul, pela conquista da terra, no final da década de 70, tendo como matriz o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta – RS, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro). Gradativamente, suas ações desencadeiam sucessivas ocupações de fazendas consideradas improdutivas em todo o país. Na medida em que se expande, o Movimento alcança notoriedade, com a cobertura da imprensa. Em 1993, os jornais registram 55 ocupações. Em 1994, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra torna pública sua intenção de triplicar o número de invasões de propriedades rurais durante o ano. (FSP, 04/04/94).

Os jornais lembram que a questão agrária, há muito esquecida, volta ao cenário justamente quando se comemoram trinta anos do golpe militar de 1964, provocado, entre outros motivos, pela tentativa de reforma agrária. O coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Gilmar Mauro, afirma *que*

“O uso da terra como reserva de valor é não apenas imoral, mas também atenta contra a ordem natural das coisas, dado que a terra tem como finalidade precípua servir de abrigo e propiciar a sobrevivência, como produtora de alimentos.” (FSP, 04/04/94).

Contra a “invasão de propriedades” a imprensa reage:

“O caminho correto para evitar a manutenção de terras improdutivas são pesadas sanções econômicas, objetivas e compatíveis com o Estado de Direito. Os instrumentos fiscais são legítimos e viáveis, mas nunca foram devidamente usados. O Imposto Territorial Rural, vindo da Constituição de 1891, foi transferido, em 1964, à esfera federal, à primeira vista para promover a reforma agrária. Na prática, entretanto, a reforma foi engavetada. A carga tributária por imóvel correspondeu em média nos últimos anos a 25% de um salário mínimo por ano. Ou seja, o sistema tributário consagrou o incentivo fiscal ao uso da terra como reserva de valor. Os níveis de arrecadação do ITR são hoje de insignificantes 0,02% do PIB, contra 0,2% arrecadados com o IPTU. Evidentemente o mal está na falta de vontade política de usar os tributos para evitar a especulação com terras. É preciso diferenciar a reforma agrária necessária da violência contra o direito de propriedade, baseada em atos de fé ou, como quer Gilmar Mauro, na hipótese de que ‘demonstrações de força’ em ano eleitoral venham a surtir mais efeito. O único efeito da violência é convocar, sempre em sentido contrário, ainda mais violência.” (FSP, 04/04/94)

O destaque dado pela mídia ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, suas estratégias de ocupação e envolvimento político partidário resultou também em incursões na sua filosofia e mecanismos de funcionamento. Um interesse muito claro e que se mostrou crescente começava a se delinear na imprensa, desde maio de 1994. Era preciso encontrar respostas para questões intrigantes como: Como se dava a organização do movimento? Como era possível arregimentar para uma ação política tão expressiva a população rural brasileira, historicamente considerada alienada, e submissa aos tradicionais *senhores da terra*? Qual a origem dos recursos desembolsados pelo MST no processo da sua organização? Quem pensava o Movimento e, principalmente, que idéias o alimentavam? Seriam guerrilheiros os sem terra? Estariam vinculados a movimentos de guerrilha internacionais? Cartilhas e documentos do MST passaram então a ser analisados. De acordo com a imprensa, estes documentos e cartilhas

"mostram que a organização segue um modelo paramilitar. As áreas invadidas se transformam em 'Estados paralelos', com lei e polícia próprias. A 'justiça' nas áreas invadidas é exercida por 'tribunais' formados pelo MST e chamados de 'comissões de disciplina'. As comissões, formadas por três dirigentes do MST, julgam a 'conduta política e pessoal' dos militantes. As 'normas de comportamento pessoal' dos sem-terra foram fixadas em uma cartilha de disciplina, editada em fevereiro de 1992. Os sem-terra são proibidos de criticar o movimento ou seus líderes em público. Não podem ficar bêbados, 'falar coisas indevidas' na frente de estranhos, ou ter 'atitudes imorais'. Os tribunais informais dos sem-terra têm poder para determinar punições políticas ou aplicar multas em dinheiro aos militantes considerados 'culpados'. As 'fronteiras' da área invadida são rigidamente controladas pelos sem-terra. Grupos indicados pela direção do movimento se revezam na vigilância armada. Ao desalojar os sem-terra que tinham invadido uma área em Getulina (SP), a Polícia Militar paulista encontrou documentos mostrando que os militantes só deixavam o acampamento com passes especiais. Os 'salvos-condutos' eram fornecidos pela direção do MST e os militantes precisavam comprovar a necessidade de sair. Quem ia consultar médicos precisava levar na volta o registro da consulta. Uma invasão equivale a uma operação militar. A fase de preparação leva pelo menos três meses. Até cinco mil pessoas são mobilizadas para a invasão e resistência. A organização dos sem-terra copia modelos de organizações 'revolucionárias' de outros países. Na invasão de Getulina, a PM apreendeu uma cartilha 'Sobre o método revolucionário de direção', distribuída pelos sem-terra e editada pelos sandinistas nicaraguenses. A cartilha ensina um dos métodos que se tornaria ponto básico da atuação dos sem-terra: a renovação dos quadros de direção. A cada invasão, um novo grupo de líderes é treinado para comandar o acampamento. O MST também adota o método de direção coletiva, sugerido na cartilha sandinista". (FSP, 22/05/94)

A imprensa também esclarece que as ocupações de terra promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST são lideradas por militantes profissionais, treinados pela organização.

“Ailton Kroda, que coordenou a invasão em Lagoa Vermelha (RS), é um veterano desse tipo de ação. Kroda já participou de seis invasões. Ele admitiu à Folha que já recebeu terra, mas continua ‘ajudando o movimento’. Os líderes dos sem-terra recebem formação política. O MST se associou à CUT e à setores da Igreja Católica para criar um centro de formação em Braga (RS). Formalmente, este centro é uma escola técnica agrícola – a Fundep (Fundação para o Desenvolvimento Educacional e Pesquisa). Os 80 alunos admitidos anualmente na Fundep são indicados pelos sem-terra e pela CUT. Têm de 14 e 18 anos. Pela manhã, têm aulas normais. À tarde, trabalham no campo. À noite, recebem formação política. Os “cadernos de doutrinação” do MST são o material para-didático. Trazem a biografia de revolucionários como Guevara e um ‘calendário das lutas populares’. José Ademar Batista, um dos três coordenadores da escola, diz que o objetivo desta preparação política “é ensinar os estudantes a questionar injustiças e se organizar para combatê-las” (FSP, 30/05/94).

A preocupação com os resultados das eleições levam setores conservadores do país a ir mais além, na busca de instruir a opinião pública sobre as ameaças que um movimento social com tamanho alcance parece representar para a sociedade. Um exemplo disso é o procedimento adotado por Polícias Militares de vários Estados que produzem documentos para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, afirmando que o MST não apenas recebe verbas do exterior para financiar as chamadas invasões, com pretende organizar uma república, no Brasil, marxista-leninista. A Folha de São Paulo, em 14 de junho de 1994, publica parte de um dossiê montado pela Polícia Militar de São Paulo:

“O tópico ‘sustentação financeira’, que consta da página 5, menciona informações sobre suposta ajuda econômica que o MST estaria recebendo do exterior. Diz o dossiê que ‘o MST tem ajuda financeira estrangeira de organizações governamentais e não-governamentais, principalmente da Holanda e Alemanha’. Além da verba, sustenta o documento, ‘o MST arrecada de cada família assentada 1% de sua produção anual e 5% do valor total de qualquer projeto de ajuda financeira a fundo perdido, ou empréstimo de qualquer origem, nacional ou do exterior’.(...) os partidos políticos que servem de base para as ações do MST são o PT e o PC do B. Quando fala do PT, o documento afirma que o MST recebe ajuda da agremiação ‘principalmente através de sua tendência interna denominada Tendência Brasil Socialista’. Segundo o relatório, isso justifica ‘a forma radical de atuação do MST e sua concepção orgânica centralizada, o centralismo democrático’. O documento sustenta que, com esse dinheiro e apoio partidário, o MST já teria estipulado alvos bem definidos, de acordo com os resultados das próximas eleições. Em sua página três, o dossiê diz que o MST estaria tentando construir no país uma ‘autêntica’ república

marxista. 'A tão sonhada aliança operário-camponesa, segundo a doutrina marxista, é um fator indispensável para que se possa construir um Exército Popular Revolucionário', afirma o dossiê. E continua. 'O movimento rege-se por uma doutrina marxista-leninista, com características estalinistas'. Considera-se que o MST esteja consolidado definitivamente em 19 Estados do país: Rio Grande do Sul, Pará, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Goiás. Conclui o dossiê que o MST seria um movimento de fachada, que esconderia suas 'reais intenções'. Afirma o documento: 'O MST procura passar para a sociedade a impressão de que se trata de uma organização voltada para a luta pela terra, entretanto sua doutrina contém todos os ingredientes de um partido político'. Ainda segundo o relatório, o movimento quer ser o 'pretense condutor da classe operária como um todo, detentor da ciência revolucionária, dentro dos princípios marxistas-leninistas". (FSP, 14/06/94).

Muitas especulações a respeito da organização do Movimento talvez tenham incentivado seus dirigentes a usarem, eles mesmos e em favor da sua organização, a sua história. Assim é que, em fins de 1996, o MST lança uma agenda promocional, vendida a seus simpatizantes, em que consta a sua versão para este movimento social, já de indiscutível penetração no país, com o título de *Elementos da História do MST*. Nesse documento, lê-se que o MST luta por três grandes objetivos:

"a terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. Quer a expropriação das grandes áreas nas mãos de multinacionais, o fim dos latifúndios improdutivos, com a definição de uma área máxima de hectares para a propriedade rural. É contra os projetos de colonização, que resultaram em fracasso nos últimos trinta anos e quer uma política agrícola, voltada para o pequeno produtor. O MST defende autonomia para as áreas indígenas e é contra a revisão da terra desses povos, ameaçados pelos latifundiários. Visa a democratização da água nas áreas de irrigação no Nordeste, assegurando a manutenção dos agricultores na própria região. Entre outras propostas, o MST luta pela punição de assassinos de trabalhadores rurais e defende a cobrança do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), com a destinação dos tributos a reforma agrária."

Historicamente, o MST se situa como a continuidade das lutas camponesas. Resgatando sua ancestralidade, o movimento apresenta sua linhagem:

"(até o final de 1800), os índios e negros protagonizavam essa luta, defendendo territórios invadidos pelos bandeirantes e colonizadores, ou unindo a luta pela liberdade com a da terra própria e construindo os quilombos. No final do século 19 e início do nosso século, surgiram movimentos camponeses messiânicos, que seguiam um líder carismático. São exemplares os movimentos dos Canudos, com Antônio Conselheiro; do Contestado, com Monge José Maria; o Cangaço, com Lampião, e diversas lutas regionalizadas. Nas décadas de 30 e 40 ocorreram conflitos violentos, em diversas regiões, com posseiros defendendo suas áreas, individualmente, com armas nas mãos. Entre 1950 e 1964, o movimento camponês organizou-se enquanto classe, surgindo as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABS) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). Esses movimentos foram

esmagados pela ditadura militar, após 1964, e seus líderes foram assassinados, presos ou exilados. O latifúndio derrotou a reforma agrária.”

Mas o Movimento, sob a forma de ocupação de terras por camponeses, surge em finais de 1979 e 1980, compondo a luta pela redemocratização do país. No início de 1984, realiza-se o primeiro encontro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 1995/96, o MST encontra-se organizado em 22 Estados brasileiros. Em cerca de 12 anos de existência, o movimento faz seu balanço:

“quase 140 mil famílias já conquistaram terra. Grande parte dos assentados se organiza em torno de cooperativas de produção, que já somam 55 associadas às centrais ligadas à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). A elevação da renda das famílias assentadas é realidade em muitos dos assentamentos, principalmente onde as agroindústrias são desenvolvidas. Pesquisa da FAC comprova que a média da renda nos assentamentos é de 3,7 salários mínimos mensais por família. Onde as agroindústrias estão implantadas essa média sobe para 5,6 salários mensais para famílias. Além da preocupação com o aumento do poder aquisitivo, o MST investe na formação técnica e política dos assentados. O setor de educação é um dos mais atuantes, propondo ampliar o conceito de educação, para não ser sinônimo apenas de escolaridade. São mais de 38 mil estudantes e cerca de 1.500 professores diretamente envolvidos nesse projeto de uma nova educação, pela Unicef. Além dos cursos regulares, o MST promove cursos e atividades de capacitação beneficiando cerca de três mil pessoas todo ano. Entre eles estão os cursos de magistério e o técnico em administração de cooperativas, em nível de segundo grau. (MST. Secretaria Nacional. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 1996).”

Vejamos agora como se organiza o principal grupo opositor aos trabalhadores sem-terra. Mas, afinal, o que é a bancada ruralista?

Bancada Ruralista – Os antecedentes

Os ruralistas iniciaram-se como grupo social de interesse privado (Oliveira, 1995) na Assembléia Nacional Constituinte, (1987-1988). Criada em 1985 para combater o plano de reforma agrária proposto pelo governo Sarney, alcançou seu auge no Congresso constituinte (1987-1988), quando impediu a aprovação da reforma agrária em terras produtivas. Nesta época, a União Democrática Ruralista – UDR se firmava. Realizava, então, leilões de gado pelo país, promovendo levantamento e arregimentando produtores rurais para participarem de suas manifestações públicas e ampararem suas propostas que saíram vencedoras na elaboração da Constituição de 1988. A entidade

chegou a ter 300 mil associados, de acordo com seu presidente, Roosevelt Roque dos Santos (1994). Em 29/11/94, contando com um quadro de aproximadamente 80 mil filiados, a UDR foi extinta, permanecendo apenas suas seções regionais. O deputado Ronaldo Caiado (PFL – GO), principal líder da UDR, apontou como causa da desativação a desmobilização das bases ruralistas. *"O importante é que a bancada ruralista no Congresso permaneça unida"*.(FSP, 30/11/94).

A bancada ruralista, enquanto tal, surgiu na legislatura 90/94 quando Ronaldo Caiado (PFL – GO), fundador da UDR, se elegeu deputado federal. Representando a força da UDR no congresso, a bancada ruralista marcou posição em duas frentes: contra a reforma agrária e pela supressão do artigo 233 da Constituição, que obriga o empregador rural a comprovar perante a Justiça do Trabalho, a cada cinco anos, que está em dia com suas obrigações trabalhistas. (FSP, 05/04/94)

Sendo ainda pouco expressiva, numericamente, a bancada concentrava-se na Comissão de Agricultura. A bancada ruralista, com cerca de cem membros, era formada por parlamentares de partidos como o PFL, o PPR, o PP, o PTB e o PMDB. Partidos de esquerda não participavam. Os articuladores da frente procuraram fugir desse estigma, ampliando o seu leque de atuação. Procuraram até os partidos de esquerda.

Já no final de 1993 encerrando-se a UDR, a bancada ruralista mostrava seus primeiros sinais de enfraquecimento.

Oliveira assinala que isto se deu durante a negociação do projeto-de-lei que regulamentou os capítulos constitucionais da reforma agrária.

" Durante os dois primeiros anos de legislatura 1990/94, a UDR por meio do deputado Caiado, conseguiu obstacular o projeto, que só foi relatado em junho de 1992. A partir desta data, quando se iniciaram as investigações da comissão parlamentar de inquérito do PC Farias, os ruralistas perdem, pouco a pouco a articulação com outros parlamentares. O processo do Impeachment desarticulou os interesses agroconservadores no congresso nacional e impulsionou as teses progressistas, tais como a Lei agrária aprovada em janeiro de 1993" (Oliveira, 1995: 10).

Os primeiros lances desse jogo da dívida, remontam a 1994. Já em fevereiro, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de decreto legislativo capaz de comprometer o plano econômico e o esforço do governo em equilibrar suas contas naquele ano. Sendo também aprovado pelo Senado, o decreto implicaria devolver a correção monetária e parte dos juros cobrados sobre o crédito rural nos últimos 14 anos. Para o então deputado José Serra, a aprovação do decreto representaria, *"com certeza, o rombo mais espetacular que já houve na história das contas públicas"*. A bancada ruralista, principal responsável pela aprovação do decreto, calculava que a medida viesse representar o montante US\$ 20 bilhões.

O texto foi aprovado por 209 votos a 70. O que mais preocupava o governo era o fato de que um decreto legislativo como aquele não estaria sujeito a veto presidencial. *"O governo estava preocupado em aprovar o seu plano à noite e deixou passar ao meio-dia um projeto que pode acabar com o seu programa de combate à inflação"*, era a opinião do então deputado Aloizio Mercadante. O rombo deveria ser pago pelo Tesouro, uma vez que 90% das operações de crédito rural no país são realizadas pelos bancos federais e estaduais. Diante de tal perspectiva, o então presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari, determinou a suspensão de novas operações de crédito rural até que houvesse a votação final da medida. O alarde provocado pela votação levava a conclusões extremadas: *"o Tesouro vai ter que desviar recursos da arrecadação de impostos para cobrir o buraco no Banco do Brasil. Caso contrário, o banco quebra em uma semana"*. (José Serra).

Datada de dezembro de 1979, a resolução autorizava a cobrança de correção monetária e incidência mensal de juros sobre os empréstimos ao setor rural. Caso a resolução fosse revogada, ficaria igualmente suspensa, retroativamente a dezembro de 1979, a cobrança de juros de mora e de outros encargos adicionais em casos de inadimplência, além da contratação de financiamentos para pagar dívida anterior.

O decreto foi proposto pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as causas do endividamento agrícola. Seu presidente, deputado Jonas Pinheiro (PFL – MT), argumentava que uma resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN não poderia ter extrapolado a lei. E, segundo ele, além de determinar capitalização mensal e não semestral de juros, a lei 4.829/65, que criou o sistema de crédito rural, exige que a cobrança de correção monetária seja estabelecida em lei específica e não em resolução do CMN. *"Não queremos anistia ou perdão. Trata-se apenas de corrigir uma ilegalidade, um ilícito, de exigir algo que foi cobrado irregularmente"*, afirmava o deputado Aldo Pinto, produtor rural e tomador de crédito. (FSP, 03/02/94)

Aquela medida aprovada pela Câmara dos Deputados foi considerada ainda mais absurda, quando se divulgou que o decreto fora elaborado por parlamentares que se beneficiavam dela. O projeto fora proposto pela CPI do Endividamento Rural, que contava com pelo menos sete dos membros⁷ que estavam à época em débito com o Banco do Brasil.

Rebatendo vigorosamente a medida, o agrônomo Francisco Graziano que se apresentava à época como agricultor em Araras, São Paulo manifestava-se:

"Engana-se redondamente quem imagina que os agricultores levam vantagem com essa anistia da correção monetária dos financiamentos rurais. Pelo contrário. São os produtores rurais os maiores prejudicados com essa pretensão absurda dos deputados federais. Equivoca-se quem supor que os agricultores foram favoráveis à anistia concedida. A CPI do Endividamento Agrícola buscava soluções para contornar a inadimplência, principalmente dos pequenos agricultores,

⁷ De acordo com documentos do Banco do Brasil, divulgados pela Folha de São Paulo, estavam inadimplentes os seguintes membros da CPI do Endividamento Rural: senador Ronan Tito (PMDB – MG), deputados Valdir Colatto (PMDB – SC) –relator da CPI–, Paulo Romano (PFL – MG), Oswaldo Reis (PP – TO), Durval Batista de Paiva (PMDB – TO), Aldo Pinto (PDT – RS) e Valdir Guerra (PFL – MS). Além destes, o deputado Ronaldo Caiado (PFL – GO) que liderou a bancada ruralista na votação em plenário seria também beneficiado, embora afirmasse que deixara de tomar financiamentos em 1991. Pelo decreto legislativo, Caiado teria direito a receber de volta a correção monetária que pagou ao banco. (FSP, 04/02/94).

agravada pela defasagem monetária oriunda do Plano Collor. Nunca os agricultores defenderam o calote no crédito rural. Erra, mais uma vez, quem acredita que os agricultores sentem-se representados pela bancada ruralista presente no Congresso. Salvo honrosas exceções, no máximo esses parlamentares exprimem as posições de uma ultrapassada oligarquia rural, cujos líderes teimam andar na contramão da história. Estes resquícios latifundiários não podem ser confundidos com os agricultores verdadeiros, que produzem e não especulam, que plantam e criam as riquezas da nação...". (FSP, 17/02/94).

Sylvio Lazzarini Neto, pecuarista, ex-presidente da Associação Brasileira dos Confinadores – Abraco, também reagia vigorosamente ao perguntar: " *Quem ganha com a anistia no crédito rural?*" Segundo ele,

"Comete-se, no mínimo, uma desonestidade intelectual, quando se argumenta que a agropecuária brasileira está destruída (fato que serviria de justificção à anistia). Isso não é verdade. A pecuária, por exemplo, apesar de todos os percalços sofridos nos últimos anos (contingenciamento de exportações, cortes do crédito rural, importações subsidiadas, confiscos etc) tem crescido e a melhor prova de sua evolução está no aumento substancial de seus índices de produtividade. Em 1979, por exemplo, a taxa de desfrute do nosso rebanho era entre 12% e 13%. Hoje está entre 16% e 18%. Não foi com recursos do crédito rural que os pecuaristas brasileiros conseguiram essa façanha. Aliás, a partir do início da década de 80, o governo cortou, literalmente, todas as linhas do crédito rural destinadas à pecuária. Apenas em 1988 e 1989 foram liberadas algumas linhas especiais para financiar confinamentos de bovinos, a juro de 18% mais correção, e consta que poucos confinadores deixaram de honrar seus empréstimos.. Sustentar, portanto, que a medida vai fortalecer e resgatar a saúde do setor é uma grossa mentira.. Mais do que um equívoco de avaliação econômica há aí um desvio de natureza ética. Por ser o Banco do Brasil um repassador de recursos da caderneta de poupança verde para o setor rural, que é remunerada com juros e correção monetária, como aceitar que o tomador final seja beneficiado por esse absurdo subsídio?(...) O fato é que esses mesmos deputados, da bancada ruralista, estão prestando um grande desserviço ao setor, na medida em que o lança contra a opinião pública, que não aceitará calada essa tentativa de se praticar um assalto aos cofres públicos, em proveito de poucos..." (FSP, 17/02/94).

Tendo avaliado as repercussões econômicas e sociais da medida, a bancada ruralista resolveu recuar. Apesar de ter batalhado pela aprovação do projeto de decreto legislativo 383, a bancada ruralista no Congresso, em seguida, se manifestava argumentando que não queria a devolução da correção monetária cobrada desde dezembro de 1979 sobre os empréstimos rurais. O deputado Jonas Pinheiro chegou a afirmar que o decreto foi um "*enorme bode*" colocado no terreno do governo. Para o deputado, o que se pretendia não era cancelar retroativamente toda a correção, mas apenas forçar o governo a negociar uma saída para as dificuldades do setor rural. (FSP, 17/02/94).

Acuado pela ameaça de que o decreto legislativo suspendendo a correção monetária cobrada desde dezembro de 1979 sobre o crédito rural fosse aprovado também pelo Senado, o governo propôs devolver em títulos públicos cerca de US\$ 950 milhões referentes ao pagamento de correção monetária por parte de produtores rurais no passado. O valor era o correspondente ao excesso de correção cobrada dos agricultores durante o Plano Collor (1990), reconhecido pela área econômica. A devolução em dinheiro vivo, sendo considerada inviável, limitar-se-ia a valores residuais.

Era necessário preparar politicamente o envio da medida provisória que criava a URV ao Congresso Nacional. Para tanto, um acordo com a bancada ruralista seria indispensável. Os ruralistas já haviam divulgado que não votariam favoravelmente à aprovação da medida provisória, caso o governo não garantisse a devolução de US\$ 2,8 bilhões que alegava terem sido cobrados indevidamente dos agricultores. "*Votaremos contra. Temos 206 votos no Congresso e podemos virar a mesa*", disse Nelson Marquezelli (PTB – SP).

A bancada ruralista era, sabidamente, o maior obstáculo para aprovação do plano econômico. Na primeira votação, 27/04/94, a Medida Provisória 457, que criava a URV e preparava o caminho para a adoção da nova moeda, contemplava as alterações feitas pelo deputado Neuto de Conto (PMDB – SC) com a concordância da equipe econômica. No entanto, uma aliança da bancada ruralista no Congresso com os partidos PT, PDT, PSB e PC do B impediu a votação da medida provisória da URV. Não houve quorum. Desta forma, a bancada ruralista demonstrara sua força ao impedir a votação da MP e conseguira a garantia de discussão da renegociação da dívida do setor agrícola diretamente com o então presidente Itamar Franco.

Evidentemente, era indispensável e urgente conseguir um entendimento entre o governo e a bancada ruralista. O relator da medida provisória que criava a Unidade Real de Valor – URV, deputado Neuto de Conto, pretendia atender às reivindicações da

bancada ruralista no projeto. Isso significava a inclusão de um dispositivo que garantisse a correção das dívidas dos agricultores pela URV, no lugar da TR, o indexador em vigor naquele momento. Para tanto precisava convencer o governo de que a mudança seria necessária para evitar o descompasso existente à época entre a correção dos preços mínimos e dos financiamentos rurais. (FSP, 03/05/94). Seus esforços foram, no entanto, insuficientes. O governo se mostrava dividido na negociação com a bancada ruralista. Enquanto a área econômica se mantinha radical na posição de não ceder às pressões do setor, o ministro da Casa Civil, Henrique Hargreaves, acenava com a possibilidade de mudanças na MP que atendessem às reivindicações dos ruralistas.

Após infundáveis discussões, finalmente a equipe econômica aceitara mudar a redação do artigo 16 da medida provisória, incluindo que haveria equivalência entre preços mínimos e financiamentos agrícolas. Mas mantivera a TR como indexador dos financiamentos. A proposta do governo aos ruralistas previa a suspensão das cobranças judiciais e revisão do descompasso entre a correção dos preços mínimos e financiamentos agrícolas durante o Plano Collor, equivalente a US\$ 954 milhões. Apresentada pelo ministro da Casa Civil, Henrique Hargreaves, a proposta também contemplava o pagamento do *Proagro* – seguro na perda da safra. Essa dívida foi estimada em US\$ 270 milhões pelo Ministério da Agricultura. (11/05/94)

Embora o acordo estivesse feito, a bancada ruralista recuou e passava a exigir novas mudanças no texto da medida provisória. Novas negociações foram abertas e novo adiamento da votação da medida provisória foi inevitável. No plenário do Congresso do dia 12 de maio, o governo tentou inutilmente votar a medida provisória 482, mas não conseguiu quorum suficiente, mais uma vez.

Finalmente, no dia 20 de maio, o Congresso aprovou a medida provisória do plano econômico. Por 281 votos contra 76, deputados aprovaram o texto; no Senado, a aprovação simbólica aconteceu por voto dos líderes. Os opositores à medida ainda

tentaram inutilmente uma obstrução, com a proposta de votar em separado 80 emendas. A decisão foi votá-las em bloco para, a seguir, serem derrubadas.

No entanto, o presidente Itamar Franco, alegando *"jurisprudência consagrada pelo Supremo Tribunal Federal, que rejeita a quebra de contratos"* quebrou o acordo firmado com a bancada ruralista no Congresso para aprovar o plano econômico, vetando o parágrafo da lei que garantia equivalência entre a correção dos financiamentos agrícolas e os preços mínimos. (FSP, 31/5/94). O veto presidencial atingiu o parágrafo 2 do artigo 16 do projeto de conversão, para irritação da bancada ruralista no Congresso⁸.

A partir de então, todo o empenho da bancada ruralista foi no sentido de derrubar o veto presidencial, o que somente viria ocorrer em maio de 1995.

⁸ *"Descobrimos que é o Bacha que manda no governo"*, afirmou o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Nelson Marquezelli. Edmar Bacha, então assessor especial do Ministério da Fazenda, negociara o texto com os ruralistas e resistira até pouco antes da sessão do Congresso às mudanças propostas. Outro desabafo era no sentido de criticar o líder do governo na Câmara: *"O governo fala pelo líder e não honra o que o líder trata"*. Luiz Carlos Santos, então líder do governo na Câmara e foi o responsável pelo fechamento do acordo com os ruralistas. (FSP, 31/5/94).

No pleito seguinte, os principais articuladores da bancada ruralista não tiveram sucesso⁹. Mas chegaram novas lideranças interessadas em organizar a frente¹⁰.

Novo período de legislatura – 95/98 – novo poder de articulação. Na formação das comissões técnicas, a frente entregou a presidência da Comissão de Agricultura ao PT, ganhando adeptos no partido. O coordenador-geral da frente, deputado Nelson Marquezelli (PTB – SP), impediu uma candidatura de parlamentares ligados à UDR. Nas eleições para lideranças dos partidos, a frente lançou candidatos. Marquezelli assegura que seis líderes de partidos integram a frente. Em dois meses, o grupo elegeu

⁹ Dentre os Deputados, não reeleitos destacam-se: 1) Ronaldo Caiado (PFL – GO) – um dos principais líderes ruralistas, disputou e perdeu as eleições pelo governo de Goiás. 2) Lázaro Barbosa (PMDB – GO) – ex-ministro da Agricultura do governo Itamar, não se candidatou à reeleição. 3) Dejandir Dalpasquale (PMDB – SC) – ex-ministro da Agricultura do governo Itamar, não conseguiu se reeleger. 4) Valdir Colatto (PMDB – PR) – vice-presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, não conseguiu a reeleição. 5) Víctor Faccioni (PPR – RS) – não conseguiu se reeleger. Também não se elegeram os senadores: 1) Ronan Tito (PMDB – MG) – produtor rural e comerciante de máquinas agrícolas, não disputou nenhum cargo nestas eleições. 2) Mansueto de Lavor (PMDB – PE) – ex-padre, não disputou nenhum cargo nas eleições deste ano. 3) Saldanha Derzi (PP – MS) – pecuarista, foi investigado pela CPI do Orçamento e não conseguiu se reeleger. 4) Nelson Wedekin (PDT – SC) – disputou e perdeu as eleições pelo governo de Santa Catarina. 5) Irapuan Costa Júnior (PP – GO) – fazendeiro, deixou o Senado por uma vaga de ministro no Tribunal de Contas da União. (FSP, 16/10/94).

¹⁰ Elegeram-se Deputados: 1) Abelardo Lupion (PFL – PR) – ex-presidente da UDR paranaense, foi um dos deputados mais votados no seu Estado. 2) Renan Kurtz (PDT – RS) – produtor rural, tem lugar garantido na Comissão de Agricultura da Câmara. 3) Danilo de Castro (PSDB – MG) – ex-presidente da Caixa Econômica Federal no governo Itamar, aproximou-se dos ruralistas durante sua passagem pelo Executivo. 4) Nelson Marchezan (PPR – RS) – ex-líder da Arena e do PDS, sempre integrou a bancada ruralista e retorna à Câmara após oito anos de ausência. 5) José Resende (PTB – MG) – ex-presidente da UDR mineira, passou a maior parte do atual mandato como secretário de Segurança de Minas. Retorna à Câmara como um dos mais votados em MG. 6) Dilceu Sperafico (PPR – PR) – produtor rural e comerciante de insumos agrícolas, exerce pela primeira vez o mandato de deputado federal. 7) Paulo Romano (PFL – MG). Elegeram-se Senadores: 1) Iris Rezende (PMDB – GO) – ex-ministro da Agricultura e ex-governador de Goiás. 2) Vilson Kleinubing (PFL – SC) – ex-governador de Santa Catarina, é muito ligado aos produtores rurais do seu Estado. 3) Lúdio Coelho (PSDB – MS) – produtor rural no interior do Mato Grosso do Sul, foi eleito com o apoio do setor. 4) Arlindo Porto (PTB – MG) – ex-vice-governador de Minas, é ligado aos produtores rurais do Triângulo Mineiro, onde conseguiu expressiva votação. 5) Osmar Dias (PP – PR) – irmão do ex-governador paranaense Álvaro Dias, foi secretário de Agricultura do seu Estado. 6) Gérson Camata (PMDB – ES) – reeleito senador, sempre apoiou os projetos e as reivindicações dos ruralistas no Senado. 7) Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PB) – fazendeiro na Paraíba.

coordenadores por partidos e por bancadas, chegando a 140 membros. De acordo com levantamento feito pelo Instituto de Estudos Socio-Econômicos – INESC – (1995), 121 deputados integravam a bancada ruralista na Câmara dos Deputados. O instituto baseou-se em dados publicados pela Folha de São Paulo, em 31 de janeiro de 1995¹¹, sobre fontes de renda dos deputados. De acordo com este estudo, *o deputado que tem alguma forma de renda agrícola foi considerado componente potencial da Bancada Ruralista*. O número de 121 em 513 deputados, total da Câmara, corresponde a 23,58%, ou seja, cerca de 1/4 dos Deputados Federais. Tratava-se, portanto, de uma expressiva bancada, a segunda maior, somente perdendo para o bloco do PFL – PTB que somam juntos 124 deputados (Oliveira – 1995).

Sua representatividade por Unidades da Federação também era considerável: cobria – 26 estados – somente não se fazia presente no Distrito Federal. Neste sentido os estados que numericamente mais contribuíam com a bancada ruralista são Minas Gerais, com 16 deputados, seguindo de Bahia e Paraná, ambos com 12 deputados. Em termos percentuais, porém, a bancada ruralista da região Centro-Oeste era a mais representativa, correspondendo a 29,26% do total, seguida do Norte, com 28,91%, Nordeste (27,06%), o Sul (23,37%) e o Sudeste (17,31%).

Já para a Folha de São Paulo, a bancada é a maior e mais coesa força política do Congresso. É formada por 132 deputados e 34 senadores. A Folha publicou(25/06/95) a lista de deputados e senadores que assinaram a adesão à Frente Parlamentar da Agricultura. Comparando-a ao maior partido na Câmara e no Senado, o PMDB, com 104 deputados e 23 senadores, a bancada ruralista é maior e demonstra maior coesão. O artigo assinala que, ao contrário dos partidos, ela fecha questão em relação à sua atuação parlamentar. Na derrubada do veto presidencial, os ruralistas

¹¹ Outra publicação da Folha de São Paulo, desta feita em 18 de maio de 1996, atualiza os dados de 1995. Nesta comparecem 129 deputados federais e 30 senadores integrantes da bancada ruralista.

conseguiram o apoio de 388 deputados federais e 43 senadores, número de votos jamais alcançado pelo governo na votação de qualquer das emendas constitucionais até então aprovadas.

O que se divulga é que a bancada é regida por normas específicas, configurando uma ética peculiar e instauradora da sua ação:

- 1) ter algum vínculo com atividades rurais;
- 2) participar, votar e acatar a decisão da maioria;
- 3) garantir o seu voto e o de mais um deputado no plenário;
- 4) liderar, fiscalizar e orientar o seu grupo.

É "*uma corrente em formato de pirâmide*". Sua organização implicou a identificação de ruralistas de vários partidos. A partir de então, cada um lidera outros cinco deputados – que por sua vez lideram e fiscalizam outros cinco. (Lúcio Vaz e George Alonso – FSP, 25/06/95).

As falas: afinal, quem é o homem do campo?

Segundo é noticiado na mídia (J.B. de 08/04/95:4) a Bancada Ruralista é o mais forte grupo de pressão do Congresso Nacional. "*É uma verdadeira corporação*", na opinião do então presidente da Câmara, Luíz Eduardo Magalhães (PFL – BA).

Seu funcionamento é visto como "*acima dos partidos*" e sem obediência da ordem das lideranças. Tem coordenação própria e até uma sala para reuniões, no Espaço Cultural da Câmara. As reuniões acontecem às 18 horas de terça feira. Seu coordenador, até meados do ano de 1995, Nelson Marquezelli, é deputado em terceiro mandato pelo PTB de São Paulo. Sua origem política é o PSD e a ARENA. Foi Presidente do Sindicato Rural de Pirassununga e da Cooperativa Mista Agropecuária também em Pirassununga. Foi presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos

Deputados, em 1994. Na sua opinião, "*Não fazemos nada escondido e somos mais articulados que o governo*". Para derrubar a TR, foi usada a estratégia de "*marcação homem a homem*". No plenário um parlamentar ruralista encarregou-se de "*tomar conta um a um*", dos aliados insatisfeitos com o governo. Conforme eles mesmos declaram, "*o mapeamento da bancada foi mais exato que o do líder da Câmara, Luíz Carlos Silva*".

Construindo a defesa da bancada ruralista frente aos ataques que recebera logo após noticiado a queda do veto presidencial, o deputado Nelson Marquezelli claramente expressa a sua visão sobre a bancada e a importância da sua atuação. Segundo ele,

"A bancada ruralista tenta impedir que o agricultor perca renda e seja obrigado a migrar para a cidade. O Congresso Nacional, numa decisão democrática e soberana, entendeu que estava havendo uma transferência de renda do setor agrícola para o sistema financeiro e, pelo voto, corrigiu essa distorção (...) conviver com as divergências é da própria natureza do Poder Legislativo. A vida parlamentar retrata a natureza essencialmente democrática desse poder, que precisa saber ouvir, ainda que acusações injustas. Pessoalmente, considero fundamental este exercício de tolerância, mesmo diante das sólidas desconfiças em relação às motivações do acusador (...) quero deixar clara a enorme diferença entre o poder da ignorância e o poder da maioria (...) A existência de uma bancada ruralista forte não é fruto de um sistema partidário frágil próprio de uma política terceiro-mundista, como afirmam alguns. Justamente nos países desenvolvidos, onde se pratica a disciplina partidária, os parlamentos consideram legítima a organização de blocos suprapartidários, que se constituem para defender setores da sociedade e da economia. É o caso do chamado "bloco da laranja", no Congresso norte-americano, que, na defesa do produtor nacional, conseguiu sobretaxar a exportação do suco de laranja brasileiro em US\$ 492 a tonelada (...) Toda a luta da bancada ruralista tem por objetivo impedir que o agricultor perca renda e seja obrigado a migrar para a cidade. Todo o esforço de negociação busca garantir que a lei seja cumprida no que diz respeito aos preços mínimos para a agricultura e evitar que o crédito oferecido ao produtor, muitas vezes oriundo de fontes de captação a custo zero, seja repassado com até 84% de juros, como ocorreu na infeliz gestão do ex-ministro Mailson da Nóbrega. Se existe uma bancada rural, é para possibilitar à agricultura os meios necessários para que cumpra sua missão de alimentar os milhões de brasileiros, que dela dependem. Nossa agricultura assumiu o desafio contra a má-fé e a ignorância. (Nelson Marquezelli in "Os ruralistas e o ex-czar da Fazenda". FSP, 10/04/95).

E como isto começou, ou seja quando, na visão dos parlamentares ruralistas, foi preciso constituir uma frente que tomasse a defesa da agricultura brasileira? De acordo com o deputado, Augusto Nardes (PPR – RS), tudo começou quando ele teve a oportunidade de abordar o novo presidente da República, avaliando a situação atual dos agricultores: "*Presidente, a situação está insuportável. Temos que resolver isto. Vamos ter*

uma quebradeira geral". Percebendo indiferença no governo, o deputado teria comentado com seu colega parlamentar Hugo Biehl (PPR – SC) que *"Deste mato não sai coelho. Ele vai querer empurrar com a barriga. Temos que nos organizar no Congresso."* O processo de constituição da Frente Parlamentar de Agricultura, em curso pelo deputado Nelson Marquezelli, parecia ser um início promissor para a organização pretendida. Com mais de cem adesões, os líderes do movimento entenderam que era hora de ação. *"Só tiveram atenção com a bancada depois da derrubada do veto"*(Nardes). *"O tapa que demos foi muito forte e eles ainda estão meio zonzos"*. (Marquezelli, 12/04/95). *"Foi o nosso batismo de fogo"*, na opinião do deputado Abelardo Lupion (PFL – PR), que projeta novas ações: *"O governo tem dezenas de projetos de interesse na Casa. Se derrubarmos uma medida provisória, será o caos. Quando a bancada quer tumultuar, tumultua mesmo"*. A bancada é regida por um *"pacto de sangue feito pelo grupo"*. (Marquezelli, FSP, 25/06/95).

Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo (25/06/95), o deputado Nelson Marquezelli argumentava a favor das estratégias empregadas pela bancada ruralista:

"Não fizemos dele [o governo] um refém. Tratamos da crise da agricultura. Isso é um meio de pressão. O governo também faz jogo de pressão. Democracia é isso(...) O governo precisa de 308 votos para fazer suas reformas. E está tendo 360, 350. É só tirar 50 votos disso e passar para outro lado. Nem precisamos dos 140 votos que temos. O governo sabe disso e hoje todo agricultor também sabe que seus direitos estarão sendo defendidos em Brasília. E, daqui para frente, com bastante veemência(...) "Todo mundo legisla em causa própria. É assim que cada setor dá a sua contribuição ao país" (...)

Quanto à sua atuação como liderança ruralista, admitia:

" Lá no Congresso Nacional, modéstia à parte, estou dando um show "(...). "Sou porta-voz da agricultura... sou líder agrícola de resultados..." (25/06/95).

Quanto à acusação de calote freqüentemente feita aos agricultores de um modo geral, Marquezelli concorda que há produtores que ficam sempre à espera de renegociação de dívidas, mas o número é inexpressivo. Seu argumento neste sentido é de que

"Em todo o segmento tem gente ruim. A Igreja tem padre que não presta. Tem até padre ladrão. Na agricultura também tem gente ruim."

A convicção de que, do plenário da Câmara e do Senado Federal, exercem efetiva coordenação de todo o segmento da produção agrícola leva os ruralistas a afirmarem que:

"O agricultor vai cruzar os braços se não tiver garantia de preço e financiamento. A quebra pode chegar a 20%". Sendo assim, quem levaria o prejuízo é o governo que teria que importar 16 milhões de toneladas de alimentos. A balança de pagamentos seria ainda mais afetada. O governo não sabe nem sequer se a infra-estrutura portuária do país suportaria o movimento. Mas os agricultores, estes não teriam prejuízo. A escassez do produto acabaria elevando seus preços. (Valdir Colatto).

Além do mais, " Quem tem poder de barganha somos nós, parlamentares. Na hora que fechamos, sai da frente. Se decidirmos aprovar a taxa de juros em 12%, por exemplo, vai ser um caos ". (Abelardo Lupion, 25/06/95).

E como reagem os demais parlamentares, diante da expressão de força da bancada ruralista? O episódio mais marcante, capaz de provocar outros parlamentares, instando-os a falar o que pensam da bancada ruralista e das relações desta no Congresso Nacional e com o governo federal é ainda a derrubada do veto presidencial. José Aníbal, líder do PSDB na Câmara, é levado a reconhecer, por força da análise que faz das circunstâncias que geraram o fato, que a organização nas votações de interesse do governo no Congresso têm sido muito falhas:

"Não é problema de inexperiência. É questão de organização e de ação mais articulada entre os líderes do governo na Câmara e no Senado." "Eu não acompanhei a negociação (...) Eu não faço acordo entre a bancada e o governo". "São cem comissões funcionando na Câmara. Como acompanhar tudo isso? (...)" "O governo perdeu porque faltaram votos de sua base e os líderes do governo simplesmente desapareceram na hora da votação (...). "Eles sequer avisaram o que estava em votação. Procurei intensamente os líderes do governo para saber se realmente havia o acordo, mas eles sumiram" (FSP, 08/04/95).

Neste ponto, o deputado explicita eticamente como, ao seu ver, estão estruturadas as relações entre parlamentares:

"Acordo é coisa fundamental no Congresso e, se existe, precisa ser respeitado"".(FSP, 09/04/95).

O mesmo argumento é apresentado pelo Senador Experição Amin. Diante do resultado da votação, o senador evidencia o pleno domínio das regras vigentes no Congresso: *"Agora não adianta reclamar. "Dormientibus non succurrit jus", traduzindo, em seguida, para o português: "O direito não socorre quem dorme"..(FSP, 07/04/95). Já o senador Jonas Pinheiro, coordenador da Frente Agrícola no Senado, refere-se aos "benefícios concedidos" como "fundamentais para o país" e reconhece que estes não seriam obtidos "se não houvesse no Congresso o lobby dos parlamentares do setor".*

A expressão dos opositoristas, por outro lado, é de denúncia, demonstrando a não aceitação das regras traduzidas no termo "acordo". Para Alcides Modesto, deputado federal pelo PT presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal, *"o acordo celebrado entre o presidente e as lideranças da bancada ruralista sobre as regras do financiamento para a próxima safra denunciou a farsa da retórica oficial, jogando no lixo as expectativas por um início da democratização da política agrícola brasileira. E complementa, referindo-se ao "lamentável processo de barganha que gerou o referido acordo, em nome do qual migraram para os bolsos as consciências de vários parlamentares em troca do apoio acrítico dos mesmos às reformas neoliberais da Constituição." Para o deputado, a bancada ruralista é a instância representativa "dos latifundiários e segmentos patronais da agricultura", mas não dos "trabalhadores e pequenos produtores rurais"...(01/06/95).*

Por outro lado, ser ou não ser da bancada ruralista parece representar um elemento da identidade parlamentar, de peso classificatório decisivo. A importância creditada a este atributo é destacada quando parlamentares são levados a declarar, publicamente, que não pertencem àquela bancada. O deputado Fernando Diniz, PMDB – MG, é um dos que marcam a sua apresentação pelo "não-ser", referente à bancada ruralista. Ao se identificar, o deputado declara-se *"pecuarista, mas, segundo ele, sem pertencer à bancada ruralista".(22/06/95).*

Outros são levados a pedir retificação, se confundidos com os integrantes da bancada ruralista. Este é o caso do senador Antonio Carlos Magalhães, PFL – BA, que assim se manifesta:

"Tendo a Folha do dia 25 publicado o meu nome como integrante da bancada ruralista, venho solicitar a necessária retificação, em virtude de não pertencer ao referido grupo, pois com o mesmo não me identifico, embora respeite muitos dos seus componentes." (30/06/95).

Também é o caso do senador Osmar Dias, PSDB – PR, que reage com maior veemência ao ser citado com integrante da bancada ruralista, nos jornais:

"(...)Ocorre que nunca pertenci à bancada ruralista por não concordar com seus métodos e muito menos com suas teses."

Em sua argumentação, ao exigir a reparação por ter sido incluído entre os integrantes da bancada ruralista, o senador esclarece qual é o seu conceito sobre aqueles que dela participam:

"Defender anistia de dívidas de alguns barões da agricultura é agredir toda a sociedade brasileira, que acabará pagando a conta de dívidas que, em alguns casos, foram contraídas para financiar o luxo e não a produção. Também não posso compactuar com a defesa explícita de interesses particulares de alguns de seus integrantes."

Para ele, é importante ressaltar o que faz a diferença na sua ação parlamentar e no sentido dos seus votos:

"Defendo a agricultura e os agricultores, mas minha consciência não admite defender os grandes devedores que, segundo o próprio Banco do Brasil, são pouco mais de 1.200 e responsáveis por 70% da inadimplência do setor junto ao banco. Não dá para aceitar que, enquanto pequenos e médios e até grandes agricultores de fato paguem suas dívidas em dia, mesmo que isso custe a eles a venda de seus bens e muitas vezes até da propriedade, os poderosos escudados pelo poder político continuem devendo e até sendo anistiados."

A distância que o separa dos chamados ruralistas é marcada quando se apresenta:

"Sou agricultor, fui secretário da Agricultura do Paraná nos dois últimos governos, pago minhas contas em dia e estou na bancada dos que defendem os 99% de agricultores que honram seus compromissos. Por isso, peço para me excluírem dessa relação." (30/06/95)

Se, internamente ao complexo Câmara e Senado Federal, é deste modo que se vêem e são vistos os integrantes da bancada ruralista, nos setores do governo federal, a representação sobre a mesma é muito mais homogênea, sobretudo em se tratando daqueles que representam ou representaram o setor mais diretamente atingido pela ação desses parlamentares: o econômico. Para o economista, ex-ministro da Fazenda, ex-assessor econômico e ex-secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega,

"a bancada ruralista é uma vistosa demonstração de subdesenvolvimento político. Seu poder de barganha deriva da ameaça de votar contra o governo(...) Trata-se de uma combinação perversa de corporativismo cartorial, visão antiquada sobre a política agrícola e indisciplina partidária. A origem da bancada está na atrasada legislação eleitoral e partidária, misturada com saudade do crédito subsidiado(...) A bancada ruralista é impenetrável pelos ventos modernizantes que emanam de segmentos mais evoluídos da agricultura e da sociedade. Bolorenta, funda sua atuação em surradas práticas políticas e velhos conceitos de intervenção estatal". (28/03/95). "A bancada ruralista evidencia uma crise de representatividade no país. É a negação da democracia, porque é um grupo minoritário capaz de impor sua vontade à maioria da sociedade. (13/04/95)... "Esses parlamentares são um misto de subdesenvolvimento político e atraso cultural. Constituem um dos subprodutos da ausência de balizamentos partidários, do permissivismo da legislação eleitoral e da eleição proporcional sob listas abertas: o deputado pode fazer o que quiser do mandato, inclusive chantagear o governo que diz apoiar. Os ruralistas são ainda adeptos da intervenção estatal no mercado de crédito e crêem que há recursos inesgotáveis e baratos nos bancos oficiais."...(01/06/95).

O mesmo ponto de vista é o do economista. Antonio Kandir que, é deputado federal – PSDB/SP – e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, no governo Collor. Para ele,

"o particularismo da bancada ruralista expressa visão míope do problema, na pior tradição de certa elite brasileira. Cedesse o governo à pressão que vem exercendo, haveria benefício temporário para o setor, em especial para uma minoria de proprietários rurais pouco afeitos ao pagamento de empréstimos (dados do Banco do Brasil indicam que apenas 0,3% dos tomadores de crédito respondem por 70% do valor dos calotes aplicados). À custa, porém, do Plano Real e da viabilidade futura de todo e qualquer financiamento adequado à agricultura". (16/04/95).

Mas, não é apenas o setor econômico que se manifesta. Outras vozes, também do governo, apontam para uma questão crucial em toda polêmica criada a partir da atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional: "*Afinal, quem fala pela agricultura?*", pergunta Francisco Graziano, agrônomo, chefe do gabinete pessoal da Presidência da República à época (FSP, 02/07/95). Aquele que viria ser, por um curto período entretanto, o Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, levanta a questão sobre a legitimidade de serem os agricultores representados pela bancada ruralista quando das negociações com o governo:

"(...) Ocorre que a discussão sobre o financiamento rural, potencializada pela polêmica atuação dos parlamentares da chamada bancada ruralista, faz parecer que os agricultores brasileiros são, sem exceção, malandros que buscam ganhar dinheiro à custa do pobre contribuinte. Como no passado, mais uma vez se escamoteia a realidade. Idéias confusas contaminam a mídia e provocam julgamentos equivocados. Pobre homem do campo: de produtor, virou negociasta. Em vez de trabalhar, quer mamata. O agricultor virou vilão. Triste resultado. Perdeu-se a racionalidade. Assim como a distorcida discussão sobre a reforma agrária no tempo da UDR, repete-se outra discussão insana sobre o problema agrário brasileiro(...)" No seu entender, "as negociações entre o governo e a bancada ruralista do Congresso, deixando à margem as lideranças do agrobusiness, politizou demais a questão e confundiu a mídia. Ao invés de uma política agrícola nova, pareceu tudo uma grande negociata do tipo *você me perdoa aqui, eu voto lá(...)*"

Como se vê, firmar a identidade de agricultor significa negar a identidade de ruralista. E Graziano prossegue, como uma fala privilegiada dentro do governo construindo contrastivamente a identidade do agricultor, que é também a sua identidade: de um lado estão os "*vilões*", os ruralistas os oportunistas, os especuladores da terra – "*do industrial ao médico, do aposentado ao político, muitos acabam comprando um pedaço de terra e, orgulhosos, proclamam-se agricultores. Iludidos, emprestam recursos, formam fazendas.*" Do outro lado, estão os "*heróis*", "*os agricultores verdadeiros, os trabalhadores e empresários que são os reais profissionais, que usam tecnologia adequada para produzirem o alimento e as matérias-primas que suprem as cidades e as indústrias*", a despeito do seu histórico desprestígio sob o ponto de vista social. O máximo que conseguem é serem reconhecidos como os "*novos-caipiras*", incapazes, portanto, no atual jogo de interesses que prevalece na sociedade brasileira, de se pronunciarem, de produzirem a sua própria fala.

Esta posição também encontra eco na expressão máxima do governo, o Presidente da República, quando este se identifica como agricultor. De acordo com o divulgado na imprensa, em uma reunião da equipe econômica para definir o acordo coma bancada ruralista, teria ocorrido o seguinte diálogo entre o Presidente da República e o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, designado negociador do governo junto àquela bancada:

Parente: _ "É preciso apoiar a agricultura, a despeito de chantagens de ruralistas." Presidente: _ " Ainda bem que tem alguém na equipe econômica que defende nosso lado." Outros participantes: _ "Nosso lado?". Presidente (sorrindo): "É, nosso. Nós agricultores, fazendeiros." (FSP, 30/06/95).

"Do nosso lado" significa, portanto, do lado dos que carecem de quem assuma a sua defesa. Contra as chantagem, a barganha de votos, o jogo de interesses de poucos em nome de muitos. De acordo com o Presidente da República, os ruralistas pensam *"em pequenos grupos" e não pensam no Brasil.* (10/04/95). De certo modo, este é o pensamento de todo o governo, como se percebe na fala do Ministro Sérgio Motta, das Comunicações, quando, em 28 de julho, dizia, com ironia:

"tenho a certeza de que o Congresso vai continuar agindo patrioticamente ... apesar da bancada ruralista".

Mas, o que dizem a este respeito os produtores? Aqueles cuja identidade mais pronunciada é a que representa seu vínculo direto com a propriedade rural, com a terra em suma. Para estes, tem sido

"lamentável a atitude da bancada ruralista em tratar de forma tão prejudicial à imagem do agricultor um assunto importante como o crédito para custeio da safra. A imagem do fazendeiro antigo, explorador de mão-de-obra barata e aproveitador de subsídios agrícolas acaba se sobrepondo à realidade do Brasil rural de hoje, em que a fronteira agrícola é atingida com dificuldades por gente séria e aventureira, que por vocação permanece nesta atividade muitas vezes ingrata". (Roberto Hugo Jank Jr, fazendeiro e diretor da Agrindus, empresa agropecuária).

Se a atuação da bancada ruralista é tida como "lamentável" na opinião do produtor, a atitude do governo frente ao setor agrícola tem sido pior. Na sua opinião, é

demagógica a fala do Ministro do Planejamento ao dizer que o suposto calote dos agricultores corresponde ao gasto anual com a saúde, como também o é a fala do Presidente ao se pronunciar *"que o povo não vai pagar a dívida de meia dúzia de fazendeiros"*. E a demagogia comparece quando se pretende obscurecer a realidade segundo a qual *"se alguns 'bandidos' não pagaram a dívida em detrimento do povo brasileiro, muitos 'mocinhos', sem concordar com a mesma, pagaram e mais uma vez arcaram com as barbaridades praticadas pelo governo contra os mecanismos de produção do país"*. E denuncia que neste jogo da dívida, (...) *"só tem um perdedor: o produtor rural. E só tem uma origem: o governo mudou as regras do jogo e a atividade agrícola não é banco e nem comércio, não suporta leviandade de política econômica"*.(op. cit. FSP, 25/04/95).

Como em um drama social de considerável proporções, outras falas se juntam e fazem revelar como a sociedade, em seus múltiplos segmentos, se comporta diante dos fatos políticos. Assim, em coro, pronunciam-se intelectuais, acadêmicos, jornalistas e o povo em si, aqui representado pelo leitor dos jornais.

A Folha de São Paulo (10/04/95) aponta para o *"paradoxo da choradeira"*, característico da atuação dos parlamentares ruralistas: *"quando não estão chorando pelos seus problemas, são os contribuintes que choram por suas soluções"*. E prossegue:

"Para ser honesto, o deputado ruralista deveria detalhar de que maneira suas reivindicações seriam financiadas. E dizer com todas as letras: propomos que a redução nos juros pagos por nós seja bancado ou pelos poupadores ou pelos contribuintes. Obviamente não irão propor redução dos juros da poupança, porque significaria prejudicar uma parte dos poupadores pelas quais a bancada ruralista tem o maior apreço: eles próprios..."

Para José Roberto Campos, (FSP, 15/04/95) o que existe é uma *"vendeta do Congresso"* e um *"custoso diálogo de surdos: "o governo não tem posições claras, os políticos oportunistas não têm cargos e a agricultura não tem política"*.(...).

"Eles [os ruralistas] querem cargos, não estão recebendo e votam contra. O casuísmo das decisões do Congresso desfigura a racionalidade das decisões econômicas. A falta de decisões econômicas, porém, acelera a pulverização virtual da base política de apoio do governo."

Romelio Aquino, por sua vez, (MAIS!, 12/02/95) denuncia a bancada ruralista como um grupo de interesses privados, como outros tantos que identificam hoje a atividade parlamentar:

"Yes, nós temos 'loteamento' de cargos, pecês, paubrásis & cia.; não apenas milhões de (iguais) dólares clandestinamente investidos, mas 'assalariamento' de parlamentares por serviços prestados; e compra-e-venda de mandatos e legendas. A sujeição 'pluralista' do Parlamento aos interesses privados e/ou particulares de partidos, sindicatos e grupos de interesse se evidencia na dispersão-superposição caleidoscópica da identidade parlamentar: bancada ruralista, bancada evangélica, minibancada 'verde', megabancadas (ecumênico-oportunistas) dos humilhados e ofendidos aposentados, funcionários públicos etc, interseção das bancadas de esquerda (e simbiose de algumas frações) com o respectivo meio sindical, alinhamento das bancadas de direita e comprometimento das de centro com o que há de mais particular no interesse privado."

Há porém quem discorda deste discurso e pondera, mesmo reconhecendo que existem excessos na atuação da bancada que são respaldados pelos agricultores, pressionados pela injustiça de juros escorchantes e até mesmo anunciando que o governo permanecerá refém *"das armadilhas da bancada ruralista enquanto não conseguir a completa reformulação da política agrícola"*. Para estes, a bancada ruralista, por mais que se tente formar uma visão de que é uma excrescência, uma anomalia inaceitável dentro da ética parlamentar, nada mais é do que um resultado perverso, porém previsível porque inevitável, do modo como historicamente se instituíram os partidos políticos brasileiros e suas relações com o Estado. É como um "filhote", deformado, mal visto e mal quisto, justamente porque revelador daquilo que se pretende esquecer, negar, ou mesmo esconder: as relações políticas no Brasil ainda são as mesmas que caracterizaram a constituição do Estado brasileiro, nesta sendo preponderante o jogo de influências recíprocas entre as tradições políticas e a dinâmica social.

Neste sentido, por mais que se buscasse ver o Brasil político e econômico com olhos modernizantes, o que se verifica é que jamais houve uma ruptura radical com

o passado, ruptura esta entendida pelo confronto direto entre as históricas forças capitalistas autoritárias, sobretudo em se tratando da posse da terra.

"Tão furiosas têm sido as investidas dos meios de comunicação contra a Frente Parlamentar da Agricultura, que o adjetivo ruralista já virou impropério. Mesmo jornais que nunca deixaram de defender os interesses dos landlords caboclos andaram publicando ultimamente editoriais nos quais a FPA [Frente Parlamentar da Agricultura] é acusada de 'calote', 'sabotagem', 'fisiologismo', 'molecagem', 'extorsão' e 'chantagem'. Esse tratamento seria até adequado se dirigido ao punhado de grandes devedores, que têm como bandeira não saldar compromissos com bancos oficiais e tomar o máximo do Tesouro. Mas, será razoável para caracterizar uma frente parlamentar que conseguiu três quintos dos votos do Congresso (388 na Câmara e 43 no Senado) na derrubada de um veto presidencial? Além de ingênua, essa visão de que a bancada ruralista não passaria de um agrupamento de espertalhões indica o grau de imaturidade das elites urbanas sobre o drama agroalimentar brasileiro." ... (José Eli da Veiga, pós-doutorado em economia pelas universidades de Londres e da Califórnia, professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP. FSP, 22/05/95).

Assim também se manifesta Fernando Homem de Melo, professor titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. (13/06/95). Para ele, *"há razões objetivas para a crise agrícola; ela não foi inventada pela bancada ruralista."*

Entrando na polêmica existente entre a bancada e o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, o autor chama a atenção para os preconceitos que existem no raciocínio que prevalece no setor econômico do governo, representado pelo ex-ministro, em relação à bancada ruralista e contra o setor agrícola brasileiro, *"em sua gravíssima situação atual"*. Na sua opinião, existe um mérito na atuação da bancada ruralista em relação à *"imperdoável"* política da TR: *"ela fez o governo se mexer em termos de política agrícola"*, enquanto que o governo desconsiderava a gravidade da crise.

"A decisão do Congresso Nacional sobre a TR deve ser analisada nos contextos dessa desconsideração e da gravidade da crise. É desse modo que a agricultura está sendo vítima da política macroeconômica."

Por outro lado, a opinião pública também se mostra dividida como bem ilustram os depoimentos:

"Parabéns ao deputado Nelson Markezelli pelo seu artigo de dez de abril, 'Os ruralistas e o czar da Fazenda'. Bolorento deve ser o Sr. Mailson da Nóbrega, freqüentador assíduo dos corredores escuros dos bancos e do mercado financeiro..." (Paulo Paulista Leite Silva, (Ribeirão Preto, SP. FSP, Opinião, 12/04/95)

"Se romaria para Brasília resolvesse problemas financeiros, certamente Aparecida do Norte já estaria às moscas. [a propósito da Marcha sobre Brasília] É bom que os produtores rurais já comecem a planejar a próxima marcha: a marcha à ré. (Marcos Moreno, Varginha, MG. FSP, Opinião, 21/07/95).

"Quem leu sobre a bancada ruralista na Folha de 25/6 infelizmente ficou certo de que a moralização política deste país ainda está longe. O deputado federal Nelson Markezelli atingiu um estágio político em que, pensa, não precisa mais do povo, pois formou uma equipe de colaboradores, prefeitos e vereadores de pequenas cidades do interior paulista, que, em troca de pequenos favores, trabalha para ele. Nas entrevistas, sempre diz que os ruralistas estão sendo prejudicados, mas não explica como comprou 11 fazendas." (Antonio Carlos Oliveira Pirassununga, SP. FSP, Opinião, 21/07/95).

Ao que parece, a emergência de um grupo de interesse, tal como é a Bancada Ruralista da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, é interpretada como a maior evidência da fragilidade partidária brasileira, como se costuma dizer. No entanto, como se procurou demonstrar aqui, a atuação da bancada ruralista em suas relações com o governo federal, antes de significar uma ruptura na forma de representação social e política por meio de partidos políticos, pressupõe a manifestação de um histórico e complexo jogo de interesses, suprapartidário, portanto, em que cada uma das partes parece fazer uso consciente das contradições inerentes ao fato de ser a sociedade brasileira constituída a partir do ideal da igualdade de direitos e instaurada a partir da realidade de desigualdade social.

Além do mais, a atuação da bancada ruralista e a decorrente manifestação de diferentes segmentos da sociedade a respeito, lançam luz sobre um aspecto que merece ser analisado: a identidade do homem do campo. Sempre que o interesse político recomenda, os atuantes da bancada ruralista se apresentam como a legítima representação do homem do campo. São eles, na condição dos históricos donos da terra, que podem se manifestar, reivindicar e contestar, quando medidas de ordem político-

econômica provocam repercussões, diretas ou não, nas condições de vida de todos aqueles que se dedicam ao trabalho no campo.

Quando, porém, são denunciados os abusos de poder, a troca de favores a despeito dos interesses políticos, atitudes que caracterizam a atuação dos ruralistas no Congresso, ressaltam-se de imediato diferenças nessa identidade social, antes obscurecidas pela acomodação daqueles que se sentem beneficiados pelos resultados dessa mesma atuação. É nesses momentos que as diferenças em ser pequeno, médio ou grande produtor são salientadas, ficando a identidade de ruralista restrita apenas ao segmento do grande proprietário rural.

Sendo assim, é a propriedade da terra o elemento essencial para a identidade do homem do campo, evidenciando que tanto o Estado quanto a sociedade procuram obscurecer a sua diversidade, processo herdado do regime escravista. Historicamente, a sociedade colonial brasileira teria escamoteado diferenças entre práticas culturais de proprietários da terra e de seus trabalhadores, como forma de retirar das mesmas sua potencialidade política, sua possibilidade de construção da alteridade¹².

Muitos são os fatos históricos de manifestação política dos trabalhadores do campo registrados como insurreições pontuais provocadas por fanatismo religioso, ou por qualquer outro motivo que favoreça a manutenção da invisibilidade política dos trabalhadores das propriedades rurais.

Há que se reconhecer que a histórica recusa à identidade do trabalhador rural pela sociedade e pelo Estado, engendrou mecanismos ideológicos e práticos de fragmentação dessa identidade, instaurando práticas sociais de subordinação e subserviência que favoreceram o processo de mecanização da agricultura no país

¹² Oliveira Júnior (1997), em comunicação apresentada no V Congresso Afro Brasileiro, aborda uma comparação entre a invisibilidade imposta aos negros e a estratégia de invisibilização dos índios.

e o conseqüente fenômeno do êxodo rural. O mais notável neste sentido é que houve uma “condenação à morte” do meio rural brasileiro pelas políticas implementadas pelo setor agropecuário, nas últimas cinco décadas, e a sociedade abrangente vem assistindo, conformada, ao crescente esvaziamento populacional do campo, com o entendimento de que esse fenômeno seja apenas a evidência de uma transição entre o “*Brasil tradicional*” para o “*Brasil moderno*”, desenvolvido¹³.

No entanto, o expressivo movimento social dos trabalhadores rurais sem-terra, em curso desde 1993, provoca abalos nas convicções de que o meio rural está condenado ao fim: são sucessivas e ruidosas ocupações de terra consideradas improdutivas, inúmeros congressos e passeatas que pretendem jogar luz em pelo menos dois aspectos: o primeiro, de que existem milhões de famílias de brasileiros, no campo e nas periferias das cidades que desejam realizar suas vidas no meio rural, bastando, para tanto, que consigam uma parcela de terra; segundo, que esses trabalhadores rurais constituem a evidência mais clara de que homem do campo é uma identidade social que vai muito além daqueles que são proprietários de terras. Há que se reconhecer a diversidade dessa identidade, incorporando, além dos médios e os pequenos proprietários, os trabalhadores rurais que comparecem como mão-de-obra no processo produtivo, ou que foram excluídos desse pela crescente mecanização e concentração de propriedades.

¹³ Em 1960, o país tinha uma população de 70 070 457, sendo 31 303 034 residentes em áreas urbanas e 38 767 423 em áreas rurais, correspondendo, portanto, a, respectivamente, 45% e 55%. Em 1996, a população era de 157 079 573, sendo 123 082 167 residentes em áreas urbanas e 33 997 406 em áreas rurais. A percentagem da população urbana era de 78%, segundo o IBGE. O Censo de 2000 informa, em seus dados preliminares, que o Brasil tem 169.544.443 habitantes, três milhões a mais do que a última projeção. Uma população cada vez mais concentrada nas zonas urbanas – 81,2% vivem nas cidades.

O Brasil, desde 1960, apresenta-se como essencialmente urbano, não apenas em termos estatísticos mas também no imaginário social. Toda produção artística da época registra o imperativo urbano, seja nas músicas, nas artes plásticas, no teatro.

Colocada neste contexto, a invisibilidade política consagrada aos trabalhadores rurais constitui uma prática da sociedade brasileira, tendo por objetivo o incremento do controle sobre a população rural, encarado aí como projeto de constituição da nação brasileira enquanto essencialmente urbana. Faz-se a negação da sócio-diversidade representada pelas variadas culturas do campo, que, em última instância, correspondem, no imaginário social, às sobrevivências de processos históricos marcados pela escravidão no Brasil: são populações que constituem a base da pirâmide social brasileira, cujo destino é a migração para os centros urbanos, onde possam ser assimilados, enquanto grupo, nos extratos mais subalternos da sociedade, até que sejam reciclados e capacitados para absorção pelo mercado ligado à indústria. A atualização da identidade social das populações rurais, por meio dos movimentos sociais, como o MST ou das ações da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, seria assim uma reação à sua invisibilidade política imposta pela sociedade. Reagindo contra essa invisibilidade que as submete a uma auto-apreciação enquanto parte mais sem importância de um todo hierarquizado, as populações rurais constroem, por meio dos movimentos sociais, uma identidade auto-centrada, de resistência à pressão classificatória da sociedade.

Uma característica marcante de sua organização social é a auto-referência como *sem-terra*, condição que remete, não a critérios de pertença/inclusão no grupo, mas à sua relação com a sociedade. Com efeito, não parece operar qualquer regra normativa que limite a pertença à condição de *sem-terra* a indivíduos residentes nas periferias urbanas, sendo mesmo freqüente a presença desses no movimento.

Os acampamentos resultantes das ocupações das terras improdutivas, pela ação do MST ou da CONTAG são assim redutos de resistência política, na concepção de seus membros, bem como dos habitantes das áreas vizinhas. Esse juízo de valor sobre os acampamentos dizem respeito às representações existentes sobre a hierarquização pressuposta na relação de pares opostos como assentamento-fazenda e trabalhador-proprietário a uma suposta primazia histórica do segundo sobre o primeiro: ser *sem-terra*

é ser “arruaceiro”, “comunista”, “bandido”, “rebelde” “miserável”, “grosseiro”, “sem educação”, “acostumado a viver precariamente”, “marginal”. Neste sentido, a fazenda é representada como o espaço da ordem, da produção, enquanto que o acampamento, por oposição é o espaço da desordem, da ausência da lei, da confusão, “onde ninguém é dono”.

Susto nos setores extensionistas: e o rural não acabou...

No efervescente final de ano, um evento dá ainda mais cores ao cenário dos embates sobre a terra, a produção agrícola, os trabalhadores rurais. Por iniciativa da Comissão de Agricultura e política Rural da Câmara dos Deputados, realiza-se o Seminário internacional sobre reforma agrária e agricultura familiar, com a participação do Banco Mundial e da FAO (1993).

O Banco Mundial divulga seu relatório sobre a agricultura no Brasil, seus recursos naturais e a população que vive na zona rural, em que analisa as políticas adotadas pelo governo. De acordo com o documento, “o Brasil tem uma longa história de intervenções na agricultura.” Os produtos são taxados e os insumos foram protegidos pela substituição das exportações. Créditos subsidiados buscaram contrabalançar a falta de incentivos. No entanto, o rápido crescimento agrícola não reduziu a pobreza rural, não estimulou a geração de empregos. Mais que isso, as políticas agrícolas agravaram ambos os casos, além de provocar outras distorções políticas e a má alocação dos gastos públicos.

As primeiras mudanças na política aconteceram no final da década de 80: taxa de câmbio mais competitiva; liberalização das importações e exportações agrícolas; eliminação de intervenções no mercado agrícola; promoção do risco gerencial e o financiamento para comercialização; privatização de armazéns e redução de crédito agrícola subsidiado com o aumento nas taxas de juros reais sobre o crédito remanescente.

Sob o ponto de vista do meio ambiente, foi detectado que, na dotação orçamentária para a conservação de ecossistemas diferentes, não há prioridades objetivamente determinadas que se baseiem em valores sociológicos e no grau de ameaça. Além disso, ainda que tenham sido bem sucedidos planos de manejo e conservação do solo baseados em micro-bacias em Estados do Sul, não foram atendidas as questões do manejo sustentado do solo, desde a metade da década de 80. As práticas de extensão rural, por outro lado, desconsideram a importância da aração de pouca profundidade ou o plantio direto, na conservação do solo. O envenenamento de trabalhadores rurais por pesticidas permanece muito alto e a fiscalização inadequada. Esta situação é ainda mais grave porque crianças são freqüentemente empregadas na operação dos equipamentos. Não há uma política que discipline o uso adequado da água na agricultura ou nas indústrias urbanas.

A abordagem da pesquisa agrícola e da extensão rural envolveu o reconhecimento de que, até a metade da década de 80, a EMBRAPA era uma das mais fortes instituições públicas de pesquisa agropecuária dos países em desenvolvimento. No entanto, sua capacidade está ameaçada pela crise fiscal. A extensão rural, por sua vez, de reconhecido sucesso, nas décadas anteriores, sobretudo na região sudeste, nos últimos anos chegou quase ao colapso. Ademais, a pesquisa agropecuária não tem atendido as necessidades dos pequenos produtores, que raramente são educados, ou têm os meios para buscar as informações que lhes favoreçam. É inadequada a comunicação entre os pesquisadores e os usuários finais da pesquisa e da extensão rural. Mais ainda, as prioridades da pesquisa e da extensão rural, quer sejam elas voltadas à agricultura, que envolvam o reflorestamento, provocam profunda insatisfação nos pequenos produtores que não vêm atendidas as suas necessidades.

As cobranças feitas pelo documento atingem diretamente vários setores do Estado e da sociedade, inclusive as universidades, responsáveis pela formação de pesquisadores e dos extensionistas rurais. A surpresa provocada nos setores que atuam na extensão rural é ainda maior, levando-se em conta não apenas a falência do modelo

de extensão rural em vigência mas a abrangência dos problemas ambientais relacionados à atuação do extensionista. Da atuação dos extensionistas rurais, esperava-se a promoção da transição do modelo tecnológico convencional para uma agricultura de base ecológica. No entanto, os espaços institucionais de formação e de aperfeiçoamento e atualização profissional do extensionista rural¹⁴, precisamente as universidades e as instituições associativas como a Associação Brasileira de Extensão Rural – ASBRAER, desconheciam essa demanda.

Considerados no mesmo contexto, as ocupações de terras e o crescimento do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, as discussões e barganhas no congresso pela atuação da bancada ruralista e os problemas ambientais relacionados à produção da agricultura são evidências muito fortes de que, a despeito da representação social do Brasil como um país essencialmente urbano, construída ao longo dos últimos 30 anos, o contexto rural volta a se impor de forma vigorosa na imprensa, passando a ser o centro das atenções e discussões em todos os fóruns públicos e também nas esferas de ordem privada.

¹⁴ Assim é que o Seminário Nacional Extensão Rural rumo ao 3º milênio, promovido pela ASBRAER, em Brasília, em setembro de 1994, não contempla diretamente a questão ambiental nos “*novos parâmetros para a extensão rural do terceiro milênio*”. Dá-se destaque, nesse sentido, à segurança alimentar, estratificação e organização das populações rurais, municipalização da agricultura, capacitação dos extensionistas; profissionalização, parceria, agroindustrialização. (Seminário Nacional Extensão Rural rumo ao 3º milênio – resumo, páginas 21-23).

Por outro lado, em vinte e duas universidades pesquisadas, no período de 1993/1994, em apenas duas os programas da disciplina Extensão Rural contemplam o estudo das relações entre agricultura e meio ambiente.

E a constatação de que “o rural não acabou”¹⁵ provoca a reconsideração de aspectos antes negligenciados: de início, o reconhecimento de que pouco se sabe sobre o que acontece no meio rural nas últimas décadas. Uma dessas constatações dizem respeito à política de assentamentos de famílias, que vem sendo posta em prática no país. Os jornais noticiam que, desde defensores da reforma agrária a proprietários rurais, passando por economistas, agrônomos e técnicos do setor, a política de assentamentos não se mostra como a solução para o problema fundiário e o desenvolvimento do campo. (FSP, 3/12/95).

Na avaliação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, informa o mesmo jornal, apenas 10% dos cerca de 1.100 assentamentos existentes no país podem ser considerados bem sucedidos. A mesma análise indica que vários problemas se entrelaçam e concorrem para o fracasso: a distribuição de terras de má qualidade, a venda de lotes por parte dos assentados, a baixa produtividade do cultivo, a falta de assistência técnica e a inexistência de uma política global de reforma agrária.

¹⁵ A expressão, mesmo forte, pretende chamar a atenção para a pouca importância que assumiu o meio rural na sociedade brasileira, nos últimos anos, atingindo inclusive setores acadêmicos como da saúde, educação e da extensão rural. Apesar da considerável produção intelectual das Ciências Sociais, sobretudo da Antropologia Social e da Sociologia Rural, caracterizando a diversidade cultural existente no meio rural brasileiro, a especificidade das famílias do campo, quanto a sua educação formal ou não formal, ou da sua saúde, deixou de ser considerada nas pesquisas e nos processos de formação profissional de professores e médicos, por exemplo, nas últimas décadas. Especificamente quanto à educação formal, encontra-se em curso, desde 1997, um movimento social, apoiado por várias universidades brasileiras, intitulado “*Por uma educação básica do campo*”, com o propósito de defender e propor uma política pública de educação voltada para a população rural.

Não é sem razão que os resultados do Censo Demográfico, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, procuram ampliar as informações educacionais sobre a área rural das microrregiões das capitais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Por meio de acordo firmado entre o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola/MEC) e o IBGE vai-se investigar onde estão as escolas rurais, as estradas de acesso dos estudantes, os rios que passam próximo, os aglomerados populacionais, a existência de vagas e a capacidade ociosa da unidade de ensino. “*O objetivo do Levantamento Rural dos Municípios, que teve início em junho de 2000, é oferecer melhores condições de fazer o planejamento educacional da área rural, assim como construir escolas onde são necessárias, beneficiando as crianças que vivem no campo*”, segundo a assessoria de Comunicação Social do MEC.

Além disso, estudo de 1992 da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO estima em 22% as famílias que desistem da terra – percentual que pode estar subestimado, especialmente porque a venda da terra é feita de forma irregular. (FSP, 3/12/95)

Sem dúvida alguma, a visibilidade política conquistada pelos trabalhadores rurais sem-terra somada à discrepância de dados e informações¹⁶ sobre, por exemplo, número de famílias assentadas em áreas de projetos de reforma agrária e as condições de vida dessa população, envolvendo órgãos do Estado e movimentos sociais, resultou na realização do *I Censo da Reforma Agrária*, em agosto de 1996, por 29 universidades entre federais, estaduais e comunitárias, 41 professores encarregados da supervisão do trabalho e 1800 alunos (UnB, 1997).

Da visibilidade política à visibilidade técnico-acadêmica, essa tem sido a trajetória do homem do campo ao longo da história, com profundas implicações para disciplinas como a extensão rural. É o que os próximos capítulos pretendem abordar. Antes, porém, vamos ver como tudo começou...

¹⁶ É interessante observar que, no Documento Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável – Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, de novembro de 1994, de responsabilidade da FAO/INCRA, é bastante confusa a definição de propriedade familiar e a sua caracterização empírica, conforme aponta Graziano, salientando que “tamanho não é documento” quando se pretende distinguir as duas formas principais de produção agropecuária no país: patronal e familiar. José Graziano da Silva Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. (1996)

Capítulo 2

UMA CURTA HISTÓRIA, UM LONGO PASSADO

O propósito deste capítulo é demonstrar que, se a extensão rural no Brasil tem uma curta história, seu passado, porém, é bastante longo: enquanto a prática de procurar levar aos homens do campo algum conhecimento novo, em geral gestado na cidade, ou em centros de pesquisa, já existe desde o final do século passado, apenas quarenta anos são transcorridos desde a criação dos primeiros centros de treinamento em extensão rural, lugar onde se delineou e se consolidou o paradigma extensionista, pela ação de grupos intelectuais desejosos de se desprender dos meios acadêmicos para assumir a prática política comprometida com a questão nacional e com a modernização do meio rural.

Este estudo aborda a questão da extensão rural, expressão empregada para aludir a uma determinada prática – e a seu correspondente discurso – de relacionamento entre a escola e a sociedade, historicamente constituída. Neste sentido, vou ter o cuidado de não usar essa expressão para se referir a outras práticas de objetivos próximos à extensão rural, já existentes em momentos bem anteriores ao processo político-intelectual que deu início à organização desse campo intelectual – a Semana do Fazendeiro da Universidade Federal de Viçosa, por exemplo – e que certamente constituem os elementos básicos da sua gênese, uma vez que a preocupação maior que tenho aqui é a emergência social desse conceito. Sem esse cuidado, corre-se o risco de um certo "presentismo" (Stocking) na leitura cultural do passado. Isto significa que, toda vez que se emprega "extensão rural" para se referir a práticas e processos anteriores à estruturação desse conceito, pensa-se, fala-se, escreve-se e se age inspirados na idéia

da pré-existência de uma ética e de determinadas teorias independentes do hábito lingüístico que a gerou.¹⁷

**O contexto político, econômico e cultural:
"plus ça change, plus c'est la même chose..."**

Qual o impacto e a importância de acontecimentos políticos como a abolição da escravidão e da proclamação da República sobre a estruturação e a atualização do pensamento social brasileiro?

A busca de resposta para esta questão irá permitir situar historicamente as diferentes e contraditórias "leituras" da realidade existentes à época, seja sob o ponto de vista da crônica jornalística, das charges e ilustrações anedóticas, seja do ponto de vista do pensamento mais elaborado no âmbito das diferentes disciplinas científicas ou no contexto dos projetos políticos.

O ponto de partida é reconhecer que, como afirma Octávio Ianni, "no século XX, o pensamento brasileiro está fascinado por dois problemas: a questão nacional¹⁸ e a modernização" (1977: 129). Dentro desses problemas, pretendo ressaltar aspectos ligados a representações sociais que lhe são subjacentes e que evidenciam o "caldo de cultura" que permitiu a emergência e a atualização da prática social da Extensão Rural no Brasil: a primeira, o *desenvolvimento*, que nessa época comparece com o sentido de "*progresso*"; em seguida, *natureza e homem*, representações claramente subordinadas e derivadas da primeira, como pretendo demonstrar.

¹⁷ Ver Costa (1992) sobre a história do conceito de homossexualismo.

¹⁸ A ideologia de construção da nação, de acordo com Marisa Peirano (1992) é constitutiva das ciências sociais.

Antes, porém, é prudente situar estes dois fatos políticos, para, a partir daí, contextualizar as idéias.

Fazendo-se uma releitura da experiência histórica brasileira, no período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX, dois acontecimentos políticos se destacam: a abolição do trabalho escravo e a proclamação da República. Esses dois acontecimentos são de importância decisiva para a formação do conjunto de idéias, valores e princípios e, principalmente, da rede de relações sociais que viabilizaram o conceito e a institucionalização da Extensão Rural no Brasil. Compreender as mudanças provocadas por esses acontecimentos significa compreender a manutenção de elementos autoritários na ordem política brasileira e também compreender como se dá a permanência de traços culturais vivamente recriados, que asseguram a permanência de antigos valores, hábitos e atitudes na dinâmica social. A falência do modelo democrático liberal, no Brasil, justifica-se pela constante tensão existente entre formas representativas e cooptativas de participação política. Porém, por meio de que processos e a partir de que fatores essas continuidades são garantidas? De acordo com Pereira-Reis (1982), a construção do Estado deve ser entendida pelo processo interativo e de influências recíprocas entre as tradições políticas e a dinâmica social.

Pois bem, não há como negar que a abolição do trabalho escravo e a abolição da monarquia deflagram o processo de modernização capitalista brasileiro. Contudo, esses mesmos eventos, vistos sobretudo sob o prisma econômico, não significam uma ruptura radical com o passado. Ao contrário, no caso da abolição, esta se deu sem que houvesse um confronto direto entre forças capitalistas liberais e autoritárias, representando mesmo uma coalizão entre antigos e novos latifundiários. Pereira-Reis esclarece que os produtores de café de São Paulo aliaram-se aos senhores dos engenhos do Nordeste de modo a promover a transição pacífica para o trabalho livre. Por meio da estratégia de importação de mão-de-obra estrangeira,

"Os cafeicultores de São Paulo – freqüentemente identificados com os precursores da revolução burguesa – aliaram-se aos antigos donos de engenhos do Nordeste para promover uma transição

pacífica ao trabalho livre. A negociação política da questão do trabalho permitiu aos cafeicultores paulistas evitar a competição com a elite rural nordestina pela mão-de-obra nacional. A demanda crescente de trabalho nas áreas cafeeiras seria suprida pela importação de trabalhadores europeus, assistida pelo poder público. (...) A opção paulista pela imigração estrangeira implicou uma segmentação do mercado de trabalho. (...) Tal evolução retardou também a expansão do mercado político, na medida em que preservou formas na coerção extra-econômica de trabalho em amplas áreas do país. O poder político do proprietário rural foi preservado, já que a massa da população do campo não contava com a possibilidade de lealdades políticas alternativas." (Pereira-Reis, 1982: 338).

Sem dúvida alguma, a transição para o trabalho livre, da forma como foi conduzida, significou antes de tudo a unidade das elites agrárias do país e representou a manutenção dos métodos autoritários do trabalho rural.¹⁹ Significou, é indiscutível, grande modernização do campo, mas não por meio de uma revolução liberal-burguesa. (Pereira-Reis, op. cit.).

A proclamação da República, por sua vez, no ano seguinte, veio reforçar esta consolidação do poder dos proprietários rurais. A estes o poder público servia, sendo inexpressivas as medidas tomadas no sentido de que o Estado viesse a demonstrar maior compromisso social.

"Se é verdade que o Estado na Primeira República revelava grande permeabilidade aos interesses agrários, também é verdade que este mesmo fenômeno deu lugar a um paradoxo extremamente curioso: quanto mais o Estado respondia às demandas dos proprietários rurais, mais ele consolidava uma função tutelar sobre a economia, aspecto esse que, dadas as regras limitadas do jogo político do período, viria a ter profundas conseqüências. A política imigracionista e a defesa agressiva dos preços do café no mercado internacional revelam a extensão da dependência dos fazendeiros frente a soluções de autoridade em detrimento a soluções de mercado." (Pereira-Reis, 1982: 339).

Algumas décadas anteriores, porém, são relevantes para o desenrolar dos acontecimentos sócio-políticos, marcando a trajetória social de atores que, à sua maneira, registraram os momentos decisivos que vieram a repercutir naqueles fatos. A análise que

¹⁹ Boris Fausto (1997: 226) registra que, embora seja discutível o vulto da sua produção, os escravos das fazendas de cana e de café tiveram permissão de trabalhar em quintais próximos a suas cabanas ou em pequenos lotes de terra, produzindo gêneros alimentícios para seu sustento e para venda no mercado. Essa permissão foi de tal forma generalizada que se converteu em um costume. Assim, os escravos tornaram-se também camponeses, o que veio a ser reconhecido como uma brecha no sistema escravista.

pretendo fazer deverá concentrar-se no período anterior à abolição do tráfico de escravos até a década de 20 deste século, fase em que se estruturam e se veiculam idéias sobre o progresso, sobre o futuro brasileiro, além de expectativas – e frustrações – de serem, ou não, realizados esse ideais.

Antes é preciso lembrar, com Buarque de Holanda (1971), que nossa sociedade colonial era de raízes rurais, sendo as cidades meras dependências das propriedades rurais. Isto teve uma repercussão direta no quadro político e econômico da época, uma vez que são filhos dos grandes proprietários de terra no Brasil aqueles que conseguem abalar esse poder político baseado no trabalho escravo, empreendendo movimentos liberais abolicionistas e republicanos.

Este é um período também marcado por numerosas reformas²⁰ no campo econômico-financeiro e de modernização, cuja conseqüência mais direta é a liquidação da riqueza gerada pela exploração de escravos e pela exploração extensiva das terras voltadas para a agricultura, mais um impulso no sentido das mudanças verificadas no final do século²¹.

²⁰ Sérgio Buarque de Holanda, para chamar atenção para a febre mudancista que se instala, arrola o seguinte: 1851 – constituição das sociedades anônimas, fundação do Segundo Banco do Brasil; 1852 – primeira linha telegráfica no Rio; 1853 – funda-se o Banco Rural Hipotecário. Este, sem privilégios do Banco do Brasil, pagava dividendos avultados; 1854 – primeira linha de estrada de ferro do país: 14 km e meio entre o Porto de Mauá e a estação de Fragoso; 1855 – começa a construção da segunda estrada de ferro que liga a Corte à capital da Província de São Paulo. Aponta, ainda, as seguintes condições favoráveis à República: organização e expansão do crédito bancário; estímulo à iniciativa particular; abreviação e o incremento dos negócios, com maior circulação de notícias; meios de transporte modernos entre os centros de produção agrária e as praças comerciais; riqueza oriunda de novas especulações provocadas por esses meios tendia a ampliar-se não só à margem mas sobretudo à custa das tradicionais atividades agrícolas. (Holanda: 1971, 41-60)

²¹ É novamente Sérgio Buarque de Holanda que sintetiza os principais acontecimentos que golpearam fatalmente o modelo escravocrata, em 1888. Primeiro golpe: Lei Eusébio de Queiroz. Contra a supressão, houve a revolta diante de apresamento de navios brasileiros em nossos portos por ingleses, com ampla manifestação de sentimento patriótico. Aqueles que se posicionavam a favor da manutenção do *status quo* argumentavam: – país novo, mal povoado, mais negros seria um *mal inevitável e menor* que a miséria de falta de mão-de-obra. Por outro lado, os que eram a favor da supressão entendiam que as fortunas formadas pelo comércio negreiro eram portuguesas não brasileiras, expressando seu *nativismo lusófono* de considerável força na supressão do tráfico. Registra-se também que os interessados no tráfico se

É nesse contexto de modernização autoritária, marcado por grande agitação frente às muitas mudanças em pauta, que se cunham as idéias básicas e os valores mais caros que permitiram o surgimento da Extensão Rural, tal como esta veio se constituir, anos mais tarde.

Mas vejamos agora como esta profusão de idéias e debates se inscreve na mentalidade dos homens da época, traduzida em artigos, projetos, crônicas e notícias.

Por uma nação moderna: um coquetel de idéias, críticas e aspirações

O exercício da crítica permanente à realidade social urbana e rural e o desejo de que se efetivassem medidas que viessem resolver os impasses da não-contemporaneidade do país permitiram que se instituísse, principalmente no Rio de Janeiro, capital e maior centro urbano do país à época, uma nova prática, ainda no final do século passado, reforçada por uma indústria cultural nascente: a edição de revistas especializadas; de semanários ilustrados; a publicação de almanaques anuais; periódicos diferentes editados por um mesmo grupo e de livretes de estórias sobre a vida cotidiana, como romances, policiais.

É também no Rio de Janeiro que o Governo Imperial funda a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 19 de outubro de 1827. Suas bases já haviam sido lançadas em 20 de maio 1820, quando Ignácio Alves Pinto de Almeida assim se expressou:

organizaram por meio de extensa rede de precauções: sinais e avisos costeiros para indicar perigo à chegada dos navios; subvenção de jornais; suborno de funcionários; estímulo à perseguição política dos abolicionistas; construção da impunidade e da invulnerabilidade dos negócios. A partir de 1845, – ano do *Bil Aberdeen* – o comércio negreiro foi cada vez mais lucrativo: 1845 – foram importados 19 463 negros; 1846 – 50 354; 1847 – 56 172; 1848 – 60 000; 1849 – 54 000; 1850 – 23 000, considerando-se que a Lei é de 4 de setembro de 1850. (Holanda: 1971, 41-60)

"Todo aquele que se prezar de ser bom cidadão e desejar dar testemunho público do quanto se interessa pelo progresso da Pátria, não deve perder a bela ocasião de subscrever para auxiliar a indústria nacional, devendo ao mesmo tempo lembrar-se de que os benefícios e vantagens desta se derramam sobre os habitantes de todas as classes sem exceção de uma só". (Von der Weid, 1977).

Ignácio Alves Pinto de Almeida era baiano, foi o fundador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seu Secretário Perpétuo de 1827 a 1843. Além desse título, era Fidalgo Cavalheiro da Casa de Sua Majestade o Imperador do Brasil, seu Guarda Roupa, Deputado da Junta do Comércio, Comendador da Ordem de Cristo e Cavalheiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição. Iniciou o projeto de fundação da Sociedade ainda em 1816, empreendendo grande luta pela indústria brasileira, segundo ele, *"o móvel principal da prosperidade e da riqueza, tanto pública como particular de uma nação culta e realmente independente"*.

Presidida, no período de 1827 a 1831, por João Inácio da Cunha²², o Visconde de Alcântara e seu ministro fundador, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional era um órgão consultivo do Governo Imperial, cuja função era de examinar e emitir parecer sobre questões e assuntos pertinentes à economia do país, encaminhados pelo Ministério do Império. Sua finalidade era a de promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e a prosperidade da indústria no Império do Brasil. (Estatuto aprovado pelo Imperador, citado por Von der Weid, 1977).

Por "indústria", a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional entendia *"mãe de todas as ciências e artes, e causa primária da opulência e grandeza das Nações."* Cabe ao Brasil dedicar-se ao ramo agrícola da Indústria, porque *"por longos anos cumpre, pois, que seja o Brasil muito especialmente agricultor."* (O Auxiliador da Indústria Nacional, 1846).

²² João Inácio da Cunha fez-se Visconde de Alcântara em 1829. Era maranhense, de São Luís, tendo nascido em 1781. Foi destacado homem público do Primeiro Reinado, sendo também Desembargador da Casa de Suplicação da Bahia, Desembargador do Paço, Regedor da Justiça – mais alto posto alcançado por um magistrado – e Senador pela Província do Maranhão. Integrou o último ministério de D. Pedro I, instalado em 05 de abril de 1831 e desfeito dois dias após a abdicação do Imperador.

Deste modo, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional consagrava a sua vocação inicial e que iria predominar por cerca de 45 anos de sua existência: dedicar-se à modernização da agricultura brasileira.

Seu papel destacado na gênese das idéias e das práticas de modernizar o campo e preparar técnica e cientificamente os agricultores já se fazia sentir em 1833, quando fundou o periódico mensal "*O Auxiliador da Indústria Nacional*", por meio do qual passou a difundir a utilização de novos métodos e técnicas agrícolas, máquinas agrícolas movidas a vapor, o emprego de fertilizantes, melhor aproveitamento do solo, a criação de escolas rurais.

"A nossa Nação está como enfaixada nas mantilhas da infância; não pode dar um só passo sem estender a mão a quem lhe ajude a firmar os pés; mas não é o Governo quem a deve servir nisto; quando ele intervém há sempre centralização e monopólio(...) os patriotas devem ministrar-lhe este indispensável auxílio, ou por meio de doutrinas industriais, ou por escolas práticas." (O Auxiliador da Indústria Nacional, 1834).

A criação de Escolas Normais, especialmente voltadas para a agricultura, mereceu amplo debate e campanha pela Sociedade. Em agosto de 1837, seu Conselho Administrativo solicitou terras da Fazenda Lagoa Rodrigo de Freitas para ali instalar uma escola agrícola, voltada para o aproveitamento e racionalização da agricultura "*de grande potencial, mas em estágio primitivo de produção, usando sistemas predatórios e de caráter extensivo*". (Op. Cit.). No ano seguinte, propôs, por meio do Marechal Raimundo José da Cunha Matos e do Cônego Januário da Cunha Barbosa, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destacado no processo de construção da identidade nacional²³.

Se esta última iniciativa teve sucesso, a primeira, diversamente, não foi além de um decreto de concessão de terras sem qualquer seguimento.

²³ Ver a respeito Schwarcz, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870 -1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Capítulo 4.

Intensa polêmica se instalou na sociedade brasileira – com repercussão na imprensa e nos meios políticos – sobre a extinção do tráfico de escravos, somada à situação do café como o primeiro produto de exportação, ao decréscimo da população escrava e à maior necessidade de mão-de-obra para a grande lavoura, levando ao inevitável encarecimento e escassez de trabalhadores na agricultura. A partir disso, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN reestruturou sua perspectiva de abordagem da questão agrícola: novas condições econômicas forçavam o aprofundamento das discussões sobre a modernização no campo, agora com outras dimensões diante dos problemas relativos ao trabalho.

A SAIN passa, então, a aproveitar os espaços da Revista "*O Auxiliador da Indústria Nacional*" para defender medidas saneadoras da situação difícil em que se achavam os senhores das terras. Assim, sugere o aproveitamento do trabalho escravo oriundo da agricultura de subsistência, nas fazendas de café; o tráfico inter-provincial e a importação de trabalhadores europeus e asiáticos.

Esta última proposta, nascida provavelmente em São Paulo, foi alvo de acirrada discussão que se prolongou até os primeiros anos republicanos. A idéia de se buscar lavradores chineses para as fazendas brasileiras, principalmente, foi intensamente debatida e muito ironizada na imprensa.

Porém, as alterações demográficas provocadas pela escassez de trabalhadores para as lavouras e as conseqüentes medidas de estímulo à imigração foram significativamente verificadas, no campo e nas cidades²⁴.

²⁴ É notável o predomínio da imigração estrangeira, especialmente de europeus, na solução da escassez de mão-de-obra na lavoura do café. No período de 1872-1890 houve uma imigração líquida interna de 453.794 pessoas, enquanto a imigração estrangeira no período 1884-1890 totalizou 449.934. No período 1890-1900 a imigração estrangeira foi sensivelmente superior, atingindo 1.129.315 pessoas, enquanto que a imigração líquida interna registrou 412.282 pessoas. Particularmente em São Paulo, no período 1890-1900, o número de imigrantes estrangeiros correspondeu a quase seis vezes o número de imigrantes internos. Quanto ao crescimento demográfico verificado no Rio de Janeiro no período 1872-1906, ver Carvalho (1987: 16-19).

Grande parte dos artigos veiculados à época no *Auxiliador da Indústria Nacional* foram relativos ao incentivo à adoção do trabalho livre, para o que eram feitas várias propostas: formação de núcleos coloniais com distribuição de lotes pequenos aos agricultores em terras devolutas; organização de "distritos coloniais" que poderiam ser destinados a colonos brasileiros e também a estrangeiros; implantação de sistemas de parcerias nas grandes propriedades; adoção de novos métodos, técnicas e instrumentos de cultivo, para economizar o emprego da mão-de-obra e aumentar a produtividade. Havia ainda espaço para a tradução de artigos publicados em revistas especializadas da Europa, sobretudo da França e da Inglaterra, além de uma seção de correspondências em que era estimulada a contribuição dos leitores na discussão de assuntos específicos.

Não havia, porém, a preocupação que vai se instalar, muitos anos mais tarde, com a questão dos métodos de qualificação daqueles encarregados do trabalho no campo. Até mesmo quando se trata de propor mudanças substantivas nas relações de trabalho no campo, como a criação de distritos coloniais, a distribuição de pequenos lotes aos agricultores, ou novos métodos e técnicas de cultivo, todo o discurso se dirige aos grandes proprietários:

*"O desejo de concorrer com o contingente de minhas fracas observações para o melhoramento da nossa agricultura, manancial seguro de riquezas progressivas, quando as ciências a desembarcam de prejuízos, e velha, por não dizer estúpida, rotina, obriga-me a ser quase temerário tentando ilustrar os meus compatriotas, sem que longa experiência tenha autorizado os meus estudos, só por mera curiosidade, empreendidos nesta parte. Mas o que vou dizer em breve memória nada acrescenta às idéias de economia rural, de que sois enriquecidos, nem por isso serão perdidas as minhas reflexões, porque elas podem chegar a uma grande parte dos nossos lavradores a quem falta o auxílio das luzes, que parecem reunir-se em bem poucos dos que se empregam na cultura da terra, sendo certo que sua fertilidade não os dispensa de cuidar em seus melhoramentos, pois que desta arte se aumentam seus produtos, diminuindo-se o trabalho empregado com menor conhecimento dos seus verdadeiros interesses.(...)"*Discurso sobre o abuso das derrubadas das árvores em lugares superiores a vales, e sobre o das queimadas; lido na Sessão Anual da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no dia 7 de julho de 1833, por Januário da Cunha Barbosa, sócio e 2º secretário da dita Sociedade". (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. VIII, 1883.

Nos jornais da época, o Brasil comparecia como uma nação marcada pelo seu descompasso histórico: o índio, símbolo representativo do país, muito embora fosse apresentado forte e garboso, sucumbe ao peso de sua cruz – uma cruz nem tão santa!

Esta, por sua vez, é carcomida pelas muitas ervas daninhas e parasitas, que simbolizam o clero, a Câmara Municipal, entre outros. Estas "ervas", ao mesmo tempo, sobrecarregam a cruz com crânios reduzidos de suas "vítimas" e embaraçam o índio em suas ramificações, fazendo mais penosa a sua caminhada. (Figura 1, pag. 153).

O mesmo ilustrador representa o índio – Brasil – desta feita acorrentado à inércia de liberais e conservadores. Estes são também representados como nuvens negras que escureceram ameaçadoramente até a primeira lei emancipadora dos escravos.

A escravidão é vista assim como o traço mais marcante do atraso vivido pelo Brasil, em relação às demais nações estrangeiras onde o "*pobre Brazil*" comparece escravizado à política negreira, maltratado por seus governantes e submetido a um regime monárquico alienado das condições reais. (Figura 2, pag. 155).

Agricultura e indústria são, assim, nos desenhos da época, ilustradas como o mais conservador e, portanto, combatido, e o mais moderno e desejado para a nação brasileira. A lavoura comparece simbolizada pela triangulação das "três raças", onde o branco, na posição do vértice superior, fazendeiro, vestido de terno de linho branco, chapéu "Panamá" e botas de couro, comparece sentado e metendo suas afiadas esporas sobre uma base formada pelas cabeças do escravo negro e do imigrante chinês, que brotam da terra como duas gigantescas abóboras. (Figura 3, pag. 157). A indústria, por sua vez, tem seus produtos e artefatos representados como ornamentos de uma imensa árvore de natal, expressão do desejo popular pela modernidade e pelo progresso. (Figura 4, pag. 159).

Em um tempo em que a imprensa brasileira se consolidava, o folhetim contemplado com crônicas diárias de Machado de Assis era, sem dúvidas, muito lido nas cidades. Para Machado, em sua fina ironia com que interpretava o cotidiano, o símbolo do progresso era o bonde movido a eletricidade, fazendo-se conhecer a velocidade e suas

vítimas, deixando para trás a melancolia daquilo que foi atropelado pela modernidade dos novos tempos:

*"Inauguraram-se os bonds de Santa Teresa, – um sistema de alcatruzes ou de escada de Jacó, – uma imagem das coisas deste mundo(...)
Escusado é dizer que as diligências viram esta inauguração com um olhar extremamente melancólico. Alguns burros, afeitos à subida e descida do outeiro, estavam ontem lastimando este novo passo do progresso. Um deles, filósofo humanitário e ambicioso, murmurava:
– Dizem: les dieux s'en vont. Que ironia! Não; não são os deuses, somos nós. Les ânes s'en vont, meus colegas, les ânes s'en vont.
E esse interessante quadrúpede olhava para o bond com um olhar cheio de saudade e humilhação. Talvez rememorava a queda lenta do burro, expelido de toda a parte pelo vapor, como o vapor o há de ser pelo balão, e o balão pela eletricidade, a eletricidade por uma força nova, que levará de vez este grande trem do mundo até a estação terminal.
O que assim não seja... por ora.
Mas inauguraram-se os bonds. Agora é que Santa Teresa vai ficar à moda(...)" (Machado de Assis, 15/03/1877 in Folha de S. Paulo, 1994:58-59).*

Um certo tipo de modernidade e liberdade. Deste modo, Machado define as novas relações entre o Senhor e o escravo, agora alforriado, que decide permanecer com o antigo dono em troca de um pequeno salário. Modernidade conservadora, característica dos tempos abolicionistas:

*"(...) No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:
– Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...
– Oh! meu senhô! fico.
– ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto do que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...
– Artura não qué dizê nada, não, senhô...
– Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis, mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.
– Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete. Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeito da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos(...)" (Machado de Assis, 19/05/1878 in Folha de S. Paulo, 1994:52).*

É nesta tensão entre moderno/tradicional, ruptura/manutenção, liberdade/servidão, lisura/trapaça que a imprensa destacava a crise de valores e significados sociais, expondo novas dimensões e permitindo novos modos de interpretação

da realidade. Por meio da crítica às tradicionais representações sobre a sociedade brasileira da época, os desenhos, as crônicas e outras formas de manifestação artística pretendiam demonstrar um desejo social intenso de superação daqueles valores e das respectivas experiências sociais focalizadas.

O homem em diferentes matizes: a lógica da hierarquia social.

Em meio a um contexto marcado pelo pensamento racial, quando diferentes teorias raciais são geradas e absorvidas no Brasil (Schwarcz, 1993), naturalmente são variados os conceitos de raça, nação e de homem, urgentes na sociedade.

Já se falou do caráter liberal da Constituição Brasileira desde 1824 e de seu reforçamento em 1891. Resta agora compreender como se ajusta, na produção intelectual e nas representações, um ideário baseado na liberdade e na igualdade entre segmentos sociais diferentes e uma tradição baseada no princípio da desigualdade e da hierarquia social.

Para o conjunto das representações sociais existentes sobre o "homem brasileiro", no final do século, Ângelo Agostini contribui não apenas com a sua criação artística, na Revista *Illustrada*, para abordar os fatos e notícias da época, mas, particularmente criando uma peça ficcional, em 24 capítulos, com o título de *"As aventuras de Zé Caipora"*. A criação do personagem Zé Caipora parece bem simbolizar a representação social que se tinha do homem comum da época, a começar por seu primeiro nome: Zé. Hipocorístico de José, Zé significa também ralé, camada mais baixa da sociedade; é portanto o melhor nome para designar o povo: qualquer um pode ser Zé.

Caipora²⁵, por sua vez, acrescenta outras qualidades a este homem do povo. Ele, é naturalmente, um indivíduo azarado, capaz de, com a sua simples presença provocar infelicidade, má sorte. (Figura 5, pag. 161).

Zé Caipora é representado, no desenho, como sendo o homem comum brasileiro: um homem branco, com a idade entre 25 e 30 anos, magro, de bigodes bem aparados. Muito cuidadoso com sua aparência, Zé Caipora faz uso sistemático dos serviços da barbearia local. Veste-se bem, usando sempre terno, cartola e bengala, anda de "bond". Zé é um homem de algumas posses: mora em uma casa com algum conforto, provavelmente em um subúrbio e dispõe de um criado doméstico. Apesar disso, Zé aspira a promoção social, razão pela qual busca namorar a filha de uma baronesa que mora em um palacete no Botafogo. No entanto, por mais que queira apresentar-se bem, sua má sorte sempre o impele aos desastres e confusões. Depois de simulações de suicídio e de tentativas inúmeras de enganar o barão, pai da moça, Zé cai vítima da "bexiga" no décimo segundo capítulo. Então, desiludido com seu rosto todo marcado pela doença, Zé resolve fazer uma viagem para a roça, para a fazenda de um amigo. A viagem segue tranqüila até o momento em que Zé deixa o trem, de onde apreciava as belezas da natureza, e começa um novo trajeto, desta feita sobre o selim de um burro. A partir daí, a natureza, antes tão bela sob a segurança da "civilização", agora se mostra hostil com o pobre homem.

Com o capítulo décimo terceiro, tem início a segunda série da história. A descrição da viagem prolonga-se até o final da série, mostrando os sucessivos apuros vividos por Zé em contato com a natureza: a cobra, os marimbondos, os porcos selvagens, os macacos, a onça, todos animais, feras mesmo, hostis e perniciosos, prontos a atacar o pobre Zé.

²⁵ Caipora tem sua origem no Tupi Kaa'pora, "morador do mato". Corresponde a um ente fantástico oriundo da mitologia tupi, representando, segundo as regiões, ou com a forma de uma mulher unípede que anda aos saltos, ou como uma criança grandíssima, ou como um caboclinho encantado, ou como um homem agigantado, montado num porco-do-mato, ou com um pé só, redondo, seguido do cachorro papa-mel, etc.; caipora: "Menino de engenho, criado a ouvir histórias de Trancoso, ... arrepiado com as façanhas do papa-figo, do lobisomem e da caipora..., não é de estranhar que cedo me afeiçoasse ao Folclore" (José Maria de Melo, Enigmas Populares p. 13), in Novo Dicionário Aurélio.

Até mesmo os frutos silvestres com que Zé procura satisfazer a fome exigem dele grande esforço de subir nas árvores para alcançar as altas copas, expondo-o ao perigo. Todo o contexto é apresentado, na estória, como sinônimo do perigo. Somente a relva e as plantas rasteiras que o acolhem na queda e o tronco forte e grosso da árvore que lhe permitiu sentar-se até que os porcos que o atacavam fossem embora, são passagens que amenizam o desconforto e o constrangimento do personagem por estar em contato com a natureza.

Não bastassem os animais, chamados de "*implacável inimigo*", "*terrível bicho*", Zé, em seguida, cai vítima de "outras garras não menos terríveis": os índios. Bugres, ferozes e implacáveis inimigos dos brancos, que o condenaram à morte. No capítulo 16, Zé tem a surpresa de ser salvo por uma bela e jovem índia, que fala o português e que o conduz, em meio à tempestade, a uma gruta. A salvo, Zé tem a oportunidade de conhecer a estória da índia, sua salvadora: filha do cacique, Inayá, aos 5 anos, foi "*carregada pelos brancos*". Estes, diz ela: "*tiveram pena de mim e criaram-me com carinho. Aos 15 anos fui retomada por meu pai*" (cap. 16). Neste momento, Zé identifica a natureza com o paraíso: "Aqui estou... mas é no paraíso"...

A partir daí, Zé procura mostrar seus talentos e valores, fazendo-se merecer a dedicação da jovem índia. Estando ainda na gruta, o casal é atacado por um grupo de bugres. Para se defender, ele bloqueia a entrada da gruta com uma grande pedra e mata cinco índios que avançaram em seu interior. O enfrentamento prossegue até que Inayá se coloca diante do Zé e do cacique impedindo mais uma vez a sua morte. Sua opção por Zé é tão clara que, até mesmo diante da morte de seu pai e dos índios de sua tribo, em um acidente onde também quase morre, Inayá tem apenas a atitude de parar e rezar pelos mortos, lembrando-se das orações que lhe ensinaram quando criança. Da tribo restou apenas um valente guerreiro que não desiste de perseguir o casal. Mas, quando este descobre que os outros todos estão mortos, desespera-se e tenta se matar, no que é salvo, pelo herói Zé Caipora, dos jacarés e, em seguida, da sucuri. Com este gesto magnânimo termina o último capítulo da estória que pretende continuar.

Como se pode ver nos quadros ricamente ilustrados, as representações sociais do homem brasileiro, à época, são de clara hierarquização social. Tudo o que Zé faz para bem impressionar a nobreza – mostrar-se elegante e bem educado – é reprimido e condenado por seus iguais como audácia e atrevimento. A jovem que o vê passar da janela, rumo a casa do barão diz: *"Esse tipo está mesmo a pedir um limão"*, e o atinge na cabeça com o limão e com um balde d'água. É como se representa a inadequação e petulância de seu procedimento em querer ascender socialmente ou mesmo "misturar-se" com a nobreza.

Seu criado, tão logo o patrão sai, *"corre para a venda contar à criadagem da vizinhança tudo o que seu amo fez"*, comportamento típico das classes subalternas.

Outra descrição de comportamento estereotipado acontece na cena em que Zé, com a roupa emprestada do barão, corre na rua respingado do vinho que derramou. Um guarda – um urbano – o vê e toma as manchas por sangue, prendendo Zé. Livre da acusação de assassinato, não escapa, porém da acusação de bêbado. Nova perseguição policial culmina com a prisão de todos os membros de um bloco *"Zé Pereira"* que passava na rua – novamente caracterizando uma diferença social: carnavalescos de rua são integrantes das classes populares, suposta origem também da marginalidade.

Quando se vê ferido, sem a chave da casa, sentado na porta do prédio onde mora, adormece até que alguém abra a porta. O rondante o vê, reconhece-o como morador e diz: *"Que furiosa mona"*. Mais uma vez caracterizando a bebedeira como um comportamento típico das classes populares.

O tratamento que Zé dispensa à criadagem é típico de uma organização social estratificada em que os subalternos são tratados com desprezo e castigos físicos.

Mas Zé Caipora não tem história. Não se sabe sua origem, sua linhagem. Zé também não tem família. Quem seria ele? Algum mestiço? Teria origem rural?

Nenhuma indicação é dada nesse sentido. Não é por acaso, porém. Numa sociedade hierarquizada em que se acredita existir a oportunidade de ascensão social, as origens, as raízes apenas são lembradas e recorridas quando concorrem para a desejada distinção social. Caso contrário, são propositalmente esquecidas. Zé pretende, assim, ser fruto de uma certa condição de emergência social que as circunstâncias políticas da época favorecem. Seu empenho é o de construir uma identidade social personalizada e particularizada em função das relações sociais orientadas pelos princípios da desigualdade e da exclusão.

Além disso, Zé Caipora não trabalha, ou de outro modo, a forma como ganha a vida não interfere ou influencia a busca de alcançar o seu intento: assemelhar-se a uma classe social mais elevada que a sua para ser, de algum modo, absorvido por ela. Este aspecto chama a atenção para a lógica que orienta as relações sociais assim caracterizadas. Não se trata de galgar novas e mais altas posições sociais por um processo competitivo em algum setor produtivo ou pela demonstração de um talento diferenciado. Trata-se, sim, de explorar os espaços intersticiais das regras para desfrutar dos privilégios advindos de determinadas condições pessoais. O prestígio social decorre, portanto, da reafirmação continuada de uma posição diferenciada e rara.

É justamente pela condição excludente desses privilégios que se pode reafirmar a posição peculiar na estrutura social. Assim, todas as regras sociais têm aplicação particularizada e circunstancial.

Com o valor de raridade de um bem cobiçado, o namoro com a filha da nobreza é disputado entre Zé Caipora e o primo da moça, não importando os meios. Como possuidor, em certos momentos, das atenções da moça, cada concorrente a esse casamento busca impedir o acesso do outro a sua posição única. Deste modo, tem-se representado simbolicamente o mecanismo de inserção social existente: para que haja a possibilidade de acesso às trocas sociais, sejam elas culturais, econômicas ou políticas,

é indispensável que prováveis competidores sejam excluídos, uma vez que o valor da troca advém do caráter restritivo da sua transação.

Uma estrutura social em que apenas pelo mecanismo da exclusão se reafirma a particularidade de determinada posição social.

É baseado nessa aspiração de exclusividade que Zé Caipora age e reage na estória: se ferido pelo anzol de um pescador, é-lhe permitido empurrá-lo dentro d'água e fugir dali, com o receio de ter provocado sua morte. Além disso, leva consigo o anzol e o caniço do pescador. – capítulo 7°. Sendo chamado de bêbado na delegacia, responde que bêbado é o oficial e *"dando um valente pontapé na mesa, pulou para fora da estação e deitou a correr..."*- capítulo 2°. Procurando atrair a atenção da jovem Amélia, simula um suicídio – o suicídio-ducha: molha-se na água de um chafariz da praia de Botafogo, deita-se na areia, gritando por socorro e dizendo a quem o socorre que o leve à casa do barão. – capítulo 7°. Para não ser surpreendido ouvindo atrás da porta, esconde-se dentro do cesto de roupas sujas. Sendo interpelado sobre o que estava fazendo ali, responde: *"Estou...passeando!"*

Na verdade, o que é identificado como seu azar, seu *encalistramento*, é, antes de tudo, fruto de suas tentativas de burlar as normas, aproveitar-se das ocasiões, permitir-se o inesperado. Na tensa simultaneidade de sua condição de logrado/astuto, Zé Caipora permite que se evidencie a crise dos valores envolvidos na vivência social que procura retratar, revelando sentidos ocultos, facilitando a compreensão de si enquanto personagem, enquanto anti-herói, e espelhando ao mesmo tempo em que constrói a sua crítica, representações vigentes sobre a estrutura social brasileira.

Se a primeira série da estória de Zé Caipora nos possibilita identificar algumas das contradições decorrentes do fato de coexistirem no Brasil, uma real aristocracia e uma suposta República de Iguais (Lima, 1993), sua segunda parte é reveladora de outros conceitos e valores também significativos para se colocar em realce

o "caldo da cultura" que permitiu a política e a prática da extensão rural no Brasil, tal como se verificou, anos mais tarde.

Inicialmente é bom ressaltar que muda o eixo da estória: antes às voltas com a conquista de uma jovem da aristocracia, correndo em busca de mais e mais se envolver no complicado jogo de interesses que prevalecia no meio urbano, agora Zé experimentava o sabor do acaso: somente enquanto corre para longe, onde sua "bexiga" e seus efeitos sobre seu rosto não seriam notados é que Zé constrói o seu caminho, como na primeira série; a partir da primeira hostilidade da natureza em relação a sua presença, são os outros personagens ou as circunstâncias que dirigem o desenrolar dos fatos. De protagonista no meio urbano/cultural a vítima passiva no meio rural/natural; de agente criador/burlador das regras vigentes a submetido e dominado pelas leis da natureza; esta é a trajetória de Zé até o momento de se fazer herói no último capítulo.

O que é curioso na estória é que quanto mais se afasta do domínio da cultura menos lhe servem as respostas a que Zé está apto a emitir, mais se vê despojado das suas características que lhe constróem a identidade social; a perda de sua capa branca nos chifres da boiada é o elemento simbólico que representa esse despojamento e essa demolição da identidade, já bastante comprometida simbolicamente pela desfiguração do rosto pela doença. Fora do domínio das regras sociais que ajuda a atualizar continuamente não há espaço para que Zé exista.

É a índia Inayá que, de algum modo, substitui a ação protagonista da história; é ela que decide por enganar seus iguais quando simula estar pronta para matar o homem branco ou quando o ajuda a fugir. É ela que tem o domínio do espaço percorrido, encontrando novas saídas para fugas e proteção do homem branco. É ela, portanto, que permite o desnudamento da representação social vigente sobre o gênero feminino.

A mulher, na bipolaridade Amélia/Inayá, comparece no contexto da estória, ligada ao domínio da cultura – que a submete – e ao domínio da natureza – onde exerce

seu poder, construindo as ambiguidades ingenuidade/astúcia, objeto/sujeito da sedução, obediência/rebelia, manutenção/ruptura, fraqueza/força, passividade/ação protagonista.

Diferente do homem representado por Zé Caipora, a mulher, nas formas de Amélia ou de Inayá, tem uma família e sua identidade se constrói a partir desta relação. Ambas são filhas dos extratos mais altos de suas respectivas sociedades. São vínculos difíceis de serem desfeitos, no caso de Amélia, mas completamente quebrados no caso de Inayá, restando apenas um certo sentimento de piedade pela alma do pai à moda cristã. A estória pretende tornar compreensível essa desagregação, representada pela ruptura de Inayá com seu grupo familiar, com a explicação de que Inayá fôra socializada entre os brancos, durante dez anos de sua infância, aprendendo com estes a ver e a recusar a selvageria da sua origem. Assim, a representação sobre a hierarquização social incorpora mais um nível em sua base: quanto mais próximos da natureza e afastados da cultura, os homens são menos homens e mais animais; são bugres, selvagens, ferozes, violentos. Só existe um meio de humanizá-los que é trazê-los, ainda crianças, para o seio da civilização. Caso contrário, para contê-los é preciso matá-los.

Constrói-se, deste modo, uma representação da "civilização" ou da "cultura branca" como o específico e o nobre da natureza humana, como a autonomia da razão na compreensão dos universos da natureza e da sociedade para gerar o universo da ordem, contra a ignorância e o caos. É a antítese da natureza, portanto. Esta representação da civilização está também associada à idéia de urbano, enquanto que natureza associa-se a rural. O vínculo de civilização a urbano importa também na construção de um ideal de urbanização a ser buscado para se alcançar o progresso desejado. Deste modo, natureza/mundo rural é o espaço a ser desbravado, ordenado e construído o mais proximamente possível a esse ideal urbano.

É curioso que, na estória, Zé Caipora saia para o "mundo agrícola" – representado pela fazenda de um amigo – e jamais se encontre neste. Apenas em duas situações – quando descreve animais carregadores de café e quando conta seu encontro

com tropeiros em viagem para Minas – a estória menciona o mundo agrícola, propriamente; de resto, somente o sertão, a mata e seus "perigos". Pode-se compreender então que o "espaço da natureza" usado para a agricultura seja um estágio a mais rumo à civilização/urbanização; nele já existe alguma ordem e um certo desprendimento do mundo natural. É, no entanto, inferior ao urbano. Em decorrência disso, os homens que habitam o mundo agrícola, os agricultores, roceiros, lavradores, tropeiros, são também inferiores hierarquicamente aos homens urbanos. Em alguma medida, são eles, assim representados, com seu "atraso cultural" e "falta de educação" que condicionam o "atraso" do meio rural²⁶.

O *Jeca Tatu*, criado por Monteiro Lobato²⁷ em *Urupês* (1918), foi, sem dúvida, o personagem caricatural mais importante e conhecido no Brasil. Com ele, Lobato retrata a história, a organização e a psicologia das populações meridionais²⁸ do país, com uma popularidade que permitiu ao livro chegar à quarta edição em apenas um ano, com a venda de 12 000 exemplares. (Oliveira, 1993: 243). *Jeca Tatu* foi construído a partir da realidade do trabalhador rural das fazendas de café. Com ele, o Brasil passou a

²⁶ O tema do atraso cultural do meio rural é recorrente também na série de Almanques do Biotônico (1931, 1937, 1938, 1939 e 1972), Capivarol (1959 e 1960). Menos específicos que os almanques agrícolas, porém mais diretos na representação social, o homem do campo é sempre a referência para a construção da crítica ao atraso cultural. É referência também para a ingenuidade, a pureza de sentimentos e para uma certa astúcia, característica de um outro modo de ser:

— Dois roceiros vão pela primeira vez ao teatro. Diz um deles apontando para o regente da orquestra:

— Vês, os músicos não fazem caso do capataz!

— Como assim?

— Não reparaste que quanto mais os ameaça com aquele pauzinho, mais barulho fazem?!" (Almanque Biotônico, 1937:14)

²⁷ Na verdade, *Jeca Tatu* já está presente em uma carta de Monteiro Lobato, publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 1914, com o título "*Velha Praga*". Trata-se de um desabafo do escritor, então um fazendeiro, a respeito das dificuldades que encontrava na relação com caboclos da região que incendiaram suas terras. Em *Urupês*, sua segunda carta publicada no mesmo jornal, Lobato é mais crítico e enfático ao personificar o homem do campo como *Jeca Tatu*. Diz ele: "A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro (...) Este funesto parasita da terra é o caboclo, inadaptável à civilização (...) Começa na morada. Sua casa de sapé e lama faz sorrir aos bichos que moram em toca (...) Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive(...)"

²⁸ Com preocupações teóricas semelhantes a Lobato, Oliveira Vianna publicou, em 1920, *Populações Meridionais do Brasil* – Primeiro Volume, com reedição em 1922. (Oliveira, 1993: 243)

compreender que sendo a monocultura cafeeira predatória das condições ambientais, sua manutenção devia-se em grande parte ao fato de o trabalhador rural ser "incapaz de evolução" e "impenetrável ao progresso". (Oliveira, 1993: 243).

Anos antes, os que se preocupam diretamente do "atraso agrícola brasileiro" já se manifestavam no mesmo sentido:

"Fora algumas raras capitais, onde se concentra uma certa vitalidade – assim mesmo, várias vezes, artificial ou passageira, – o resto é o casebre de pau a pique, o monjolo centenário, a esterilidade dos solos esgotados; são as superstições e os fanatismos africanos, a resignada e abjeta apatia muçulmana, uma indolência espetante e alvar ... tudo isso à beira de um rio, no meio do bananal já pêco, do cafezal maninho e dos mandiocais mirrados, – os três fornecedores seculares do ventre caipira. Escola, fábrica, higiene, cultura intensiva, – são coisas por ali desconhecidas, talvez até, de nome: multiplicam-se, porém, as benzedeadas e os curandeiros, que dão leis ao povo." (...) (Almanach Agrícola Fluminense. "Excertos." 1898:170).

Há, porém, outra categoria de homem que comparece no meio rural ao qual essa descrição representada pelo *Jeca Tatu* não corresponde. Trata-se do fazendeiro. Este, na verdade, mora na cidade e faz da fazenda a sua demonstração de riqueza e de posição social. É possuidor de *eira* e de *beira*, portanto:

De todas as condições de sucesso, impostas ao fazendeiro, a primeira, pela sua importância, é a da morada na fazenda. E quanto maior é esta, tanto mais necessária é a sua presença. Não pode uma família de uma certa categoria, viver constantemente em um lugar, sem espalhar em volta de si bem estar e conforto. Há, bem o sei, o capítulo das distrações e divertimentos, das relações, etc... Há também as obrigações de família ou de política, ocupações, e tantos outros laços sociais que podem tornar indispensável a presença nas cidades. Nesse caso, a conveniência do dono da terra é de se desinteressar da cultura. Um bom arrendamento vale muito mais do que uma má produção. (...) É necessário que os grandes proprietários rurais compreendam bem que a agricultura é uma indústria exclusiva, que não sofre partilhas.(...) Querendo ser agricultor, é preciso casar com a terra, e dedicar-lhe sem exceção o seu tempo e os seus cuidados, sob pena de não produzir senão água chilra. Quem não sentir a coragem de fazê-lo, renuncie à veleidade, que não o poderá levar senão à ruína. Não basta, porém, ter amor à terra, e vontade de se dedicar à sua cultura. É necessário calcular bem as condições dessa cultura, para dela tirar o melhor proveito.(...) Enquanto não doer a fazenda ao colhedor, enquanto for ele um assalariado, puxado em sentido contrário, de um lado pelo interesse, do outro pelo respeito por um regulamento, seja ele qual for, é necessário contar que será o interesse quem fará pender a balança, e que o administrador, por mais consciencioso que seja, se verá forçado a fechar os olhos para não perder de vez trabalhadores muito difíceis de substituir. E a colheita continuará misturando o verde e o maduro com grande prejuízo, não somente do cafeeiro, mas da qualidade mesma do café, que se vê de pior a pior cotado todos os anos.(Almanach Agrícola Fluminense 1900:78).

A extinção gradativa da escravidão e a proclamação da República são momentos marcantes de processos político-econômicos durante os quais foram gestados desejos e idéias contrárias e favoráveis à reforma social e à maior participação política da população, mas também os anseios pela construção de um Brasil novo, de uma verdadeira nação, em que a máxima positivista de “ordem e progresso” fizesse sentido. Para tanto, o carro-chefe deveria ser uma completa transformação no campo. Sendo o Brasil reconhecidamente “agricultor”, era de se esperar que a atividade agrícola – ou da indústria agrícola, como se dizia à época – representasse a peça-chave para a montagem do complexo “quebra-cabeças” em que se traduzia o novo projeto político, econômico e social a ser adotado pela “Pátria” emergente.

E as grandes cidades, sobretudo o Rio de Janeiro, centro das decisões nacionais, e São Paulo, centro concentrador do poder oligárquico cafeeiro, seriam os locais ditadores das novas idéias, das críticas e dos projetos reformadores.

Como se pretende demonstrar a seguir, os anseios pela modernidade e pela unidade nacional fizeram com que se buscasse, ecleticamente, a sua adaptação à profusão de idéias que chegavam do exterior, na concepção de projetos políticos que representavam alternativas para o Brasil, rumo ao seu progresso.

Os fundamentos liberais

O império era fundamentalmente liberal quanto a suas idéias e princípios reguladores da ordem político-social: *"A lei de Terras de 1850 liberara a propriedade rural na medida em que regulara seu registro e promovera sua venda como mecanismo de levantamento de recursos para a importação de mão-de-obra. A Lei de Sociedades Anônimas de 1882 liberara o capital, eliminando restrições à incorporação de empresas. A abolição da escravidão liberara o trabalho. A liberdade de manifestação de pensamento, de reunião, de profissão, a garantia da propriedade, tudo isso era parte da Constituição*

de 1824. No que se refere aos direitos civis, pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891." (Carvalho, op. cit. 43)

É neste contexto que surge o projeto de reforma social elaborado pelo abolicionista, empresário e homem de negócios, André Rebouças, em seu trabalho "*Agricultura Nacional: Estudos Econômicos; Propaganda Abolicionista e Democrática*".

Este trabalho, escrito ao longo dos anos 70 do século XIX, tomou a forma inicial de artigos publicados no "*Jornal do Commercio*" e "*Novo Mundo*". Sua primeira publicação, entretanto, acontece em 1883, pela A. J. Lamoureux & Co., no Rio de Janeiro, com uma tiragem de 500 exemplares, doados à Confederação Abolicionista.

Rebouças, tanto quanto Joaquim Nabuco, Joaquim Serra, Gusmão Lobo e outros integrava um grupo de abolicionistas não apenas preocupado e mobilizado pela causa de extinção da escravidão, mas também envolvido com a ruptura dos outros dois pilares sobre os quais se assentava a sociedade brasileira: o latifúndio e a monocultura. Para Rebouças, principalmente, era preciso reformar a sociedade para deste modo consolidar no Brasil uma verdadeira *Democracia Rural*.

Estes ideais já estavam presentes em outras obras de Rebouças, como o programa que escreveu para a Sociedade Central de Imigração, fundada em outubro de 1883, quando era seu Secretário. Neste documento, Rebouças explicita suas idéias reformistas, que incluem a liberdade religiosa, a liberdade de comércio e a liberdade pessoal: garantias de liberdade e independência enquanto cidadão; fraternização com os imigrantes com o propósito de integrá-los na sociedade brasileira; abolição do monopólio da terra, do "*landlordismo ou fazendeirismo*", o que deveria ser feito através da criação de pequenas propriedades. Para tanto, algumas medidas seriam indispensáveis, como a elaboração de um cadastro de terras; a hipoteca das fazendas aos bancos e a organização de lotes de terrenos para os imigrantes e brasileiros; expropriações das margens das ferrovias e a subsequente distribuição desta terra em pequenos lotes; a adoção da *Lei*

Torrens para facilitar a concessão da escritura da pequena propriedade, evitando assim, litígios e suspeitas sobre a posse da terra; elaboração de um registro de terra de modo a tornar mais fácil a "transmissão dos títulos de propriedade por endosso"; imposto sobre a terra baseado na "superfície possuída e não sobre a renda da terra" com o objetivo de evitar a "perpetuidade dos latifúndios e também, "o iníquo imposto de exportação"; adoção do *homestead*, que também objetivava prevenir a evicção dos fazendeiros de terras anteriormente abandonadas e de latifúndios improdutivos, desde que estes tornassem essas terras produtivas. A mesma política foi também direcionada para aquelas terras pertencentes ao Estado, as chamadas "terras devolutas". (1988: IX-X).

Em seu "Projeto de Lei de Auxílio à Agricultura Nacional", elaborado em 1870, Rebouças apresenta um elenco de medidas para a implantação das reformas que propôs para a agricultura brasileira. Alguns anos antes, em 1867, elaborou estudo sobre a "Lei de Imposto sobre a Escravatura" e, em 1870, escreveu o documento "Estatutos de uma Associação Geral Protetora de Emancipados para proteger e educar os emancipados no Brasil", demonstrando que suas preocupações, antes de se concentrar no processo abolicionista em si, eram muito mais fortes com a situação de ex-escravos, abolida a escravidão.

Mas foi no "*Agricultura Nacional: Estudos Econômicos; Propaganda Abolicionista e Democrática*" que expressou com maior detalhamento seu projeto de "Democracia Rural" para o Brasil. Em defesa de uma política econômica e social capaz de evitar outras formas de escravidão, além da negra, como a que vislumbrava acontecer pelos mesmos mecanismos vigentes à época que pretendia a substituição do trabalho escravo pelo trabalho de imigrantes-colonos, propôs um amplo programa de redistribuição da terra, com a eliminação dos latifúndios e estímulo à pequena propriedade. Concebeu o que chamou de "*engenho central*" e "*fazenda central*", cujo cerne era o estímulo à iniciativa individual e ao espírito associativista, básicos para a organização dos agricultores. Para ele, a fazenda central e o engenho central seriam os agentes de emancipação, de colonização e de instrução técnica, agrícola e industrial.

De acordo com seu "*Princípio de centralização aplicado às indústrias agrícola, pastoril e extrativa*", as atividades econômicas seriam divididas em dois momentos: o primeiro, envolvendo as operações relativas ao uso direto do solo; já o segundo, correspondendo às operações relativas ao preparo dos produtos agrícolas, obtidos no primeiro momento, para a exportação ou para o consumo direto. Este último deveria acontecer em estabelecimentos especialmente equipados com as mais modernas condições técnicas, concretizando o "*princípio da centralização industrial*". No decorrer do trabalho, Rebouças analisa os princípios de centralização agrícola e industrial à luz da ciência econômica, defendendo a livre iniciativa, o esforço associativista e condenando a intervenção estatal, responsável pela geração de mecanismos a que chamou de "*governismo*", ou "*favoritismo*", "*regulamentarismo*", responsável pelos efeitos perversos que caracterizam a ação governamental.

No período estudado, a visão liberal correspondia à crença de que os homens livres seriam capazes de reverter o quadro caótico em que se encontrava a lavoura brasileira. Para tanto seria indispensável apenas a concessão de alguma terra aos afeitos às atividades agrícolas, fossem-lhes concedidos o crédito, as condições técnicas e instrumentais para a produção, de beneficiamento e de comercialização. Este pressuposto sustenta as medidas e projetos propostos por uma ampla maioria de intelectuais e de ativistas devotados à causa da agricultura nacional. À educação agrícola cabia papel de destaque nos projetos reformistas.

"*Lavradores brasileiros*" é assim uma idealização que pretende abranger o homem brasileiro da época, dedicado à agricultura, mas escamoteia o seu real sentido restritivo: é um chamamento dirigido às oligarquias rurais, aqui representando principalmente os cafeicultores. Na verdade, mesmo as reformas sociais de cunho liberal, como a de André Rebouças e outras similares defendidas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional tratam os próprios projetos reformistas como sendo viáveis apenas e na medida em que sejam capazes de convencer ou de persuadir as oligarquias rurais dos benefícios e ganhos concretos que estas teriam com a sua implantação. Assim, André

Rebouças dedica-se a analisar meticulosamente todas as implicações e vantagens da criação da fazenda central ou do engenho central para os cafeicultores, para os produtores de açúcar, de algodão e de fumo.

Os fundamentos positivistas

Trata-se aqui de uma evidência de que o liberalismo defendido apresentase sob uma feição peculiar: é aceito e reforçado o caráter restritivo da participação social, como bem interpreta Carvalho (op. cit: 44) quando distingue sociedade civil e sociedade política, com suas implicações para cidadãos ativos – dotados de direitos políticos, cidadãos plenos, portanto – e cidadãos simples ou inativos – dotados apenas de direitos civis. Assim, todas as propostas de reforma social dirigiam-se ao cidadão ativo, dotado de poder político, uma vez que este dispõe de considerável poder econômico – homem, alfabetizado, de posses, maior de idade, não pertencente a ordens religiosas ou às "praças de pré"²⁹. É um veio positivista, já presente no período imperial e reforçado com a República, que consagra o "liberalismo à brasileira" vigente, à época. De acordo com essa postura, marcadamente tecnocrática e autoritária, a participação social seria uma concessão das classes dominantes, não uma conquista.

Ademais, qualquer forma de manifestação popular contrária aos padrões vigentes era desconsiderada, rechaçada, desqualificada, por ser tomada como localizada e restrita, marginal, inconseqüente, senão mera arruaça, fruto do atraso social. Assim, movimentos populares rurais,³⁰ como Canudos (1896), Contestado (1912-1916) e

²⁹ Praça de Pré corresponde aos militares sem qualquer patente de oficial.

³⁰ A preocupação com os movimentos religiosos e com o "atraso cultural" visto em sua decorrência era assim registrada em 1898: "*São mais raras do que pensa muita gente as povoações daqueles interiores, – e não é preciso ir muito longe – que não tem um Antonio Conselheiro, um monge, uma santa ou um santo qualquer, ostensivo ou discreto, cercado de cuidados e venerações, recebendo dádivas e distribuindo mandingas e manipanços, – a prognosticar o fim do mundo, a anunciar chuvas de fogo, a profetizar a volta do imperadô ...*"

Dois dos nossos mais ilustres oficiais generais, tratando da recente desgraça que enlutou o estado, oferecem os testemunhos seguintes, quanto ao Paraná (que parecia livre, enfim, da nefasta influência dos monges):

– 'Acredito que o nome desse fanático, João ou José Maria (diz o venerando marechal Bormann, em carta à imprensa do Rio), tenha servido de bandeira a malfeitores, que depois da última revolta, infestam os sertões do Rio do Peixe, Uruguai, e seus afluentes, para reunir gente fanática, crédula na sua santidade'.

– 'Em 1894, refere o Sr. general Oliveira de Freitas, sendo eu diretor da colônia militar de Chapecó, ali apareceu um monge, fazendo curas e adivinhando o futuro. Dava a beber água de uma fonte, à que atribuía virtudes terapêuticas excepcionais, fazendo também doentes do sexo feminino tomarem nela banhos à sua vista, e a essa fonte fazia-se verdadeira romaria. Chegando ao meu conhecimento que o suposto monge abusava desmedidamente da credence popular, aproveitando-se da sua influência para a prática de atos imorais, mandei chamá-lo à minha presença, e verifiquei que se tratava de um desertor das fileiras do exército. Prendi-o, acrescenta o general, e determinei a sua remoção para a cidade de Palmas. Tal era, porém, o fanatismo do povo, que foi preciso adotar medidas severas para evitar uma sublevação'.

'Quando o general Bormann foi diretor da mesma colônia, ali apareceu também um monge que vivia na floresta e somente era visto por aqueles que se dispusessem a percorrer um estreito e extenso "pique", para chegar ao seu esconderijo. Este exigia que os alimentos lhe fossem servidos por virgens, indo lá uma, somente, de cada vez, podendo, porém, revezar. O general Bormann, que achou também má a prática desse monge, resolveu prendê-lo, o que fez, mas os colonos facilitaram-lhe a fuga'.

E Correia de Freitas, o estimável representante do Paraná, disse, na Câmara dos Deputados, a 24 de outubro, em relação ao ignóbil massacre do Irany (O País, de 25 desse mês):

– 'É por causa de fatos dessa ordem que tem apresentado projetos de combate ao analfabetismo, uma das mais fundas e dolorosas chagas que afligem a nossa sociedade. Infelizmente, o Congresso não tem tomado em consideração esse problema, que é capital, e essencial para que possamos constituir uma nação forte, de homens civilizados'.

Agora mesmo em Pernambuco, a dois passos do centro, surgiu um novo charlatão, que não tarda a transformar em moderníssimas armas de guerra a sua mandigaria abominável. Eis como refere o caso O Fluminense, de Niterói, em data de 14 de novembro último:

– 'Os jornais de Recife tratam de um indivíduo residente em Beberibe, alcunhado "Bento Milagroso", que diz curar todas as moléstias com auxílio do espírito dos caboclos e o emprego de água. A companhia de Olinda põe em circulação trens extraordinários, a fim de conduzir o povo que vai consultar o Bento. Os trens trafegam cheios'.

E a gente não sabe o que mais espanta nessas notícias; – se a estupidez dos crentes, se o pavoroso número de enfermos, que dão, de norte a sul, para encher trens, para formar exército! Muitos pensarão, até, que esse é contratado e pago pela empresa ferroviária... Na verdade, um feiticeiro, colocado no fim de uma linha de trens, ou de bondes, neste país, seria o mais seguro elemento de prosperidade para qualquer companhia... A pouca importância que toda gente dá, no Brasil, a tais malfeitores, julgando-os simples e inofensivos tabaréus, foi a causa da inenarrável tragédia de 22 de outubro. Por esse motivo sucumbiu, trucidado, como uma fera, o distinto pernambucano, o cidadão sem mácula, que teve o coração meigo e a alma simples de todos os bons: – o valoroso e ilustrado capitão de engenharia, que se chamou João Gualberto Gomes de Sá Filho. Foi levado pela crença de que apenas encontraria fanáticos, pobres homens simplórios, da comitiva de um monge, que o emérito oficial, incapaz de uma falsa manobra de tática, avançou 11 léguas adiante do grosso das forças, com um reduzido grupo de soldados, contra o bando maldito, que só então surgiu como era, dez vezes mais numeroso, descansado, e senhor de uma situação estratégica incomparavelmente superior. E não há quem deixe de experimentar impetuosas revoltas íntimas, relembrando essa hecatombe covarde. Acabar, assim, desamparado de todo socorro, envolvido, sufocado numa onda de lama viva, vencido por uma quadrilha vil, abatido por homicidas e ladrões, – não é morrer

Juazeiro, além do cangaço, encontram restrito espaço político na imprensa da época, e são mencionados por aqueles que tratam da questão agrária como evidência *"do nosso atraso mongólico, efeito do analfabetismo que por aí lavra, mesmo, tomo a dizer, entre homens de gravata lavada, quase todos bacharéis numas problemáticas ciências, empanzinados de um saberete aguado, mas simulando trazer o sol, e mais a lua no bojo ensoberbecido."* (Almanach Agrícola Fluminense 1898:170).

Outro aspecto que caracteriza o liberalismo positivista brasileiro do período estudado diz respeito à idéia segundo a qual só a ciência é capaz de gerar o progresso. Exemplar nesse sentido é o *"Aviso endereçado aos proprietários de terras que se dão a inovações arriscadas"*, publicado no *Auxiliador da Indústria Nacional*, no ano de 1834:

"Aqueles que revolucionam nações livres para as melhorar, ou que as contra-revolucionam sob pretexto de as restaurar, perecem. Assim também os que revolucionam de um jato as suas terras, arruinam-se. (Le Comte Français de Nantes, Pair de France – J. dos Conhecimentos. Úteis, trad. por J. da C. B.- O Auxiliador..., 1834).

"A população atual divide-se em duas partes, uma rotineira e supersticiosa da antigüidade, e de tal sorte que nada quer aprender que seja novo, e outra ativa e tentadora de novos processos, que um dia escapará de todo aos seus velhos mestres". (do Conde Français, de Nantes – O Auxiliador da Indústria Nacional, 1833).

Assim, a ciência assume feição da verdade, segundo a qual existem leis gerais de funcionamento do mundo que regulam a vida e a conduta humana. E quanto mais se consolida como a verdade, desqualifica outros saberes, agora tomados como ultrapassados, antigos, e porque não passíveis de reprodução experimental, dogmáticos. Para a consagração desse saber científico é preciso então identificar os especialistas,

contente em face do estandarte adverso; não é cair em combate, soldado contra soldado, – é ser sacrificado como um mártir; é morrer muitas vezes, da mais cruciante das mortes, antes do derradeiro alento, do último pensamento para esposa e filhos! Já muito lamentável seria que expirasse em tão trágicas circunstâncias uma criatura qualquer. Devem ser pranteados, sem dúvida alguma, todos quantos pereceram no morticínio bárbaro. Mas cair assim o homem que se havia tornado, como bem disse Correia de Freitas, "o ídolo de todas as classes desta terra"; tombar trespassado assim – maculado, mais do que ferido e morto – pelo facão infame do caboclo facinora, é uma desgraça que transtorna o cérebro de quem a escuta; é uma catástrofe esmagadora, que desorienta e irrita, que alucina e revolta, – sem que a gente saiba, enfim, onde a revolta começa e onde principia a mágoa dilacerante..." (Almanach Agrícola Fluminense 1898: 170).

aqueles que detêm o conhecimento científico e que podem construir uma relação pedagógica com os demais, expropriados do seu saber. Estes últimos, por sua ignorância, são entraves ao progresso desejado. São os excluídos e intimidados social e tecnicamente por um ideal de conhecimento que é sinônimo de competência. Devem merecer portanto um intenso esforço de superação da sua ignorância, traduzido em um utópico projeto de instrução. Mas, essa arte de ensinar ciência a homens tão rudes e tão numerosos, por mais que seja árdua e interminável, deve ser aplicada o mais amplamente possível, pois é a partir dela que se acredita poder romper com o passado tradicional e atingir o moderno, o progresso tecnológico, pois, no Brasil, anseia-se pelo futuro.

"A ciência há de vir aos poucos expulsar dos nossos campos a miserável rotina que nos faz pobres no meio de grandes proporções para sermos ricos (...) e para isso é bem que se espalhem as luzes, que ainda são muito escassas e é o que vejo fazer-se pelo Auxiliador." (Correspondências – O Auxiliador..., 1833).

Os fundamentos do nacionalismo emergente

O ponto de vista conservador é destacadamente nacionalista, ufanista. Seus adeptos pretendem contribuir para a construção da identidade nacional pela geografia e pela psicologia; é a busca da identidade pelo espaço, pela natureza: somos um povo constituído a partir de um tempo natural, anterior ao tempo histórico. Pauta-se pela denúncia dos erros do passado que comprometeram e comprometem a formação nacional. Este pensamento toma vulto, sobretudo, após a primeira década republicana, quando é caótico o quadro político e econômico.

Tem destaque neste sentido o pensamento de Alberto Torres³¹, com seu projeto de organização do Brasil, a partir de um projeto agrícola. Seus dois livros mais

³¹ Alberto Torres (1865-1917), advogado, jornalista e político. Teve papel destacado como abolicionista e republicano. Foi Deputado Federal (1894), Ministro da Justiça e Negócios Interiores no Governo de Prudente de Moraes (1896). Foi ainda Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1897-1900) e Ministro do Supremo Tribunal Federal (1901). Escreveu ainda, em 1909, "Vers la Paix" e em 1913, "Le problème mondial", ambos pela Imprensa Nacional.

importantes, *"O problema nacional brasileiro"* e *"A organização nacional"* foram publicados em 1914, pela Imprensa Nacional. No primeiro livro, constrói suas teses sobre o nacionalismo, onde se lê:

"A consciência nacional precisa encarar , face a face, sem tergiversações, sem pânico, mas também sem ilusões, o drama político que se lhe depara. (...) Éramos uma nacionalidade dispersa, amorfa, em estado quase líquido, sem elementos de condensação e de resistência; um composto de admiráveis caracteres individuais, moralmente unidos, sem caráter social; um conjunto de raças e de tipos, sem modelo nacional; uma nação, sem nacionalidade." (Alberto Torres, 1982a: 113-127).

Já em *"A Organização Nacional"*, Alberto Torres demonstra que *"a desorganização política destrói uma nação mais do que as guerras"* e de que *"a nossa lei fundamental [referindo-se à Constituição de 1891 que pretende modificar] não é uma 'constituição': é um estatuto doutrinário, composto de transplantações jurídicas alheias"*:

"A desorganização geral da nossa sociedade responde, assim, à imputação à nossa raça da causa da insuficiência de suas obras; e a desorganização política explica à farta as lacunas do progresso social e do individual. Num país que não saiu do jugo da metrópole senão para ser dirigido por governos que não surgiram da carne e do sangue do povo e não comungam com seu espírito e suas tendências, fazendo tudo, pelo contrário, para desvirtuar-lhe o caráter, subordinando-o a idéias e costumes estrangeiros, não é de surpreender que o povo se não tenha formado, – faltando-lhe, como lhe faltou, a escola do determinismo, pelo exercício da liberdade e da autonomia; do progresso, fisiológico e psíquico, em suma, da atividade."(Alberto Torres, 1982:54)

Temos aí, a conformação de um novo mito na sociedade brasileira que se instala progressivamente em substituição ao mito cristão de fim do mundo e da salvação pelo juízo final: a transformação do homem, como grande ideal civilizatório. É uma transformação evolucionista, pelas vias do acesso ao conhecimento legítimo, rumo aos idealizados *progresso* e *consolidação da Nação*.

Mas, isto não quer dizer que fossem abstraídas as bases cristãs, sobretudo católicas da mentalidade brasileira na época focalizada. Ao contrário, esta é uma ciência *"abençoada por Deus e por sua Igreja"* – muito embora esta última esteja em defensiva ante os avanços do crescente racionalismo cientificista.

Os fundamentos católicos

Na verdade, não se pode falar em proclamação da República no Brasil sem se falar da história do catolicismo brasileiro. E a instauração do regime é também um momento histórico decisivo para se ter clareza sobre a influência marcante do catolicismo na sociedade brasileira.

As Encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*, de 1864, são a expressão da nova política de supremacia espiritual do Papado, advinda de Roma, que exige a reformulação dos conteúdos do catolicismo, bem como a moralização e a nacionalização do clero. No Brasil, esta nova política vai encontrar o ambiente propício e estimulante para as mudanças: com o fim da Monarquia, finda também o Padroado³², o que representa forte golpe sobre o conservadorismo católico da época. Mediante este golpe, a Igreja impõe-se um árduo trabalho de expansão no território brasileiro, instalando dioceses em toda parte, e um também pesado e efetivo trabalho apostólico. Era preciso posicionar-se defensivamente frente à instauração de um Estado não confessional que laicizava o casamento, a educação e outras práticas tradicionalmente cativas da igreja. Era preciso contrapor-se à ampliação de espaços de credos concorrentes, como também ser eficiente nas medidas de impedimento à difusão do catolicismo popular rebelde, dos movimentos messiânicos.

Assim, a Igreja, para assegurar a manutenção do seu prestígio social e político, opta por construir uma cuidadosa e profunda rede de relações com as novas lideranças oligárquicas, reposicionando o seu poder político: abandona inteiramente o seu

³² A Constituição de 1824 estabeleceu que a religião oficial do país seria a católica apostólica, romana, embora não fizesse restrições a outros cultos e religiões. Os direitos do Padroado eram entendidos como sendo prerrogativa do Imperador indicar sacerdotes para os principais cargos eclesiásticos de Império, além do beneplácito imperial para as bulas e breves dos Papas antes de serem aplicadas no Brasil. O padroado assim exercido era, na verdade, uma inversão da ordem de poderes, uma vez que submetia-se o poder espiritual ao poder temporal. O Clero, remunerado pelo Estado, nada mais era que uma categoria a mais de funcionários públicos. (Rodrigues, Anna Maria Moog. 1981: 3)

envolvimento político direto, para dedicar-se ao exercício competente de formação de mentalidades, quer entre seus adeptos, ou através da grande rede de colégios católicos que instituiu, quer através da institucionalização de espaços políticos, por meio dos quais combate o laicato e critica o ideário liberal. São significativos nesse sentido, o Centro D. Vital e a revista "A Ordem", dirigida por Jackson de Figueiredo na década de 20.

Rodrigues (1981) observa que *"não obstante as divergências óbvias e o clima polêmico entre católicos e positivistas, o tradicionalismo tinha vários pontos em comum com o positivismo"*³³; *o respeito à autoridade, a ideologia da ordem e a crença de que através das elites se educa o povo*"(1981: 6).

Indo mais adiante em sua análise, Rodrigues questiona a razão pela qual a intelectualidade brasileira optou pelo ecletismo como filosofia oficial do Império e pelo positivismo como filosofia oficial da República. Buscando encontrar a resposta, admite a existência de um ponto em comum entre as correntes filosóficas do ecletismo e do positivismo: este seria o lugar que ambos teriam para *"os sentimentos religiosos e moralistas de homens que se propunham enfrentar os desafios filosóficos e científicos de sua época quando o catolicismo – recebidos por eles com o próprio leite materno – para estes efeitos parecia estar esgotado"*(: 7). O respeito pela tradição também justifica a ampla aceitação que aquelas correntes de pensamento experimentaram, cada uma a seu tempo.

A luta aberta empreendida pela igreja contra o laicato foi tomada por D. Sebastião Leme, tendo sido a sua liderança decisiva para o encaminhamento dos propósitos católicos. Em 1916, na Carta Pastoral de Olinda, D. Sebastião Leme explicita, de modo contundente, a sua convicção de ser a religião católica elemento integrante e

³³ Não é sem razão que a revista lançada em 1921, por Jackson Figueiredo, com a finalidade de permitir o aprofundamento do conhecimento da religião pelos intelectuais católicos, tinha o nome "A Ordem". Esta revista, na verdade, possibilitou o reinício do ciclo de influência do pensamento católico na opinião pública e nos meios intelectuais brasileiros, como se verá mais adiante. Leia-se a respeito Veloso, Monica Pimenta (1978).

característico do povo brasileiro, dessa *"nação católica"* e conclama os católicos ao trabalho de recuperação da força da religião junto às classes dominantes do país, naquele momento, segundo seu modo de ver, sujeitas às influências danosas das idéias positivistas, do cientificismo, da maçonaria e de outras religiões. Era preciso reabilitar o catolicismo como a *"religião natural"* do Brasil, devendo, para tanto, ocorrer grande mobilização das forças católicas nesse sentido. Reivindicava, portanto, que o Estado se reconhecesse católico e os espaços sociais tradicionalmente pertencentes a sua igreja.

A partir de sua transferência de Olinda para o Rio de Janeiro, D. Leme experimentou o vigor de suas idéias e de sua liderança, colocada ao serviço do desenvolvimento do catolicismo brasileiro, o que lhe permitiu organizar em torno de seus projetos político-religiosos uma expressiva elite intelectual.

Integrante dessa elite, Jackson de Figueiredo fez-se aliado de D. Leme no seu trabalho de restabelecimento das bases religiosas das elites brasileiras da época. Para tanto, fundou a Revista *"A Ordem"* e, um ano mais tarde, em 1922, o *"Centro D. Vital"*, voltado para a formação de católicos militantes na sociedade brasileira, no movimento de *"renovação católica"* (Schwartzman, 1984) e de acirrado ataque ao liberalismo.

Nas diferentes instâncias da sociedade, a discussão dessas idéias passou a ser determinante do estar, ou não, comprometido com o país: manifestações contrárias em relação a cada uma das posições político-ideológicas eram aceitas tanto quanto as adesões; o que não era cabível era a omissão.

Pode-se fazer, hoje, uma interpretação dessas idéias e projetos também pela percepção de que não há qualquer menção mais explícita ao que seria a natureza ou o mundo natural. Vários são os elementos naturais utilizados nos discursos correntes. Estes, porém, comparecem como que destacados do contexto da *"natureza"* para serem incorporados ao mundo da *"cultura"*, já devidamente domesticados pela ação civilizatória dos homens.

Assim, a terra, os campos, os animais, muitas vezes citados são apenas "recursos" para o processo produtivo, tanto quanto o homem escravo, lavrador também o é.

A mencionada ausência da natureza na conformação dos discursos e projetos nacionais significa também que este conceito apenas existia com o sentido realidade conquistada, modificada, transformada ou domesticada. Em função disso, o mundo vegetal, tanto quanto o mundo mineral e animal, vão ser referidos como fonte alimentar e energética, ou de matéria prima a ser processada. (Thomas, 1989).

Quando busco a fala dos especialistas na questão agrícola, verifica-se, ao contrário, a recorrência ao conceito de natureza em todo o discurso, até mesmo para traduzir, no seu domínio, o que seja a sua concepção do progresso desejado para o Brasil.

O que quero destacar é que estes especialistas que falavam ao mundo rural por meio das revistas e dos almanaques, ditando regras e disciplinando procedimentos, não apenas tinham conhecimento desses projetos, e idéias, como também estavam imersos neste mesmo ambiente cultural, respiravam os mesmos "ares abolicionistas e republicanos" de então. Em meio a este contexto, e influenciados por ele, estruturaram a sua participação no complexo e novo jogo de relações políticas que se estabelecia.

Deste modo, os temas relacionados ao "progresso do Brasil pela agricultura" ganham espaço, passam a ser tratados com a autoridade da ciência.

A sujeição da terra e de outros recursos naturais

Não se pode negar que o ideal de se "*constituir uma nação forte, de homens civilizados*" (Almanaque da Revista da Casa do Lavrador para 1913: 170) pode ser interpretado pela expressão de "*cuidar seriamente da lavoura, mediante a aplicação*

dos modernos sistemas agrários" (op. cit: 170), enfim, de domesticar a natureza: "a terra nunca é rude para aquele que a sabe tratar; ela é como o pelo de um animal, quando bem tratado torna-se aveludado belo e brilhante; quando, ao contrário, desprezado, torna-se feio, áspero, desagradável. A terra é assim, por mais dura que nos pareça ser, torna-se macia e branda como o pelo desse animal – quando cultivada. Tomemos, portanto, nossa terra macia, façamos com que esses campos enormes de erva ruim se convertam em campos de louras searas; para isso vamos buscar, embora, os arados no estrangeiro; pois que isso nos será muito aproveitável".(op. cit: 145). A terra e a água, principalmente, mas também outros recursos naturais, como as florestas, são vistos como fonte de alimento, de energia e insumos industriais. A criação de animais de tração e para a alimentação é fortemente estimulada. Ademais, os rebanhos são tão reconhecidamente importantes para a economia do país e mesmo doméstica, que alguns deles passam a ocupar espaços de grande força simbólica no imaginário da época: a vaca, por exemplo, aparece nas charges da Revista Ilustrada simbolizando o tesouro nacional; o burro assume a representação do poder público, incomodado pelas moscas – do Partido Liberal –, em 1877, na mesma revista. (Figuras 6 e 7, pag. 163 e 165). Com o mesmo valor dispensado aos negros escravos à época, os animais representam e são ostentados como símbolos de riqueza. Em "Quadros da Atualidade! O ministro fazendeiro explicando seu projeto aos lavradores" Revista Ilustrada, 1878, uma besta para cangalha é avaliada em 80\$000, enquanto que Inês, a preta velha cega é avaliada em 10\$000 e Antonio, 50 anos, aleijado vale 70\$000. Já Luiz, crioulo, 28 anos vale 900\$000 e Joana e seu filho, "um ingênuo" valem juntos 600\$000. A charge inclui ainda a explicação "tranquilizadora" dada pelo ministro: – "Vocês compreendem que, sendo eu lavrador, não podia deixar de tranquilizar a lavoura, garantindo a propriedade escrava e fixando-lhe um valor. Podem, pois, continuar a considerar o escravo um animal como qualquer outro sujeito a ser comprado, vendido, surrado, etc, pelo menos nestes 10 anos. É o que lhes garante o meu projeto." (Figura 8, pag. 167).

A criação de gado é assim valorizada como atividade de primeira linha, no contexto da indústria agrícola da época:

"É claro e evidente que o gado é a maior necessidade da lavoura. Sem ele, com efeito, não há estrume; sem ele não há transportes; sem ele não há lavoura mecânica. Já vimos que nas terras virgens ou pouco cultivadas, sem húmus, não há cultura intensiva; ora, sem estrume, não há saturação de húmus reclamada." (Almanach Agrícola Fluminense 1900: 65-66).

Além da produção de estrume para a lavoura, é muito valorizada a criação de gado para uso da tração animal. Dentre estes, o boi é considerado em primeiro lugar, seguido dos muares e, por último, dos cavalos:

"Quanto aos cavalos, é verdade que deixamos decair escandalosamente a esplêndida raça importada pelos espanhóis no Rio da Prata e que era tão apreciada no século atrasado com o nome de Ginete Espanhol. Mas a fronteira do sul ainda tem elementos para reconstituí-la, e povoar de novo as nossas estrebarias de cavalos grandes, robustos, de incrível resistência a fadiga e ao calor, de uma beleza que deixa longe a elegância filiforme e toda de convenção do puro sangue inglês. Como animais de trabalho, boi, cavalo e muares, são os únicos aproveitáveis econômica e razoavelmente. Os outros: lhamas, huanacos e camelos, não passam de fantasias de uma imaginação doentia." (Almanach Agrícola Fluminense 1900: 68).

"Quanto à preferência de um dos três, cavalo, besta e boi, sobre os outros, limitar-me-ei a dizer: que o cavalo deve ser unicamente reservado para o serviço pessoal do fazendeiro (sela e carro) sendo, afora a questão de amor próprio, perfeitamente dispensável na exploração. Que o trabalhador por excelência é o muar, ativo, robusto e sóbrio, não tendo outro defeito a não ser o seu preço e a sua suscetibilidade em certas ocasiões. Que o muar deve, contudo, ser reservado a certos serviços particulares, exigindo maior rapidez e destreza, e o trabalho corrente reservado ao boi, indispensável para o estrume e cuja a carne representa um capital. Em resumo: um fazendeiro cuidadoso e inteligente reduzirá o número de cavalos ao mínimo, e o dos muares ao indispensável. Quanto ao número de bois e vacas, não se limitando às necessidades de exploração, ele manterá o máximo compatível com os recursos alimentares da fazenda, lembrando-se do velho princípio dos velhos campônios, que julgam a herdade pelo estábulo" (...) (Almanach Agrícola Fluminense 1900: 68).

Toda criação de animal, entretanto, é recomendada à época, antes por seu valor econômico, no sentido do provimento de adubos e de força motriz, do que pelo valor nutricional ou comercial da própria carne:

"E para tirar do seu capital animal todo o proveito possível, estabelecerá a seguinte rotação. Os bois lavradores, nascidos e criados na mesma fazenda, serão castrados cedo, logo que for fisicamente possível. Domados cedo, sem violência, eles trabalharão dois ou três anos, segundo a precocidade da raça e as exigências da fazenda. Dos quatro aos cinco anos, no momento certo em que tiverem adquirido todo o desenvolvimento, como o capital representado por eles não aumenta mais e que, na agricultura, atraso de lucro é prejuízo, descansarão de três a seis meses, para engordar, e depois irão para o açougue. As vacas, excedentes do número necessário à fazenda, serão vendidas para leite ou açougue. As outras, cuidadosamente escolhidas, serão reservadas para a criação e para o fornecimento do leite, até o momento em que o vigor decresce: data muito variável segundo os lugares, as raças, a alimentação, os indivíduos mesmos. Não deve

haver precipitação em desfazer-se de uma boa vaca. Tive magnífico produto de uma vaca de raça gaúcha, de mais de dezoito anos. A experiência do fazendeiro é que o deve guiar. Chegada ao limite e condenada a vaca, castrada, se for possível, e engordada, será também vendida para o açougue. Assim organizado o serviço, o trabalho, a lavra, acabará por ficar gratuito, ou pouco diferente disso; o estábulo dará, com efeito, à troca de pastos e cuidados, o trabalho e o estrume, isto é a fertilidade, mais o leite e a carne, isso é um produto sempre importante, e que, em vez de sofrer depreciação, há de sempre conservar um preço remunerador." (Almanach Agrícola Fluminense. 1900: 69-70).

No contexto da atividade agrícola, porém, a criação de gado comparece como a segunda atividade mais recomendada, somente perdendo para a cultura de cereais. É preciso lembrar que, à época, a crise do café, da cana de açúcar e do algodão, no mercado externo, impulsiona as críticas internas à monocultura, antes tão apreciada:

"A cultura dos cereais, a criação do gado, e, mais secundariamente, a cultura das hortaliças e a criação das aves e porcos: tal é o nosso primeiro e mais imediatamente realizável programa. (...) Os mais importantes, para nós, são: o milho, o trigo e o arroz. O milho, cujo histórico não preciso fazer, foi sempre uma planta brasileira. A decadência de tal cultura se explica unicamente pelo método empregado que não permite esperar bons resultados nas terras velhas. (...) Em segundo plano, na grande cultura, vem as leguminosas, os tubérculos e as raízes alimentícias. O feijão tem mesmo, para os brasileiros, uma importância quase igual a do milho e dos cereais. (...) Dos vários tubérculos para cultivar em grande escala, os mais práticos são a batata doce, a batata inglesa e a batata tupinambá". (Almanach Agrícola Fluminense 1900: 87).

Sob o ponto de vista da expressão dessas atividades no contexto nacional, em 1916³⁴, registra-se que a pecuária é a segunda maior fonte produção no Estado da Bahia, enquanto que no Rio Grande do Sul a indústria pastoril, compreendendo a criação e abate do gado, preparo e beneficiamento da carne e aproveitamento dos demais produtos bovinos, constitui a principal fonte produtiva do Estado. Minas Gerais também se destaca como grande centro produtor de gado vacum, cavalariço, muar, suíno e de beneficiamento dos seus derivados. São citados também pela mesma fonte empreendimentos para a criação de gado nos Estados de Alagoas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará. Quanto à criação de aves, comparece como expressiva a atividade em Goiás, Bahia e Ceará.

³⁴ Almanaque Agrícola Brasileiro 1916.

A produção de aves exóticas tem lugar no Rio de Janeiro, a partir de onde se incentiva a difusão dessa prática nos demais Estados. A iniciativa cabe ao Asilo Agrícola Santa Izabel, em Desengano. Este asilo, mantido pela Associação Protetora da Infância Desamparada, foi criado com o fim de asilar meninos abandonados e criar moços agricultores. Para tanto, dedicava-se à época às culturas de café, pomares, cereais, hortaliças, milho e mandioca. Dedicava-se também à criação de gado e de aves exóticas.

O incentivo à avicultura por meio de cursos com a duração de 6 meses cabia à Escola Agrícola, no Rio de Janeiro, que capacitava produtores também nas áreas de laticínios, suínos, veterinária, e agricultura.

Vale mencionar que existia à época a *Sociedade Brasileira de Avicultura*, criada em 1913 em São Paulo. É sua a promoção de duas exposições nacionais de aves: 1ª exposição nacional – em setembro de 1914 – concorreram 600 aves; 2ª exposição – em 1915 – participaram 1500 aves. Também no Estado do Pará, existia a *Sociedade Paraense de Avicultura*, com sede em Belém, fundada em 1915.

Outras criações, como caprinos, são mencionadas em Goiás, Bahia, Ceará e Alagoas. A criação de animais para tração também é expressiva no início do século. A criação de burros e jegues é mencionada em Minas Gerais, Alagoas, Bahia, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. O maior movimento comercial de gado é registrado entre os Estados do centro e nordeste do país, sediando-se na Bahia, para onde convergem as principais correntes de gado³⁵ da época³⁶:

³⁵ Na expressão de Diógenes Caldas, Inspetor Agrícola. Almanaque Agrícola Brasileiro 1916.

³⁶ "1 -Sul do estado do Piauí, que recebendo o gado do norte do estado desce e atravessa o Rio São Francisco um pouco acima da Cidade da Barra e se dirige para o município de Morro do Chapéu; 2 -Norte de Goiás passando acima da cidade de Barreiras, recebendo gado dos municípios vizinhos, se dirige também para o município de Morro do Chapéu; essas correntes unificadas dirigem-se para o município do Mundo Novo, passando por uma encruzilhada denominada Barra que dista cerca de légua e meia daquele município; 3 - Este de Goiás – extremo norte de Minas, atravessando o Rio São Francisco passa entre as cidades de Cachoeirinha e Lençóis, entra no município de Capivary pela cidade de Orobó, no município de Mundo Novo pela mesma encruzilhada Barra, e no município de Itaberaba; 4 - Norte de

Outra evidência do destaque dado à época à criação de animais para corte e para tração é o nível verificado de organização da sociedade civil.³⁷

O ideal de saúde preconizado nos anos trinta contempla uma dieta composta de legumes, frutas, cereais, derivados do leite e carne, esta última com moderação. Tem-se aí uma constatação de que a produção da carne destina-se antes ao comércio de exportação que ao mercado interno. É um produto nobre, acessível apenas pelas classes mais abastadas. No Almanaque da Saúde para 1930 recomenda-se em os *mandamentos da higiene alimentar*:

Minas, atravessando o Rio São Francisco, passa pelos municípios de Monte Alto, Caetité, Bom Jesus dos Meiras, Ituassú, Maracás, João Amaro e daí para o município de Itaberaba, pelo lugar denominado Gonçalves Grande, distribuindo-se pelos municípios limítrofes; 5 - Vem de Fortaleza, norte de Minas, atravessa o Rio Pardo, dirige-se para a cidade de Conquista, Poções, Jequié, bifurcando-se nesse município; parte segue para o município de Santa Inês, Areia, Amargosa, Santo Antônio de Jesus e Nazaré; parte para João Amaro e encontrando-se com a quarta corrente, segue para o município de Itaberaba, passando também pelo lugar denominado Gonçalves Grande. Desses municípios de engorda o gado se dirige por diferentes caminhos para o município de Feira de Sant'Ana, onde se realiza a principal feira semanal do estado, no lugar denominado Campo do Gado."

³⁷ No início deste século, registra-se a existência da Sociedade Agrícola Pastoril do Ceará, com sede em Fortaleza; do Sindicato Agrícola Pastoril de Soledade, na Paraíba, fundado em fevereiro de 1914; da Sociedade Agrícola e Pastoril Central do Paraná, Ponta Grossa – fundada em agosto de 1909. Somente no Estado do Rio Grande do Sul existiam: Associação Agrícola Pastoril, Santa Maria; Sociedade Agrícola Pastoril, Uruguaiana; Sociedade Agropecuária, Tupacoretan; Rio Grandense Bauern-Verein, Sta. Cruz; Sociedade Agrícola Pastoril Industrial, Jaguarão; Cooperativa Laticínios Trabalho e Progresso, Monte Veneto, município de Alfredo Chaves; Sociedade Pastoril Agrícola Industrial, Santa Vitoria do Palmar; Sociedade Agrícola e Pastoril, Pelotas – a mais antiga do estado do Rio Grande do Sul, fundada em 12 de outubro de 1898. Esta sociedade tinha grande atuação no município, instalando sete exposições agropecuárias, feiras anexas; distribuindo prêmios em medalhas; disseminando sementes e plantas; introduzindo reprodutores bovinos e ovinos; distribuindo publicações agrícolas; realizando concursos; fundando o Posto Zootécnico e Campo de Demonstração e Experiências, do município de Pelotas; realizando as festas das árvores e das aves; organizando o serviço de estatística econômica do município; e fundando a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul em 1909; Sindicato Agrícola de Santa Cruz; União dos Criadores do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – fundada em 24 de maio de 1913 – responsável pela realização de três congressos em Santa Maria; lançou o Banco de Crédito Rural; iniciou a fundação de um grande frigorífico; publicava mensalmente a revista A Estância. Cooperativa de Laticínios de Monte Veneto (Alfredo Chaves) – fundada em julho de 1909 e inaugurada no dia 11 de agosto de 1910.

"A carne dá o músculo, mas o açúcar dá força... Para escalar as altas montanhas mais vale um tablete de chocolate ou um pouco de açúcar, do que um grande bife... É com leite e legumes que alimentamos nosso esqueleto, e não com carne... Os legumes verdes, as batatas, as beterrabas, os nabos, as frutas, alcalinizam o organismo; são antídotos da carne que o acidifica."

A produção agrícola é sabidamente concentrada no café, na cana-de-açúcar e no cacau. No entanto, significativa diversidade de produtos agrícolas é registrada em 1916, destinada tanto ao mercado interno como à exportação.

Mas, é na relação *solo/clima/planta* que se instala a questão tecnológica na agricultura brasileira do início do século. Nesta discussão, as posições de então tendiam à polarização: de um lado, aqueles que acreditavam que o desenvolvimento brasileiro, ou o "progresso da Nação", para ser fiel à terminologia da época, seria decorrente de um intenso processo de modernização agrícola, único meio possível.

"O evangelho diz glória a Deus nas alturas, paz aos homens na terra. Eu repito, Glória a Deus nas alturas e paz aos homens trabalhadores e de boa vontade, para que a agricultura se desenvolva e seja uma verdade no Brasil.

Trabalhar pela lavoura, elevá-la ao verdadeiro lugar que deve ocupar em nosso vasto país; deixarmos de viver sob a dependência estrangeira; tirarmos de nosso solo aquilo que vamos buscar no exterior debaixo do peso acabrunhador do câmbio: eis o nosso fim...

Tudo que comemos, mandamos vir do estrangeiro; até o pão, o milho, a batata, o feijão, etc, que são o alimento exclusivo do pobre; só possuímos a triste farinha de mandioca; estamos reduzidos às condições mais desagradáveis possíveis; a miséria avizinha-se a passos rápidos; é preciso tolhê-la, embora sejamos poucos; façamos o que fez Miltiades, que, com alguns soldados gregos, em maratona impediu que milhares de persas entrassem na Grécia o que seria então a miséria, a desgraça, a ruína desse heróico povo.

Havemos de conseguir o nosso desideratum, porque felizmente ainda há homens em nosso pátria; e na frase de Cimões, – seja invertida ou não – forte rei faz forte a fraca gente....

Não temos ainda fábricas de arados, porque não temos lavoura. A França, a Alemanha, a América do Norte têm fábricas de instrumentos de agricultura, porque têm lavouras; quando nós tivermos lavoura, havemos de ter indústria, havemos de ter comércio, havemos de ter espingardas em terra, navios no mar, fortalezas nas barras, grandes canhões nas costas do vasto litoral da República; havemos de ter tudo enfim, que faz um povo forte, feliz e respeitado; havemos de ocupar no mundo o lugar que nos está destinado.

O câmbio não nos assusta. O câmbio não é mais do que a valorização que tem o dinheiro de um povo segundo as necessidades desse mesmo povo. Pois bem, deixemos de comprar alimentos ao estrangeiros, as nossas necessidades serão melhor satisfeitas e o câmbio, então, infalivelmente subirá, mesmo que não suba não nos importa, pois, só suportarão o peso do câmbio os instrumentos para a lavoura e para a indústria rural e, isso mesmo, embora seja muito caro, nos dará um lucro tão grande que havemos de achar barato, e depois, como já disse, a indústria virá

*como uma consequência da lavoura, e então o câmbio será olhado por nós com a maior indiferença.*³⁸

De outro lado, encontram-se aqueles que defendiam o uso de alternativas técnicas, que levam em conta a degradação do meio ambiente provocada por práticas agrícolas correntes e pretendem resguardar a reprodutividade da natureza a longo prazo. O conhecimento científico disponível e o aprimoramento dos métodos de observação permitiram aos agrônomos do início do século a construção de uma visão sobre o sistema agrícola que já incorporava, com muita solidez, o entendimento de que profundos impactos sociais e ecológicos seriam provocados pelo desejado padrão de modernização do campo.³⁹

Evidentemente, isto não impediu que muitas técnicas agrícolas fossem recomendadas e altamente empregadas, contradizendo o conhecimento disponível à época sobre a relação entre solo/clima/planta, ou, de outro modo, cedendo a pressões políticas, econômicas e institucionais pautadas pelo interesse mais imediato e de maior rentabilidade aparente na produção.

Um elemento relevante na constituição desse conhecimento científico aplicado à agricultura foi sem dúvida a teoria do *húmus* vis-à-vis algumas teorias da química agrícola. Já se dispunha do conhecimento da função da matéria orgânica na estrutura física do solo. Também já se sabia que a matéria orgânica viabiliza o desenvolvimento de microrganismos responsáveis pela formação do dióxido de carbono, amônia e nitratos e pela liberação do fósforo, do cálcio e de outros elementos nutritivos, indispensáveis ao desenvolvimento da planta.

³⁸ Discurso proferido por Dr. Ennes de Souza, Presidente da Comissão Agrícola do DF, na abertura da Exposição Agrícola de setembro de 1897. (*Almanach Agrícola Fluminense*. 1900:159).

³⁹ Ver a respeito ROMEIRO, Ademar Ribeiro. "Ciência e Tecnologia na agricultura: algumas lições da história". in Caderno de Difusão de Tecnologia. Brasília, 4(1): 59-95, jan./abr. 1987.

"Na própria Escola de Grignon o M. Deherain notou que uma parte do campo daquela escola, apenas tratada com adubos químicos, durante 15 anos, produziu a princípio boas colheitas, mas com o tempo, foram estas diminuindo extraordinariamente, não obstante terem continuado a preparar a terra com os adubos químicos. Analisando esta terra notou M. Deherain que o azoto pouco tinha diminuído, ao passo que a metade do carbono já não existia; analisando igualmente terras nas quais se lançava regularmente húmus (produzido com o estrume animal, palhas, etc, nas estrumeiras) e adubos químicos, ele notou que as proporções de azoto e de carbono estavam quase estacionárias e o solo continuava sempre fértil.(...)Se quisermos, portanto, levantar a depauperada lavoura do Estado do Rio empreguemos o adubo químico em grande escala, mas simultaneamente com o húmus". Julianeti Cabral. (Almanach Agrícola Fluminense. 1898:127)
"É evidente, que a essa exigência incessante de colheitas, deverá corresponder uma abundância proporcional de adubos; podendo, no caso, os adubos químicos ocupar importante lugar, mas sem dispensar os estrumes umificantes, condições sine qua non da fertilidade da terra. Seja quanto ao trigo, como quanto às outras plantas quaisquer, alimentícias ou industriais, pode-se aplicar sem receio o método racional de cultura intensiva, o que, como o vimos, sofre algumas restrições nas outras zonas. É porém, necessário de se lembrar sempre que sem húmus não há colheita"(Almanach Agrícola Fluminense. 1900:174).

Esse conhecimento, em parte decorrente da microbiologia do solo e da fisiologia vegetal nascentes, era sobretudo resultante de saberes, acumulados pelos agricultores, advindos da prática agrícola tradicional, baseados essencialmente em processos de observação e de experimentação sistemática.

"As pessoas pouco familiarizadas com a botânica ou as que não se dedicam ao estudo do mundo organizado, podem julgar que a composição das substâncias que formam os vegetais seja profundamente diferente das que formam o corpo dos animais (...) Os fenômenos da vida estão intimamente ligados, tanto no reino vegetal como no reino animal, à mesma substância: ao protoplasma que é o elemento fundamental de todos os seres vivos". (Almanack Agrícola Elekeiroz, Noções de Fisiologia Vegetal. 1935:7)

Não se pode desconhecer que um dos meios que permitiram o avanço do conhecimento agrônômico foi justamente a busca de explicação científica para fenômenos observados pelos agricultores:

"A evaporação das águas armazenadas no solo se faz unicamente em consequência da sua ascensão até a superfície, pela ação da capilaridade. Se examinarmos o que se passa, quando se coloca a parte inferior de um tijolo em água, compreenderemos sem dificuldade o mecanismo todo. A água, penetrando entre os poros do tijolo, virá subindo pouco a pouco, até embebê-lo, pela mudança de cor poderemos acompanhar a subida. Se, porém, quebrássemos a parte superior desse tijolo e o reduzíssemos a fragmentos finos, a falta de coesão entre os fragmentos, o engrandecimento dos intervalos entre eles não dando mais lugar à manifestação da força capilar, que obrigará o líquido a subir, este pára na sua ascensão não passando da linha de ruptura. Há quatro mil anos que se ensina que uma sacha vale uma irrigação, e custa-se a acreditar que haja ainda quem, não somente diga, mas até estabeleça como regra da agronomia, o contrário..." (Almanach Agrícola Fluminense. 1900:21)

A despeito disso, o desejo de adaptação do sistema de produção agrícola às exigências de mercado fez com que se privilegiasse a adubação química e basicamente se abandonasse a adubação orgânica e não faltaram adeptos do "moderno sistema" a divulgar os "benefícios" desse procedimento. Divulgava nesse sentido que a fertilização adequada consistia na reposição, a cada safra, das substâncias extraídas do solo com as culturas. Um grande recurso científico que começava a ser empregado foi a análise de solo, a princípio, sob a forma de *Cartas Agronômicas*:

"Só as cartas agronômicas poderão fazer desaparecer estas dificuldades, pois têm por fim fazer conhecer todo o terreno que estudam, mostrando quais os elementos fertilizantes que contêm em quantidade suficiente, e de que espécie, em que porção, e sob que forma precisa ser empregado o adubo químico para a produção, no terreno, de uma planta determinada. Por meio de uma série de análises de terras de vários e determinados pontos de um distrito, município ou Estado inteiro, se obtêm dados com os quais são confeccionadas as Cartas Agronômicas, que, como se compreende, têm grande vantagem, pois qualquer lavrador cujo terreno estiver compreendido na Carta, poderá adubar a sua terra com confiança, sem ter necessidade de grande trabalho e despesa, como aconteceria se mandasse analisar cada pedaço de terreno que por ventura quisesse cultivar". Agricolino (Almanach Agrícola Fluminense. 1898: 90)

Assim a fertilidade da terra seria mantida indefinidamente, não sendo mais necessária a prática tradicional de rotação de culturas.

"Desde os tempos da cultura indígena, estabeleceu-se um afolhamento que os colonos portugueses herdaram e transmitiram aos nossos lavradores. Esse afolhamento, tal como existe ainda, é o seguinte: milho em roça nova; depois feijão, enfim, trigo. Finda essa única rotação. cujos elementos são, às vezes, repetidos, sucede-lhe longo pousio em pasto ou capoeira (...). Sem dúvida, o pousio permite à terra de recuperar algumas forças. Por longo que seja, porém, nunca pode restituir o ácido fosfórico, a potassa, a cal, que se foram com as colheitas. Deve ser, portanto, irremissivelmente condenado esse afolhamento. Os nossos afolhamentos serão mais racionais e mais curtos. A terra, à qual restituiremos de contínuo o que lhe retiram as colheitas exportadas, poderá dispensar o pousio, com grande vantagem para o lavrador. Assim se tornará possível o agrupamento das culturas ao alcance mais imediato dos centros de consumo, aliviando-se desse jeito o pesadíssimo imposto dos transportes, que devoram o fazendeiro(...)". (Almanach Agrícola Fluminense. 1900: 82-83).

Porém, há evidências suficientes para se perceber que o solo, no início do século, não era mais considerado estritamente sob a ótica da química, como espaço nutricional da planta. Tal como se entende hoje em dia, o solo já era visto como *locus* de

fenômenos físicos que *"influem sobre o abastecimento da planta em calor, oxigênio e água, e também como sede de reações extremamente complicadas devido à existência de numerosas variedades de microrganismos"* (Hall:1906:1 op. cit. Romeiro: 1887:64).

"As vantagens do uso da cal na agricultura foram de há muito conhecidas, o que não quer dizer todavia que a sua aplicação se fizesse tanto quanto e estão reclamando os terrenos feitos daquele elemento de vida. Direta ou indiretamente, concorre a cal para algumas das funções mais importantes da fisiologia vegetal. É não só alimento, mas converte em alimentação muitas das matérias, que existem no solo. Está hoje demonstrado com evidência que os vegetais, que se empregam na arte culinária, e igualmente as frutas, não tem tão boas qualidades, tão delicado sabor, se o terreno onde forem produzidos se achar pobre de cal. Os lavradores fazem em geral grande despesa com adubos e não colhem resultado correspondente, porque não sabem fazer a devida escolha e o conveniente emprego dos adubos, onde é indispensável que entrem certas matérias, como a potassa, a soda, a cal, a alumina, etc. Em razão do nome, há quem pensa que a cal aquece o que está frio e que divide o que está muito apertado ou compacto. Isto não passa todavia de um preconceito". (Almanach Agrícola Fluminense. 1898: 85).

Por razões econômicas, por certo, as informações dirigidas aos agricultores reforçavam esta visão simplista do solo como um simples meio de nutrição e suporte das plantas.

"O solo ativo, sob o ponto de vista agrícola, é de importância capital para a agricultura, porque serve de suporte, de meio e de reserva alimentar para as plantas nele cultivadas.(...) A decomposição completa destas substâncias forma o húmus, matéria complexa e de absoluta utilidade à agricultura. Alguém já disse: 'agricultura é húmus'. De fato, terra sem matéria orgânica é, em geral, pobre".(O solo e sua importância na vida das plantas Almanack Elekeiroz 1935: 13-17).

Um dos meios poderosos que concorrem para que não se procure fazer a divulgação adequada dos conhecimentos científicos é a indústria química, responsável pelo fornecimento dos adubos. O anúncio desses adubos era feito, em 1916, com o seguinte apelo:

"Compreender que toda e qualquer planta necessita de uma alimentação própria, ao seu organismo para não definhir e morrer é tão óbvio, como compreender que o organismo animal necessita de alimentação adequada para não perecer. Quais são porém, os elementos de que as plantas necessitam para a sua alimentação? São em fundo mais ou menos os mesmos de que necessitam os animais, dos quais, porém, são para a adubação os quatro seguintes os primordiais pelo fato de se acharem outros, que não vem ao caso mencionar, contidos na terra e no ar em quantidades suficientes: A potassa, o azoto, o ácido

fosfórico e a cal e que estão contidos nos Adubos em geral e principalmente em porcentagens bem definidas nos Adubos químicos, potássicos, azotados e fosfatados.

Dai alimento as plantas que desejais ver brotar, crescer, produzir e prosperar, mas dai-o de um modo racional e inteligente. Informações sobre tudo quanto diz respeito aos adubos; sua composição, seus efeitos, o modo de os aplicar, as quantidades a misturar, etc, etc, vos fornece gratuitamente o Kalisyndikat – Centro das Experiências Agrícolas Caixa Postal 637 – Rio de Janeiro.

A aquisição é feita, com absoluta garantia de qualidade e riqueza de elementos nobres, em casa dos Srs. Fernando Hackradt & Cia. a Rua da Quitanda, 107 – Sobrado – Rio de Janeiro.

Rua Alvares Penteado, 15 – A – SÃO PAULO.

Av. Vicente Machado, 21/23 – Caixa Postal 18 – CURITIBA

Rua Vol. da Pátria, 113 – Caixa Postal 134 – PORTO ALEGRE.

POHLMAN & Co. { RECIFE – MACEIÓ⁴⁰

Também em anúncios, são encontradas as principais indicações para a aquisição de venenos para doenças, pragas, formigas e insetos que afetam as culturas. A seguir de uma orientação sobre *"Como se deve colher e remeter plantas praguejadas ou doentes ao Instituto Biológico"*, de São Paulo, encontra-se o anúncio:

"Grátis! A simples pedido, 'Tratado sobre a vida da saúva e meios práticos para combatê-la'. Bilhete postal ou carta ao Departamento Propaganda ELEKEIROZ S.A. – São Paulo, Caixa, 255." (1935:4).

Trabalhar no sentido de *dominar a natureza*, procurando a todo o custo manter rendimentos elevados: este era o lema que parecia se impor à atividade agrícola, comprometida com o ideal de progresso da nação. E uma das principais formas de lutar contra a natureza foi, sem dúvida, a prática da monocultura, tão combatida pelos agrônomos em todas as épocas. A monocultura do café, por exemplo, mereceu críticas continuadas, nos almanaques, nas revistas e em jornais, lado a lado das não menos numerosas manifestações a favor do café como a riqueza nacional. Em 1898,

⁴⁰ Almanak Agrícola Brasileiro 1916. Página 302. Na transcrição do anúncio, procurou-se preservar a mesma disposição dos dizeres, sem observar a variação do tamanho das letras. Tal como é apresentado no documento original, o texto ocupa toda a página 302 do Almanak.

reverenciava-se a cultura do café, até mesmo construindo sua trajetória cronológica⁴¹ até seu triunfo como o grande produto brasileiro:

No mesmo almanaque, o ano de 1898 é saudado como sendo o "9º ano da Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil; o 10º ano da extinção da escravidão no Brasil; o 76º ano da Independência; o 125º ano da data dos primeiros frutos colhidos por Francisco Velloso de um cafezeiro no Rio de Janeiro (...)"(Almanach Agrícola Fluminense 1898: 05).

Por outro lado, já em 1900, a edição do mesmo almanaque contém a seguinte crítica à monocultura do café:

"Não podemos mais nos fazer ilusões. A nossa situação é grave, gravíssima. Estamos assoberbados pela concorrência do mundo inteiro.(...) Os nossos cafezais, nas nossas melhores terras, ao cabo de alguns anos, estão exaustos e acabam por morrer literalmente de fome. A nossa lavoura extensiva, enquanto durou o braço escravo, não deixava perceber o lado fraco da nossa armadura. Hoje, porém, com os salários a 3, a 4 e até 5 mil réis por dia, não é evidentemente mais possível a continuação de um sistema de cultura, que não deixa cada cafeeiro – na média e computando a plantação total do Estado de S. Paulo – produzir mais de 200 a 250 gramas de café.(...) O nosso grande mal está nessa ambição descomedida, que leva os nossos fazendeiros a quererem possuir milhares e milhões de pés de café sem atenderem às regras mais mezinhas da cultura.(...)" (L.P.Barreto, 1900: 91-99).

⁴¹ "1680 – O café oriundo da Etiópia passa à Arábia e daí a Batavia; 1690 – É introduzido o café em Luviran e pouco depois em Cayenna; 1723 – Procedentes de Cayenna vêm ao Pará as primeiras sementes de café; 1732 – Por carta régia de 8 de agosto a Joaquim Serra, governador do Maranhão e Grão Pará, se recomenda a propagação da canela e do café; 1748 – O senado da Câmara do Pará participa ao governo geral haver um cultivo mais de 700 pés de cacau e 17000 de café; 1762 – João Alberto Castello Branco transferido do Maranhão para chanceler da Relação do Rio de Janeiro, no governo do Conde de Bobadella, de lá manda vir as primeiras mudas de café, sendo a primeira plantação feita no Hospício de Jerusalém à rua dos Borbonos, hoje Evaristo da Veiga; 1780 – O Padre Antonio Lopes da Fonseca estabelece a cultura do café em ponto grande em sua fazenda do Mendanha em Campo Grande (Município Neutro) e daí saem mudas para serra acima Rezende, Areias, etc; 1792 – O holandês João Hoppmann, no Governo do Marquês do Lavradio cultiva o café em grande escala na sua quinta, além do arraial de Matta-Porcós (Engenho Velho) e o bispo D. José Joaquim Justiniano na sua fazenda do Capão (Inhaúma) faz uma colheita de 160 arrobas". (Almanach Agrícola Fluminense. 1898:05-06).

Toda a preocupação verificada com a monocultura do café decorria de uma questão econômica fundamental: era preciso encontrar meios que permitissem pelo menos contornar os efeitos dos desequilíbrios ecológicos – desgaste do solo e presença de pragas – sobre os rendimentos da cultura. A participação do café brasileiro no mercado internacional estava bastante ameaçada pela concorrência do café plantado pelos ingleses, pelos holandeses com suas plantações em Java, Sumatra, e Bornéu, os franceses com extensas plantações no Tonkin, em Madagascar e na Costa do Marfim, além das suas plantações antigas nas Antilhas. Grandes capitais franceses emigravam para o México com o mesmo fim. Havia também a Bélgica, com as suas culturas africanas. O Diretor da Escola Agrícola do Congo divulgava a descoberta de três novas espécies de café, nativos dessa região, e sobre as os Belgas mantinham muitas esperanças. Todos esses países concorrentes do café brasileiro contavam com o seu principal elemento de sucesso o baixo custo dos salários e a abundância de braços enquanto que no Brasil lastimava-se a escassez de trabalhadores e a enormidade dos salários.

Ainda que com esta preocupação estritamente econômica, acenava-se para um problema extremamente grave e ameaçador do equilíbrio pedoclimático. A monocultura do café, sendo um sistema agrícola muito simplificado, gerava uma situação que, somada à ausência da prática de rotação de culturas, implicava no fortalecimento de fatores desestabilizadores, obrigando ao uso de técnicas intensivas em energia para se obter e manter as condições necessárias ao desenvolvimento da planta. Isso era alcançado ao custo da degradação do – como se chama hoje – ecossistema agrícola, a longo prazo.

Como se sabe, a rotação de culturas é um recurso tecnológico empregado para garantir o equilíbrio desse ecossistema agrícola, controlando o ataque de pragas e preservando a estrutura do solo, esta última, resultado direto de sua história cultural. No caso de um ecossistema tropical como o nosso, em que o calor acelera o ritmo das atividades vitais dos microrganismos existentes, a diversidade e a complexidade do ecossistema florestal são os principais fatores do equilíbrio ecológico. A simplificação

excessiva provocada pela monocultura é, assim, o máximo de agressão ambiental que a atividade agrícola pode provocar numa região, alterando de tal modo as condições ambientais e reduzindo a biodiversidade que, para tentar resgatar o equilíbrio perdido, provoca a necessidade de cada vez maiores transferências exógenas de energia.

A maneira recomendada, já nessa época, de se compensar a simplificação da cobertura vegetal provocada pela agricultura é a rotação de culturas. Com ela, aproveita-se melhor o que o solo oferece em nutrição da planta e se assegura um controle razoável da estrutura deste solo.

A introdução de fertilizantes químicos e, mais tarde, dos pesticidas, porém, parecia mais rentável e mais simples para o agricultor, na busca de soluções para os problemas causados pela degradação do solo e pelas doenças. Assim, parecia ser possível manter-se a rentabilidade da produção sem, contudo, os pesados trabalhos requeridos pela rotação de culturas. Daí pode-se entender o sucesso que obteve a agroindústria química.

Além disso, a introdução de técnicas violentas de desmatamento⁴² para o avanço da fronteira agrícola veio ainda agravar o quadro alarmante da quebra da biodiversidade e, conseqüentemente, do maior e indiscriminado uso de fertilizantes e pesticidas.

O que desejo ressaltar aqui é que a ciência agrônômica, cuja base científica parece estar no desenvolvimento da química, face à ligação histórica desta disciplina ao seu desenvolvimento, já assegurava um tal nível de conhecimentos que fazia com que as práticas agrícolas então recomendadas fossem compatíveis em grande parte com o que hoje recomenda a agricultura chamada ecológica. O avanço descomedido de práticas degradantes deveu-se muito mais aos complexos interesses econômicos que se instalavam para os quais muito concorreu, como se verá, a institucionalização da extensão rural.

⁴² "Nos terrenos cobertos de matos não se pode usar dos instrumentos aratórios empregados na cultura aperfeiçoada e econômica dos países onde esta arte tem atingido o mais alto grau de prosperidade, sem que se extraiam todas as raízes e tocos que embaraçam a marcha dos instrumentos puxados por animais. (...) Considerando que em terreno cheio de tocos e raízes é difícil o manejo de aparelhos pesados; que são eles de custo elevado; que exige pelo menos quatro operários para removê-los, ou mudar de posição; que quebram-se com facilidade; chegou à conclusão mais simples de reduzir tudo a uma corrente forte, e uma alavanca de madeira de 5 a 6 metros de comprimento. Para operar este aparelho, basta cortar-se as raízes laterais do tronco que se quer arrancar, deixando uma mais longa que sirva para amarrar-se a corrente e servir de ponto de apoio. Atada a corrente ao toco, de sorte que todo o trabalho seja por distensão, e nunca pela torção, sob pena de arrebentarem-se todas as correntes, liga-se à extremidade da alavanca que deve encostar-se ao tronco. Na outra extremidade atam-se dois bois, que caminharão em volta do mesmo toco produzindo um movimento de rotação à raiz que será extraída sem grande esforço. Cumpre observar que basta cortar-se as raízes superficiais, para obter-se o resultado desejado, sem que haja o trabalho de cavar terra alguma. Arrancada a primeira raiz, os próprios bois levarão a corrente e a alavanca (um caibro) para junto de outro toco. É um processo rápido e eficaz, com um aparelho baratíssimo. Embora armado de uma máquina tão eficaz, deve o lavrador fazer as suas primeiras plantações quando em mata recentemente derrubada, à enxada, em linha, tendo o cuidado nas capinas de mandar destruir todos os brotos dos tocos mais vivazes. Dentro de 2 anos poucas raízes restarão, e assim as intempéries tê-lo-ão ajudado muito, restando os tocos de madeira de lei que serão extirpados pela corrente e a alavanca. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1897." Pedro Gordilho Paes Leme. (Almanach Agrícola Fluminense 1900:128-129)

FIGURAS DO IMAGINÁRIO SOCIAL DA ÉPOCA

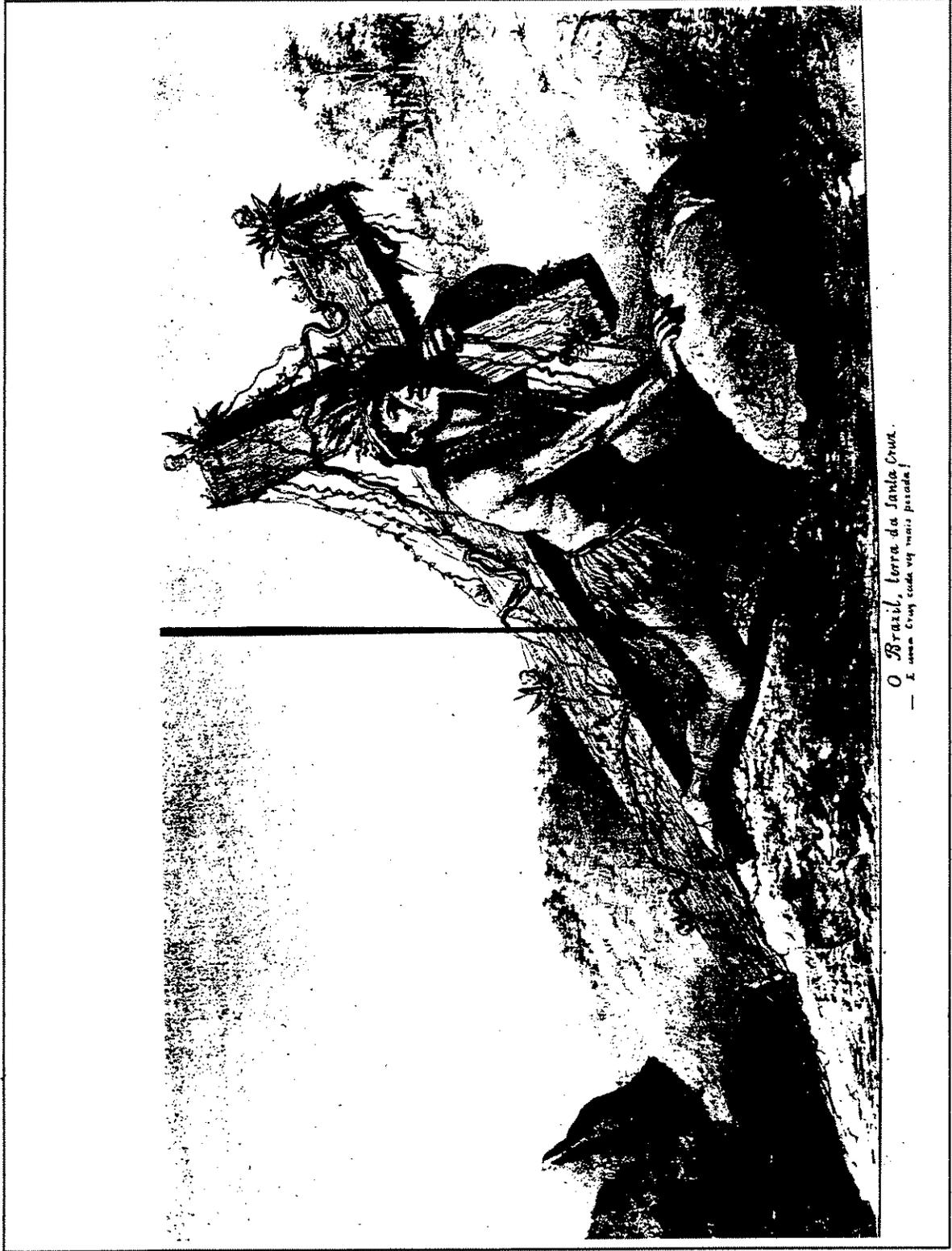


Figura 1 - Representação do Brasil e seu atraso histórico: explorado pelo Clero e pela Câmara municipal.
(Angelo Agostini - Revista Ilustrada, 1881)

Figura 1 – “Brazil, terra da Santa Cruz”

“Uma cruz cada vez mais pesada!”

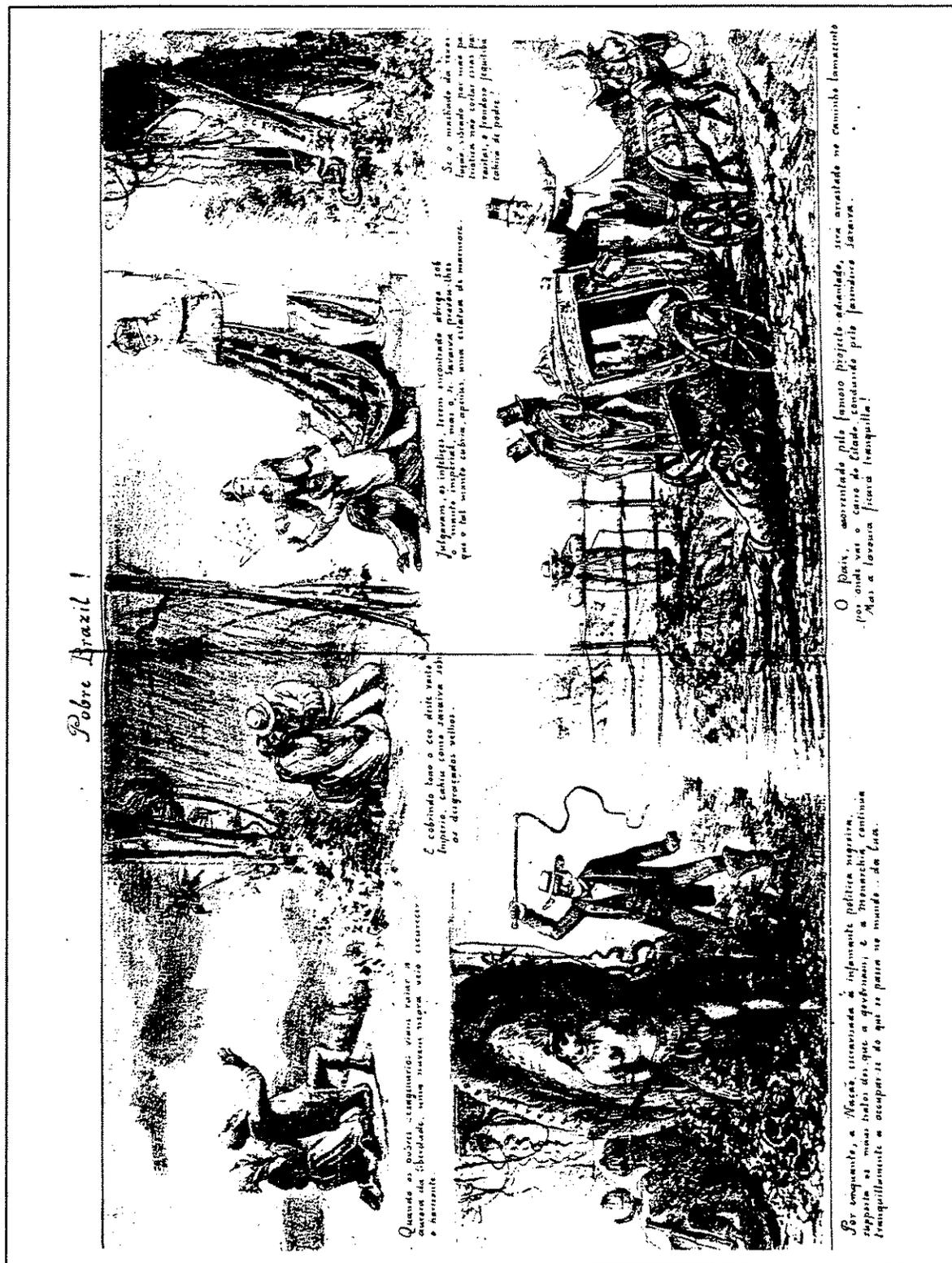


Figura 2 - Representação do país no momento da primeira lei emancipadora dos escravos. (Angelo Agostini - Revista Illustrada, 1881)

Figura 2 – “Pobre Brazil!”

(1ª Sequência)

“Quando os pobres sexagenários viam a aurora da liberdade, uma nuvem negra veio escurecer o horizonte.

E cobrindo todo o ceo deste vasto Império, cahiu como saraiva sobre os desgraçados velhos

Julgavam, os infelizes, terem encontrado abrigo sob o manto imperial, mas o Sr. Saraiva provou-lhes que o tal manto cubria , apenas, uma estatua de marmore.

Se o machado da revolução, vibrado por mão patriótica não cortar essas parasitas, o frondoso jequitibá cairá de podre!”

(2ª Sequência)

“Por enquanto, a Nação, escravizada à infamante politica negra, supporta os máus tratos dos que a governam; e a monarchia continua tranquillamente a occupar-se do que se passa no mundo... da lua.

O paiz, acorrentado pelo famoso projecto adiantado, será arrastado no caminho lamacento por onde vae o carro do Estado, condusido pelo fasedeiro Saraiva. Mas a lavoura ficará tranquilla!”

Anno 9 RIO DE JANEIRO. 1881. Nº 258

Revista Illustrada

<p>CORTE</p> <p>Anno 16 \$000 Semestre 9 \$000 Trimestre 5 \$000</p>	<p>PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.</p> <p>A correspondência e reclamações devem ser dirigidas à Rua d'Assencal 44 OFFICINA LITHOGRAFICA de REVISTA ILLUSTRADA.</p>	<p>PROVINCIAS</p> <p>Anno 20 \$000 Semestre 11 \$000 Avulso \$800</p>
---	---	--



Preto e amarello.
É possível que haja quem entenda que a nossa lavoura só pode ser sustentada
por essas duas raças tão feias! Mau gosto!

Figura 3 - Crítica à escravidão e à idéia de se buscar lavradores chineses para a agricultura brasileira.
 (Angelo Agostini - Revista Illustrada, 1881)

Figura 3 –“Preto e Amarelo”

“É possível que haja quem entenda que a nossa lavoura só pode ser sustentada por essas duas raças tão feias! Mau gosto!”

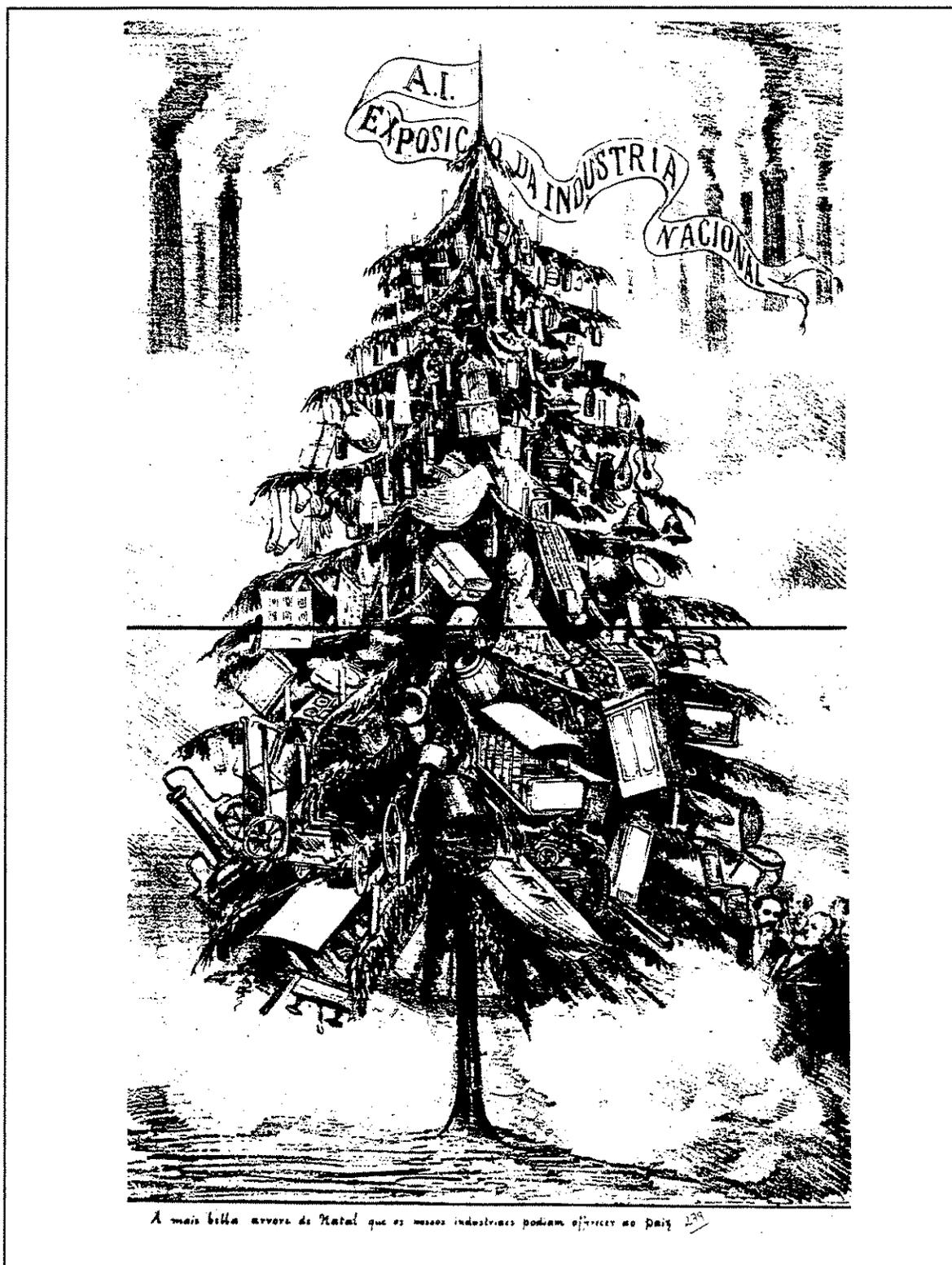


Figura 4 - A indústria: expressão do desejo pela modernidade e pelo progresso.
(Angelo Agostini - Revista Illustrada, 1881)

Figura 4 –“A.I. Exposição da Indústria Nacional”

“A mais bella arvore de Natal que os nosso
industriaes podiam offerecer ao paiz.”

Figura 5 – “As aventuras de Zé Caipora. – Capítulo 1º Zé é convidado a jantar em casa da baronesa de ***”

(1ª Sequência)

- “Vê – lá! Se faltar algum botão, quebro-te a cabeça!
- Não falta, não Sinhô.
- Digam lá o que quiserem, mas um collarinho bem engommado, e uma gravata bem posta, é meio caminho andado na mais difficil conquista.
- Hoje, com certeza, ella declarou-se!
- Estou esplêndido! Quem ousará resistir-me!... Que tal me achas, João?
- Stá bonito, sim Sinhô.
- Antes de sahir, Zé ensaia, ao espelho, o melhor modo de entrar no salão e de comprimentar as damas que lá estiverem, sobretudo a sua Ella para quem toda a elegancia é pouca e que presentemente é representada por uma cadeira.
- Depois de ter estudado varias posições elegantes.”

(2ª Sequência)

- Zé sahe de casa muito satisfeito de sua vida e de seus collarinhos e mette-se n'um bond de Bota-fogo.
- João também sahe e vae direitinho para a venda contar à criada da visinhanca tudo quanto seu amo fez.
- Zé apea-se do bond e dirige-se para o palacete da baroneza, onde o seu coração e seu estomago devem, nesse dia, palpitar de contentamento.
- Esse typo está mesmo a pedir um limão, disse uma jovem e ...
- E Zé!...
- Ora pó...sso!
- Atrrrrevidas! Grrrandississimas... etc!
- A resposta à descompostura não se fez esperar e
- Zé ficou num estado desgraçado!
- Vendo assim atogados a sua elegancia e os seus castellos. Zé correo esconder-se no portão do palacete que estava perto, para ahi esperar por um tilbury que o levasse para a sua casa.

(3ª Sequência)

- O barão que presenciara a molhadela, desceo e instou para que Zé subisse.
- Mas neste estado!
- Eu dou-lhe uma roua para se mudar
- E quase arrastado, Zé subiu.
- Por maior caiporismo, toda a familia estava no patamar da escada!
- Zé pensou que subia no patibulo!
- O barão levou-o para o seu quarto de vestir e deo-lhe a sua roupa.
- Zé estreme ceo ao contemplal-a!
- Depois de vestido, elle olha para o espelho e fica horrorisado!
- Quer sacco, quer molhado, estou de uma eleganca espantosa!
- Zé almaltdiçoa sua sorte e julga-se o mais caipora dos mortaes!
- Ter-me ensaiado, 2 horas antes, à deitar elegancia para Ella ver-me agora nesta triste figura!...
- Vamos jantar.
- A palavra jantar fez o effeito de uma pilha electrica.
- Pelo amor de Deus, não me obrigue a esse sacrificio...
- Estou indecente...
- Indecente! Com a minha roupa!
- Não é isso, perdoe, é que...
- Ora deixe-se de luzes e vamos comer. E não podendo resistir, Zé é arrastado para a sala de jantar. (A continuar.)”



Figura 6 - A vaca, simbolizando o Tesouro Nacional.
(Angelo Agostini - Revista Illustrada, 1877)

Figura 6

“Não é certamente por falta de milho que ella se acha tão magra. Os que mamam é que são muitos... E ha cada bezerro!...”

Anno 2

Rio de Janeiro 26 de Maio de 1877

Nº 68

REVISTA ILUSTRADA

CORTE
 Anno 16 \$ 000
 Semestre 9 \$ 000
 Trimestre 5 \$ 000

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI
 A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
 a Rua da Assembleia 44 Officina Lithographica da Revista Illustrada

PROVINCIAS
 Anno 20 \$ 000
 Semestre 11 \$ 000
 Avulso \$ 500



— O burro, porque não enxotas com a cauda essas moscas que estão a chupar-te o sangue?
 — Nessa não caio eu; estas ja estão cheias e se as enxoto vem outras esformadas e a pum...

Figura 7 - O burro, símbolo do poder público, importunado pelas "moscas" do Partido Liberal.
 (Angelo Agostini - Revista Illustrada, 1877)

Figura 7 – “Partido Liberal”

— “Oh, Sr. Burro, porque não enxotas com a cauda essas moscas que estão a chuparte o sangue?”

— Nessa não caio eu; estas já estão cheias e se as enxoto vem outras esfomeadas e é pior...”

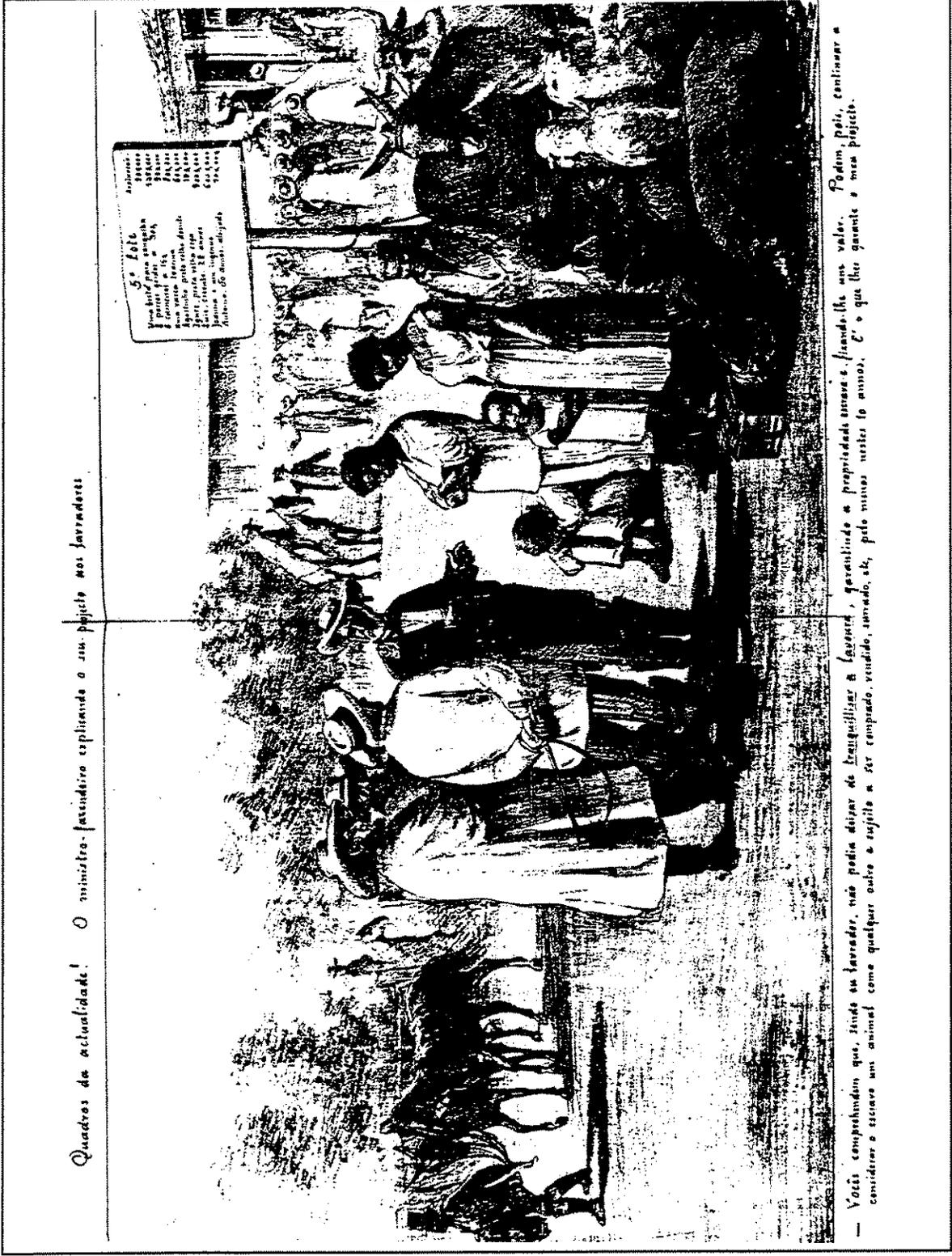


Figura 8 - Escravos negros, simbolos da riqueza dos fazendeiros brancos. (Angelo Agostini - Revista Illustrada, 1878)

Figura 8 – “Quadros da actualidade! O ministro-fazendeiro explicando o seu projecto aos lavradores”

— “Vocês compreendem que, sendo eu lavrador, não podia deixar de traquilisar a lavoura, garantindo a propriedade escrava e fixando-lhe um valor. Podem, pois, continuar a considerar o escravo um animal como qualquer outro e sujeito a ser comprado, vendido, surrado, etc, pelo menos nestes 10 annos. É o que lhes garante o meu projecto.”

5° Lote - Avaliação

uma besta para cangalha	80\$000
6 carneiros a 15 \$	240\$000
8 porcos gordos a 30 \$	90\$000
uma vacca tourina	80\$000
Agostinho, preto velho doente	60\$000
Ignéz, preta velha cega	10\$000
Luiz, creoulo 28 annos	900\$000
Joanna e um ingenuo	600\$000
Antonio 50 annos, aleijado	70\$000

Capítulo 3

O ESPÍRITO ESAVIANO E A PRÁTICA EXTENSIONISTA NO BRASIL:

A GÊNESE DE UM CAMPO INTELECTUAL

Em Viçosa, Zona da Mata mineira, a 30 de março de 1922, criou-se a Escola Superior de Agronomia e Veterinária⁴³. Entre 1922 e 1928, porém, os idealizadores da ESAV enfrentaram vários problemas, desde aqueles relativos à desapropriação dos terrenos necessários à sua edificação, até os que decorrem da definição do programa de ensino, envolvendo contratação de professores, elaboração do currículo, estabelecimento das normas de funcionamento e processos de seleção, admissão e avaliação dos futuros alunos. Mesmo assim, as dificuldades naturais de um empreendimento novo, agravadas pelas precárias condições econômico-sociais da região onde se localizava, não impediram que a Escola viesse a cumprir seu propósito de origem: *"ministrar o ensino prático e teórico*

⁴³ Datam do Império as primeiras iniciativas neste sentido. Em 1887, foi criado o Instituto Agronômico de Campinas. Antes, porém, em 1812, D. João VI já recomendava a criação de um curso de agricultura na Bahia. Em 1814, foi criado um curso de agricultura no Rio de Janeiro. Entre 1859 e 1861, foram criados vários institutos de agricultura nas Províncias da Bahia, Pernambuco e Sergipe. Em 1875 foi criada a Imperial Escola Agrícola da Bahia. A Escola Elizeu Maciel foi instalada em 1883. A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, foi inaugurada em 1901 e a Escola Superior de Agricultura de Lavras em 1908. Em 1922, foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, transformada em Universidade Rural de Minas Gerais, em 1948 e hoje Universidade Federal de Viçosa. Sua instalação se deu em 1926, com cursos de nível médio e, somente em julho de 1928, deu-se início o seu curso superior de Agronomia.

da agricultura e veterinária e bem assim realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas Gerais" (Lei 761 de 06/09/1920).

Assim se fez. No contexto político-social do federalismo mineiro a então ESAV surgiu em resposta à grande preocupação da elite com o relativo declínio econômico do Estado.

Na verdade, as diretrizes políticas adotadas à época eram, por assim dizer, a expressão da segurança da elite mineira quanto a sua capacidade de controle e direcionamento das mudanças sociais para campos não ameaçadores do seu poder. Não se registrou, segundo Wirth (1982), no período considerado, qualquer desafio à ordem constituída ou alguma forma de crise de autoridade.

A qualidade de vida dos mineiros, em sua grande maioria, era lastimável: altos índices de mortalidade infantil, de verminoses e doenças endêmicas, de analfabetismo, aliados a baixa renda da população formavam o quadro de um Estado subdesenvolvido e pobre, cuja população tendia maciçamente à emigração. A sociedade se estruturava em relações verticais, onde o clientelismo, a cooptação e a violência promoviam os vínculos de indivíduos e de grupos com as esferas do poder político e estatal e, ao mesmo tempo, inviabilizavam as tentativas de organização grupal independente⁴⁴. Além disso, sendo a política mineira do tipo democracia oligárquica, a participação popular era sensivelmente restrita e inexpressivo o índice de votos.

⁴⁴ Em 1909, fundou-se a Sociedade Mineira de Agricultura, mas que não congregava os produtores de café da Zona da Mata. Estes fundaram, 20 anos depois, o Centro de Lavradores Mineiros, com sede em Juiz de Fora. Essa Associação, mais tarde Conselho, se nasceu como um grupo de pressão, logo foi cooptada pelo Estado, principalmente depois que passou a controlar o Instituto Mineiro para a defesa do Café – IMC, criado para legitimar a política do governo. O Centro patrocinou, em Juiz de Fora, três congressos, entre 1929 e 1931. Porém essa como outras associações congêneres desgastaram-se pela proximidade com os detentores do poder e perderam-se na política de cooptação (Wirth, 1982).

Sob o ponto de vista econômico, Minas vivia uma situação de significativa penúria. Se, por um lado, sua atuação, na política nacional, no momento de instalação da República – 1889 – foi de importância decisiva, por outro, muito pouco participou das tendências desenvolvimentistas que tiveram lugar no sul do país nas décadas seguintes.

Isto, de certo modo, justifica que, em 1920, Minas apresentasse produto agrícola e industrial bruto equivalente apenas à metade do de São Paulo. Sua população, maioritariamente, vivia na zona rural, apesar da aceleração da urbanização que se verificou a partir dessa data. De acordo com Wirth, embora estivesse entre os três principais Estados brasileiros em transportes, produto industrial e renda estadual, e dominasse, juntamente com São Paulo e Rio Grande do Sul, a federação na República Velha (1889-1930), Minas exibia indicadores econômicos e sociais nada alentadores. *"A força política combinada com a relativa fraqueza econômica e social formaram a essência de Minas Gerais durante esse período da história do Brasil"* (1982:40).

Sua diversidade regional, que tanto favoreceu os interesses coloniais, no ciclo do ouro (1690-1740), facilitando o isolamento dos seus centros auríferos, na República significou pesado empecilho às comunicações e aos transportes, atrasando a circulação interna de bens. Somente a partir de 1950 é que esta situação se modificou.

A Zona da Mata, a sudoeste do Estado, voltava-se para o Rio de Janeiro, por onde escoava sua produção, desde o "boom" do café, em 1830. *"O café financiou a ascensão da Zona da Mata (...) em meados do Século XIX"*, afirma Wirth (1982:43) e acrescenta que o Sul e a Zona da Mata lideravam o restante do Estado em termos de riqueza, população e poder político.

"O Centro perdeu terreno para a Zona da Mata e o Sul em todo o decorrer do Século XIX, quando muitas famílias da elite se estabeleceram na agricultura, após migrarem de uma decadente área de mineração. Lá, juntaram-se a outros migrantes do Vale do Rio Paraíba para formar uma nova

*elite*⁴⁵. Assim, as linhas de força do Estado se curvaram em direção ao Sul durante o período em estudo" (1889-1937) (Wirth, op. cit: 43).

A fragilidade econômico-social do Estado, amplamente sentida pelos setores dirigentes, era intensamente focalizada e utilizada em campanhas políticas, nos momentos das eleições. A plataforma do Dr. Arthur da Silva Bernardes de candidato à presidência do Estado bem ilustra este fato. Nesse documento, lido em Viçosa a 05 janeiro de 1918, a idéia da solução do problema da decadente agricultura mineira por meio de uma Escola Superior de Agricultura nos moldes norte-americanos já é contemplada:

"(...)A solução, de resultados indubitáveis ou certos, exigida pelo problema está no ensino prático ambulante, ministrado por mestres de cultura especialmente contratados entre profissionais de idoneidade inequívoca, aqui ou no estrangeiro (...). Assim se pratica nos Estados Unidos, onde, graças ao sistema, tem-se aperfeiçoado a agronomia e crescido espantosamente a produção agrícola". (Grifo meu)

A mesma preocupação é sentida na plataforma eleitoral do mesmo político quando candidato à Presidência da República, três anos mais tarde. O então Presidente do Estado de Minas Gerais, assim se pronunciou em 08/06/21 em Belo Horizonte na Convenção do seu partido, o PRM – Partido Republicano Mineiro.

"(...)O ensino agrícola exige grande difusão de institutos e patronatos agrícolas. O ensino ambulante, ministrado, por mestres de agricultura, levado de fazenda em fazenda, é uma das formas mais profícuas e eficazes para obtenção de resultados imediatos. Para ele, as escolas agrícolas superiores fornecerão os professores, aumentando-lhes destarte a freqüência, porque os seus alunos encontrarão logo vasto campo de atividade, como professores ambulantes. Só por esse modo poderemos melhorar os métodos de cultura e de criação de gado, barateando o custo da produção agrícola e pastoril, pelo uso vulgarizado de máquinas, pelo conhecimento das terras adequadas a cada cultura (...) e pelo melhor aproveitamento das indústrias derivadas da pecuária. Conjuguem-se estes serviços com os da higiene rural e os da higiene pública em geral

⁴⁵ Especificamente considerando a formação da cidade de Viçosa, tem-se que suas famílias pioneiras vieram das zonas de mineração de Ouro Preto, Mariana e Piranga.

e teremos aumentado as forças morais e físicas do nosso povo, rasgando novos e mais felizes horizontes à sua atividade". (Grifos meus)

Arthur Bernardes concebia assim uma escola superior de agricultura que fosse inovadora em seus propósitos e ações, que fosse de fato, um centro irradiador do saber agrícola, capaz de alterar definitivamente a realidade econômico-social, sobretudo de Minas Gerais e essa posição de vanguarda esperada correspondia exatamente ao modelo americano. Não é sem razão que a única Escola que se criou no período, a ESAV, veio a ser instalada em Viçosa, sua cidade natal. Também não é sem razão que seu primeiro diretor, a quem, coube *"fundar, organizar e dirigir uma Escola moderna"*, tenha sido um norte-americano, o Professor Peter Henry Rolfs, diretor da Florida Agricultural College da Florida University (1915-1920). E ainda que a proposta pedagógica levada a efeito fosse baseada nos *"Land Grant Colleges"* dos Estados Unidos.

Deste modo a ESAV, desde 1931, data de formatura de sua primeira turma de agrônomos, vem produzindo profissionais basicamente de acordo com o mesmo tipo concebido originalmente: conscientes de que a agricultura praticada "empiricamente" era fruto da "imprevidência que saqueia os solos e que esta é a causa da miséria e do desespero que castigam os rurícolas"; de que "Ciência e prática" e "Aprender fazendo" além do lema "Estudar, Saber, Agir e Vencer" são os motes constantes da instituição onde formaram e devem se transformar em lemas de suas vidas profissionais; conscientes, enfim, de sua competência para concretizar o projeto de transformação da sociedade rural tradicional por meio do progresso técnico advindo dos avanços da ciência. Além disso, politicamente de acordo com os fundamentos ideológicos do Estado e inteiramente convictos da legitimidade de suas políticas sociais, sobretudo as educacionais e as agrícolas.

Assim, imbuída do "espírito esaviano", a Escola constituiu historicamente o espaço privilegiado do pragmatismo e do experimentalismo pedagógico, gênese das primeiras iniciativas de extensão rural no Brasil. A própria vida acadêmica, na escola, tem sido essencialmente caracterizada pela convicção de que *"maior eficiência*

produtiva representa maior independência econômica do produtor e, com esta, maior independência política" (Arthur Bernardes, 1918). Depoimentos de antigos professores e alunos sobre o ensino na ESAV, desde sua origem, indicam que uma vivência "extra-classe", isto é, externa às relações pedagógicas na sala de aula ou nos campos experimentais, foi (e tem sido) de importância decisiva na formação do jovem agrônomo com base no já mencionado "espírito esaviano". Essa vivência, muito forte nos tempos do internato, era sentida, tanto na reunião diária de todos os segmentos da Escola para a audiência de uma preleção, logo após as aulas, quanto na organização das equipes desportistas, nas festividades tradicionais nas "domingueiras" ou na organização anual da Semana do Fazendeiro, do mês feminino ou da Marcha Nico Lopes, além de outras oportunidades diárias que a vida na Escola oferece. Mais recentemente, se já não existem o internato ou as preleções diárias como na época do Diretor João Carlos Bello Lisboa, outros mecanismos, não menos poderosos, encarregam-se da eficiência da mesma formação. A atuante "Associação dos ex-alunos da ESAV", por exemplo, ou o corpo docente da instituição, significativamente composto por ex-alunos do Curso de Agronomia – quadro I – são mecanismos de perpetuação do tipo característico de profissional que se tem conhecido ao longo dos últimos 60 anos.

QUADRO I

Distribuição dos docentes da UFV por unidade de Lotação, com destaque dos que são Agrônomos formados pela mesma instituição, em números absolutos e relativos.

1989

<i>Unidades Universitárias</i>	Docentes da UFV		
	<i>Total</i>	<i>Formados na UFV</i>	
		<i>N° Absolutos</i>	<i>%</i>
Centro de Ciências Agrárias	181	111	61,3
- Dep. Economia Rural	38	26	68,4
- " Engenharia Agrícola	32	23	71,8
- " Engenharia Florestal	36	02	5,5
- " Fitopatologia	15	09	60,0
- " Fitotecnia	39	33	84,6
- " Solos	21	18	85,7
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	157	25	15,9
- Dep. Biologia Animal	23	07	30,4
- " Biologia Geral	31	11	35,4
- " Biologia Vegetal	21	07	33,3
- " Educação Física	26	-	-
- " Nutrição e Saúde	24	-	-
- " Veterinária	32	-	-
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	166	45	27,1
- Dep. Engenharia Civil	40	08	20,0
- " Física	24	01	4,1
- " Matemática	31	12	38,7
- " Química	35	06	17,1
- " Tecnologia de Alimentos	36	18	50,0
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	118	03	2,5
- Dep. Administração e Economia	38	03	7,8
- " Economia Doméstica	22	-	-
- " Educação	37	-	-
- " Letras e Artes	21	-	-
TOTAL	622	181	29,1

Fonte : UFV - Catálogos de Graduação 88-89

É importante assinalar que um campo intelectual completa sua estruturação na medida em que dispõe dos mecanismos articulados para formar seus integrantes e efetivamente gera novos conhecimentos ao tempo em que gera a formação de suas futuras gerações. Em 1989, agrônomos formados pela UFV compunham 29,1% do seu quadro de docentes, nas diferentes unidades acadêmicas, sendo 61,3% dos docentes do Centro de Ciências Agrárias. São, naquele ano, ao todo 181 docentes agrônomos formados pela instituição, 131 dos quais na posição de Adjunto e de titular.

QUADRO II

Distribuição dos docentes-agrônomos da UFV por posição
na carreira universitária – 1989

DOCENTES - AGRÔNOMOS DA UFV - 1989									
FORMADOS PELA UFV					FORMADOS POR OUTRA INSTITUIÇÃO				
auxiliar	assist.	adjunto	titular	Total	auxiliar	assist.	adjunto	titular	total
5	73	61	70	209		5	11	4	20

Fonte : UFV - Catálogo de Graduação - 88/89

É interessante perceber também que o período em que se deu a maior absorção de ex-alunos pela UFV é de 1961 a 1979, período mais significativo no processo de institucionalização da extensão rural no país: 1961 é o ano em que a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR e suas filiadas são reconhecidas como de utilidade pública e no período de 1963 a 1974 tem-se a criação das associações estaduais, culminando, em 1975, com a criação da EMBRATER como Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e suas filiadas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

Como revelam as informações contidas no Quadro III, o processo de formação dos docentes da UFV, em cursos de pós-graduação, teve a importante participação de universidades norte-americanas, com destaque para a Universidade de Purdue, respeitando a mesma tradição de origem da ESAV dos anos iniciais.

QUADRO III

Distribuição do Docentes-Agrônomos da UFV por titulação obtida em cursos de pós-graduação - 1989

Titulação por Níveis / Instituição de Formação	NO BRASIL						NOS E.U.A.								EM OUTRO PAÍS			
	Na UFV			Em outra UES			Em PURDUE				Em outra UES							
	E	M	D	E	M	D	E	M	PhD	PD	E	M	PhD	PD	E	M	PhD	PD
Agrônomos formados pela UFV	-	155	8	1	11	16	1	13	35	-	1	7	44	-	2	5	4	1
Agrônomos formados por outras instituições	1	10	3	3	-	-	-	1	2	-	-	5	7	-	-	-	1	1

Fonte: UFV - Catálogo de Graduação 88/89.

Um episódio, curioso por ser único, na história relatada pelos informantes, parece exemplar dessa força de formação do "espírito esaviano". Conta o Professor Raymundo Lopes de Faria⁴⁶ que, em 1954, época de grande efervescência política no país, um aluno da Escola Superior de Agronomia criou um jornal – Tribuna Acadêmica – de circulação interna ao *campus* da então Universidade Rural de Minas Gerais. Por meio desse jornal o aluno, que liderava pequeno grupo de colegas, fazia ataques à administração da Escola, aos seus valores e às atitudes acadêmicas. Desgastado com essa situação que já se prolongava por alguns meses o então Diretor da Escola, Professor Joaquim Mattoso, renunciou ao cargo em fevereiro daquele ano, sete meses antes do

⁴⁶ O professor Raymundo Lopes de Faria foi contratado pela ESAV, em 1/03/1934, como médico sanitário, encarregado pelo Diretor Bello Lisboa de fazer o saneamento da Escola, acabando com a verminose de seus funcionários, alunos e de implantar a Educação Física no currículo. Além disso, era professor de Higiene, Biologia e Zoologia nos cursos de Agronomia e Veterinária. Foi diretor da ESA durante o período de 13 de fevereiro a 04 de setembro de 1954.

término do mandato. Como o provimento deste apenas se daria em setembro, caberia ao professor mais idoso responder pela direção da instituição. Deste modo o Professor Raymundo Lopes de Faria foi conduzido ao cargo "*Pro-tempore*". Diante dos problemas provocados pelo aluno descontente, o Diretor montou um processo detalhado relatando os casos de "indisciplina, desrespeito e de comportamento não condizente com as normas vigentes", solicitando à Congregação Acadêmica o desligamento do aluno.

Tendo sido acatada a decisão do seu desligamento, o aluno aproveitou o ensejo de um Congresso de Estudantes que se realizava na Escola Nacional de Agronomia – ENA do Km 47, Rio de Janeiro, e tornou público o ato que, em sua opinião, foi injusto e arbitrário, principalmente por reprimir a liberdade de expressão. Ao mesmo tempo, encaminhou ao Ministro da Agricultura, Sr. Orlando Sales, pedido de intervenção na Escola de Viçosa pelos mesmos motivos.

O fato veio agravar, mais ainda, a instabilidade social do momento e gerou uma greve estudantil de âmbito nacional. A pressão política e social junto ao Ministro da Agricultura foi muito grande a ponto de o Ministro recorrer à Direção da Escola no sentido de que fosse revista a decisão adotada, de que o aluno retornasse à Escola. Não obtendo êxito, o Ministro solicitou então a interferência do Governador do Estado, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, que propôs à Congregação da Escola uma reunião urgente em Belo Horizonte, de modo que fosse revisto o processo de desligamento do aluno. Para tanto, enviou um avião a Viçosa que deveria transportar os membros do Colegiado para a capital de Minas. Da reunião, resultou a designação do Prof. Josafá Macedo, como relator do processo e a marcação de um segundo encontro dos docentes para a decisão. Neste intervalo de tempo, porém, Getúlio Vargas suicidou, desencadeando uma crise ainda mais séria. A decisão que se seguiu, orientada pelo mesmo Professor Raymundo, foi a de que o aluno retirasse sua apelação feita ao Ministério e que solicitasse sua transferência para a Escola Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro – Km 47. Assim foi

feito e assim se conteve o único indício, mencionado por informantes, de descontentamento ou de desacordo com os padrões "Esavianos"⁴⁷

Pode-se entender, à primeira vista, que a construção histórica desse tipo característico formado pela Escola de Viçosa tenha sido fruto de um trabalho pedagógico repressivo e tolhedor do "espírito crítico" de seus alunos e professores. Na verdade, há evidências de que os alunos eram impedidos, "nos tempos de Bello Lisboa" de se manifestar politicamente, pelo menos de modo explícito. Há depoimentos que comprovam "que todo assunto era motivo de uma preleção, na reunião geral, antes do almoço, menos política". Mesmo a organização do 1º Centro Acadêmico na Escola, que se deu em 1934, somente foi possível na ausência temporária do Diretor que era contrário a qualquer forma de organização dos alunos que não fosse para fins desportivos.

Entretanto, a meu ver, esta não é a melhor maneira de se entender a trajetória daqueles que fazem a história da Escola de Viçosa. Quero levar em conta também a alguns aspectos políticos, econômicos e sociais, que, conjugados, resultaram em importantes implicações nas relações entre a Sociedade, o Estado e a instituição de ensino. Primeiramente, tem-se a tradição política mineira que confinava a participação popular a pequenos grupos da elite. De acordo com Adorno (1988), o padrão de dominação política na sociedade brasileira alcançou as relações entre grandes proprietários da terra e o resto da população não proprietária, habitante do campo ou da cidade. "Para essa parcela da população, o Estado foi quase sempre um grande mistério e uma grande ficção, pois prevaleceu o mandonismo local a face nua e crua da violência, independentemente de quaisquer abstrações e mediações ideológicas". (Adorno 1988:62). Pode-se afirmar que a grande maioria dos alunos da Escola era composta por filhos de proprietários de terra, prioritariamente da região, ou da zona rural de Estados vizinhos, como Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo – quadro IV.

⁴⁷ O aluno expulso é Hans Alfredo Rafer o jornal Tribuna Acadêmica registrou os fatos.

Outra informação relevante para se conhecer as características desse campo intelectual em sua fase de implementação é verificar que 54,7% dos agrônomos formados pela UFV, no período de 1931 a 1967, são de origem do próprio Estado de Minas Gerais, (Quadro IV) e 99,1% desses mesmos agrônomos são do sexo masculino, como se verá no quadro V.

A partir de determinada época passou a ser significativa a presença de filhos de imigrantes entre os alunos, resultado do processo migratório de grupos italianos, japoneses e árabes, em maioria – ver quadro V.

QUADRO IV

Engenheiros Agrônomos formados pela UFV (1931 - 1967)
por nacionalidade e naturalidade

Brasil	955	95,5%	Outros Países	45	4,5%
Minas Gerais	547	54,7%	Peru	21	2,1%
Espírito Santo	112	11,2%	Bolívia	07	0,7%
Rio de Janeiro	57	5,7%	Colômbia	04	0,4%
São Paulo	44	4,4%	Alemanha	03	0,3%
Mato Grosso	43	4,3%	Paraguai	02	0,2%
Guanabara	29	2,9%	Japão	02	0,2%
Ceará	21	2,1%	Venezuela	01	0,1%
Bahia	21	2,1%	Portugal	01	0,1%
Goiás	20	2,0%	Polônia	01	0,1%
Alagoas	11	1,1%	Hungria	01	0,1%
Rio G. do Sul	09	0,9%	Letônia	01	0,1%
Paraná	07	0,7%	Lituânia	01	0,1%
Paraíba	07	0,7%			
Pará	06	0,6%			
Pernambuco	05	0,5%			
Rio G. do Norte	05	0,5%			
Maranhão	04	0,4%			
Piauí	03	0,3%			

Sergipe	01	0,1%		
Santa Catarina	01	0,1%		
Amazonas	01	0,1%		
Acre	01	0,1%		

Fonte : UFV - ESAV : Origem, Desenvolvimento, Atualidade, 1968.

QUADRO V

Engenheiros Agrônomos formados pela UFV - 1931 – 1967

Ano	Homens	Mulheres	Total	Ano	Homens	Mulheres	Total
1931	06	-	06	1950	18	-	18
1932	06	-	06	1951	18	-	18
1933	07	-	07	1952	20	-	20
1934	13	01	14	1953	13	-	13
1935	13	-	13	1954	31	01	32
1936	16	-	16	1955	29	-	29
1937	19	-	19	1956	22	01	23
1938	18	-	18	1957	12	-	12
1939	10	-	10	1958	29	-	29
1940	12	-	12	1959	24	-	24
1941	08	-	08	1960	34	01	35
1942	18	-	18	1961	44	-	44
1943	15	-	15	1962	63	01	64
1944	10	-	10	1963	77	01	78
1945	09	-	09	1964	79	-	79
1946	20	-	20	1965	86	02	88
1947	23	-	23	1966	79	-	79
1948	12	-	12	1967	58	01	59
1949	20	-	20	%	99,1%	0,9%	100%

Fonte : UFV - ESAV: Origem, Desenvolvimento, Atualidade, 1968.

Ora, levando-se em conta o regime de internato da Escola, desde sua origem, pode-se supor que a manutenção desses alunos na Escola, durante um período de 4 a 8 anos – incluindo o curso médio de Técnico Agrícola – tenha sido bastante onerosa para suas famílias.

Para se compreender a situação de privilégio desses alunos, sobretudo daqueles que constituíram as primeiras turmas da escola, basta lembrar que "*praticamente dois terços de todos os mineiros com mais de sete anos ainda eram analfabetos na época da revolução de 1930*" (Wirth, 1982:142). Como já se mencionou anteriormente, a Escola representava mais um esforço pela manutenção do poder, diante do declínio político iniciado nos meados da década de 1920, quando Minas perdeu a liderança da política nacional.

Como se percebe, a presença das mulheres nas turmas de agrônomos era insignificante, quase inexistente. Na verdade, mesmo que haja, no presente, número mais significativo de mulheres no curso de agronomia, esta continua sendo uma profissão essencialmente masculina. Às mulheres era reservada a participação em cursos rápidos sobre assuntos domésticos, oferecidos no "*Mês Feminino*", realizado pela primeira vez de 7 a 26 de janeiro de 1935, ou, a partir de 1952, no Curso Superior de Ciências Domésticas, curso muito aceito pelas filhas e mulheres dos alunos e docentes da Escola de Agronomia. Além disso, cabia-lhes atuar na educação primária de servidores da escola ou de seus filhos, por meio da Associação Feminina "*Effie Rolfs*", criada em dezembro de 1936. Outro aspecto relevante na configuração do tipo "*esaviano*" foi, sem dúvida, a influência marcante do modelo americano dos "*Land Grant Colleges*" na organização da Escola, influência esta revitalizada permanentemente pela presença de inúmeros professores/diretores americanos – e de suas famílias – e, sobretudo pelo Convênio celebrado entre a USAID, por intermédio da Universidade de Purdue-Indiana e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, em 1958, que possibilitou a professores da Escola a complementação de sua formação acadêmica, em nível de pós-graduação, nas universidades americanas e a conseqüente geração de cursos de pós-graduação na própria Escola.

Por esta via é que se consolidou o modelo pedagógico adotado pela Escola e que veio a se configurar paradigmático para outras instituições congêneres, até os dias atuais.

A Semana do Fazendeiro

A Semana do Fazendeiro, iniciativa pioneira da Universidade Federal de Viçosa – então ESAV, à época de sua criação – teve seu início em julho de 1929, graças aos esforços empreendidos pelo seu diretor na época, Dr. João Carlos Bello Lisboa, pelo Dr. Jacinto Soares de Souza Lima, clínico e agricultor do município de Ubá, e pelos alunos da escola Joaquim Fernandes Braga e José Coelho da Silva, residentes em Ubá e Rio Branco, respectivamente.

O Boletim Anual da Associação de ex-alunos, em seu número 3-4, referente a dezembro de 1940/41, diz que *"a inspiração da criação desta 'Semana' nasceu de uma visita que o Dr. Jacinto Soares de Souza Lima fez à Escola, em 1928, com um grupo de agricultores"*. Ele e os alunos, citados anteriormente, assumiram o compromisso de trazer agricultores à Escola, no próximo ano, para estágio de alguns dias. Pela destacada atuação na concretização dessa iniciativa, são considerados, por isso, fundadores da Semana do Fazendeiro.

É importante ressaltar parte do relatório apresentado à Secretaria de Agricultura, pelo Diretor da ESAV, relativo ao ano administrativo de 1929, data em que se deu a realização da 1ª Semana do Fazendeiro:

"Não carece de discussão a importância de tal serviço que, a nosso ver, é dos mais importantes que realizou a Escola, não só por motivo de troca de conhecimentos que se verificou entre o estabelecimento e os fazendeiros, como também e principalmente por causa da confiança que eles ficaram tendo na Escola, dando-lhe, naturalmente, preferência para a educação de seus filhos" (UFV, informa, 1978).

Em 29/02/1931, em relatório sobre a 2ª Semana do Fazendeiro, o professor João Carlos Bello Lisboa apresentou o programa executado, cuja descrição pressupunha cursos de três horas de duração, porém, com número de repetições que variava de três a nove vezes, por curso. Dentre os 14 cursos oferecidos, nove tiveram

entre 28 e 40 participantes, por turma; quatro, entre 52 e 67, por turma; e o último teve 139 participantes, por turma, com três repetições.

Aproveitava-se, segundo o relatório, a oportunidade do evento para levantamento das principais atividades agrícolas dos participantes, bem como de suas principais dificuldades e formas de acesso à informação. Difundia-se, na ocasião (aliás, como ocorre até a atualidade), o uso de sementes, de produtos e de animais selecionados pela Escola, mediante a venda destes aos participantes da Semana. Em 1935, em Conferência proferida para a Associação Comercial de Minas Gerais, Bello Lisboa mostrava a evolução do atendimento da Semana, que possibilitou o aumento da oferta de 14 cursos, em 1930, para 92, em 1934 (UFV Informa, 1978).

Ainda no mesmo pronunciamento, Bello Lisboa comentou que *"As estradas de ferro, reconhecendo o valor da obra, estão concedendo 50% de abatimento aos inscritos, conforme fez a Leopoldina Railway..."* Mencionou, também, que o evento servia de exemplo para organizações, tais como a de agricultores no Espírito Santo, a Escola Agrícola de Lavras e o Instituto Agrônômico de Campinas.

Ao se verificar a procedência dos inscritos para participação nas Semanas realizadas, de 1935 a 1948, observa-se a participação de representantes de diversas entidades do Estado do Rio de Janeiro, dentre elas: o Instituto Teológico Adventista de Correias, Bonsucesso e Petrópolis; o Tribunal de Contas; o Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia da UFRRJ; a Secretaria de Agricultura de Niterói; o Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura; o Diário da Noite; a Escola Nacional de Veterinária; a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, dentre outros. Do Estado de São Paulo, encontra-se registrada a participação de representantes da Inspetoria Fiscal do Instituto Biológico, por várias vezes, e do Instituto Agrônômico de Campinas; e, do Espírito Santo, a participação de representantes da Divisão de Fomento Agrícola, da Escola Agrícola de Santa Tereza (Barracão de Petrópolis) e do Departamento de Agricultura.

Bello Lisboa, em conferências proferidas durante a IV Conferência Nacional de Educação, para a Sociedade Nacional de Agricultura, em 1931, colocava em relevo a necessidade de que os estabelecimentos de ensino agrário respeitassem as características do povo rural, com vistas a *"catequizar-lhes"* a confiança e firmar-se como instituições. Afirmava, ainda, que, como a ciência agrônômica deve ser levada ao lavrador, é necessário que o técnico entre em contato com os homens do campo, sendo fundamental para a solução do problema agrícola a criação de situações que facilitassem a aproximação do produtor com o técnico. Pautava-se na justificativa de que a solução das dificuldades agrícolas *"exigem fatos e não apenas palavras"*, e que o *"lavrador tem mais habilidade para assimilar conhecimento pelos olhos do que pelos ouvidos"*.

De acordo com o relatório da 60ª Semana do Fazendeiro, realizada de 18 a 22 de julho de 1988,

"a participação dos estudantes da Universidade na organização e execução do evento se dá como oportunidade de estágio, justificando que, se a formação acadêmica constitui o principal objetivo da instituição, é uma oportunidade de proporcionar ao universitário uma visão analítica da realidade brasileira, por meio do contato com o participante da Semana e da organização de tal evento. Em 1985, o número de estagiários participantes da 57ª Semana foi de 32; em 1986, na 58ª Semana, elevou-se para 50; e, em 1987, na 59ª Semana, foi de 60 participantes. Já na 60ª Semana, contou-se com 90 estagiários". (UFV, 1988)

A Institucionalização da Extensão Rural

De acordo com o depoimento dos Professores José Geraldo Fernandes de Araújo, Geraldo Magela Braga, Marinho Miranda dos Santos e Nicolino Taranto Fortes, o Departamento de Educação Rural, foi criado em 24 de março de 1939, num esforço de associar o ensino e a pesquisa aos trabalhos de difusão educativa, baseada nos métodos dos *Land Grant Colleges*. Esse Departamento, na opinião do então Diretor da ESA, Dr. John Benjamin Griffing, *"com seu exército de trabalhadores auxiliará a espalhar por todo*

o Estado, forçando a sua aplicação entre os fazendeiros, as descobertas feitas. Além disso, desenvolverá uma secção especializada de ensino sobre métodos de extensão..." (citado em ESAV – Origem, desenvolvimento e atualidade, 1968). É portanto, uma primeira iniciativa rumo à institucionalização, no âmbito do ensino formal, do que veio constituir a extensão rural.

Os mesmos professores prosseguem seu relato, identificando como se deu o processo de institucionalização dos serviços de extensão rural:

"A primeira experiência de extensão, embora em campo bem limitado, deu-se no município paulista de Santa Rita do Passa Quatro, a partir de 1948. O estudo prévio dos problemas da agricultura revelou que a necessidade prioritária era a provisão de forragem para o gado leiteiro, no período de estiagem. Sendo a solução aconselhada fazer com que os criadores construíssem silos-trincheira, desenvolveu-se um processo de motivação, à base de demonstração, com 'trabalhos cooperativos', como foi denominada a experiência, envolvendo recursos dos próprios agricultores, de firmas locais e da Prefeitura Municipal, com assistência técnica da Associação Internacional Americana (AIA) e a cooperação do Governo Estadual, por meio das Secretarias de Agricultura e de Saúde."

Esses trabalhos cooperativos, segundo informam, estenderam-se a outros setores, interessando não apenas os criadores, mas suas famílias e a comunidade. Os trabalhos abrangeram também o município de São José do Rio Preto, e foram executados até 1956.

Em face do sucesso dos mencionados trabalhos cooperativos nas duas localidades, a Associação Internacional Americana (AIA) manifestou seu interesse em colaborar na criação de um serviço permanente de extensão rural. Sendo também do interesse da Universidade Rural de Minas Gerais constituir um centro de apoio à implantação e futura expansão do serviço de extensão rural, Minas Gerais foi assim o Estado escolhido para o lançamento do programa.

Um convênio entre o Governo de Minas e o AIA foi então assinado em 06 de dezembro de 1948, criando a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, com a finalidade de *“estabelecer um programa de assistência técnica e financeira que possibilitasse a intensificação da produção agropecuária e melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural”*.

A ACAR iniciou suas atividades em janeiro de 1949, contando com apoio de vários especialistas em extensão agrícola e economia doméstica, cedidos pela AIA, para treinar técnicos brasileiros e assessorar o processo de implantação do programa de extensão.

Como esclarecem os informantes, as atividades de extensão logo se integraram às de crédito supervisionado, cabendo à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais financiar esse tipo de empréstimo.

É importante registrar que o termo extensão e o seu correspondente conceito somente vai se cunhar ao longo de 1952. No início das suas atividades, a ACAR propõe-se a prestar *'ajuda técnica e financeira'* aos agricultores e seus familiares.

Os informantes observam que vários fatos e circunstâncias contribuíram para o surgimento da idéia *'extensionista'* e implantação do Serviço de Extensão Rural no País. Dentre estes, destaca-se

“a introdução da idéia de Extensão Rural nas Escolas de Agronomia, na época de guerra, em 1940, quando o Brasil necessitava aumentar sua produção agropecuária, para prover a subsistência dos contingentes militares, especialmente no Nordeste. Não havendo pessoal especializado para levar avante um trabalho educativo, visando ao aumento rápido de produção, a ACAR firmou acordo com o 'Institute of Inter-American Affairs', órgão misto americano-brasileiro para assuntos de agricultura, que promoveu o treinamento em Extensão Rural de um grupo de professores de sete Escolas de Agronomia, durante um ano de curso e estágios nos Serviços de Extensão.”

Ademais dos excelentes resultados alcançados pela ACAR em Minas, no processo de institucionalização e expansão da prática extensionista no país, destaca-se, na opinião dos informantes, *a experiência de Itaperuna*, de desenvolvimento de comunidade rural, com a cooperação da Food and Agriculture Organization – FAO.

“A partir de então, a pesquisa agrícola, o crédito rural, a assistência técnica, tradicionalmente voltados para os grandes fazendeiros, começavam a entrar pela primeira vez nas pequenas propriedades, levados pelos 'extensionistas' em forma de orientação educativa. O homem do campo, retraído, insulado, receoso e individualista, motivado pelo serviço de Extensão, começou a almejar melhores condições de vida e progresso. De localidade em localidade, foi sendo programado o cunho educativo dos trabalhos da ACAR.” (Grifos meus)

O que pretendo assinalar é que tanto quanto a influência americana é presente na história da Escola de Viçosa e na formação do *"espírito esaviano"*, também a prática extensionista parece ser a concretização desse espírito, da trajetória da instituição e de seus atores sociais. Adiante irei tratar, com mais detalhe, das suas bases teóricas. Antes, porém, é preciso buscar mais alguns marcos da história para se entender as articulações da Escola com as políticas públicas adotadas nessa área em todo o Brasil.

É em 1948 que a Escola Superior de Agricultura de Viçosa transforma-se na Universidade Rural de Minas Gerais. Também é nesse ano que se instala, no Brasil um amplo investimento na prática extensionista, por meio dos entendimentos e convênios entre o Governo Brasileiro e os Estados Unidos. Dessas articulações e acordos, resultou a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR – Minas Gerais, em grande parte devido à atuação do mensageiro especial da missão americana no Brasil, Nelson Rockefeller.

Conforme relatam os professores da UFV, desde o início das atividades da ACAR, em Minas Gerais, evidenciou-se sério obstáculo à expansão dos serviços: a falta

de pessoal qualificado. Apenas duas Escolas se dispuseram a promover cursos de extensão durante o período de férias: as de Viçosa e de Pelotas.

Com a rápida expansão dos Serviços de Extensão e a partir de 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR – pôde fixar uma política de treinamento permanente, em instalações próprias, já que os cursos de férias não satisfaziam às necessidades de treinamento. Instalaram-se dois Centros Regionais de Treinamento, em Viçosa e no Recife.

Em 1964, foi inaugurado o Centro de Ensino de Extensão na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, em Viçosa. A construção deste Centro só foi possível, mediante o acordo firmado com outros órgãos, que doaram recursos financeiros, e a Universidade que cedeu o terreno no seu "*campus*".

Nessa ocasião, nas instalações da Fazenda Ipanema, perto de Sorocaba, São Paulo, pertencente ao Ministério da Agricultura, eram ministrados cursos de treinamento em serviços de Engenharia Rural, de Extensão Rural e Economia Doméstica, estes dois últimos realizados por força de convênio com o ETA – projeto n° 6, em 1955. Em dez anos, foram aí treinados 400 técnicos para o Sistema ABCAR.

O treinamento de Extensionistas do Nordeste, nos Centros de Ipanema e de Viçosa, ficava oneroso, o que motivou a construção de um centro no Recife. Em 1964, o Centro Regional de Treinamento para o Nordeste – CETREINO foi inaugurado em terreno cedido pelo Instituto Agrônomo do Nordeste, órgão do Ministério da Agricultura.

Os serviços de extensão dos três Estados sulinos desejavam também um Centro de Treinamento, e assim, por meio de um fundo conjunto, foi construído em

Pelotas, e passou a chamar-se Centro de Treinamento e Informação do Sul – CETREISUL.

Além desses quatro Centros de Treinamento que primeiro serviram ao Sistema, construíram-se posteriormente as seguintes unidades, por iniciativa de algumas associações estaduais: o Centro Prático de Treinamento – CETRE em Florianópolis, Santa Catarina, no ano de 1964; o Centro de Aperfeiçoamento do Líder Rural – CALIR, próximo a Vitória; CENTREX, perto de Fortaleza, Ceará, em 1960, e o Centro de Treinamento Maromba, em Manaus, Amazonas, que iniciou suas atividades em 1968.

A partir da fundação da ABCAR, em 1956, o processo de crescimento do Sistema Brasileiro de Extensão Rural contou com um propósito constante de integração, articulando-se com órgão público e outras entidades.

O decreto nº 58.382, de 10 de maio de 1966, determinou que as atividades de Extensão Rural, em todo o País passassem a ser coordenadas pelo Ministério da Agricultura, por meio do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário – INDA, e executadas pela ABCAR e pelas associações estaduais a ela filiadas. Formalizou-se também o critério de compatibilização dos programas extensionistas com os planos do Ministério da Agricultura, que, desde 1958, já mantinha convênio com a ABCAR, atribuindo a esta e às suas filiadas a execução das atividades de Extensão Rural.

Dessa forma, os recursos orçamentários foram garantidos para o custeio das atividades da ABCAR, que assumiu a função de dirigir e representar o Sistema, perante aqueles órgãos.

O Sistema ABCAR alcançou a maioria, não apenas pela dimensão nacional, mas pelo pensamento extensionista que conseguiu criar e configurar dentro de

características próprias e adequadas ao Brasil contemporâneo, em fase de desenvolvimento. Passou a representar um complexo de entidades harmoniosamente estruturadas em integrar as técnicas de Extensão Rural, no processo de desenvolvimento global, criando condições de aceitação pública e viabilidade à programação do Governo.

A Extensão Rural, como um processo de ação educativa que envolve agricultores, suas famílias e a comunidade, enquadra-se na política geral do Governo, para o desenvolvimento no País. O Estatuto da ABCAR declara que

"constitui finalidade do Sistema Brasileiro de Extensão Rural contribuir para a integração do setor rural no desenvolvimento global do País, mediante a execução de atividades relacionadas com os aspectos tecnológicos, sociais e econômicos, culturais e de estrutura, em ação conjunta com outros órgãos e entidades voltados para o mesmo propósito".

Com este objetivo, o Sistema

"se integra na política estabelecida pelo Governo, por meio do Ministério da Agricultura, para o desenvolvimento do meio rural do País e obedecerá, em sua atuação, à filosofia, aos princípios e aos métodos da Extensão Rural, conjugada ao crédito rural, buscando obter a valorização do homem, considerado como agente e beneficiário do processo de desenvolvimento global, mediante ação de motivação, envolvimento, estímulo e dinamização de pessoas e organizações, no sentido de um esforço integrado para a promoção econômica e social do meio rural" (Araújo, 1978: 22).

A continuidade do processo de institucionalização da Extensão Rural no Brasil, até a extinção da EMBRATER é apresentada no quadro VI. Interessa-me, aqui, o sentido novo que o sistema emprestou às universidades brasileiras, sobretudo à Escola de Viçosa, de 1948 a 1985, quando houve profunda alteração na política agrícola, arrefecendo-se o ritmo da prática extensionista.

QUADRO VI

Evolução institucional da extensão rural no Brasil

1948	<p>A Escola de Agricultura de Viçosa é transformada em Universidade Rural e ganha um Departamento de Extensão.</p> <p>Em Santa Rita do Passa Quatro, SP, iniciam-se as atividades extensionistas patrocinadas pela Associação Internacional Americana, AIA, estendendo-se ao município de São José do Rio Pardo, SP.</p> <p>06 de dezembro - criação da Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR-MG. Convênio celebrado entre a AIA e o governo de Minas Gerais. Nesta data, foi estabelecido o Dia Nacional da Extensão Rural.</p>
1949	<p>Instalação dos primeiros escritórios locais nas cidades mineiras de Santa Luzia (1°); Pedro Leopoldo, Curvelo e Ubá.</p> <p>Início de atividades extensionistas no Estado do Rio de Janeiro, com a criação das Missões Rurais na cidade de Itaperuna.</p> <p>A Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais une-se ao programa da ACAR, iniciando a integração do crédito rural à assistência técnica.</p>
1952	<p>A ACAR-MG cria e instala os primeiros escritórios regionais em Curvelo, Ubá, Varginha e Ponte Nova.</p> <p>A ACAR-MG cria o 1° Clube 4-S denominado São Jorge, localizado na comunidade de Igrejinha, município de Rio Pomba.</p>
1954	<p>O Escritório Técnico de Agricultura (ETA) firma convênio com ACAR, fornecendo recursos financeiros e assistência técnica.</p> <p>O Banco do Brasil S. A. incorpora-se ao programa ACAR, liberando recursos para o crédito rural.</p> <p>Criação da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural - ANCAR, com sede em Recife-PE, abrangendo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Participaram do convênio de criação o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil e a AIA.</p>
1955/1959	<p>A ANCAR-BA torna-se financeiramente autônoma.</p> <p>Criação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema em Sorocaba, SP (1955). - ETA - Projeto 11, ASCAR no Rio Grande do Sul (1955). - ETA - Projeto 15, ACARPA no Paraná (1956). - ETA - Projeto 17, Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina, em convênio com o ETA-Rio, Federação das Associações Rurais de Santa Catarina e Secretaria de Agricultura do Estado (1956). - ABCAR - com sede no Distrito Federal. Participaram da criação: ACAR, ANCAR, - AIA, ETA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Confederação Rural Brasileira (1956). - ACARES - no Espírito Santo. Participaram da criação: Governo do Estado, ABCAR e Centro do Comércio do Café (1956). - ACAR-RJ (1958). - ACARESC - em Santa Catarina, em substituição ao ETA Projeto 17 (1959). - ACAR - GO (1959).
1960	Elaboração do primeiro Plano Diretor Quinquenal do Sistema ABCAR, para o exercício 1961-1965.
1961	ABCAR e suas filiadas são reconhecidas como de utilidade pública.
1962	ANCAR é desativada.
1963/1974	<p>Criação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ANCAR-AL (1963); ANCAR-RN (1963); ANCAR-SE (1963); ANCAR-MA (1963); ANCAR-CE (1964); ANCAR-PE (1964); ANCAR-PB (1964); - Centro de Ensino de Extensão.

	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Ensino de Extensão em Viçosa, MG (1964). - Centro de Treinamento do Nordeste - Centreino - em Recife-PE (1964). - ACAR - Mato Grosso (1956). - ACAR - PA (1965). - Realização da 1ª Convenção Nacional de Clubes 4-S, em Belo Horizonte, MG (1965). <p>Criação: ANCAR-PI (1966); ACAR-AM (1966); ACAR-DF (1967); ACAR-AC (1968).</p> <ul style="list-style-type: none"> - AIA encerra suas atividades junto ao Sistema de Extensão Rural no Brasil (1969). <p>Criação: ACAR-RO (1971); ACAR -RR (1972); ACAR-AP (1974).</p>
Transformação do Sistema - 1975/1985 (de empresas privadas de utilidade pública em empresas públicas)	
1975	Criadas a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER (04/02/1975 - Decreto 75.373) e EMATER - RJ (1975); EMATER - AC (1975); EMATER-AL (1975); EMATER-BA (1975); EMATER-ES (1975); EMATER-GO (1975); EMATER-MA (1975); EMATER-MT (1975); EMATER-PB (1975); EMATER-PE (1975); EMATER-PI (1975); EMATER-SE (1975); EMATER-MG (1975); EMATER-CE (1976); EMATER-AM; EMATER-PA; ASTER-RO (1976); ASTER-RR (1976); EMATER-RS (1977); EMATER-PR; EMATER-SC; EMATER-DF; ASTER-AP (1978); EMPAER-MS (1979).
1985	É proposta a extinção da EMBRATER.
1990	É extinta a EMBRATER pelo Governo Federal. Com essa medida, a coordenação do SIBRATER foi atribuída à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Posteriormente foi delegada ao Ministério da Agricultura, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER).

Durante esse mesmo período, foram atuantes outros poderosos recursos de extensão rural: os clubes 4-S⁴⁸ e o Programa Gilberto Melo.

Os Clubes 4-S são concebidos como grupos de jovens rurais, de ambos os sexos, cuja ação educativa, orientada por líderes voluntários, é desenvolvida mediante atividades técnicas, econômicas e sócio-recreativas. Neles poderão ser admitidos, como sócios, todos os jovens da comunidade rural com o consentimento dos pais, na faixa de 14 a 25 anos, independente de cor, credo político, religião ou condição sócio-econômica e que demonstrarem interesse em participar do Clube 4-S (Pereira, 1980).

⁴⁸ Os chamados "Clubes 4-S" (saber, sentir, servir, saúde), uma das mais tradicionais atividades educativas da extensão rural, constituíram outra experiência americana transplantada para toda América Latina, incluindo o Brasil. Nos moldes do "Clube 4-H" (Head, Heart, Hand and Health) americano, surgiu na região de Rio Pomba - MG, o 1º Clube 4-S brasileiro, em 15/07/1952. Sua extinção aconteceu ao longo da década de oitenta por progressiva desmobilização.

Entre as justificativas apresentadas pela EMATER-MG para o trabalho com a juventude rural, ressaltam-se as seguintes:

- Existência de grande número de jovens rurais na faixa etária de 14 a 25 anos, cerca de 20% da população rural mineira, considerando ainda, que 30% da população rural ativa na agricultura é constituída de jovens nessa faixa de idade;
- A importância da juventude rural, tanto em número como também pelo papel que pode desempenhar no processo de desenvolvimento sócio-econômico;
- O período de vida útil do jovem, uma vez que ele tem maior permanência no processo produtivo, quando comparado com o adulto;
- A influência do meio que restringe a oportunidade do desenvolvimento do jovem rural, considerando principalmente o contato permanente com a família e o restrito grupo de vizinhança, recebendo deles uma herança cultural quase sempre composta de conhecimentos limitados e técnicas rudimentares de trabalho;
- O êxodo rural-urbano que se eleva e se verifica mais fortemente nas camadas mais jovens da população, levando centenas de jovens rurais a engrossar as populações marginalizadas nas periferias das grandes cidades, contribuindo para a elevação dos problemas sociais como a violência, o vício, a prostituição e muitos outros. (Pereira, op. cit).

Algumas atividades são consideradas básicas no trabalho com Clubes 4-S e devem fazer parte de sua programação:

- Projeto individual: atividade desenvolvida individualmente pelos sócios, dentro de um assunto específico ligado à agropecuária ou economia doméstica. Espera-se que tal atividade desenvolva e aprimore no jovem aspectos de sua personalidade em formação, tais como, o espírito de iniciativa, a imaginação, o senso de responsabilidade e de administração, a vontade e a atenção. Visa, como consequência, a manutenção do interesse do jovem em torno da vida do clube e uma influência positiva sobre a comunidade.
- Projeto coletivo: atividade desenvolvida por grupos de jovens ou por todo o clube. É subdividido em projeto coletivo Técnico e em projeto coletivo Comunitário: técnico é ligado estreitamente à agricultura ou a atividades domésticas e o coletivo comunitário é relacionado com problemas sócio-econômicos da comunidade. Espera-se que, através de tal atividades, ocorra o desenvolvimento do espírito cooperativo, a aquisição de conhecimentos técnicos, o desenvolvimento do espírito comunitário e a aquisição de fundos para o clube.
- Atividades "extra-projetos": são as reuniões, os encontros, as campanhas, as convenções, etc. Espera-se que, através da realização dessas atividades e da participação nelas, ocorram vantagens para o jovem e para a própria comunidade, uma vez que constituem meio de maior aproximação entre os sócios e destes com os líderes e demais membros da comunidade; estimulam o espírito da cooperação e ensinam o jovem a viver em sociedade e fazem com que eles sintam e discutam os problemas do meio em que vivem, dando-lhes oportunidade de participarem nas suas soluções; além disso dinamizam o clube e a comunidade, facilitando a descoberta e o desenvolvimento da liderança.

Trata-se, pois, de um trabalho eminentemente educativo, que tem como objetivo mais amplo o de oferecer aos jovens rurais condições para que adquiram consciência de sua situação e do meio social a que pertencem, conheçam seus direitos e seus deveres e utilizem os recursos à sua disposição com o fim de integrar-se à comunidade e participar de seu desenvolvimento econômico e sócio-cultural.

A EMATER-MG na atuação com Clubes 4-S, assim se posicionava quanto aos objetivos do programa, segundo Pereira:

- a) Demonstrar para os jovens rurais a necessidade do uso de métodos científicos para resolver problemas relacionados com a produção agropecuária e a melhoria das condições de vida no meio rural;*
- b) Estimular a emergência e a ampliação da liderança entre os jovens, com o apoio e incentivo às mudanças tecnológicas e sociais no meio rural;*
- c) Orientar os jovens rurais na preservação e exploração racional dos recursos naturais renováveis, estimulando o gosto pela vida rural;*
- d) Dar aos jovens rurais oportunidades para o bom uso das horas de lazer, através de atividades sócio-recreativas bem orientadas;*
- e) Desenvolver nos jovens habilitados, atitudes e conhecimentos que possibilitem um melhor desempenho de suas tarefas na agricultura e na melhoria das condições de vida;*
- f) Dar aos jovens oportunidades de formação moral e cívica para o pleno exercício da cidadania, através de sua participação na vida do clube;*
- g) Envolver os jovens na vida comunitária, estimulando-os e orientando-os para participarem ativamente na solução de seus problemas;*
- h) Orientar os jovens rurais para se organizarem em cooperativas ou outras formas de associativismo".*

Verifica-se assim, que a atuação com Clubes 4-S visava não simplesmente ao adestramento do jovem nas tarefas exigidas no processo produtivo, mas, cuida de motivá-lo para as atividades rurais de uma forma mais abrangente.

Programa "Gilberto Melo"

A Universidade Federal de Viçosa, por intermédio do Conselho de Extensão, criou, em 1980, o Programa "*Gilberto Melo*", em convênio com a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e o Banco Central do Brasil. Trata-se do Programa de Treinamento Prático de Estudantes, mediante Assistência Técnica e Social a Pequenos e Miniprodutores Rurais e Comunidades Carentes. O Programa foi denominado "Gilberto Melo" como uma homenagem da UFV ao seu ex-professor, quarto diretor-geral de Extensão da Universidade, ex-diretor da ACAR-MG e grande incentivador da extensão rural no Estado. Seu pai, o professor Diogo Alves de Melo, foi um dos primeiros professores da UFV e da "Semana do Fazendeiro".

A Universidade Federal de Viçosa considera as ações de extensão universitária o instrumento pelo qual poderá fazer-se presente, de maneira construtiva e dinamizadora, na sócio-economia da região em que imediatamente se insere, além de, em interação com o meio, realimentar seus programas de ensino, pesquisa e executar o treinamento prático de seus estudantes, nas condições reais de exercício de suas futuras profissões.

Os municípios beneficiados pelo Programa "Gilberto Melo" ainda na década de 80, eram: Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Guaraciaba, Jequeri, Paula Cândido, Pedra do Anta, Ponte Nova, Porto Firme, Santa Cruz do Escalvado, São Miguel do Anta, Teixeira e Viçosa, todos da Zona da Mata de Minas Gerais. (Catálogo de Graduação 88/89).

Até então, as escolas de agronomia capacitavam jovens agrônomos para imediata absorção pelo sistema de extensão, enquanto que algumas, caso de Viçosa,

ofereciam, além disso, aos interessados a oportunidade de reciclagem, em cursos de "pré-serviço" com duração aproximada de 60 a 90 dias, tendo por base o modelo extensionista.

"Nessa época ninguém se preocupava com emprego...era imediato. Mal se concluía o curso, já se tinha a vaga de extensionista na ACAR.... ou então de auxiliar de ensino na Universidade"
(Wagner Fernandes, diretor do CEE)

O que não se pode negar é que a Escola de Viçosa tenha fornecido às elites políticas, tanto na esfera federal quanto estadual, técnicos e dirigentes, em quantidades, para os mais diferentes postos político-administrativo.

A Estrutura Curricular

Meu interesse pela particularidade do ensino de agronomia, inicialmente da Escola de Viçosa, em seguida de outras tantas Escolas que colaboraram com a pesquisa, é a hipótese de que esse ensino não se restringe aos programas convencionais: há muito da interação social provocada pelo intenso convívio entre alunos e professores no processo de formação do agrônomo. A particularidade da Escola de Viçosa é exemplar, nesse sentido.

Uma vida acadêmica marcada pelas relações de parentesco e afinidades intelectuais associada às condições político-culturais mineiras têm sido, em grande parte, responsáveis pela profissionalização técnico-política dos agrônomos ali formados. Na verdade, a condição de *"discípulos dos primeiros mestres, de egressos dos cursos da escola onde hoje se encontram como docentes e a recorrência insistente ao mitos de origem"* da Instituição (Dr. Rolfs e Dr. Arthur Bernardes e Bello Lisboa), além dos inúmeros casamentos e dos não menos numerosos filhos/colegas – características marcantes do corpo docente atual – são perfeitamente de acordo com a configuração dos quadros

administrativos do Ministério da Agricultura e de empresas públicas, em que foi marcante a atuação nos últimos trinta anos, de agrônomos formados pela Universidade Federal de Viçosa.

A tendência da formação em extrapolar o curso de bacharelado, atingindo a pós-graduação, revela o quanto a vida acadêmica comportou uma formação profissional caracterizada pela especialização.

De acordo com depoimentos obtidos sobre a vida acadêmica na UFV, durante todo o período de sua existência, quer como ESAV, ESA/UREMG ou UFV, várias mudanças foram feitas na estrutura didática do curso de agronomia, provocando conseqüências peculiares para as relações sociais e para o seu funcionamento.

O curso foi criado com um programa integrado pelas "matérias": agronomia (agricultura geral e especial); agrologia (geologia, mineralogia, solo); botânica, zoologia (com parasitologia e entomologia e genética (animal e vegetal); microbiologia e phytopathologia; zootecnia (geral e especial, compreendendo também anatomia, fisiologia e exterior dos animais domésticos); química (geral, mineral, orgânica, analítica e agrícola); física, meteorologia e climatologia; tecnologia das indústrias rurais; engenharia rural, compreendendo topografia, estradas de rodagem, mecânica, máquinas, motores, hidráulica agrícola, irrigação e drenagem, construções rurais e desenho; silvicultura: horticultura; pomicultura; higiene; noções de veterinária; economia rural (legislação, direito e administração), matemática; contabilidade e estatística agrícolas (ESAV. Estatutos, 1929).

Influenciada pela experiência americana, essa estrutura curricular comprova o modo ambíguo pelo qual se acreditava superar, àquela época, a realidade rural do Estado – considerado tradicional e, portanto, atrasado – formando grupo

privilegiado capaz de "gerar o aumento da riqueza das fazendas pela aplicação dos métodos mecânicos modernos, pelo aperfeiçoamento das culturas existentes e pela introdução de novas espécies de plantas e animais"(ESAV. Estatutos 1929). Porém, do mesmo modo que procurava conferir grande reconhecimento ao papel das ciências físicas e biológicas na geração do saber da agricultura, o currículo não contemplava qualquer disciplina capaz de ponderar as relações entre a Escola e a sociedade, ou de considerar a especificidade das áreas rurais mineiras.

A primeira mudança significativa introduzida na estrutura curricular, nesse sentido, foi a transformação da disciplina "legislação rural" em "sociologia rural"⁴⁹ que se deu em 1938, pouco antes da criação do Departamento de Educação Rural. O professor Edgar Vasconcelos, primeiro docente responsável por esta disciplina, relata:

"Em 1937, tão logo terminei meu curso de Direito, na Universidade do Rio de Janeiro, prestei concurso na ESAV, para a cadeira de Legislação Rural. Naquele ano, encontrava-se na Escola o Professor John Benjamin Griffing, norte-americano, que havia sido convidado para vir ao Brasil, por Oswaldo Aranha. O prof. Griffing era um técnico altamente especializado. Havia dirigido uma escola de agronomia em Pequim, com grande sucesso. Era verdadeiramente um poliglota... mas não falava ainda o Português. Por isso, fui designado a prestar serviços em seu gabinete, auxiliando-o nas dificuldades com o idioma. Algumas vezes, o Prof. Griffing assistiu às minhas aulas e me propôs a ampliação do curso, introduzindo a Sociologia. Ora, eu conhecia apenas a Sociologia Jurídica e tinha alguma dificuldade em assumir um curso de Sociologia Rural mas aceitei o desafio. Durante um semestre, o Prof. Griffing deu as aulas, em inglês, enquanto eu traduzia para os alunos. No semestre seguinte, eu passei a dar as aulas. Ele me emprestou vários livros de sociologia americana, que eu estudava avidamente... Estudava 6 a 7 horas por dia para dar uma aula de cinqüenta minutos. Prof. Griffing assistia às aulas e, às vezes, me interrompia, pedindo que eu detalhasse mais tal assunto. Tive um grande esforço de fazer um curso de

⁴⁹ Eryl Euzébio dos Anjos, estudando a influência dos Estados Unidos na Sociologia Rural no Brasil afirma que: "Rural Sociology as a sub-discipline of sociology was transplanted to Brazil during the years that followed the Great Depression and World War II. Sociologists from the United States, and particularly those trained between the two world wars, had a noteworthy and lasting influence on the development of rural sociology in Brazil. More than half a century has passed since a North American brand of sociology established its hegemony to conduct research and to interpret Brazilian society. Among all social sciences in Brazil, rural sociology was the one that profited the most from the presence of North American rural sociologists in Brazil. In fact, rural sociologists were the pioneers among U.S. scholars with an interest in Latin America". (Anjos, 1984:16).

sociologia brasileira, mas era muito difícil...as estatísticas nossas eram extremamente pobres, mas eu insisti. Dei esse curso durante cinco anos. A partir daí, estruturei um curso de sociologia rural brasileira, o primeiro no Brasil (...). Isto se deve à influência dos técnicos americanos. Eles verificaram que, para que o nosso profissional pudesse sair com os instrumentos necessários a acelerar o processo de desenvolvimento brasileiro, era mister que eles recebessem um ensino mais amplo e mais profundo (...)"

Uma reformulação curricular mais radical, nesse sentido, deu-se apenas em 1964, quando o curso de agronomia voltou-se mais para a especialização. Nesta época já existia o Instituto de Economia Rural e, por força da atuação da ACAR-MG e da necessidade de preparação de pessoal para o trabalho de extensão rural, como já se disse, a UREMG estava engajada em um programa de cursos rápidos de divulgação do modelo extensionista. Porém, apenas em 1964 a estrutura curricular incorporou novas disciplinas como Administração Rural e Extensão Rural no terceiro ano do curso, enquanto que, no 4º ano, a diversificação em Economia Rural incluía as disciplinas: Comercialização e preços, Crédito Rural e Cooperativas, Noções de Pesquisas em Ciências Sociais, Comunicação, Liderança e Desenvolvimento de Comunidade, Política Agrícola e Desenvolvimento Econômico. Como se vê, a Escola adaptou-se aos "novos tempos", abrindo seu currículo para a política desenvolvimentista preconizada pela AIA.

É preciso notar que, em 1964, Minas era governada por José Magalhães Pinto e seu Secretário de Agricultura era também reitor da Universidade Rural de Minas Gerais: Prof. Édson Potch Magalhães, catedrático da economia rural, e, segundo ele, "*o segundo brasileiro a obter um mestrado em Economia Rural na Universidade da Flórida, nos Estados Unidos*". Foi por seu intermédio que se iniciou a pós-graduação na Escola, também na área de Economia Rural, em 1963.

Em 1969, a UREMG foi federalizada, surgindo então a Universidade Federal de Viçosa, já nos moldes da reforma universitária de 1968. Essa mudança não provocou grandes alterações na estrutura do curso de agronomia, que permaneceu com áreas de concentração, dentre as quais a de Economia Rural. É preciso registrar, porém,

que, à época, o projeto extensionista estava no seu auge e sua repercussão no currículo da escola se deu com a transformação da disciplina Extensão Rural em obrigatória para todos os alunos das demais áreas de concentração, ao contrário de Sociologia Rural, agora restrita aos alunos que optassem pela Economia Rural. Além disso, ao lado da inclusão dos "Estudos de Problemas Brasileiros", preconizados pela Reforma de 68, uma nova disciplina obrigatória foi criada no curso de Agronomia: Problemas Agronômicos Brasileiros, que permaneceu no currículo até 1974. A UFV, neste período, já oferecia Doutorado e Mestrado em Economia Rural e Mestrado em Extensão Rural.

A partir de 1976, novas mudanças foram verificadas no currículo do curso de agronomia: foram extintas as áreas de concentração e o currículo único contemplava como obrigatórias, dentre outras de caráter mais específico, as disciplinas Extensão Rural, Administração Rural e Teoria Econômica. Outras seis disciplinas optativas foram criadas: Planejamento e Desenvolvimento Agrícola, Sociologia do Desenvolvimento Rural, Comercialização Agrícola, Análise de Preços, Macroeconomia e Política Pública e, ainda, Crédito Rural.

A partir de 1980, desaparecem as disciplinas: Teoria Econômica (até então obrigatória) e Macroeconomia e Política Pública (do rol das optativas), para, em 1982, ressurgir, como obrigatória a Economia Rural.

Finalmente, a estrutura curricular de 1989 contempla, como disciplinas obrigatórias⁵⁰ a Economia Rural, Antropologia e Sociologia Rural, Administração e Desenvolvimento Rural, e Extensão Rural, desaparecendo as demais disciplinas optativas.

Esta exposição sobre o currículo do curso de Agronomia da UFV demonstra que o discurso habitual de determinado grupo acadêmico toma forma e é alimentado dentro de um círculo de relações claramente definido a que Bourdieu denomina campo intelectual. Neste sentido,

"o universo 'puro' da mais 'pura' ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas". (Bourdieu, 1983:122).

Ora, desde os primeiros anos de sua criação, a Escola de Agricultura de Viçosa enveredou-se pela tradição difusionista-inovadora americana. Essa tradição é

⁵⁰ São as ementas dessas disciplinas :

Economia Rural 3 (3-0) I e II. Economia com ciência social. Teoria de preços. Teoria da firma, Mercado, comercialização e abastecimento agrícola. Preços agrícolas. Agricultura e desenvolvimento econômico no Brasil.

Antropologia e Sociologia Rural 3 (3-0) I e II

Conceitos básicos de sociologia e antropologia. Perspectivas teóricas e metodológicas. Aspectos sócio-históricos e antropológicos de desenvolvimento agrícola brasileiro. Relações de produção e força de trabalho no campo. Organização social e imaginário social no meio rural. O Estado e a questão fundiária.

Administração e Desenvolvimento Rural 4 (3-2) I e II

Histórico e conceituação da administração rural, contabilidade da empresa rural. Análise econômica da empresa rural. Planejamento da empresa rural. Programação linear como instrumento de seleção e combinação de atividade agropecuária. Crédito rural. Administração rural. Política de garantia dos preços mínimos. Seguro rural. Cooperativismo e Reforma Agrária.

Extensão Rural 3 (2-2) I e II

Fundamentos de extensão rural e desenvolvimento. Processo de ação social. Processos de comunicação e de difusão de inovação. Metodologia e programação em extensão rural.

sustentada pelos pressupostos teóricos de Everett M. Rogers⁵¹, que, por sua vez, baseia-se na crença da

"impossibilidade de que culturas (no sentido antropológico) até então consideradas 'atrasadas' pudessem atingir estágios avançados de desenvolvimento a partir, exclusivamente, de um movimento interno".

Apóia-se também na convicção, advinda do pensamento de Theodore W. Schultz, de que

"o homem que trabalha a terra, à maneira de seus antepassados, não pode produzir muitos alimentos, apesar da riqueza da terra. Se ele tiver acesso ao que a ciência sabe sobre plantas, animais, solos e máquinas, não precisará trabalhar muito para obter grande produção".

Essas idéias, enriquecidas com a teoria parsoniana de sistema social⁵² encontrou solo fértil entre os mineiros, cujas idéias, à época, eram dominadas pelo cientificismo, pelo positivismo, quando não pelo catolicismo. Não é sem razão que o respeito à autoridade, a crença de que através das elites se educa o povo e a ordem como valor supremo tivessem tanta força no pensamento das elites e dos docentes de então.

⁵¹ Segundo informa Fonseca (1985) Everett M. Rogers lecionou "difusão na Universidade do Estado de Michigan. Sob o patrocínio da UNESCO, Fundação Ford e AID, pesquisou sobre o assunto na Colômbia, onde, em 1962, lecionou difusão - Faculdade de Sociologia de la Universidad Nacional de Colômbia - Fez pesquisas também na Índia, Tailândia, Nigéria e Brasil.

⁵² O texto abaixo é revelador dessas influências: *"Um sistema social é uma coletividade de unidades com diferenças funcionais, todas dedicadas a resolver conjuntamente e destinadas a uma meta comum. É importante recordar que a difusão se produz dentro de um sistema social, porque sua estrutura pode exercer grande influência sobre a extensão das idéias novas. A estrutura social consta das posições dos membros de um sistema social e da organização que as abriga, como é o caso das estruturas hierárquicas. A estrutura social do Sistema atua para impedir ou facilitar a taxa de difusão ou adoção de idéias novas; tais são os efeitos do sistema". (Rogers: 1974:40).*

Essa vocação difusionista-inovadora prevaleceu, pelo menos até meados dos anos oitenta, mesmo que conflitante com o forte sentimento de respeito à tradição, muito marcante na "*consciência conservadora*" mineira, para usar a expressão de Mercadante (1972).

Atenho-me aqui às disciplinas de natureza social, com destaque para a extensão rural, por dois motivos: as demais disciplinas do currículo, provindas das ciências físicas, biológicas e matemáticas pouquíssimas alterações sofreram em toda a história da ESAV, pelo menos na opinião de quem é estranho ao assunto. Por outro lado, as disciplinas de cunho social revelam o que se entende, mais grosseiramente, por relações entre a escola e a sociedade. É por meio dessas, de sua presença – ou ausência – e de como estas integram o currículo, que se pode deduzir qual a importância dada pelo corpo docente ao conhecimento que as mesmas encerram, revelando que conceitos de homem, natureza e desenvolvimento dão sustentação às suas aulas.

Estreitamente vinculado ao universo político e às medidas públicas decorrentes, o conteúdo programático dessas disciplinas expressam tanto os fundamentos da tradição difusionista-inovadora quanto as linhas teóricas e ideológicas sucessivas adotadas na busca da conciliação de tendências antagônicas ao liberalismo político e econômico que a sustenta. Não sem razão, o "*messianismo pedagógico*" – segundo o qual a educação é capaz de transformar a sociedade – encontrou na sólida formação dos agrônomos seu campo mais fértil. Se a sala de aula e os trabalhos experimentais tanto fizeram no sentido de inculcar essa visão do processo educativo que é a base da extensão rural, a educação não formal dos princípios da ordem, da moral, dos valores políticos, proporcionada pela convivência acadêmica, encarregou-se de formar o agrônomo, embalado por seu "Hymno Rural – Bem alto os nossos brados!..."⁵³

⁵³ Eis a íntegra do poema do Professor Carvalho Barbosa que, com a melodia do Mestre J. Salgado Amorim, compõe o "*Hymno Rural Bem alto os nossos brados!...*":
"Vanguardeiros da paz!... Bem alto os nossos brados!..."

Um pouco da institucionalização do ensino agrícola no Brasil

Até então, as referências desse estudo concentram-se na história da Universidade Federal de Viçosa, pelas condições e força paradigmática que assumiu no contexto universitário brasileiro, sobretudo na área da pesquisa agrícola e da extensão rural. Cabe agora verificar, ainda que sumariamente, a origem do ensino superior agrícola no país, para se construir o pano de fundo do processo de constituição do campo

*Rumo ao campo feráz da terra hospitaleira!...
Vamos, todos, avante, indomitos soldados,
Acordar as rechans da pátria brasileira...
Penetrar os sertões, sulcar os descampados,
Pela glória rural, fecunda e alviçareira,
Da marcha triumphal de todos os arados!...
Mocidade aguerrida
Da nobre ESAV, exemplar,
Eia, avante, vamos todos
Conquistar
A riqueza indefinida
E a punjança varonil,
Da nossa terra querida,
Do nosso immenso Brasil!... (Bis)
Bandeirantes do bem!... Atletas denodados
Do trabalho rural!... Firmemos na história
Todo o nosso valor de intrepidados soldados!...
Avante, sempre avante, á conquista da gloria
Febri! que nos seduz!... Bem alto os nossos brados!...
Despertemos a terra através da victoria
Da marcha triumphal de todos os arados!...
Mocidade aguerrida
(...)"*

Cit. in Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Escola Superior de Agricultura: origem, desenvolvimento, atualidade. Viçosa: Imprensa Universitária, 1968.

intelectual relativo à extensão rural, na sua vertente mais formal – quando e onde foram formados os atores sociais, protagonistas dessa história.

É a partir de 1960 que acontece a maior expansão das instituições de ensino superior agrícola, década em que se estruturam também os primeiros cursos de mestrado e doutorado no campo das ciências agrárias. (MEC, 1981 e 1986). Além disso, é nos anos 60 que novas graduações neste campo passam a dividir com a agronomia e a veterinária a formação básica nas ciências agrárias: engenharia florestal, zootecnia e engenharia agrícola.

Mas a preocupação com o ensino agrícola no país data de 1812. Guy Capdeville (1991) observa que, nesse ano, D. João, Príncipe Regente, criou um curso de agricultura na Bahia para disseminar

*"...bons princípios da agricultura, que sendo uma das artes que exigem maior número de conhecimentos diversos, não tem sido até agora ensinada pública e geralmente, mas antes aprendida por simples rotina, do que provém o seu tão vagaroso progresso e melhoramento".
(Carta Régia de 25 de junho de 1812 citado por Capdeville, 1991:40)*

Já existiam à época hortos reais, criados a partir de 1796, no Rio de Janeiro, na Bahia, em São Paulo, em Pernambuco e em Minas Gerais, também com o propósito de promover a pesquisa, o ensino e a divulgação do conhecimento produzido.

Sob o ponto de vista da formação profissional, data de 1814 a criação, no Horto Real do Rio de Janeiro, de cursos de botânica e agricultura.

Em 1825, outro ato administrativo importante se registra: a criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por meio da Decisão Imperial n° 250, de 31

de outubro de 1825. Esta Sociedade, organizada em 1820 e inaugurada em 1827, (Lobo 1980) é responsável pela Revista "*O Auxiliador da Indústria Nacional*", de importância considerável para o setor agrícola, instituindo interessante processo de comunicação e capacitação à distância em conhecimentos básicos de áreas industriais e correlatas, como se viu anteriormente.

Por agora, é oportuno contextualizar, de acordo com Capdeville (1991), o processo de institucionalização de ensino agrícola superior no país.

A primeira iniciativa deveu-se ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, que, ao ser criado, em 1859, criou também uma Escola de Agricultura, na Bahia. A esse Instituto, seguiram-se outros, com os mesmos propósitos do primeiro, dentre os quais a criação de escolas agrícolas: Instituto Pernambucano de Agricultura, também em 1859; Instituto de Agricultura Sergipano e o Instituto Fluminense de Agricultura, ambos em 1860; e o Instituto Rio Grandense de Agricultura, em 1861⁵⁴.

Capdeville argumenta que não apenas a criação de escolas agrícolas era assunto das diretorias dos mencionados institutos, mas a criação de um banco de crédito e a redução dos impostos sobre a agricultura, fruto da pressão dos maiores plantadores de cana de açúcar.

É o momento de grave crise do açúcar, associada à supressão do tráfico negreiro e à expansão do café no Sul, provocando a alta dos preços dos alimentos e a concorrência dos cafeicultores no mercado de escravos. Para enfrentar quadro de

⁵⁴ Os atos administrativos que instituíram os referidos institutos foram, respectivamente, a partir do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: Decreto n° 2500 A, de 1° de novembro de 1859; Decreto n° 2516, de 22 de dezembro de 1859; Decreto n° 2521, de 20 de janeiro de 1860; Decreto n°2607, de 30 de junho de 1860; Decreto 2816, de 14 de agosto de 1861 (Torres Filho, 1826).

semelhantes dificuldades, é criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (28/07/1860),⁵⁵ além de serem intensificadas as propagandas de novas máquinas e tecnologias⁵⁶ e a proposição de escolas agrícolas dentro dos engenhos. Assim, ter-se-ia garantido o acesso de alunos pobres, provindos de estabelecimentos como a Santa Casa de Misericórdia e o Colégio São Joaquim. Deste modo, a Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages, foi inaugurada em 15 de fevereiro de 1877, com a instalação do curso elementar destinado a 20 alunos. De curta existência, tanto quanto o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, a escola foi extinta em 1902.⁵⁷

Voltada para o ensino superior, porém, a Escola foi reaberta em 1920, sendo responsável pela formação de 51 agrônomos. A Escola foi transferida, em 1930, para a Hospedaria dos Imigrantes de Mont Serrat, em Salvador e, em 1943, para Cruz das Almas. Em Cruz das Almas, a Escola denominava-se *Escola de Agricultura e Medicina Veterinária*. Mas seu curso de veterinária jamais funcionou. Em 1946, recebeu o nome

⁵⁵ Origem do Ministério da Agricultura. Foi extinta em 30 de outubro de 1891, por um ato da recém proclamada República - Lei nº23. Decorrente dessa reforma administrativa republicana, suas atribuições, em 22 de novembro de 1892, passaram à Secretaria dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. Somente em 1906, por meio do Decreto nº 1606 de 29 de dezembro de 1906, foi criado o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Sua instalação deu-se em 1909. Em 03 de dezembro de 1930, passou a se chamado Ministério da Agricultura.

Já em 1868, o ensino agrícola é mencionado como da competência da então Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Esta situação permaneceu até 1967, quando o ensino agrícola e veterinário desvinculou-se do Ministério da Agricultura para vir a ser da competência do Ministério da Educação e Cultura (Decreto nº 60 731 de 19 de maio de 1967).

⁵⁶ Um importante e curioso meio de propagar novas máquinas e tecnologias, face ao seu poderoso poder de penetração, é a publicação dos almanaques. Esses são amplamente utilizados para fazer chegar as novidades do mundo a todos os cantos do país, com seções de curiosidades, conselhos e padrões de conduta, divulgação de remédios, além de, em alguns casos, de orientação à agricultura e à pecuária. Estes almanaques serviram também para veicular valores relativos ao país como nação e à sua modernidade, com concepções claras de homem, natureza e desenvolvimento, aspectos mencionados no capítulo 2 deste estudo.

⁵⁷ Há uma divergência de datas quanto ao fechamento da Escola. No entanto, a última sessão ordinária do Instituto data de 21 de fevereiro de 1902. De 1904 a 1911, o Instituto e a Escola passaram a constituir o *Instituto Agrícola*. Porém, a escola não funcionou nesse período.

de *Escola Agrônômica da Bahia*, tendo sido, em 1967, vinculada à Universidade Federal da Bahia.

A história institucional da Escola de Agronomia da UFBA, reconhecidamente a mais antiga do país, é básica para o entendimento do que foi o ensino agrícola brasileiro nas décadas finais do século passado e nas primeiras décadas deste. Por ela, pode-se perceber que não se pretendia, de fato, investir na chamada profissionalização da agricultura para desencadear seu desenvolvimento. Ao contrário, o que se registra é apenas a adoção de medidas legais esparsas que apenas muito raramente vieram a ser implementadas.

Vejamos mais detidamente em que consiste o paradigma da extensão rural já mencionado.

Capítulo 4

"O LAVRADOR TEM MAIS HABILIDADE PARA ASSIMILAR CONHECIMENTOS PELOS OLHOS DO QUE PELOS OUVIDOS":

O PARADIGMA DA EXTENSÃO RURAL.

Como manifestação intencional e direta da produção científica de diferentes áreas do conhecimento, a extensão rural é uma prática social de caráter educativo de grande complexidade, muito embora seja habitualmente referida como a singela forma de divulgação do conhecimento sistematizado. Sua história confirma sua importância e fala de sua grande plasticidade: nascida do desejo coletivo de progresso do país, foi a estratégia mais forte de difusão dos anseios de modernidade que prevaleceu durante muitas décadas. À sua tímida instalação, em 1948, sucedeu uma avassaladora penetração em todo o meio rural brasileiro e a impressionante institucionalização em numerosas empresas estaduais e em uma empresa nacional, a EMBRATER. Com grande versatilidade, foi assumindo formas, ampliando espaços e clientelas, durante os últimos cinquenta anos, servindo àqueles, formados no mesmo campo, que se identificam como os agentes de mudança. Como campo intelectual nascente, estruturou-se pela absorção e sistematização de métodos e teorias das diferentes disciplinas que integram as ciências humanas e pelo respaldo de conceituados centros de produção do conhecimento do país e do exterior. Foi e tem sido alvo de investigação científica com muito extensa produção: para se ter uma idéia, somente na Universidade Federal de Viçosa, no curso de mestrado em extensão rural, foram produzidas 258 dissertações, ao longo de 30 anos – 1969 a 1999.

É muito intrigante e rico o estudo de suas variações ao longo da sua história: confirmando o que diz Mauss, uma mesma instituição pode desempenhar funções diferentes e manter intata sua natureza. (1979:102). Interessa aqui salientar os aspectos que lhe são inerentes, que fazem da extensão rural a prática por excelência no âmbito da agronomia.

Mas, o que faz da extensão rural um ponto central nos estudos da agronomia? Sem dúvida, ela é ao mesmo tempo parte do processo de divulgação científica e parte do campo de experimentação e replicação dos variados conhecimentos que sustentam o saber agrônomo. Ela se destina igualmente à comunidade acadêmico-científica e à comunidade dos produtores rurais. Tem por objeto a manipulação de grande número de variáveis com o sentido de produzir resultados: mudanças nas condições do solo, da água, da planta, de mecânica, de compreensão humana, para a produção de mudanças determinadas. É também um exercício de convicção do extensionista que se esbarra na incredulidade do produtor. Na prática da extensão rural, o extensionista analisa, planeja e age no sentido do convencimento do produtor. Este, muitas vezes, aposta na desconfiança. Ambos se asseguram de seus referenciais analíticos: por um lado, a certeza nos postulados das disciplinas científicas, por outro a força da observação dos fenômenos naturais e suas explicações marcadas pela tradição. E os referenciais de ambos incorporam um lugar bem marcado para suas representações sobre esse "outro": são diferentes modos de estar no mundo que aparentemente anulam suas diferenças, no sentido da cordialidade do contato, mas que essencialmente fazem do estranhamento e do contraste a confirmação de suas identidades. Assim, a extensão rural é um diálogo entre dois mundos, onde a palavra, mesmo sendo o principal instrumento da ação, cede lugar à "encenação", no sentido de colocar [o que é futuro] em cena. Ao mesmo tempo em que busca convencer o trabalhador da importância de mudar suas atitudes e seus hábitos, o extensionista busca demonstrar que pode "antecipar" os resultados esperados. Suas explicações ao produtor guardam a unidade de tempo, espaço e ação. As ações preditas se sucedem em ordem cronológica, com rigoroso controle do tempo e do espaço. Quer também ter o controle do movimento que não é seu, mas do outro. As escolhas do

outro são o seu maior desafio. Deste modo, precisa ser convincente ao agir. Ele mesmo é o melhor argumento para a mudança: muitas vezes saiu do mesmo meio rural, estudou, experimentou muitas coisas e se apresenta como o bem sucedido exemplo de escolhas acertadas.

Sendo essa a sua essência, a extensão rural torna fascinante o seu estudo. Enquanto uma prática social tão somente, ela pode ser vista em seus aspectos técnicos e compreendida na eficácia de seus métodos. Como realidade de sentido, ela engloba um conjunto de valores e convicções que corresponde a uma antecipação, uma utopia. Solidários à prática desenvolvida, esses valores e conceitos são mais que a razão da busca por determinados efeitos. São a expressão de desejos e falam dos movimentos de mudança que procuram construir.

Estando assim integrados ação e antecipação no seu exercício, a extensão rural é também central no estudo das disciplinas agrárias porque revela o seu “estado da arte”. Com pretendo deixar claro neste estudo, desde a sua origem, a extensão rural se estrutura e se desenvolve influenciando diretamente as bases do conhecimento das chamadas ciências agrárias, tanto quanto se permite influenciar por estas. É um termômetro preciso para medir também o movimento do seu campo intelectual, no sentido da sua gênese, com a confluência e treinamento dos primeiros profissionais da agronomia; a consolidação, com a estruturação de disciplinas e cursos de pós-graduação que vão gerando seus próprios quadros de profissionais e institucionalização, quando o serviço ganha reconhecimento social, estrutura-se fora do ambiente acadêmico e se fortalece como estatal. Ela foi informativo-persuasivo-instrutiva, quando as ciências agrárias pretendiam o desenvolvimento econômico. Passou à condição assistencialista e compensatória, pretendendo ser dialógica, quando se antecipava o desenvolvimento econômico-social. Tornou-se mais discursiva e confusa, querendo ser participativa, quando se construía o desenvolvimento rural integrado. Deparou-se com seus limites quando o conhecimento das ciências agrárias permeou-se das ciências ambientais e se pretendeu o desenvolvimento sustentável. A trajetória da extensão rural é de certo modo

a trajetória da representação social de *desenvolvimento* no contexto do pensamento científico. Durante pelo menos três décadas, foi a utopia do desenvolvimento que ordenou sua prática, compreendendo o ambiente como acesso inesgotável dos recursos necessários ao processo produtivo. No momento em que o pensamento científico se abre para perceber o equívoco da negação da representação social de *ambiente* na utopia desenvolvimentista, tem-se a constatação de que negou-se também a realidade da representação de *homem*, compreendendo o produtor rural, o outro relacional na proposta extensionista. Assim a extensão se aproxima finalmente da pesquisa, desta feita com a condição de construção partilhada do conhecimento, permitindo a visibilidade necessária do produtor rural como co-produtor do conhecimento científico. É o momento de ruptura tanto do paradigma quanto do campo intelectual para permitir a interdisciplinaridade nas ciências e a reorganização, desta feita mais equilibrada, entre as representações de homem, ambiente e desenvolvimento.

Como se vê, a extensão rural caminhou do *desenvolvimento* a qualquer custo, para a sustentabilidade do meio ambiente. Partiu do entendimento de desenvolvimento como progresso, admitiu a supremacia do econômico na sua concepção; pretendeu suavizar a imposição do desenvolvimento econômico com a incorporação no discurso da dimensão social, perdeu-se na idéia de um desenvolvimento rural integrado; teve de reconhecer limites a esse desenvolvimento com o conceito da sustentabilidade. Tornou-se assim um pouco mais comprometida com a conservação do meio ambiente. E ao assumir a supremacia da representação social de *meio ambiente*, a extensão rural tende a “humanizar-se”.

Mas, o que pode significar a consideração destacada da representação de *homem* no paradigma da extensão rural? Significa, antes de tudo, a substituição da postura padrão de *dar a conhecer* por outra de *admitir o pensar*. Significa reconhecer a inutilidade de uma ação que pretende resultar na apropriação de um saber já estabelecido. Por outro lado, admitir o pensamento do outro pressupõe tomar esse outro como sujeito de seu próprio processo de aprender. E assim, reduzida na sua condição primordial de levar ao produtor

o conhecimento tecnológico capaz de lhe permitir o domínio sobre a natureza, a extensão rural anuncia e experimenta a sua morte. Mas vejamos com mais detalhes esse processo de construção e morte do paradigma da extensão rural.

Uma questão inicial precisa ser resolvida: como articular a história e a etnografia de determinado grupo com a história de suas teorias? Em se tratando de um grupo vinculado a determinada área do conhecimento – a agronomia – recorro ao conceito de paradigma de Thomas Kuhn.

Em sua concepção de história da ciência, Kuhn assevera que a análise do desenvolvimento do conhecimento deve levar em conta o modo como a ciência é praticada, isto é, o exame de determinações externas, além da análise da sua dinâmica interna. Isto porque a história das comunidades científicas confunde-se com a histórias das disciplinas científicas correspondentes. Tais comunidades encontram-se articuladas por meio dos chamados “paradigmas” e caracterizam-se pela rigorosa e sistemática formação que recebem. A esse respeito, esclarece:

“Os defensores de teorias diferentes são como membros de comunidades de cultura e linguagem diferentes. Reconhecer esse paralelismo sugere, em certo sentido, que ambos os grupos podem estar certos. Essa posição é relativista, quando aplicada à cultura e seu desenvolvimento. Mas quando aplicada à ciência ela pode não sê-lo e, de qualquer modo, está longe de um simples relativismo – num aspecto que meus críticos não foram capazes de perceber.” (Kuhn, 1962: 251-252).

Para ele, fatos sociológicos – como por exemplo, a situação dominante de uma autoridade intelectual, no uso político de determinada teoria – são de importância decisiva na escolha da teoria. Não há como atribuir meramente à lógica os indicadores determinantes dessa escolha. A ciência, assim, tal como é praticada, corresponde a um complexo de hábitos e atitudes partilhados por aqueles que a esta se dedicam.

Além disso, critérios lógicos são inexpressivos na determinação de resultados inesperados capazes de provocar mudança de paradigma. As teorias científicas

apenas lidam com dados, comprovando-os ou refutando-os. Deste modo, não existe falseamento que não seja uma refutação contundente, afirma Kuhn.

Em suas *“Reflexões sobre meus críticos”* (1979), Kuhn explicita o objetivo da história e da sociologia da ciência – compreensão da ciência, das razões de sua eficácia, do status cognitivo de suas teorias (:292). Em vista disso, interessa-lhe enfatizar aqueles aspectos do comportamento científico que se ajuste a uma teoria do conhecimento científico, sob o argumento de que os cientistas comportam-se de determinadas maneiras (teorias) cujas funções são essenciais.

No tocante à sua concepção de “verdade”, uma das razões pelas quais recebe a crítica de relativizar o conhecimento, Kuhn assim se manifesta:

“No atual contexto, seus empregos {da verdade} intrateóricos me parecem não-problemáticos. Os membros de determinada comunidade de uma teoria comum são capazes de suportar o teste da experiência e que, portanto, são verdadeiras, sobre as que são falsas segundo a atual aplicação da teoria e sobre as que ainda não foram testadas. Lidando com a comparação de teorias destinadas a abranger a mesma extensão de fenômenos naturais, sou mais cauteloso. Quando se trata de teorias históricas (...) posso dizer com Sir Karl que cada uma delas foi havida por verdadeira em sua época e depois posta de lado por falsa.” (1979:326-27).

E, mais adiante, criticando os filósofos da ciência que possuem uma concepção reificada da realidade, acrescenta:

“Eles desejam comparar teorias como representações da natureza, como enunciados sobre ‘o que há realmente lá fora’ (...) Acredito que nada disso exista” (:227).

Como se vê, Kuhn critica frontalmente a concepção de verdade dos filósofos da ciência, sobretudo quando estes pretendem que essa verdade seja “extra-linguística”, ou seja, que haveria uma linguagem neutra adequada à comparação de relatos de observação de teorias concorrentes. Na sua opinião tanto “verdade” quanto “prova” são termos de aplicação restrita e intrateórica. (:238).

Na transição de uma teoria para outra, as palavras alteram o significado ou condições de aplicabilidade, esclarece Kuhn, o que torna as teorias sucessivas incomensuráveis. Qualquer tentativa de tradução representa compromissos que alteram a comunicação (:330).

Justificando a dificuldade de tradução Kuhn assinala que “ as linguagens cortam o mundo de maneiras diferentes e não temos acesso a um meio sublinguístico neutro de relatar”.

Deste modo, as comunidades científicas seriam correspondentes a comunidades de linguagens, uma vez que grande parte do conhecimento acumulado pela ciência está contido no mecanismo que se usa para ligar termos à natureza (:333).

Ainda é necessário tornar mais preciso o conceito de paradigma, tal como aqui é usado: “paradigma” não é sinônimo de “teoria”; é algo que pode funcionar quando não existe a teoria; e ainda é uma imagem concreta usada analogicamente, porque precisa ser um modo de ver. (Masterman, 1979.)

A análise do paradigma da extensão rural que sustenta a prática extensionista no Brasil, hoje, implica perguntar-se: o que é pensar cientificamente a extensão rural?

Entre os pesquisadores, existe muito clara a preocupação com a formação de novos pesquisadores. Quando estes são também professores, esta preocupação comparece sob a forma de um argumento muito claro: é mais importante ensinar a pensar criativa e cientificamente a atividade de extensão rural, do que ensinar métodos e técnicas a serem reproduzidos descontextualizada e acriticamente. Mas o que é pensar cientificamente a atividade de extensão rural? Ao longo dessa prática e dessa reflexão no Brasil, as respostas a essa pergunta variam muito. Este estudo pretende contribuir para que se reflita um pouco mais sobre esta questão, tendo-se em conta representações

sociais que dão sustentação a essas variações: homem, natureza e desenvolvimento são as representações escolhidas para tanto.

Mas, algumas reflexões à luz das ciências sociais ainda merecem ser feitas. De imediato, dois problemas se instalam: o que é um estudo antropológico no contexto das chamadas sociedades complexas e que implicações são advindas de se tomar um campo específico das ciências como um objeto de estudo antropológico. De início, pretendo situar a questão de modo geral, para em seguida desdobrá-la. Começo pela questão imposta pelo fato de estar falando a partir de determinada tradição científica, não podendo prescindir, portanto, do diálogo e do confronto teórico com outras tradições do mesmo campo intelectual – a interdisciplinaridade do conhecimento nas Ciências Sociais.

A proposta é de alargamento do código de comunicação entre os informantes – conseguida por meio de uma certa “onipresença” de quem lê um texto – e entre estes e a pesquisadora, através da criação de uma fonte histórica específica, alimentada por múltiplas formas de registro da prática desenvolvida pelos atores sociais, inclusive pela história oral. A unidade dessa fonte histórica seria o conjunto de obras, entrevistas e depoimentos que compõem uma “história de vida intelectual”. A opção pela história de vida intelectual é justificável pelo fato de possibilitar a captação concomitante tanto das representações dos informantes – como realidade simbólica inteligível em si mesma – quanto de sua prática social, entendida como a realidade relacional que envolve diferentes grupos integrantes de um campo intelectual específico, suas regras, princípios e interesses.

Tendo como objetivo conhecer, através do discurso, as representações e a prática social dos informantes, o conteúdo da história de vida intelectual obtido nas entrevistas é a autobiografia, de modo que a sucessão temporal dos acontecimentos marcantes é seu fio condutor, permitindo ao informante manifestar seu modo específico de representação desses acontecimentos. Uma questão relevante é verificar, dentre as

diferentes práticas sociais abordadas, se existe alguma construção comum da memória social entre os informantes, independentemente de estes terem vivido um tempo histórico semelhante, no processo de sua formação acadêmica. Outra questão interessante e corolária da primeira seria a seguinte: partindo-se do pressuposto de que existe entre os informantes alguma forma de construção totalizante do que seja a prática da extensão rural na memória social, qual seria o seu sentido?

Tal como pretendo demonstrar neste estudo, as representações de homem, natureza e desenvolvimento são capazes de conformar as variações conceituais decorrentes de diferentes orientações teóricas ou ideológicas possíveis de serem verificadas na história da extensão rural no Brasil, consoante a trajetória intelectual daqueles responsáveis pela construção e divulgação desse discurso – tomados aqui genericamente como informantes da pesquisa, quaisquer que sejam as formas de contato mantido com a pesquisadora: registros acadêmicos, publicações, literatura especializada, entrevistas, depoimentos.

Sendo assim, o sentido dado neste estudo a “rede de relações” ou “networks” dos informantes prescinde de qualquer coetaneidade (Fabian), ou contemporaneidade. O que quero esclarecer é que, para efeito deste estudo, a ênfase recairá sobre uma das múltiplas identidades sociais de indivíduos em uma sociedade complexa – a de produtor/veiculador de determinado conhecimento. Além disso, entendo que, quando um intelectual busca um determinado conceito – para fazer sua construção teórica, difundir alguma já existente, ou mesmo criticar o que está estabelecido – está construindo um diálogo e uma relação social concreta com aquele – ou aqueles – que o estruturou – estruturaram – independentemente das dimensões temporais ou espaciais envolvidas. Assim, no complexo jogo relacional da construção de um texto, toda uma ancestralidade do autor comparece em sua obra, quer de modo explícito ou não. Do mesmo modo, muitos de seus contemporâneos, embora façam parte de suas relações sociais quotidianas podem não configurar de modo significativo em seu trabalho. Com esta explicação pretendo estar, de algum modo, qualificando as relações sociais que serão

privilegiadas neste estudo, condição básica para que possa deixar claro o conceito de “campo intelectual” (Bourdieu), como se verá em outro momento.

No manual “Extensão Rural: da pesquisa ao campo” (Bicca, 1992), lê-se o seguinte:

“Os agricultores de maior grau de instrução podem ser influenciados no sentido de usarem novas técnicas, através de divulgação pela imprensa, livros, revistas. Geralmente procuram os serviços técnicos, uma vez que possuem o alcance suficiente para compreender que, através de técnica podem aumentar os seus rendimentos. Quanto mais baixo for o nível de instrução do agricultor, tanto mais difícil a introdução de novos métodos e práticas nas explorações agrícolas. E, neste caso, a aceitação quanto ao uso de insumos modernos e de novas tecnologias ficará na exclusiva dependência do contato direto e da instrução proporcionada através dos agentes de extensão. Estes, além de ensinar outros métodos, deverão indicar onde obter os novos insumos ao seu fornecedor.(...)”

“Todos os centros de pesquisas agrícolas e os serviços de extensão estão preocupados com a importância das novas técnicas para o progresso da agricultura e a melhor articulação e ligação que deve haver entre esses serviços para intercâmbio mais eficiente de consultas e conhecimentos. Sem melhor relação não poderão fazer chegar a tecnologia aos estabelecimentos rurais e a pesquisa não poderá ser aplicada. Conjuntamente, pesquisa e extensão poderão exercer maior influência no meio rural.

(...)Assim sendo, e por isto mesmo, em todos os serviços de extensão estas normas são reguladas através de diretrizes e orientação aos técnicos de campo, onde se exige, nos processos de transferência de tecnologias, a participação das entidades e dos produtores, seja na forma de convites, de grupos formais ou informais de produtores ou mesmo individualmente. E assim deverá ser o procedimento do extensionista, desde o início quando a novidade tecnológica aparece como resultado do processo de investigação até sua adoção pelo produtor e difusão numa determinada zona, de forma que se evitem desvios ou deficiências a partir de certo ponto. (...)” (Bicca, 1992: 62/64).

O texto demonstra que existem várias regras para o trabalho do extensionista no campo. No vocabulário que utiliza, técnicas para o progresso da agricultura são sempre novas técnicas, geradas pela pesquisa que acontece longe da propriedade rural. Vocabulário, neste sentido, é tomado como um jogo lingüístico⁵⁸, segundo Wittgenstein (1984). Um jogo lingüístico cria ou atualiza sempre subjetividades

⁵⁸ Para Wittgenstein, não interessa o significado que as palavras possam ter, mas suas funções práticas, pois a linguagem funciona em seus usos. Cada uma das múltiplas e variadas funções práticas da linguagem é uma forma determinada de vida e o que se chama de linguagem é, na realidade, “jogos lingüísticos” como o de indagar, ler, resolver problemas, agradecer, etc. (Ver a respeito; Investigações Filosóficas de 19 a 23, 1984).

diversas. A partir da descrição da sua subjetividade, quem ouve ou lê interpreta e julga a subjetividade do outro como idêntica, semelhante ou estranha. Trata-se, em certo sentido, do estabelecimento de acordos intersubjetivos que se dão no interior das comunidades de comunicação e de argumentação, de acordo com Apel (1985) e RCO (2000).

Ora, é claro que não existe apenas o discurso trazido pelo texto quando se refere a técnica, ou difusão, ou influência no meio rural. São variados e diversos, dependendo dos sujeitos que os utilizam. No texto, as subjetividades são pressupostas e tipificadas. Não existe mais um “eu” determinado que profere a palavra, como também não é explícito um “tu”, como interlocutor direto. Há, entretanto, no texto, a clareza de que existe um interlocutor privilegiado a quem se dirige um discurso essencialmente normativo/instrutivo e, portanto, imperativo: um texto científico. Este tem a competência; determina processos de inclusão e de exclusão. O discurso do especialista em extensão rural é, assim, interposto entre o real e a experiência cotidiana das pessoas que o lêem.

Se são vários, os discursos são também parciais em dois sentidos: são específicos de determinados grupos e são datados, significando dizer que foram engendrados em algum momento histórico e estão sujeitos a sua transformação. Quero salientar com estas observações que todas as vezes que usamos a expressão extensão rural, estamos pensando, falando, referindo-nos e nos comportando moralmente sob a inspiração do hábito lingüístico que a gerou (Costa, op. cit). Tais palavras remetem quem as emprega ao imaginário da década de 40, no caso brasileiro, com suas representações específicas de homem natureza e de desenvolvimento. Isto significa que não é possível pretender fazer uma leitura do passado anterior ao seu advento, utilizando o conceito de extensão rural. Seria o mesmo que procurar nas sociedades sem escrita as práticas sociais de comunicação que forçosamente evoluiriam para a escrita, o que é um absurdo. Daí também decorre o desconforto percebido em alguns informantes quando usam a expressão extensão rural para corresponder a uma nova prática que nada mais guarda do conceito antigo. No caso específico de um saber estruturado dentro de determinado campo intelectual, esta subjetividade dá lugar à intersubjetividade.

Ou seja, trata-se de discursos partilhados por determinado grupo que se representa e se reconhece dentro desse universo de linguagem. Linguagem, neste sentido, não corresponde ao compromisso fixo de representar algo preexistente. *“A tarefa mais interessante da linguagem (...) não é a de representar mas de criar laços discursivos entre sujeitos e/ou entre eles e as coisas e estados de coisas ao redor, de modo a estruturar um universo de sentido minimamente compatível com a sobrevivência dos humanos.”*(Costa, 1992). É a manutenção da *força performativa* (Austin) da linguagem na construção da intersubjetividade.

O discurso que instaura a intersubjetividade da qual o agrônomo extensionista faz parte impõe regras, além de conceitos; a mais significativa é a que determina ao campo intelectual a imperiosidade de reconhecimento do “outro” - companheiro de formação - um igual, mesmo que este seja um opositor, um contestador do conhecimento vigente. Este último tem a virtude de experimentar ou de reinventar posições intelectuais que imprimem a dinâmica e dão vida ao campo, mantendo a mesma comunidade de comunicação e de argumentação.

Assim, as condutas morais e éticas dentro do campo intelectual são instituídas de modo que são dignos de admiração, respeito os que têm posições teórico-ideológicas semelhantes às nossas. São, por assim dizer, modelos a serem seguidos. De outra parte, aqueles distantes dos modelos são transgressores, até que cheguem a demonstrar que seus jogos lingüísticos concorrem para a manutenção do campo, podendo, se bem sucedidos, transformarem-se em novos modelos. Isto quer dizer que enunciar uma regra moral significa pronunciar-se do interior de determinado jogo lingüístico que indica preferências por determinados padrões de conduta e é impossível ultrapassar esses limites. Daí decorrem ainda implicações para o conceito de verdade.

Aqui, faz-se muito caro o conceito de “campo intelectual” desenvolvido por Bourdieu e, sobretudo, a sua análise da instituição acadêmica. Na sua “sociologia dos fatos simbólicos”, Bourdieu conceitua cultura como sendo o “conjunto comum de

esquemas fundamentais, previamente assinalados, e a partir dos quais se articula, segundo uma 'arte da invenção' análoga à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares diretamente aplicados a situações particulares" (1974:208).

A partir daí, Bourdieu desenvolveu uma teoria da prática, segundo a qual, o agente social apenas pode ser reconhecido se referido às relações objetivas que disciplinam a estruturação da sociedade. A prática social seria, então, o produto da relação dialética entre uma situação e um habitus (Bourdieu, 1983: 65), sendo este

"sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador das práticas e das representações que podem ser objetivamente 'regulares' sem ser o produto da obediência às regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-lo e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente". (1983: 61).

Um certo *habitus* de natureza secundária é o que o sistema de ensino produz nos indivíduos, isto é, um *ethos* e um *eidos* secundários que são, em última instância, o resultado da interiorização dos esquemas de pensamento, de ação e de percepção.

Bourdieu dá o nome de "*campo*" ao espaço em que as posições dos agentes encontram-se antecipadamente definidas. O campo é assim, o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão.

Assim sendo, *campo intelectual* é o cenário onde são travadas lutas pela legitimidade cultural, estando em questão os critérios que definem o exercício legítimo daquela prática específica. Além do mais, a raridade cultural das obras produzidas e a decorrente distinção social feita ao seu autor é medida a partir da raridade dos instrumentos disponíveis para o seu deciframento. Todavia é desigual a distribuição das

condições necessárias a esse deciframento, em virtude do acesso seletivo às instituições de ensino, cuja função é o inculcamento destas.

Partindo-se da premissa de que a escola cumpre uma “função de integração cultural” e lógica, tanto quanto uma função de integração moral, pode-se compreender que a escola dota os indivíduos de um conjunto de categorias de pensamento (Durkheim) que lhes possibilita a comunicação. A instituição de ensino é assim responsável por um processo de integração lógica dos indivíduos, processo este que tende ao complexo e ao exclusivo na mesma proporção do progresso dos conhecimentos adquiridos. Deste modo, o resultado mais peculiar do processo de escolarização não é outro senão indivíduos dotados de um “programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação”(: 206), que têm em comum determinado espírito literário ou científico e que, por isso mesmo, mantêm, entre si, relações imediatas de comunicação e de cumplicidade. Assim,

“o que os indivíduos devem à escola é sobretudo um repertório de lugares-comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comum, mas também terrenos de encontro e acordo, comuns de abordar tais problemas”(: 207).

É, por meio desses conjuntos de questões obrigatórias que caracterizam o campo cultural de uma época e um lugar, possível determinar áreas e gerações intelectuais e culturais. (: 207).

Mas, em que consiste uma proposta de etnografia da ciência ou uma etnografia de um determinado saber constituído no domínio das disciplinas científicas? Tendo como pretexto a proposição de que “todos somos nativos”, tal como foi formulada por Geertz (1983), pretendo analisar certas considerações feitas por Cardoso de Oliveira sobre a “vocalização meta-disciplinar da Etnografia da Ciência”(1997), mais diretamente daquelas que constituem a estrutura basilar da perspectiva de se tomar a ciência e os cientistas como objeto de estudo da Antropologia. Tal como entendo, o avanço do conhecimento se dá antes pelo confronto polêmico de perspectivas parciais do que pela

busca de grandes sínteses e é em razão deste argumento que buscarei desenvolver este trabalho.

No texto *"A vocação meta-disciplinar da Etnografia da Ciência"* (RCO, 1997), Cardoso de Oliveira afirma existir *"um certo parentesco"* (: 161) entre a História da Ciência e a Etnografia da Ciência. Procurando-se o que seria este *"ar de família"*, nota-se que o comum a ambas as possibilidades de produção do conhecimento é justamente o seu caráter meta-disciplinar. Recorrendo a Granger, Cardoso de Oliveira esclarece que *"uma meta-disciplina envolve conhecimento de secundariedade, a saber: (1) versa sobre sistemas de símbolos e não sobre objetos; e (2) focaliza teorias, não seus objetos. No primeiro caso, descreve regras, no segundo, deve legitimar-se"* (:162). Mais ainda, que a meta-disciplina volta-se para os fatos epistemológicos, relacionados a fatos estruturais do campo científico, o que significa *"encadeamento interno dos conceitos"* (162).

Daí o entendimento de que o *"pensar deve ser entendido 'etnograficamente', isto é, através da descrição do mundo em que ele faz sentido..."* (Geertz, 1983: 7), uma vez que os diferentes *"pensares"*, aqui entendidos como produtos culturais, *"são modos de estar no mundo"*. (RCO, 1997: 163).

A *"transposição da história da ciência para espaços culturais"* (RCO, 1997: 163) significa, sob o ponto de vista da Etnografia da Ciência, a investigação da academia através de seus *"núcleos mínimos do saber"*, isto é, do *"discurso que se pretende científico"* (:163). E mais, além dessa dimensão interna, meta-disciplinar, significa, também, dar conta dos fatos datados da ciência, isto é, da sua externalidade, esta entendida na abordagem da instituição acadêmica, como propõe Bourdieu em seu *Homo Academicus* (1984), em sua dimensão micropolítica da produção científica e da reprodução da comunidade de acadêmicos.

É com esta extensão e abrangência que se deve entender a proposta de a Etnografia da Ciência ter "*precisamente por escopo trazer a noção de cultura para o centro da investigação do conhecimento científico*". (RCO, 1997: 166).

A opção de centralizar a investigação em uma área do conhecimento – o domínio da agronomia – deveu-se a duas razões distintas: primeiramente para se ter conclusões centrais menos difusas; segundo porque a história da agronomia inclui a história da extensão rural, tal como ela é referida nos meios acadêmicos. De um modo geral, os professores de extensão rural encontram-se situados nos Departamentos de Agronomia, curso de graduação no qual a disciplina comparece com obrigatória, sendo também optativa para cursos de veterinária, zootecnia, engenharia de alimentos e outros de áreas afins. Por ser comum entre os professores de extensão rural o questionamento do seu saber e do seu fazer, a investigação foi aceita sem qualquer embaraço.

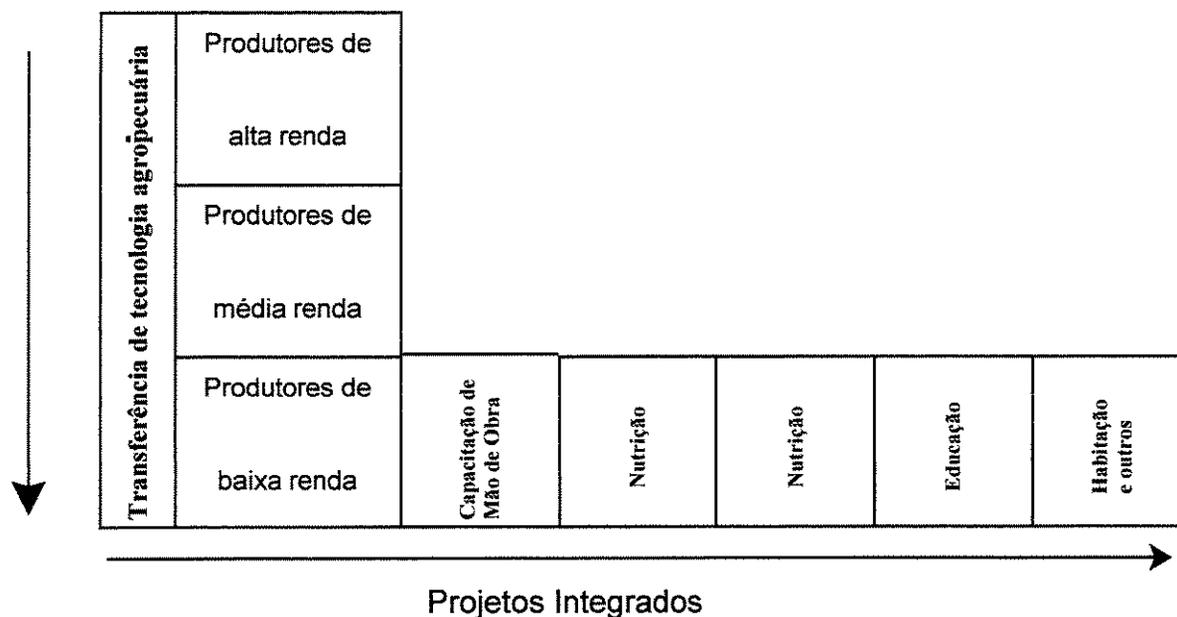
Inicialmente, foram ouvidos professores de extensão rural de 22 universidades brasileiras. Posteriormente a pesquisa de campo incluiu outros dois segmentos claramente relacionados ao primeiro: estudantes de extensão rural e pequenos produtores rurais sujeitos à ação extensionista.

A entrevista dos diferentes professores da disciplina abordou basicamente os seguintes pontos: a) quem são os professores de extensão rural, b) qual sua formação acadêmica e qual a sua produção técnico-científica na área; c) quais as principais fontes de atualização/capacitação/aperfeiçoamento na área de extensão rural consideradas pelo professor, no Brasil e no Exterior; e, finalmente, d) o que é extensão rural a partir de sua prática acadêmica traduzida em seu programa de curso, da bibliografia recomendada, dos objetivos pretendidos com a formação de alunos nesse domínio.

O ponto de partida desse estudo foi um trabalho de campo em uma das Universidades mais marcantes no contexto da Extensão Rural: a Universidade de Viçosa.

Aqui, os dados e informações obtidas junto aos informantes do Departamento de Economia Rural daquela Universidade são tomados como a base de análise do assunto.

A análise do paradigma da Escola de Viçosa que sustenta a prática extensionista inclui considerar como os informantes caracterizavam o “modelo” então adotado para conciliar o controle da produtividade e o atendimento de outras necessidades do produtor: trata-se do chamado modelo produtivista-humanista, por meio do qual a transferência de tecnologia agropecuária se fazia concomitantemente com o desenvolvimento de projetos integrados. Eis o esquema:



Por este “modelo”, o serviço de assistência técnica e extensão rural seria responsável pela transferência de tecnologia aos produtores numa linha vertical, descendente. Neste, é reconhecido que os agricultores de baixa renda precisam de outra forma de assistência para responder ao estímulo tecnológico; é sabido também que, para melhorar a qualidade de vida desses agricultores e suas famílias, é necessário, antes, aumentar-lhes a renda. Para a realização deste modelo é indispensável a integração programática dos níveis: nacional, regional, estadual e zonal ou seccional.

Há clareza entre os informante de que, passados quase cinqüenta anos, a extensão rural não alcançou seus propósitos. Quando indagamos sobre as razões que justificam o relativo fracasso do Sistema de Extensão no Brasil, os informantes se dividem. Para uns, há obstáculos que poderiam ter sido transpostos:

“Há uma série de obstáculos institucionais que dificultaram, no passado, o bom funcionamento deste serviço, no entanto, as bases institucionais para superar estes obstáculos já estão lançadas. O país já dispõe de planos globais de desenvolvimento, compatibilizando as atuações, nos diversos níveis. A ação do Ministério da Agricultura está estruturada em três sistemas abrangentes: Planejamento, produção e abastecimento. O sistema de pesquisa foi reestruturado, o sistema extensão rural também foi reestruturado e assim os novos modelos de pesquisa agropecuária e de assistência técnica e extensão rural virão aperfeiçoar o sistema e a integração com entidades afins, tanto governamentais quanto da iniciativa privada, facilitando a dinamização deste serviço; portanto, quanto às instituições, os obstáculos serão superados”. (Nicolino Taranto, ex-aluno e professor da Universidade Federal de Viçosa).

Quanto aos fatores ligados à tecnologia, o serviço Assistência Técnica e Extensão Rural, segundo o mesmo professor, levaria aos produtores tecnologia altamente competitiva, em relação à tradicional. Tais tecnologias apresentam vantagens relativas, e conduziria, de acordo com o seu entendimento, o setor rural a mais elevada produtividade. Para tanto, a assistência seria feita em todas as fases do processo produtivo, desde a produção, incluindo informações gerenciais até a comercialização da produção. Neste trabalho, haveria estreita cooperação com a pesquisa, inclusive no aspecto de estudos de tecnologias apropriadas a cada região e a cada situação específica.

Desta forma, os serviços de assistência técnica e de extensão rural tanto quanto os de pesquisa são vistos pelo informante como *funções de um Departamento de Difusão de Tecnologia*, com objetivo comum que é de *incorporar tecnologia aos processos produtivos da agricultura*. Um problema é a existência de pesquisas isoladas. Para se resolver o problema pesquisas orientadas por uma programação global devem ser implementadas, envolvendo as universidades, com base num inventário de estoque de conhecimentos existentes. Um programa cooperativo entre assistência técnica e pesquisa que seja o mais objetivo possível é também esperado de modo que os pesquisadores

possam orientar suas atividades e assim solucionar os problemas sentidos pelos produtores.

Outro obstáculo para o êxito da extensão rural diz respeito à transferência de tecnologia: quando o trabalho é desenvolvido junto a empresários rurais, um público mais exigente, os extensionistas ressentem-se de melhores conhecimentos científicos, teóricos, para prestar-lhes a devida assistência.

Acresce-se aos problemas mencionados o crédito rural que deve ser utilizado como instrumento, um meio e não como um fim.

Do lado oposto estão os que acreditam que este

“sistema não funcionou porque, por meio dele o agrônomo e a agronomia passaram a ser meros auxiliares da venda de altas tecnologias... e em benefício de quem? Certamente, não do pequeno agricultor... Ninguém pergunta ao produtor se ele quer produzir mais... Muitas vezes, a grande produção é que é o problema (falta de solos, de transportes, etc)...” (Depoimento de José Horta, professor da UFV).

O professor José Horta, faz referência às diferentes fases que caracterizam o relacionamento da prática extensionista com a pesquisa agropecuária.

“Na primeira fase, até 1948, a pesquisa realizava seus trabalhos de investigação de forma aleatória e independente das necessidades dos produtores rurais. Seu objetivo era somente fazer ciência.

Em 1948, com início do Serviço de Extensão Rural, em Minas Gerais houve um começo de aproximação entre os trabalhos da pesquisa e as necessidades dos produtores. Nesta fase, o papel do extensionismo era definido como uma ponta de ligação entre a pesquisa e o produtor. Por falta de uma melhor estrutura de relacionamento, esta integração não foi bem sucedida.

A terceira fase, correspondente à época da criação da EMBRAPA e EMBRATER respectivamente, em 1973 e 1975, quando as atividades das duas áreas são consideradas complementares e intimamente inter-relacionadas com os problemas e necessidades de produtor rural.

A quarta fase é a atual [final da década de 70 e início da década de 80]; é o momento dialógico. A visão do processo de transferência de tecnologia, contínuo, que envolve os processos de gerar, difundir e adotar a informação tecnológica, não permite que se considerem as atividades de pesquisa e assistência técnica, ações insuladas, mas sim como atividades interdependentes, operando ambas no sentido de maximizar o objetivo comum, que é o aumento da eficiência econômica e social do setor rural.

Podem-se perceber as seguintes fases na seqüência de ações articuladas : a) definição dos problemas de produção e decisão sobre o que pesquisar; b) condução de atividades de pesquisa

agropecuária; c) divulgação dos resultados de pesquisa, e d) avaliação dos resultados das recomendações tecnológicas. " (Araújo, op. cit : 52)

Todos esses elementos e empreendimentos que integraram e ainda hoje integram a prática extensionista são comuns a todo o chamado "Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural " no Brasil. Sua implementação se dá por meio da observância de suas características e dos seus princípios básicos :

"São as seguintes as características do Serviço de Extensão: atua junto ao povo rural, onde ele vive e trabalha;- mantém contato direto e permanente com as comunidades rurais beneficiadas;- ensina a família rural a resolver seus problemas;- atua junto a todos os membros da família; é um trabalho social e de educação informal; exerce tarefa educacional em três níveis : a) individual – família; b) grupal – comunidade; c) massa – município, estado. Possui pessoal habilitado – dirigentes e executores- tem programas e objetivos difundidos; coopera para com outras entidades; atinge diretamente a todas as áreas de sua jurisdição ". (ABCAR – Conceitos básicos sobre extensão rural e crédito supervisionado. apud Fonseca, 1985 : 124)

Por meio dos princípios básicos, tem-se as normas de realização do trabalho:

Cada unidade deve ter um programa e um plano de trabalho organizados.

Cada unidade constitui um serviço de Extensão Rural.

O trabalho deve ser executado através do uso sistemático e generalizado de todos os métodos de extensão rural.

A aplicação do crédito supervisionado deve basear-se nos princípios que informam esta modalidade de crédito educativo, fundamentado nos ensinamentos da Administração Rural.

"É recomendável iniciar as atividades de crédito supervisionado depois de algum tempo de trabalho em extensão rural e logo que possível " (definidos por técnicos da ABCAR em reunião realizada em Belo Horizonte, de 13 a 19 de outubro de 1957 – apud Fonseca op. cit: 125).

Extensão é tomada assim como "tarefa educacional". Os que nela trabalham acreditam que "ela virá ensinar ao povo como, com os recursos de que dispõe, pode levar uma vida melhor, mais sã, mais produtiva". Sua proposta é a de "mostrar ao povo soluções para seus problemas, a fim de que os próprios rurícolas as executem". A extensão rural, portanto, propõe mudanças em seu modo de viver e trabalhar: mudanças em conhecimento, ou coisas conhecidas; em habilidades, ou coisas feitas, em atitudes, ou coisas sentidas.

De acordo com o mesmo documento,

“o programa deve ser educacional e não paternal. Ele deve fazer com que as famílias rurais aprendam as soluções e as pratiquem por convicção própria e não pretende realizar as soluções para as famílias, em caráter obrigatório caritativo. Seu objetivo é “tornar as famílias rurais independentes de ajudas governamentais.” (Ribeiro, José Paulo. 1957: 83-89).

Subjacente a esta concepção está o conceito de capacidade individual de inovar, desenvolvido por Rogers: “um processo mental por onde passa o indivíduo desde a primeira notícia de inovação até decidir adotá-la ou rejeitá-la e confirmar depois sua resolução” (Rogers, op. cit: 27). A adoção, nesse sentido, corresponde a um processo desenvolvido em 4 etapas: conhecimento, persuasão, decisão e confirmação.

O mesmo autor lembra que a “adoção de idéias novas” é um meio para se atingir o que se pretende: a mudança social, segundo Rogers, entendida como processo por meio do qual modificações são produzidas na estrutura e no funcionamento de um sistema social (op. cit : 11). Para que esta ocorra, três etapas sucessivas são necessárias:

- 1 . invenção – quando as “idéias novas” são criadas ou desenvolvidas;
- 2 . difusão – quando as “idéias novas” são comunicadas aos membros de um sistema social;
- 3 . verificação das conseqüências – quando as modificações provocadas no sistema social são avaliadas, em termos da adoção ou não das inovações previstas.

O autor esclarece que a mudança pode ser fruto de influências externas ao meio ou não. Há a possibilidade de que seja decorrente da ação dos próprios membros do sistema social – é a chamada mudança imanente. As mais freqüentes – e estimuladas pela Extensão rural – são as provocadas por agentes externos, ou seja, são mudanças de contato, na concepção rogeriana.

Estas ainda podem ser de dois tipos:

- mudança por contato seletivo – é decorrente da exposição de membros de um sistema social a influências externas que podem ser adotadas ou não, em função das suas necessidades;
- mudança por contato dirigido – é decorrente da intervenção de agentes externos ao sistema, que buscam introduzir idéias novas, para alcançarem objetivos previamente definidos. É também chamada mudança planificada.

Em síntese, o objetivo da extensão rural, coerente com sua origem esaviana, consiste numa proposta metodológica para se promover, em curto prazo, o desenvolvimento econômico e social de populações consideradas tradicionais ou subdesenvolvidas, através da modificação de seus hábitos e atitudes pela adoção de práticas recomendadas pela ciência e para a resolução de seus problemas.

Deste modo, “desenvolvimento econômico-social” é sinônimo de superação da “sociedade do tipo tradicional” para se alcançar a “sociedade do tipo moderno”, onde não mais predominam o particularismo, o compadrio, o conservadorismo, etc., mas imperam o lucro, o universalismo, a especialização e a racionalização, a ordem.

Vejamos um exemplo, um caso típico de extensão rural. A situação que passo a descrever corresponde à vivência obtida junto a um grupo de extensionistas em ação em uma comunidade rural tradicional, do Estado de Goiás, ao longo de 1995. A finalidade da apresentação desse caso típico é a de um ponto de partida concreto para a análise do paradigma.

Um extensionista recém formado, agrônomo, chega pela primeira vez à comunidade onde vai desenvolver seu trabalho de extensão rural. Assim que chega, o extensionista propõe-se realizar o estudo da realidade ou o diagnóstico da situação. Por

meio de questionários, visitas às lideranças locais, desenhos de mapas de propriedades visitadas, de algumas reuniões com o grupo de agricultores, procede ao registro das informações, construindo seu relatório, onde busca caracterizar as condições da produção agropecuária, do solo, da vida e renda das famílias, além de dados relativos às condições ambientais e culturais da região.

Com base nesse diagnóstico, estrutura então seu plano de ação, definindo objetivos, metas e providências no sentido da solução dos problemas identificados. Seu propósito é o de transmitir à população uma série de conhecimentos tecnológicos que adquiriu ao longo da sua formação acadêmica e da sua experiência profissional, com o sentido de contribuir para a modernização da prática agrícola. Precisa, portanto, de apoio do grupo para o desenvolvimento do seu plano de trabalho.

Sabe, de antemão, que precisa conquistar a confiança do grupo para, assim, incentivá-lo ao aprendizado, despertar seus interesses, elevar suas aspirações. (PINTO, 1987). Em sua formação acadêmica, dedicou-se a muitos estudos de fundamentos sociais, culturais, econômicos e psicológicos aplicados à realidade em que se encontra. Também se dedicou ao domínio de numerosas técnicas de abordagem da população, o que o faz sentir-se seguro, nesse momento. Sabe que dispõe de muitos conhecimentos que poderão resolver, pelo menos em parte, os problemas enfrentados pelos agricultores e seus familiares, ou, no mínimo, qual a melhor maneira de encaminhar a busca pelas soluções. Mas, não sabe, fundamentalmente, como concretizar o seu propósito de vir a ser um “agente de mudanças” naquela comunidade: influenciar grupos, formar novas lideranças, enfim, agir com *persuasão*. Precisa acionar os mecanismos de que dispõe nesse sentido: capacitação técnica, por meio de conferências, cursos técnicos e demonstrações; e organização de grupos, de homens, mulheres, jovens, capazes eles próprios de promover a mudança.

Sua primeira atitude, mediante as informações colhidas em diagnóstico é promover uma reunião com o grupo envolvido para comunicar o que foi apurado. Ao falar

dos problemas verificados, busca chamar atenção também para as potencialidades que percebe no sentido de novas oportunidades para um melhor desempenho da produção: quem sabe um melhor espaçamento entre as mudas permitiria a colheita de cenouras maiores e mais bonitas? Com a correção do solo, pode-se esperar melhor desempenho nos grãos. Se irrigado, o feijão pode ter mais de uma safra, etc.

E o que vem a ser *mudança*, nesse contexto? Fala-se muito em mudança de atitudes, de valores, e de elevar aspirações. É ainda muito freqüente a tentativa de fazer com que produtores que trabalham apenas no sentido da sua subsistência, tendo, portanto métodos tradicionais de preparo da terra e que obtenham uma produção sem excedentes passem a intensificar o seu trabalho, otimizando seu esforço por meio do uso de novos recursos tecnológicos, e a buscar maior produtividade e rentabilidade, transformando, assim, o seu fazer em um *negócio*. A perspectiva da mudança, portanto, inclui introduzir a idéia de *mercado* junto aos que insistem em permanecer à sua margem ou mesmo ignorar a sua existência. A mudança pretendida na extensão rural, assim, pressupõe a ruptura com o chamado tradicionalismo do campo.

“Atitudes como o tradicionalismo, o medo do risco, a apatia impedem a adoção do novo, são portanto um obstáculo à mudança. É necessário mudar a mentalidade das pessoas, sua psicologia. Para isso, se utiliza a capacitação técnica: ela leva novos conhecimentos, desperta a motivação e eleva as aspirações dos agricultores. Estas pressões psicológicas levam as pessoas a mudar sua situação mediante uma mudança tecnológica, mediante a adoção de novas técnicas agrícolas.” (PINTO, 1987: 35).

Mudança comprometida com novas tecnologias gera aumento da produtividade; maior produtividade corresponde a maior produção; maior produção deve gerar aumento da renda familiar e melhor qualidade de vida para a população rural. Assim se estrutura a base ideológica que sustenta o fazer do extensionista: ele detém um saber de ordem técnico-científica que precisa ser transmitido a uma determinada população rural, considerada carente desses conhecimentos, mas nem sempre consciente dessa “carência”. Um trabalho bem sucedido corresponde a uma “mudança de mentalidade”, a uma “mudança de atitude”.

Mas, vejamos quais são as técnicas usadas no trabalho de assistência técnica e extensão rural, para melhor compreensão da sua dinâmica, enquanto uma prática social. De acordo com a orientação metodológica ainda em vigor nos serviços extensionistas e nos processos de formação acadêmica de novos profissionais do campo, o autotreinamento de técnicos extensionistas pode se dar por meio de uma “*Unidade de Observação*” ou “*Ensaio de Campo*” De efeito demonstrativo e de caráter experimental, a U.O. é uma técnica destinada ao estudo e comprovação da viabilidade de novos procedimentos, antes que estes sejam difundidos. A difusão de técnicas vai se dar por um “*Dia-de-campo*”, D.C., e por uma “*Demonstração de Técnicas*”, D.T., quando situações reais são vivenciadas, por meio dos recursos de *ver, ouvir e fazer*. Mais complexa é a “*Demonstração de Resultados*”, DR, quando uma ou mais práticas são desenvolvidas em uma propriedade rural sob a orientação, acompanhamento e controle do técnico. Sua finalidade é a de replicar pesquisas, comparar métodos tradicionais com inovações e permitir a difusão de tecnologia. Ainda tendo como eixo a demonstração e aumentando a sua complexidade, tem-se a “*Unidade Demonstrativa*”, U.D., e a “*Propriedade Demonstrativa*”, P.D. A U.D. corresponde a um trabalho desenvolvido com uma lavoura ou uma criação, com a finalidade de introduzir uma ou mais inovações. Difere da demonstração de resultados por não ser feita mediante a comparação com outros processos mais tradicionais. Trata-se de um recurso de motivação e de ensino, compreendendo uma estratégia de médio prazo. Já a P.D., traduz um trabalho técnico realizado em uma propriedade representativa da região, e envolve além dos aspectos técnicos ligados à produção, métodos e processos de administração rural.

Outras técnicas, muito mais simples e mais convencionais, como encontros, congresso, exposições educativas, campanhas, são também recomendadas dentro da prática extensionista, sempre com a finalidade de divulgar atividades e resultados de trabalhos, incentivar, informar, “transferir conhecimentos”.

*“Remembering and forgetting. Farmers who learn from a good extension teacher will remember. The successful worker uses a number of techniques to help people remember. Some of these are:
1. Be sure the people are deeply interested in what they are learning. This means that they must*

really want to learn and are ready to change. 2. Be sure they understand very clearly each element of the learning and the relation of each part to the whole. 3. Use words that are simple and familiar. Use as few words as possible. Once they are spoken, words are gone forever. Supplement talking with clear demonstrations and with illustrations from the learner's experience. Use vivid images, interesting symbols. It has been proved that people learn better and remember longer what they have seen than what they have heard. (...)(USA. International Cooperation Administration. Using Visuals in Agricultural Extensions Programs. 1950: 17-18)

Muito mais que a técnica, porém, interessa saber a atitude ideológica que a sustenta. Ao que parece, na proposta metodológica da extensão rural prevalece o entendimento de que a melhor técnica é aquela capaz de melhor transmitir conhecimentos previamente determinados, é aquela que melhor consegue persuadir. O compromisso é com uma *difusão de novas tecnologias*. O conteúdo a ser transferido do técnico para o produtor é tão somente aquilo que se ensina, uma reduzida e arbitrária abstração. Desconsidera-se assim a totalidade das condições objetivas que pertencem ao ato educativo: o técnico, o produtor, ambos referidos no seu universo cultural e pessoal, as condições materiais do processo. (Pinto, 1987: 42). Nessa perspectiva, “*ensina-se*” o produtor aquele conteúdo estático, fragmento do conhecimento e desligado da forma escolhida para sua transmissão. Assim, o estudante da disciplina extensão rural aprende a escolher procedimentos para sua prática não levando em conta aqueles a quem esta se destina.

Mas, a extensão rural, como toda prática social, modifica-se de acordo com as tendências dominantes de cada época. São essas variações em termos da ênfase dada a cada momento é que vão permitir a atualização do paradigma, até o momento de sua ruptura.

Vou me servir de uma periodização para caracterizar o percurso da disciplina, salientando a emergência, a crise e a ruptura do paradigma da extensão rural no contexto brasileiro, segundo a ótica de quem a pratica. Um conceito gestado nos Estados Unidos, no final do século XVIII, tem sua expansão, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, no final da Segunda Guerra Mundial. Especialmente, no caso brasileiro, podem-se identificar pelo menos quatro momentos marcantes:

- 1– Etapa do desenvolvimento econômico (1948 - 1964)
- 2– Etapa do desenvolvimento econômico social (1964 - 1974)
- 3– Etapa do desenvolvimento rural integrado (1974 - 1984)
- 4– Etapa do desenvolvimento sustentável (a partir da segunda metade dos anos 80 até o momento atual).

As três primeiras etapas chamadas de desenvolvimento econômico, econômico social e desenvolvimento integrado constituem, verdadeiramente, o momento de vigência do paradigma. Vou me deter em cada uma dessas etapas para assim caracterizar com mais detalhes o paradigma da extensão rural.

Etapa do desenvolvimento econômico (1948 - 1964)

Em 1948, instalou-se no Brasil um amplo investimento na prática extencionista, por meio dos entendimentos e convênios entre o Governo Brasileiro e os Estados Unidos. Dessas articulações e acordos resultou a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR – Minas Gerais, em grande parte devido à atuação do mensageiro especial da missão americana no Brasil, Nelson Rockefeller⁵⁹. As

⁵⁹ A visita de Rockefeller ao Brasil, nos relatórios de sua assessoria, é assim abordada:

"Nelson A. Rockefeller, homem de negócios, filantropo e assistente do Presidente Roosevelt durante a guerra, e que teve íntimo contato com os problemas do Brasil quando Coordenador dos Assuntos Interamericanos e Assistente do Secretário de Estado, viu claramente a necessidade do aumento da produção agrícola no Brasil e do melhoramento das condições de vida das populações rurais (...)

O programa Brasil realmente teve continuidade em novembro de 1946, quando Rockefeller trouxe algumas de suas idéias para o Rio de Janeiro. Isto era como se fosse uma volta ao lar para o emérito Rockefeller, que durante seus serviços governamentais, tanto como coordenador quanto como Secretário Assistente do Estado, fizera calorosos e chegados amigos, tanto políticos como pessoais, entre todas as classes de líderes brasileiros. No Rio, Rockefeller expôs suas idéias a todos os que as escutariam – oficiais de governo incluindo o Presidente Dutra, comerciantes, fazendeiros, e até membros da Igreja.

Ele oferece um coquetel para 300 a 400 pessoas. Nas palavras de Rockefeller, 'todos estavam lá – o grupo novo, a direita, a esquerda', completando com a louvável declaração, 'as idéias que eu estava expressando foram bem recebidas no Brasil'."(...)

"Durante sua estada no Rio, Rockefeller foi profundamente sensibilizado pelas 'favelas', horríveis bairros de barracões que agruparam-se precariamente nos morros que rodeiam a incrivelmente linda baía do Rio de Janeiro. Apesar de as pessoas que vivem nestas favelas terem uma vista maravilhosa e um clima salúbrico, elas vivem numa imundice repetida em poucos lugares do mundo. A maioria está sem água

circunstâncias político-econômicas do momento pós-Revolução de 30 são marcadas por interesses conservadores das elites agrária e industrial brasileiras e por interesses do capital internacional, sobretudo norte-americano. Trata-se de um período de retomada do poder e da autoridade pela União, formalizada pela ditadura estadonovista de Getúlio Vargas, contra a qual insurgiram-se forças políticas⁶⁰ “adversas ao nacionalismo econômico, ao dirigismo estatal e à participação das massas no processo político” (Fonseca, op. cit : 62).

No cenário Latino-Americano, é o momento da campanha anticomunista e do envolvimento ideológico norte-americano, muito mais forte no imediato pós-guerra. No Brasil, reafirma-se a vocação agrária do país, condena-se o autoritarismo do Estado Novo, e a intromissão estatal no avanço industrial.

corrente, sem eletricidade e sem esperança.

Disseram a Rockefeller que uma percentagem considerável dos ocupantes dessas favelas eram migrantes dos estados de Minas Gerais e Nordeste. Minas Gerais, o estado mais rico em recursos minerais (a causa do seu nome), foi bastante imprudente com suas florestas e recursos do solo. Originalmente 80% das pessoas do estado fizeram sua vida através da agricultura. Mas como o crescimento da população excede ao desenvolvimento agrícola, os camponeses mudaram-se para o Rio, onde sua pobreza ditou-lhes a vida nas favelas.

Os olhos de Rockefeller cintilaram. Minas Gerais era algo de se guardar na mente. Poderia ele ajudar a trazer de volta alguma prosperidade agrícola àquele estado.”(...)

“Aquele brilho nos olhos de Rockefeller transformou-se com o tempo numa rede de âmbito nacional de organização voltada para o desenvolvimento social e científico da comunidade agrícola brasileira.”(...)

“Foi numa tarde de setembro de 1948 que Rockefeller desembarcou em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. No aeroporto, em clima de festa, estava o Governador do Estado, Milton Campos, para encontrá-lo. Sua acolhida foi genuinamente calorosa.

Rockefeller não perdeu tempo. No carro, a caminho do hotel, ele propôs sua idéia : Minas Gerais seria a terra de teste para um arrojado empreendimento da AIA ”. (DALRYMPLE, Martha. The AIA Story: Two decades of international cooperation. 1968, apud Fonseca, op. cit 1985:64-77).

⁶⁰ “Conforme preconizava a UDN, partido que inspirou a reversão do sistema político brasileiro, o País precisava abrir-se ao capital estrangeiro sem discriminação. A carta da UDN, aprovada ainda em 1945, antes da queda de Vargas, recomendava : apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo para aproveitamento de nossas reservas inexploradas, dando-se um tratamento equitativo e liberdade para a saída de juros.” (FONSECA, 1985:62).

Como Minas Gerais, então governada pelo Udenista Milton Campos, fosse um Estado que se encontrasse em precárias condições econômicas, com "*decréscimo da produção agrícola e sua conseqüência natural: carestia de vida e penúria das classes menos protegidas*", (Milton Campos, 1947) "*seria a terra de teste para um arrojado empreendimento da AIA*" (DALRYMPLE, apud Fonseca, 1985:77).

Deste modo, a American International Association e o Governo Mineiro fundaram, em 6 de dezembro de 1948, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais.

"A ACAR seguiu os moldes da Farm Security Administration, criada pelo Presidente Roosevelt para auxiliar os agricultores nos Estados Unidos a se refazerem dos efeitos da crise de 1930. O Sr. Rockefeller, antigo coordenador dos Assuntos Interamericanos e Subsecretário de Estado, acreditava que um programa semelhante, de assistência técnica e crédito rural supervisionado aos pequenos agricultores, poderia ser adaptado às condições existentes em Minas Gerais para aumentar a produção e elevar o nível de vida do meio rural. Ao mesmo tempo, a AIA providenciou a vinda de vários dos seus especialistas, que já haviam pertencido aos quadros do Extension Service e da Farm Security Administration, os quais passaram a treinar os técnicos brasileiros para adaptação às condições locais dos métodos utilizados nos Estados Unidos" (Minas Gerais, ACAR – Relatório 1950/51. BH, 1952:2).

Finalizada a Segunda Guerra Mundial, a América Latina importa o modelo americano de extensão rural, com a finalidade de modernizar os países subdesenvolvidos por meio da aplicação de capitais estrangeiros e da absorção de tecnologia moderna. Respirando as mesmas tendências liberais que venceram o nazismo e o fascismo, a Constituição de 1946 concedeu grande autonomia aos Estados e restabeleceu a República Federativa e Democrática.

Esse é o momento também do desenvolvimento da indústria de base, com o início de operação da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. Com a indústria de base, surgem as usinas hidrelétricas, setor que ganhou impulso com a instalação de Paulo Afonso, em 1955, no Rio São Francisco, Bahia. A partir de então, surgem Furnas, Três Marias em Minas Gerais, além de Itaipu, na fronteira com o Paraguai.

A necessidade de atender à demanda por energia a baixo custo da grande indústria, em parte multinacional, estimula também a construção de outras tantas usinas menores. A Petrobrás – Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima – criada no segundo governo Vargas, símbolo do monopólio estatal da exploração do petróleo instou o desenvolvimento da indústria dos derivados do petróleo. Bens de consumo duráveis como eletrodomésticos além da indústria automobilística, a partir de 1955, também integram o grande surto industrial que se instalou, principalmente no sudeste do país, incrementando de forma decisiva as correntes migratórias do Nordeste para o Sudeste e do campo para a cidade. A população rural que, em 1940 era 69% da população total, em 1950 passa a ser 64% e em 1960, 55%, de acordo com os Censos Demográficos do IBGE, em um decréscimo acentuado e constante, confirmado nas décadas seguintes. Nesse contexto, quando tudo se volta para o grande desenvolvimento industrial, também à agricultura cabe promover esse desenvolvimento e gerar divisas para a importação de bens de capital, além de liberar mão-de-obra para a indústria.

A grande indústria automobilística vis-à-vis a discreta produção de tratores, somente instalada a partir de 1960, é a evidência mais clara do compromisso de modernização do país: atender as aspirações de ascensão social das classes médias urbanas. No entanto, é o discurso do aperfeiçoamento técnico da agricultura, com vistas ao aumento da produtividade no campo que inspira a extensão rural, cujos protagonistas parecem ignorar que a maioria dos trabalhadores rurais da época não são os proprietários da terra que cultivam e carecem de condições razoáveis de saúde e alimentação. Na condição de meeiros, posseiros ou de bóias-frias, são candidatos muito fortes ao processo migratório para as cidades, favorecendo ainda mais a concentração fundiária já muito grande.

Mas esse é o momento do difusionismo na extensão rural. Cabe ao extensionista convencer o agricultor a mudar suas práticas tradicionais por técnicas modernas recomendadas pela pesquisa. Ao mesmo tempo, as economistas domésticas convencem a mulher e filhos do agricultor a mudar seus hábitos na vida familiar,

incorporando práticas mais saudáveis. É o momento informativo-persuasivo-instrutivo da extensão rural. Tradicional, nesse contexto, corresponde a atraso a desinformação. E o homem do campo, forçosamente ligado ao chamado tradicional tem de ser modificado. Portanto, não importa muito se aqueles que não se adaptam ao “novo momento” abandonem o meio rural. Ao contrário, dispensar as famílias dos trabalhadores rurais significa liberar mão-de-obra para a indústria urbana e permitir, no campo o trabalho das máquinas, consideradas muito mais eficientes e menos problemáticas. A referência que se tem do tradicional advém, sobretudo, do modo de vida do *Jeca Tatu*, descrito por Monteiro Lobato e popularizado também pelos almanaques Fontoura da época e pelos filmes nacionais do Mazzaropi⁶¹.

No estudo *“Extension work in Brazil and suggestions for its further development”*, Crosby (1958) apresentava assim as condições de vida do homem brasileiro:

“The family. The basic institution in any country is the family and in Brazil the family is subordinate only to the Church as an important source of national stability. The family norms have been characterized by the father’s responsibility, the mother’s kindness, and the children’s obedience. The colonial family suffered from exaggerations of these functions but today there is a reverse moment” (:23)

E, citando Alceu de Amoroso Lima, em seu *“Men, Ideas and Institutions”*⁶², acrescenta:

“Alceu de Amoroso Lima, divides Brazil into three cultural levels: the primitive, the caipira or hillbilly”, and Atlantic. The primitive are the indigenous types still living in a pre-Stone Age civilization in the Amazon regions. The second group includes the sertanejo or the back-country people from the farms and villages of the interior and the Atlantic group is made up of the articulate civilizations of the great cities where the commercial, fashionable and intellectual elites are gathered.”(:23)

⁶¹ Os primeiros filmes tendo Mazzaropi como ator, são lançados em 1952: *Sai da frente*; *Nadando em dinheiro*. O tipo construído para os personagens já guarda muita semelhança com o que viria ser celebrizado como *Jeca Tatu*. *Jeca Tatu*, o filme, porém, é lançado em 1959, quando Mazzaropi é o produtor, o roteirista, o argumentista e o ator.

⁶² Publicado por Atlantic Monthly Supplement em 1956.

Mais adiante, a autora esclarece que:

"Political leadership is gained through the Prefeito (official to head the governing body for the município) elected by the votes of the local citizens. The aristocracy tends to dominate local government in the most areas of Brazil. The landed nobility are the first citizens of the nation. The worker on the state and the small farmer still find it economically and socially necessary to place themselves under the protection of the master of the big house" The mother Church dominates all other churches in the município away from the center. Schools were dominated by the leadership of the church up until recent years. School in Brazil have traditionally been private and pragmatic or authoritative. Leadership structure is not something that has been defined in a precise manner in writings about Brazil.

E acrescenta, citando Kalvero Oberg⁶³:

"Brazilian rural communities, as a rule, are organized along paternalistic, authoritarian lines, leadership being vested in the hands of family heads, priests, landowning patrons, and political chiefs" (Crosby: 1958: 25)

Assim, a cidade via o homem do campo e, à distância, impunha-se como modelo a ser seguido no processo da extensão rural. Mais que a cidade, a bem sucedida experiência americana de modernização da agricultura era tudo o que se podia aspirar para o futuro do Brasil:

"O serviço de extensão surgiu de uma situação. Esse serviço veio a tornar-se um sistema de ensinamentos e de educação destinado a satisfazer as necessidades do povo. Qual foi a situação que deu surgimento a esse sistema americano impar? Foi um período de pioneirismo e de modificação na agricultura e nas atividades domésticas.(...) O que estamos dizendo é, então, que o progresso da agricultura nos Estados Unidos permitiu libertar-se quatro de cada cinco agricultores para a produção de artigos não agrícolas.(...) O progresso nas atividades domésticas não é ajudado pelas nostálgicas repetições dos ' velhos e bons tempos', quando a vida nos lares não era interrompida pelos cinemas, pelos rinqes de patinação e uma dúzia de outras diversões. A dona de casa progressista, assim como o moderno fazendeiro, enfrentará a modificada época determinada a valer-se de todo o auxílio da ciência e da educação para conseguir uma vida mais plena e melhor, nas fazendas e nos lares citadinos e rurais (...) No período decorrido entre a invenção da primeira máquina para a colheita do algodão e o atual colhedor mecânico, os agricultores vieram a reconhecer que a ciência, tanto como a habilidade, é necessária no campo. Quão rapidamente as modificações desejáveis serão introduzidas na prática para o agricultor

⁶³ Kalvero Oberg. Chonim de Cima (Rio de Janeiro: United States Operations Mission to Brazil Printing Office. 1956.

médio e para a dona de casa média dependerá de uma série de influências. (Kelsey, 1967: 7 – 17)⁶⁴

O padrão ideal tomado como referência aqui é o de “*substituir a terra suja, bruta, pela terra limpa, ordenada da monocultura.*” E tudo isso rapidamente. O Brasil tem pressa de se desenvolver. No Plano de Metas de Juscelino Kubitschek o ritmo é o da modernidade e o compromisso é desenvolver a qualquer custo.

O início da extensão rural no trabalho agrícola brasileiro é o momento de entrada da pesquisa, do crédito rural, da assistência técnica nas pequenas propriedades rurais, “levados pelo esforço ‘extensionista’ sob a forma de orientação educativa” (Nicolino Taranto Fortes, 1989 – entrevista gravada).

Era o momento de materialização de uma nova filosofia no campo, assentada na postura eminentemente educativa de tratar o pequeno produtor, baseada na “*ideologia que busca a redução das desigualdades até que os frutos do progresso possam amadurecer para todos*” (Gabriel, 1970:8).

No governo de João Goulart, o processo de redemocratização da sociedade brasileira, preconizado pela Constituição de 1946, assume a feição de reformas de base. Tendo recuperado os poderes atribuídos ao presidente da república, no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, João Goulart toma medidas que iriam favorecer a organização e atuação dos movimentos sociais e, por isso mesmo, contribuir para sua queda, em março de 1964: assinatura de decreto, em dezembro de 1963, estabelecendo o monopólio estatal sobre a importação do petróleo e seus derivados; regulamentação da remessa de lucros para o exterior, em janeiro de 1964, com restrições de facilidades para empresas estrangeiras; assinatura em 13 de março, de decretos nacionalizando as refinarias de petróleo e desapropriando, para fins de reforma agrária e distribuição aos trabalhadores rurais, propriedades com mais de 100 hectares, numa faixa de dez quilômetros às

O capítulo do qual a citação foi extraída denomina-se *O progresso na agricultura e na direção do lar*. A edição original do livro citado é de 1963, sendo de 1967 sua primeira edição em português)

margens das rodovias e ferrovias federais. Outras medidas seriam a extensão do voto ao analfabeto e a reforma universitária, com ampla liberdade de ensino (Piletti, 1991).

Durante esse período, a opinião pública passa a acreditar na possibilidade de superação da fome, da miséria do analfabetismo, sobretudo no Nordeste e no meio rural brasileiro. Organizações populares dos estudantes, dos camponeses, dos trabalhadores urbanos e da igreja católica mobilizam-se pelas reformas de base. Os estudantes passam a lutar pelas reformas do ensino público e pretendem acabar com o analfabetismo, participando da campanha de alfabetização, com base no método de Paulo Freire. Por esse método o adulto aprende a ler por meio de palavras da sua realidade e a se compreender em sua situação concreta. (Brandão, 1986).

Dentro dos movimentos da Igreja Católica, destacam-se a Juventude Estudantil Católica – JEC, a Juventude Universitária Católica – JUC, a Juventude Operária Católica – JOC e a Juventude Agrária Católica – JAC.

O movimento sindical também é bastante intensificado, tanto nas cidades, quanto no meio rural. Piletti registra que, em julho 1963, existiam no Brasil 300 sindicatos rurais. Em março de 1964, registravam-se 1500.

No Nordeste, surgem as Ligas Camponesas, à margem dos sindicatos, lideradas por Francisco Julião, advogado e político pernambucano. Tendo surgido em 1955, as ligas propunham-se defender os camponeses contra a expulsão da terra, a prática do “cambão”– trabalho de um dia por semana de graça para o dono da terra.

As lutas sindicais foram muito favorecidas pela organização das bases e, principalmente, pela unificação do movimento dos trabalhadores. Assim, em 1945, foi criado o Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT; em 1960 surge o Pacto de Unidade e Ação – PUA reunindo mais de 100 organizações sindicais; em 1962, criaram-se o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT e a primeira Federação de Trabalhadores

Rurais de Pernambuco – FETAPE; em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG. Em novembro de 1961, realizou-se em Belo Horizonte o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas apresentando propostas de organização da massa rural.

Tamanho esforço popular no sentido da melhoria das condições de vida do trabalhador levou a resultados políticos que culminaram com a ditadura militar. A prática extensionista passou então a incorporar a dimensão social ao seu discurso.

Etapa do desenvolvimento econômico social (1964 - 1974)

Os primeiros dez anos de ditadura começaram com medidas que anulavam atos do governo anterior, além de reprimir os opositores ao novo regime: revogação dos decretos de nacionalização das refinarias de petróleo e desapropriação das terras. Dentre os objetivos econômicos dos novos governantes, consta do *Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG* diminuir as diferenças regionais em termos de desenvolvimento. Se foram bem sucedidos quanto aos objetivos de crescimento econômico, não o foram, entretanto, em relação à diminuição do déficit da balança comercial nem em termos da redução das diferenças regionais de desenvolvimento. De 1970 a 1980, houve uma crescente concentração da renda no país.

O estímulo à exportação resultou em taxas bastante expressivas: em 1964, a exportação de produtos agrícolas era da ordem de 9,7%; já em 1976 a exportação atingia 22,5%. A produção de feijão, destinada ao mercado interno, permaneceu a mesma durante o período de 64 a 80, enquanto que a produção de soja, destinada à exportação cresceu cerca de 5000%.

Tendo sido mantidos, no governo militar, os sindicatos assumem sua ação de organizar federações de sindicatos rurais em todo o país. Se, em 1968, eram 625 os sindicatos rurais, em 1972 já eram 1154; 1745, em 1976; e 2144 em 1980. (Fausto, 1997)

Descobrem-se assim variáveis antes esquecidas como a estrutura social, que gera a pobreza; a dinâmica da economia mundial, que gera a dependência; a ignorância e o analfabetismo, que geram o atraso. Questiona-se a estrutura agrária, em parte por impedir a expansão do mercado interno e negar clientela para a incipiente indústria. A extensão rural é criticada por preocupar-se mais da difusão que da educação. Descobre-se a especificidade da demanda tecnológica dos agricultores pequenos e de subsistência; nasce o conceito de “tecnologia apropriada”. A pedagogia da extensão se torna menos persuasiva e unilateral e mais dialógica. Aspira-se por uma formação acadêmica⁶⁵ do agrônomo com base em uma “*ciência do homem rural*”. Constata-se que, “*à medida a Extensão descobre e se engaja nesta nova linha [do entendimento das mudanças de natureza estrutural, segundo as quais, uma faixa substancial da população não apta a usufruir os benefícios dos trabalhos desenvolvidos pela Extensão, em virtude das condições estruturais a que estão submetidas], surge o descompasso no entrosamento – Ensino, Pesquisa e Extensão – isto é, enquanto a Extensão, para preencher estes novos requisitos demandava por técnicos de formação profissional mais ampla, que incluísse conhecimentos e informações adequados e exigidos pela realidade do meio, o ensino não respondia a esta necessidade*”. (Universidade Federal da Paraíba, 1970: 100)

“También es urgente y sumamente importante dar a los agrónomos conocimientos indispensables en la materia para que puedan comprender mejor los problemas que se plantean, orientar mejor la búsqueda de las soluciones y por último hacerse comprender mejor por los responsables de base y de las comunidades rurales. Se trata, pues, de plantearse toda una ciencia del hombre rural, de su comportamiento, de sus actitudes, de sus motivaciones, de su conducta, y de su concepción del mundo para poder transmitir a esse hombre rural los conocimientos esenciales y obtener su participación. Cuántos proyectos importantes e inversiones materiales considerables no

⁶⁵ A formação de técnicos de nível médio também era questionada, com o sentido de que se adequasse às exigências do trabalho extensionista dessa etapa, ou de que cursos de capacitação viessem a corrigir as falhas de formação observadas. Veja-se a respeito SALDARRIAGA VILLA, 1973.

dieron los resultados que se esperaban porque las personas a quienes se dirigían, es decir los campesinos, no se sintieron interesados! (UNESCO, 1971: 19)

Durante esse período, a Extensão Rural é conceituada como

“um processo de ação educativa que visa a provocar mudanças no comportamento das pessoas, em relação aos seus conhecimentos, atitudes, hábitos e habilidades. Usa para isto uma sistemática própria, com o fim de ajudar as pessoas a: identificar a situação existente, com seus problemas, necessidades e interesses; analisar os recursos disponíveis; determinar as atividades necessárias, a curto, médio e longo prazos; desenvolver a capacidade de decisão e ação; avaliar o trabalho realizado e os resultados alcançados para efeito de tomada de novas decisões em relação ao desenvolvimento das atividades. Como parte de um programa de desenvolvimento rural, visa ao progresso econômico, social e técnico das pessoas nele envolvidas.” (ABCAR, 1967: 5)

Em franca expansão no período, a implantação do serviço de extensão rural em um município era precedida da consideração de aspectos relacionados a posição que o mesmo ocupava na economia agrícola do Estado; os recursos disponíveis as facilidades existentes para efeito de resultados mais imediatos, a atitude das autoridades locais e dos líderes da comunidade a respeito do programa. A premissa básica adotada à época era de que *“o povo é, ao mesmo tempo, beneficiário e agente do desenvolvimento”*. Isto significava que o serviço de extensão rural pretendia *integrar-se no conjunto de forças da comunidade*:

“O processo deverá envolver a todos, visando a um desenvolvimento integrado, e o povo precisa ser conscientizado e preparado para a ação subsequente. Objetiva-se, mediante ampla divulgação do programa de trabalho e das suas características, criar expectativa favorável em torno do processo de ação a ser desenvolvido.” (ABCAR, 1967: 6)

O desenvolvimento do programa de extensão rural implicava, portanto, a adoção de providências prioritárias. Primeiramente, era indispensável a *determinação da área de ação*. A objetividade do processo exigia que houvesse concentração das ações em um determinado local, previamente conhecido, onde os resultados pudessem ser mensurados e as ações pudessem ser mais facilmente coordenadas.

“Esta atividade é realizada através da análise de informações, visitas a todo o município e delimitação dos limites sociológicos do município e dos grupos de vizinhança mais importantes,

do ponto de vista dos aspectos econômicos e sociais. Um croquis final evidenciará a localização das áreas mais importantes, os meios de acesso e a localização das agências e serviços de maior significação para o trabalho.” (ABCAR, 1967: 6)

A segunda providência indispensável à instalação dos serviços era a *identificação de lideranças*. Este era um dos pilares mais importantes do trabalho extensionista, nessa etapa. A cooptação de líderes comunitários, em geral, significava maiores possibilidades de êxito para o trabalho desenvolvido.

“A liderança natural é uma das vigas mestras do processo de ação educacional. Através do trabalho dos líderes são grandemente aceleradas a difusão de conhecimentos, a adoção de melhores práticas, o desenvolvimento de habilidades e a mudança positiva de hábitos. Para tanto, a Agência Local promove a identificação dos líderes da comunidade, por método científico, para posterior treinamento e orientação em relação aos aspectos particulares do trabalho. (ABCAR, 1967: 6)

O passo seguinte à identificação dos líderes era a *organização de comissões*, quando se pretendia assegurar e organizar a *participação das autoridades, dos responsáveis por órgãos, entidades e instituições locais e dos líderes naturais*, nas atividades do programa. O funcionamento das comissões pretendia assegurar a integração dos planos, meios e recursos empregados.

Uma última providência, era, então, a *motivação para ação*, sob o argumento de que:

“A execução de qualquer programa depende fundamentalmente da participação interessada de todos os elementos da comunidade. As autoridades, líderes e membros das comissões precisam estar sempre profundamente interessados na ação para o desenvolvimento. Para tanto, a partir da implantação do serviço de extensão rural, desenvolve-se, em caráter permanente, intensa motivação para a ação, através de amplo esclarecimento acerca dos objetivos, providências e atividades relativas ao programa de desenvolvimento, de valorização do papel e do trabalho de todos e, principalmente, de visualização da futura situação que se pretende alcançar, pela ação integrada.” (ABCAR, 1967: 7)

Assim organizado, o trabalho tinha início com o chamado *estudo da situação*. O pressuposto era de que existia um relativo desconhecimento dos problemas,

necessidades e interesses existentes na realidade rural específica, foco do trabalho extensionista.

“Predomina uma noção um tanto vaga a respeito da situação, impondo-se, portanto, o conhecimento concreto da realidade, tendo em vista a formulação de programas, planos e projetos. Com base na premissa de que o processo de ação é desenvolvido pela própria comunidade, evidente se torna a necessidade da participação desta no conhecimento da situação real. Somente assim a comunidade poderá lançar-se conscientemente e com segurança na formulação de programas e planos exequíveis, visando ao alcance de determinados objetivos” (ABCAR, 1967: 7)

“O estudo da situação deve objetivar o conhecimento dos problemas e necessidades, sentidos ou não, dos interesses do povo, do potencial mobilizável e da atitude da comunidade quanto aos aspectos específicos previstos nas diretrizes da programação para o desenvolvimento nacional. Para esse fim são realizadas pesquisas que procuram identificar, para cada tipo de atividade econômica ou necessidade humana, a natureza do problema, o grau de conhecimento das pessoas acerca do assunto, os recursos disponíveis e os obstáculos à respectiva superação. Os dados são obtidos, organizados, analisados e interpretados com a participação dos membros das comissões especiais e o relatório final é divulgado.” (ABCAR, 1967: 7)

Mediante a divulgação dos resultados da investigação realizada, caracterizando a *situação existente*, dava-se a elaboração, em conjunto de um programa de âmbito local, com base nas diretrizes nacionais para o desenvolvimento. Curioso é notar que nos diagnósticos realizados, escassas ou mesmo inexistentes era as informações relativas às condições ambientais⁶⁶. A descrição dos “aspectos físicos” da área incluía sua localização, tamanho, clima, em termos de pluviosidade, temperatura e umidade relativa do ar, descrição dos tipos de solo. A água comparecia nos aspectos de infra-estrutura, salientando as condições de abastecimento; e a terra era mencionada nos aspectos econômicos, com ênfase na situação fundiária.

O esforço empreendido rumo ao pretendido desenvolvimento, nessa etapa, significou uma expansão bastante significativa dos serviços de extensão rural⁶⁷. O balanço

⁶⁶ Vejam-se a respeito ACAR – Pará, 1973 e ACARPA, 1972.

⁶⁷ Em 1968, a ABCAR contava com o trabalho de 2148 técnicos de diferentes formações que atuavam em 951 escritórios locais e em 139 escritórios regionais, abrangendo 1284 municípios brasileiros. (ABCAR, 1968: 9) Em 1971, somam-se 2594 técnicos. Os escritórios locais passaram a 1130, enquanto que os regionais são naquele ano 142. Ao todo, eram assistidos, em 1971, 1667 municípios. (ABCAR, 1971: 2-3)

feito pela ABCAR, apenas em 1966, indicava que o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, em 31 de dezembro daquele ano, dispunha de uma rede de 755 escritórios locais e 103 regionais, abrangendo 1036 municípios. Ao longo do ano, foram instalados 199 novos escritórios locais, além de 31 regionais. Isso mobilizava o trabalho de 1728 técnicos assim distribuídos por profissão: 604 engenheiros agrônomos; 41 veterinários; 363 agrotécnicos de nível médio; 39 economistas domésticas de nível superior; 665 economistas domésticas de nível médio e 16 outros técnicos. (ABCAR, 1967:15).

Todo trabalho era calcado no entendimento de que na contra-mão do desenvolvimento pretendido estavam as condições reais de vida da população rural, que era preciso conhecer para superar.

O realce para os processos da comunicação nos serviços da extensão rural implicava também analisar a disponibilidade dos meios de comunicação para as massas e a distribuição deles em relação aos diversos setores da população. A questão básica era a de verificar a natureza do conteúdo das mensagens que os meios difundiam e as razões para a adoção daquele conteúdo. A constatação de que os meios de comunicação de massa pouco contribuíam para o alcance dos padrões de desenvolvimento rural desejado, levava ao questionamento de quem detinha a sua posse:

"Isto parece dever-se a que a maioria de tais meios segue orientação contrária à mudança social e inclina-se à defesa dos interesses puramente mercantis, que é característica da minoria dominante que possui esses meios." (Beltrán, 1971: i)

Etapas do desenvolvimento rural integrado (1974 - 1984)

Durante este período, profundas modificações, já anunciadas na década anterior, marcam a estrutura da produção agrícola com grandes conseqüências para as relações de trabalho.

A forma rápida e concentrada como o capitalismo se desenvolveu na agricultura brasileira nas duas últimas décadas foi em grande parte devida à grande propriedade, ao latifúndio. Foi a grande propriedade que favoreceu a implantação do crédito rural, da modernização, da mecanização, da monocultura.

As últimas duas décadas assim, foram marcadas pela entrada no campo das 3 formas clássicas do capitalismo.

A primeira delas, a acumulação – As políticas econômicas do governo, com facilidade de crédito e preços subsidiados para a exportação permitiram que os proprietários de terras se enriquecessem rapidamente.

Em seguida à acumulação, deu-se a concentração. Os grandes proprietários favorecidos por grandes acumulações passaram a comprar terras dos pequenos proprietários. Quanto maior o lucro no campo maior e mais rápida e a concentração de terra. Em 1980, os minifúndios – propriedades com menos de dez hectares – correspondiam a 50,4% do número dos estabelecimentos agrícolas, mas ocupavam apenas 2,5% da área total das terras. Já os latifúndios – propriedades com mais de dez mil hectares – constituíam apenas 0,1% dos estabelecimentos agrícolas mas ocupavam 16,4% da área total das terras. (Fausto, 1997)

Já a terceira forma que temos verificado no campo é a centralização, o que significa que tornam-se diversificados os negócios na indústria, no comércio, no mercado financeiro. Em consequência disso a burguesia agrária típica cede lugar aos grupos econômicos que operam nas mais diferentes áreas. A mudança nas feições dessa burguesia agrária foi assim a principal mudança ocorrida no campo brasileiro.

Com ela surge a segunda mudança mais significativa: a criação de agroindústrias. Hoje, praticamente todos os alimentos que a população consome passa

por algum processo agroindustrial. Deste modo, o pequeno produtor hoje sabe que sua produção não se destina ao mercado, mas à indústria.

Constata-se assim que o capitalismo no campo restringiu as alternativas para a pequena propriedade, quando toda produção volta-se para a indústria.

Já a terceira mudança mais significativa foi a introdução de uma agricultura moderna voltada para a exportação.

Neste contexto, a extensão rural descobre a conveniência da integração de forças e da atuação coordenada das instituições que apoiam o desenvolvimento agrícola e rural. Dá-se mais importância ao crédito, a comercialização e a provisão de insumos. Aplica-se o conceito de “sistema de produção” superando o conceito da cultura isolada.

No mundo, instala-se, desde 1968, a discussão sobre os limites do crescimento econômico. O chamado “Clube de Roma” edita o livro “*Limites do crescimento*”, propondo a teoria do *crescimento zero*. Em que pese a impossível aceitação da tese principalmente pelos países pouco desenvolvidos, este é o primeiro registro formal das preocupações mundiais com o previsível esgotamento dos recursos naturais. Em 1972, a ONU organiza na Suécia, Estocolmo, a “Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano” da qual participaram 113 países, inclusive o Brasil. Nesta Conferência, toda a discussão girou em torno da proteção e melhoramento do meio ambiente, envolvendo o que se chamou “toda a sua dimensão humana”. O mais surpreendente nessa Conferência, no tocante ao Brasil, foi a posição assumida por seus representantes, acompanhados apenas pela Índia, no sentido da defesa da vinda, para o território brasileiro, de indústrias multinacionais consideradas poluidoras; reflexo da política dominante, de importação de capitais a qualquer custo.

Resultado direto da crise mundial do petróleo, em 1973, quando os países produtores do produto quadruplicam o seu preço e, assim, devastam a política econômica dos países compradores, novos incentivos são dados à produção do álcool. Começa a denúncia dos efeitos da agricultura moderna sobre o meio ambiente.

A extensão rural começa a integrar esquemas multi-institucionais nos projetos de Desenvolvimento Rural Integrado – DRI, em programas de colonização. Começa timidamente o movimento para a participação dos agricultores nos projetos de desenvolvimento, a exemplo das cooperativas e dos projetos públicos de irrigação, no Nordeste⁶⁸, sobretudo.

Mas, o diagnóstico da realidade é realizado pelos técnicos da Extensão, com o sentido mais de caracterizar particularidades do que de demonstrar as limitações históricas da estrutura agrária.

“Quem melhor planeja seu programa de extensão é aquele que melhor conhece a realidade rural da área de ação do seu escritório local. O que estudar: O estudo da situação, para conhecimento da realidade rural, consiste em uma inspeção de natureza sócio-econômica, a fim de verificar quais são as características típicas da área, neste campo. Dessa forma é necessário investigar a situação tendo em vista conhecer: os aspectos físicos da área (topografia, vegetação, clima); os aspectos humanos (demografia, etnia, etc); os aspectos sociais (relação entre os grupos sociais); os aspectos econômicos das explorações agro-pecuárias; os aspectos financeiros das famílias (renda, poder aquisitivo); os aspectos culturais, ligados à herança cultural, hábitos, atitudes, crenças e tradições.” (...) “os estudos ligados à investigação da vida rural, no campo sócio-

⁶⁸ É, à época, inexpressivo o número de pequenos produtores que se transformam em irrigantes e que, nesta condição, passam a ter acesso ao crédito, a incentivos diretos, à isenção de impostos, à mecanização e aos insumos modernos. Destes poucos privilegiados, detentores de parcelas em perímetros irrigados, espera-se que venham a se transformar em pequenos empresários, a partir dos ganhos com sua produção irrigada. Enquanto isso, a grande maioria dos pequenos produtores nordestinos, ou são expropriados de suas condições, ainda que precárias, de produção, permanecendo marginalizados neste processo, ou se transformam em mão-de-obra assalariada. O que se deve levar em conta é que as políticas implementadas pelo Estado, ao mesmo tempo em que beneficiam a acumulação no setor agroindustrial, acarretam também conseqüências, até certo ponto, indesejáveis para o mesmo Estado: as populações do campo, uma vez marginalizadas do processo de penetração capitalista e não mais sujeitas ao rigoroso controle tradicional dos latifundiários tendem a se mobilizar e a se organizar politicamente. A criação de projetos de irrigação e de cooperativas, ganha o significado de não só controlar pressões sociais no campo, como também de garantir legitimidade ao Governo junto a esses segmentos da sociedade. Além disso, passa a favorecer a acumulação no setor rural, com o fomento do desenvolvimento do complexo agroindustrial. Ver, a respeito, Martins e Zatz, (1990). Ver também Follador (1980a)

econômico não são simples. No entanto, para o caso de planejamento de Programa de Extensão, não se torna necessário um estudo aprofundado e completo quanto possível. Aliás, se assim fosse exigido, não poderia o extensionista realizar o planejamento do programa em tempo útil. O escritório de extensão é uma agência de serviço e precisa iniciar sua atuação com relativa brevidade, depois de instalado, a fim de justificar sua criação.” (Costa, 1982: 51-52)

Assim, o conhecimento sobre a forma de organização social no meio rural envolvia classificar os tipos de povoamento existentes no meio rural, tendo-se em conta a natureza da exploração agrícola: *“residências construídas próximas umas das outras, mas afastadas do campo de cultivo ou criação, ou construídas isoladas umas das outras, mas no centro da plantação ou criação. No Brasil, como na maioria dos países do mundo, o tipo comum de povoamento é aquele constituído pela aldeia ou povoado, em que as residências dos agricultores se aglomeram, cercadas pelas terras que eles cultivam.”.* (Follador, 1980b: 36)

A família rural, por outro lado, se caracterizava por possuir *“características próprias”*:

“caráter especificamente familiar e coeso; união perfeita entre cônjuges e entre pais e filhos; absorção dos componentes em grau mais elevado que a urbana. A família rural tem suas vantagens e desvantagens. Entre as vantagens, salienta-se o contato diário entre pais e filhos, que aumenta a afeição entre eles e mantém um padrão de ética social, compatível com o nível da família. Entre as desvantagens, pode-se citar: 1. Caráter fechado, altruísta em relação aos seus membros, egoísta em relação aos membros estranhos; 2. A escassez de contatos favorece os costumes inflexíveis e estreitos; 3. O tribalismo dos pequenos grupos; 4. A uniformização da personalidade.” (op. cit.:41-42).

A educação no meio rural, por sua vez, à conta das escolas rurais e do serviço de extensão, consistia no *“processo pelo qual a parte socialmente útil da herança cultural é transmitida de uma a outra geração e por meio do qual os conhecimentos adquiridos são difundidos entre os membros da sociedade”.*

“As escolas rurais desempenham importante papel no desenvolvimento do meio rural, levando educação e conhecimento, capazes de elevar as condições socioeconômicas do meio rural. Hoje, ocupam também papel de destaque na educação os serviços de Extensão Rural, levando a técnica a esse meio, possibilitando as mudanças de conhecimentos e hábitos, de habilidades e de atividades, no sentido de que ele possa assegurar o seu próprio bem estar.” (op. cit.: 42).

Reconhecer, desse modo a população rural, implicava questionar os pressupostos do difusionismo, pretendendo maior participação e comunicação no sistema de extensão rural. Deste modo, muitos estudos⁶⁹ foram realizados com o intuito de criticar a postura segundo a qual *“os conteúdos da informação técnica são assim propostos sem observância de princípios pedagógicos ou de aprendizagem (entenda-se também de comunicação), o que concorre para que a informação não encontre a receptividade e respostas esperadas”* (Souza, 1978: 7)

“Em outras palavras, pretende-se uma mudança de hábitos e comportamentos, sem que antes se observe uma mudança cognitiva. Ou que o sujeito compreenda e faça, sem lhe ser dada a oportunidade de, efetivamente, aprender. (...) A melhoria, então, dos processos de ensino e dos processos cognitivos ou de aquisição de conhecimentos se faz indispensável e fundamental para o entendimento, incorporação e uso dos conhecimentos difundidos. Isto requer muito mais que a simples difusão; envolve todo um processo de aprendizagem, certamente muito mais complexo que o simples enunciado ou transmissão de informações. Com efeito, só se pode esperar que as informações sobre inovações agrícolas operem a transformação desejada no campo na medida em que ao homem a quem forem confiadas se proporcione a aprendizagem e a habilidade para tratar com seus elementos. (op. cit.:7).

Sendo assim, é possível compreender que *“os extensionistas rurais, em sua maioria, atribuem a características individuais e psicossociais do agricultor a não adoção de inovações tecnológicas. Apenas uma minoria identifica como sendo os aspectos situacionais, como tamanho da propriedade, crédito, mercado, condição econômica, etc., que condicionam o comportamento do agricultor em relação à inovação tecnológica.”* (Mata, 1978:83).

“O objetivo da ação da extensão rural, no entanto, é a transferência de tecnologia moderna visando ao aumento da produção e a uma produtividade agrícola mais elevada. Este objetivo pode ser funcional para a economia nacional como um todo, mas não necessariamente para o agricultor quando tomado individualmente. Este encontra, muitas vezes, alternativas racionais para seu estabelecimento agrícola que não implicam, obrigatoriamente, em adoção de tecnologia moderna. O extensionismo rural exerce seu papel ao tentar persuadir o agricultor a adotar novas

⁶⁹ Vejam-se a respeito Biasi, (1977); Mussoi, (1978); Amorese, (1982) e (1984); Silva, (1984); Benor, (1977); Jamilson, (1982) e Portela (1984). Derech (1980) constata que há evidências de que o bom relacionamento familiar pode predispor à não adoção de práticas agrícolas. Seu estudo conclui existir *“um estado de desinformação da esposa do agricultor, a respeito de inovações tecnológicas, sendo que esta se coloca contrária à inovação, sobretudo por desconhecimento e incerteza nos resultados que dela poderão advir. Nesse caso, quanto maior for o relacionamento familiar, menores serão as chances de adoção de novas tecnologias.”* (:69)

tecnologias, e certamente está imbuído do valor daquelas tecnologias para alcançar maior produção e produtividade mais alta; entretanto, o aspecto da rentabilidade do empreendimento agrícola não é considerado como devia pelo extensionista rural. A rejeição de inovações tecnológicas não é, conseqüentemente, analisada de maneira a focar o ponto de vista da racionalidade empresarial do agricultor.” (Malta, 1978:84)

Daí a importância da definição de qual é o público da extensão rural:

“É um erro pensar somente em termos do público em geral. Seria mais realista considerar a existência de vários públicos, isto é, grupos de pessoas interessadas por uma idéia ou que reagem a ela. Assim, o pessoal da extensão deve se preocupar em ter relações como, pelo menos, os seguintes públicos: povo rural; organizações agrícolas, domésticas, cívicas e comerciais; autoridades eleitas (federais, estaduais e municipais); serviços públicos; povo urbano. Em realidade, dentro desses públicos existem sub-grupos que são, por sua vez, outros públicos. Assim, o povo rural compreende: os pais dos sócios de 4 – S, agricultores, donas de casa, líderes, etc.(EMBRATER, 1980: 101).

Entretanto, o público beneficiário das ações de Assistência técnica e extensão rural – ATER é antes estratificado segundo critérios que conciliam o tamanho da propriedade a, outras condições, como no caso da PROATER do Sergipe:

“importância das culturas por microrregiões; estimativa do valor bruto da produção; módulo do INCRA e alta concentração do número de propriedades com lavoura, na faixa de 0 – 10 hectares. Os pequenos produtores, para as microrregiões Agreste de Itabaiana, Agreste de Lagarto e Litoral Sul Sergipano são os que possuem áreas de até 20 hectares; para as demais microrregiões, aquelas com área de até 50 hectares. Além dos critérios acima evidenciados, consideram-se que estes tamanhos máximos de propriedade foram definidos em função de ser este o módulo mínimo necessário para subsistência razoável de uma família da região. Os médios produtores para as microrregiões Agreste de Itabaiana, Agreste de Lagarto e Litoral Sul Sergipano são os que possuem acima de 20 até 50 hectares de área total, enquanto para as demais microrregiões essa faixa será de 51 a 100 hectares. Os grandes produtores, para as microrregiões Agreste de Itabaiana, Agreste de Lagarto e Litoral Sul Sergipano são aqueles que dispõem de área total acima de 50 hectares e, para as demais microrregiões, essa área deverá ter acima de 100 hectares.(PROATER, 1981:13)

Assim caracterizados, os pequenos produtores têm sido o alvo do sistema de extensão rural, ao longo da sua história.

“O sistema começou voltado para os pequenos produtores e depois dedicou-se mais aos médios e grandes, no período 1964/79; de 1979 em diante, voltou-se, novamente para os agricultores pobres. A EMBRAPA deu maior ênfase ao arroz, milho, feijão, mandioca, gado de leite, enfim, os produtos em que se concentram as atividades do grupo. No Nordeste, seu programa de pesquisa enfatiza as atividades que lhe são relevantes. A política de irrigação procura favorecê-lo e a reforma agrária aí está para ajudar os sem-terra, sejam eles trabalhadores assalariados, arrendatários, ocupantes e minifundiários.” (ALVES, 1988: 38-9)

Na América Latina, notam-se duas tendências diferentes na evolução da Extensão Rural. Em certos países, como Argentina, Chile e Peru, a assistência técnica privada tem se desenvolvido muito, obrigando ao serviço de extensão do Estado a modificar seus fins e grupos-alvo, no sentido da privatização. No Peru, por exemplo, a USAID desenvolve um projeto de transformação da tecnologia agropecuária pelo qual se estimula a formação de empresas de transferência de tecnologia no setor privado. No Brasil, os serviços de extensão continuam no setor público mas alargam sua abordagem, antes centrada na transferência de tecnologia, para um trabalho de desenvolvimento integrado. Tomam importância, crescentemente, as iniciativas de extensão de natureza particular, nas cooperativas, na agroindústria, nas organizações de produtores, em firmas especializadas e entre agricultores avançados que já contam com técnicos. A maior concentração é ainda nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. (ALVES, 1988:76)

Etapa do desenvolvimento sustentável (1985 aos dias atuais)

A evolução mais recente da Extensão Rural gira ao redor do chamado “desenvolvimento sustentável”. Os grupos-alvo incluem praticamente toda a população, especialmente os agricultores, a maioria dos quais até agora tem explorado o solo e os recursos naturais sem maior preocupação com o futuro. A falta de políticas econômicas e agrícolas adequadas, no entanto, muitas vezes impede os agricultores de adotarem comportamentos sustentáveis.

Começam a existir análises⁷⁰ do sistema de extensão rural, para justificar a sua perda de prestígio social, seja no campo, seja na cidade. Nota-se um claro desconforto com o reconhecimento de que o extensionismo até então atuou pelo fortalecimento dos processos de modernização conservadora, trazendo em sua proposta

⁷⁰ Há também a iniciativa de se considerar a Extensão Rural um ramo da ciência: *“Isto indica que a pesquisa é indispensável para o desenvolvimento e progresso da ciência de extensão rural cuja função é a de esclarecer, explicar e predizer problemas da vida rural bem como a de antecipar ou sugerir soluções adequadas.”*(ALMEIDA, 1989:14). No mesmo sentido de resgate do prestígio social da Extensão, são os discursos proferidos pelo então Presidente da Embrater, Romeu Padilha de Figueiredo (EMBRATER, 1985).

um tecnologia empacotada e receitas modernas acriticamente disseminadas no meio rural. Consta-se que a prática extensionista tem sido usada para cooptar as comunidades rurais para a adesão aos programas de desenvolvimento desenhados por órgãos do Estado e organismos internacionais, sem a participação de extensionistas em sua formulação e com a responsabilidade pela execução. Tem-se a denúncia de que, apesar da crítica generalizada ao modelo difusionista-modernizador, bem assim à sua metodologia, a gestão institucional e o comportamento dos extensionistas continuam no mesmo paradigma, apoiado no poder messiânico da técnica. (ABEAS, 1996)

“As estatísticas indicam que os pequenos produtores têm grande papel no abastecimento de milho, arroz, feijão, mandioca e leite. A agricultura moderna (e a comercial) é compatível com a pequena propriedade, desde que não minifundiária. As estatísticas não separam, contudo, os que, embora pequenos produtores, já ingressaram na agricultura moderna. Não revelam a capacidade que os pequenos produtores têm de ampliar a oferta daqueles produtos. Como comandam uma proporção muito menor de recursos naturais, além de ser de pior qualidade, e dispõem de níveis reduzidíssimos de instrução, a capacidade adicional de resposta é pequena, quando comparada à dos médios e grandes produtores. A não ser que se modernizem. O setor urbano é confuso sobre o assunto. Do lado da equidade, quer, com muita justiça, proteger os pequenos produtores. Quanto à produção, exige que ela seja abundante, a preços reduzidos, principalmente no que diz respeito ao arroz, mandioca, feijão, milho e leite. O êxodo rural apavora a urbis, porque os que nela habitam não querem dividir o espaço já conquistado; e a ele atribuem grande responsabilidade pela escalada da violência. Este quadro de indecisão, natural no período em que vivemos, confunde o Sistema de Extensão. A retórica é a do pequeno produtor e de tecnologia simples, ajustada à cultura dele. A ação é diferente. Mesmo quando voltada para o pequeno produtor, é para o grupo de capacidade de resposta. Os métodos de alcance sobre a massa são usados para difundir mensagens que atingem muito mais os pequenos a caminho da modernização, os médios e grandes, porque têm acesso ao rádio e à televisão e sabem ler. Esses métodos têm grande poder. A grande massa fica à margem! O sistema oscila. E, por isto, não conquistou aliados na massa dos pequenos produtores, que dele desconfia. Perdeu a confiança dos pequenos, que querem e podem se modernizar, e não conta com o apoio dos médios e grandes, já contaminados pelo vírus da modernização e que, por isto, além de discordarem da sua filosofia, temem-no, porque o julgam aliado de idéias estranhas. Daí a falta de apoio no meio rural. Não dispõe, assim, de aliados que possam ajudá-lo na batalha pelos recursos, nos anos de vacas magras; ou, então, nas greves por melhores salários. Uma definição clara precisa ser tomada e, começar por ela, uma estratégia deve ser estabelecida para a conquista de aliados. Se é o pequeno produtor, aquele tradicional, que seja ele, sem vacilações! (ALVES, 1988: 48-49)

Mas, naturalmente, a ausência de busca de conhecimento sobre o *outro* a quem vai-se ensinar pressupõe o entendimento de que esse *“lugar do conhecimento”* já se encontra preenchido. Uma abstração sobre *quem é esse outro* ocupa o outro lado da relação pedagógica. Assim, cabe perguntar qual é a origem dessa abstração, ou mais claramente, que como se compõe a categoria homem nesse processo. Pode-se verificar

que, ao longo de toda a história da extensão rural, da vigência do paradigma que é alvo dessa análise, muito pouco se produziu no sentido de caracterizar as condições sociais e pessoais dos trabalhadores rurais. Parece claro que todo o processo extensionista absteve-se dessa investigação por dispor de um “*modelo*”, talvez, uma representação social do homem do campo que mascarou essa falta de conhecimento objetivo.

A invisibilidade dos trabalhadores rurais na história extensionista também permitiu que se despidesse qualquer forma de movimento social no campo do seu sentido político, condicionando a sua duradoura invisibilidade psico-socio-cultural.

Mas, à abstração reduzida e arbitrária que se produziu sobre o homem do campo também correspondeu a abstração de que seriam inesgotáveis os recursos naturais. Em nome de um ideal de desenvolvimento e de um suposto projeto para a alimentação da humanidade, a extensão rural assumiu o projeto da chamada *revolução verde*, concebida pelo agrônomo norte-americano Norman E. Borlaugh.

Como se sabe, a revolução verde é responsável por um considerável aumento da produtividade de grãos, desde que asseguradas as condições ideais do plantio: terra de qualidade razoável, sementes selecionadas, água abundante e energia para bombeá-la, capital necessário para adquirir e aplicar grandes quantidades de adubos sintéticos e de defensivos. Aqueles produtores que dispunham dessas condições foram realmente beneficiados pela revolução verde.

Não levou em conta porém os graves impactos ambientais que provocou, muitas vezes de forma irreversível: a agricultura intensiva em insumos químicos polui as águas e os solos, a irrigação malfeita desperdiça muita água e provoca a salinização dos solos.

A discussão que se instala nos dias de hoje leva em conta que vencer a fome não se reduz ao aumento da oferta de alimentos. De acordo com os adeptos da mudança de perspectiva nesse sentido, os que passam fome precisam ter condições de adquirir ou de produzir o seu sustento, o que significa o emprego gerador de renda e a

reforma agrária. Estas questões não se resolvem pela aplicação das tecnologias da revolução verde. Assume lugar de destaque na discussão M.S. Swaminathan que, em 1974, alinhava-se com Borlaugh. Hoje, é um dos principais proponentes da segunda revolução verde, a “revolução sempre verde” (evergreen revolution), também chamada por pesquisadores franceses de “revolução duplamente verde”. A revolução sempre verde busca simultaneamente maior produtividade agrícola e sustentabilidade ambiental, combinando-as com uma opção social pelos pobres e pelas mulheres. Conforme Sachs esclarece, Swaminathan considera que tudo que se faz em favor do pequeno agricultor é benéfico para todos os agricultores. Tudo que se faz em favor da mulher na família beneficia a família toda (“For an Evergreen Revolution”, entrevista publicada por Frontline, de 7 de janeiro de 2000, citado por Ignacy Sachs. O Estado de São Paulo, 29 de abril de 2000). Neste sentido, são urgentes as reformas agrárias e os estudos sobre a agricultura de sequio. Para tanto, as pesquisas científicas devem ser realizadas com a participação ativa dos trabalhadores rurais. Para Sachs, o momento indica uma proposta de modernização do mundo rural bem diferente daquela embutida na primeira revolução verde:

“ Em 1950, cada hectare cultivado no mundo alimentava dois habitantes. Atualmente, são quatro por hectare. Em 2050, serão de 5 a 8, dependendo das hipóteses demográficas. A prioridade passa a ser a adequação dos pacotes tecnológicos às necessidades da pequena agricultura familiar, inclusive no que diz respeito às biotecnologias suscetíveis de aumentar a produtividade da biomassa e de abrir o leque dos produtos dela derivados. As multinacionais procuram ocupar rapidamente este terreno, alocando importantes recursos às pesquisas sobre o aproveitamento da biodiversidade. Cabe aos cientistas nacionais, devidamente amparados pelo Estado, esboçar uma reação em vez de capitular antes da batalha.”(Sachs, op. Cit. 2000)

No momento em que se instala a crítica severa à revolução verde a aos pacotes tecnológicos, dá-se a crise e a ruptura definitiva do paradigma da extensão rural. O modelo preconizado rompe-se para incorporar a interdisciplinaridade indispensável na abordagem dos problemas da produção agrícola. Simultaneamente com a ruptura do paradigma, tem-se a abertura de novos campo intelectuais, com fortes demandas para o agrônomo experiente no trabalho extensionista. É o que vamos buscar compreender, no próximo capítulo.

Capítulo 5

GLOBALIZAÇÃO, SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR:

A CONSTRUÇÃO DO *NOVO RURAL* E DO SUJEITO *AGROECOLÓGICO*.

“Mudamos de século e de milênio num bom momento. Aquele em que nos tornamos novamente capazes de nos questionarmos sobre nosso futuro e nossas possíveis escolhas.” (Alain Touraine⁷¹, FSP, 31/12/2000). A década de 90, segundo o autor, significou a constatação de uma profunda degradação da situação mundial e de um sentimento de que foi a década do *‘não podemos fazer mais nada’*, ante a aparente liberdade de a economia se colocar sem qualquer envolvimento com as sociedades reais, para que se desenvolvesse somente num âmbito mundial e seguisse apenas os critérios da competitividade internacional. *“O mundo inteiro viveu, durante vários anos, um distanciamento, a cada dia mais profundo, entre a evolução da economia e o mal-estar de grupos sociais e culturais, que se sentiam – e ainda se sentem – ameaçados por uma globalização sem raízes.”*

Mas, esse período está terminando, mesmo que prossiga a cultura política da década de 90 em alguns setores. O autor dá os indicadores dessa mudança: surgem os concorrentes dos EUA; a Europa reage a seu atraso e entra na nova economia; o Japão sobreviveu à crise bancária e mantém, portanto, imensas reservas; a ideologia da

⁷¹ Alain Touraine, Começo do novo século devolve a capacidade e a vontade de agir. Folha de São Paulo de 31/12/2000.

globalização começa a se dissipar. É indiscutível que o intercâmbio econômico se globaliza, mas pessoalmente, a vida prossegue sem maiores transtornos provocados pela economia mundial.

A fragilidade das instituições políticas é percebida também na formação de idéias, programas e iniciativas que dêem a todos o poder de escolha, assevera o autor. O momento requer *“novas formas de organização e novas escolhas verdadeiramente políticas”*. E, analisando a situação brasileira neste começo de século, acrescenta:

“A situação do Brasil é bem mais complexa. Arrisco-me, neste começo de século, a fazer um julgamento pouco freqüente. Acredito que a administração de Fernando Henrique Cardoso tenha obtido resultados bem mais significativos do que parece. Ela fez grandes progressos nos campos da educação e da saúde e conseguiu sair rapidamente da crise de 1999. Mas esses sucessos relativos fazem com que apareça mais claramente a ausência de uma força política criadora e criativa, e a aliança que está no poder não parece capaz de renovar a vida política. Por outro lado, progressos consideráveis foram feitos dentro da esquerda política, e o PT é bem mais um partido de governo hoje do que foi há cinco anos. Ele o será ainda mais se conseguir reduzir a influência interna dos grupos radicais, em particular de inspiração católica. Creio que o governo de Fernando Henrique Cardoso tenha criado condições para a modernização da política brasileira.”(Alain Touraine, op. cit).

Ideologia sem sentido, a globalização também é considerada, um fenômeno produzido pelo estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, um fenômeno que está se tornando *“natural”*, segundo Rosenfield⁷² (Correio Braziliense, 26/01/01), do ponto de vista das relações socioeconômicas. E explica:

“Natural, para Aristóteles, significava aquilo que é o mais freqüente, aquilo que ocorre ‘normalmente’. Nesse sentido, algo criado historicamente se torna natural. E essa naturalidade tem mesmo o estatuto de um fenômeno, algo com o que devemos nos adequar, como nos adequamos com enchentes, procurando controlar os seus efeitos. Num certo sentido, não se luta contra um fenômeno, embora procuremos controlar as suas conseqüências e, se possível, alterar a sua natureza. No caso de um fenômeno socioeconômico, coloca-se a questão do juízo que dele

⁷² Denis Lerrer Rosenfield. *O fórum social: progresso ou nostalgia?* Correio Braziliense de 26/01/2001. O sentido do texto é que salientar que o debate atual exige que sejam abandonadas as antigas dicotomias entre esquerda e direita, entre neoliberalismo e saudosos das lutas antiimperialistas.

fazemos. Ou seja, introduzimos critérios morais para qualificar o fenômeno em questão e os seus efeitos, alguns sendo considerados bons, outros maus. Por exemplo, entre os fenômenos da globalização, qualificaríamos de boa a revolução científico-tecnológica em curso, cujo fenômeno mais saliente é a Internet e o correio eletrônico. De maus, qualificaríamos os efeitos sociais oriundos da primazia internacional do capital financeiro, favorecendo as nações mais desenvolvidas.” (Rosenfield, op. cit).

Outra posição é defendida por José Graziano da Silva (1998) ao expor as três formas possíveis de se considerar a extensão da globalização:

“Uma é que a globalização já é um dado: o mundo não tem mais fronteiras, os Estados nacionais perderam a importância. Só nos resta buscar a inserção possível nas tendências mundiais. Não temos caminho alternativo. A segunda é o inverso: isso tudo é fantasia. É apenas uma velha questão ideológica disfarçada, a do imperialismo norte-americano. É só para nos enganar, não vamos ‘cair nessa’. Vamos fincar pé nas nossas conquistas nacionais porque essa onda passa. Nesses dois extremos, há nuances intermediárias, há distintas etapas de um desenvolvimento capitalista (3a posição): a globalização é uma que está sendo percorrida agora. São etapas de um encadeamento das relações sociais que se refletem nas técnicas de produção predominantes” (Graziano da Silva, 1998: 29).

Mas, a globalização é também considerada responsável por acelerar processos internos ao país, quando se trata de abordar sua política agrícola, considerada tradicional, vis-à-vis suas repercussões em termos de desenvolvimento rural e de seus agentes sociais. Neste sentido, a globalização mostra a sua face mais perversa, quando são salientados seus efeitos de empobrecimento e de exclusão social.

“(…) um longo processo de amadurecimento da sociedade brasileira com relação às questões que dizem respeito à tradicional política agrícola do País, suas conexões com modelos de desenvolvimento rural e seus reflexos nos diversos agentes que participam direta e indiretamente deste setor. Recentemente, esse processo ganhou maior impulso em decorrência de dois fatores que se articularam entre si. De um lado, a emergência de um novo patamar na internacionalização do capital, agora impulsionado pelos avanços da telemática, o que acarretou um fenômeno vulgarmente conhecido como “globalização”. De outro, a constatação eloqüente do total esgotamento dos modelos de desenvolvimento agrícola excludentes, que concentram renda, terras e riquezas no campo, pauperizando e expulsando os pequenos agricultores de suas comunidades rurais.” (Workshop Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Brasília, de 24 a 28 de novembro de 1997) .

O que não se explicita, com muita frequência, é como os diferentes atores sociais consideram que a *globalização*, sob a forma da ideologia ou, mais concretamente, sob a forma de organização do trabalho, interfere no nível produtivo. Como se dá essa

interferência? Que impacto percebe-se da globalização no processo produtivo? Pode-se dizer que a agricultura brasileira esteja globalizada? Em que termos? E, para permanecer fiel aos propósitos deste trabalho, como esse movimento de internacionalização da economia, ou a *globalização*, tem afetado as relações socioculturais e de produção no campo, e quais são as evidências dessa modificação, sob o ponto de vista das relações entre técnicos e produtores?

Globalização e agricultura no Brasil

Uma orientação no sentido das respostas necessárias ao entendimento da relação entre a *globalização* e a agricultura brasileira é o que propõe José Graziano da Silva (1998). De início, o autor salienta que não se pode falar de uma agricultura brasileira totalmente globalizada, mas de segmentos globalizados, como as carnes e os grãos, além das frutas legumes e verduras, mais recentemente. E sintetiza que *“o que se globalizou, o que se difundiu em todo mundo, foi uma maneira de produzir e uma maneira de consumir de uma parte da população”*. (:32).

Seu estudo encaminha para o destaque de cinco aspectos relevantes em se tratando dos impactos na agricultura provocados pela globalização: primeiramente, a constatação de que, cada vez mais se restringem as atividades *“porteira para dentro”* enquanto cada vez mais se amplia o conjunto das atividades *“porteira para fora”*. Na década anterior, foi o conjunto de atividades de transformação agroindustrial o que mais se destacou; este, entretanto, é o momento das atividades ligadas à logística, e aos serviços, tanto os que auxiliam a produção, como os pessoais, esclarece o autor. O modo de produzir permanece substancialmente o mesmo, mesmos insumos, mesmo processo, enquanto que o produto passa a se diferenciar respondendo a novas exigências de mercado e de público a que se destina. O segundo aspecto relaciona-se a uma importância relativa que assumem determinados produtos, forçados pela generalização dos padrões internacionais de consumo. Estes, ora quase nada representam no volume global da produção, ora constituem o diferencial do mercado para determinada região. Já

o terceiro aspecto aborda a redistribuição dos excedentes produtivos dos países desenvolvidos, agora comercializados no mercado internacional, levando a desestruturação dos segmentos produtivos nos países que não adotam as chamadas políticas compensatórias. Mudança na divisão internacional do trabalho é o quarto aspecto, frente à tendência que se verifica de que países como o Brasil e a Austrália sejam forçados a retomar seu papel de exportador primário, enquanto que os países mais ricos reservam-se o produto final, de maior valor e mais propício à integração de serviços na cadeia produtiva. Finalmente, o último aspecto refere-se a uma certa dicotomia do mercado com a divisão do público consumidor em dois segmentos: os que consomem o que é possível para sobreviver, dentro do seu padrão de renda, e aqueles que buscam o consumo qualificado por exigência cultural, religiosa ou ecológica, amparados, para tanto, por altos níveis de renda.

Quanto aos impactos relacionados ao meio ambiente, Graziano da Silva destaca, em primeiro lugar, a emergência de *novíssimos atores* do processo de produção e consumo: o “*consumidor-saúde*”⁷³, que quer saber o que é o produto para orientar sua

⁷³ A grande discussão nacional sobre a presença dos “organismos geneticamente modificados” – OGM – mais conhecidos como “transgênicos” é exemplar nesse sentido. Dando realce ao debate entre o Estado, representado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CNTBio, e a sociedade civil, na atuação, principalmente, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, a questão dos transgênicos permite verificar que o eixo principal da discussão é o consumo dos produtos, sendo pouca a ênfase dada à produção agrícola. O IDEC previne o agricultor no sentido de que: “*Verifique a qualidade da sua semente. No ato da compra, exija sempre do vendedor o certificado comprovando que elas não são transgênicas. Como não é possível diferenciar a semente transgênica da convencional a olho nu (fenótipo), o certificado é fundamental.*

Faça a certificação. Ela representa um passaporte seguro para o mercado interno e externo. Tanto pode ser feita por autoridades governamentais como por certificadores independentes. Embora num primeiro momento isso possa representar um pequeno aumento de custos, você vai colocar seu produto com maior facilidade no mercado. Garanta a segregação de sua produção em todas as etapas do processo de produção transporte e armazenagem. Apenas assim você estará à salvo de surpresas desagradáveis. Cuidado com a contaminação! Os cultivos ilegais podem contaminar a sua produção através da polinização cruzada. Em caso de dúvida ou suspeita de plantações transgênicas vizinhas ilegais entre em contato com as autoridades para averiguação. Não se deixe levar por propaganda enganosa! Além de ilegais, as sementes geneticamente modificados são menos produtivos que os seus equivalentes convencionais.” (IDEC, www.idec.org.br)

Também é pouco expressiva a participação dos segmentos dos produtores rurais na discussão. O evento mais marcante nesse sentido é a destruição da plantação de soja, no Rio Grande do Sul, da Monsanto (empresa de biotecnologia dos Estados Unidos, com atuação no Brasil), por ocasião do *Fórum Social Mundial*, em Porto Alegre, em janeiro de 2000. Antes do feito, porém, o MST já havia se manifestado na

escolha; e o “*produtor-verde*” que produz para um nicho específico do mercado, ganhando mais com seu produto. Destaca ainda a crescente importância atribuída ao conhecimento de “*faixas de mercado*” dentro do público consumidor⁷⁴, na definição das novas tendências do mercado. Com consumidores muito mais atentos à sua saúde e ao processo produtivo que gerou determinado produto – presença de agrotóxico, excesso de corantes e acidulantes, por exemplo – necessariamente força-se a redefinição dos padrões tradicionais produtivos que marcaram a agricultura mundial nos últimos tempos. Além disso, novos padrões de regulação são estabelecidos, principalmente o das *tecnologias adequadas*, com restrições a uso de agrotóxico, a mecanização; e o da regulação do território sobre a propriedade individual privada. A primeira consequência disso, é a constatação de que o meio rural não mais se restringe ao espaço da produção agropecuária, mas incorpora novas e variadas formas de uso do solo: áreas de preservação, áreas sensíveis, residências. É o momento da “*modernização ecológica*”, assinalando a emergência de um “*capitalismo verde*”, em resposta aos questionamentos atuais sobre o controle da tecnologia na agricultura.

Outros aspectos trabalhados por Graziano da Silva dizem respeito aos impactos do meio ambiente sobre a agricultura, diretamente. Aborda, assim o controle

imprensa, por diversas vezes, anunciado sua intenção de proceder à queima, alegando que havia uma consciência ingênua dos sem-terra de que bastava ter a terra para resolver o problema.

⁷⁴ Vilela (1999: 4) observa que “a década de 80 testemunhou a maior mudança no comportamento social em relação à organização dos sistemas agroalimentares nos países industrializados, como observaram Goodman & Watts (1994). Estas mudanças comportamentais incluem um crescimento significativo no ativismo dos consumidores, com a constituição de novos movimentos sociais orientados para o enfrentamento de questões alimentares específicas, como métodos de uso intensivo de insumos químicos na produção agrícola, resíduos químicos nos alimentos, aditivos sintéticos, tópicos de saúde animal, rotulação de produtos alimentícios, higiene e segurança dos alimentos. Embora tal força seja exercitada esporadicamente, estas mobilizações e boicotes a produtos, bem como o crescimento e a permanência destes movimentos sociais ligados à problemática agroalimentar, são sintomáticos da maneira pela qual as mudanças da relação produção-consumo, na perspectiva do consumidor, podem e têm modificado significativamente a economia política do sistema agroalimentar.”

privado da qualidade alimentar, marca do momento atual, o que ficou conhecido como *selo verde*. Com o selo verde, o produtor atesta em seus produtos as condições empregadas em sua produção. É o caso do “*dolphin save*” na pesca do atum, ou do palmito de açaí que atesta no rótulo que não se trata do extrativismo clandestino das palmeiras da mata atlântica. O que se verifica neste momento é o credenciamento do produtor, por meio de suas organizações, como fiscal de si mesmo. Em decorrência disso, tem-se o outro aspecto relevante nessa relação entre o meio ambiente e a agricultura. Trata-se do fortalecimento dos níveis local e regional de decisão. São cada vez mais freqüentes e evidentes as formas de controle social que emergem no âmbito dos municípios e das comunidades, gerando padrões específicos de controle da qualidade de alimentos e da poluição ambiental. O último aspecto aborda a conseqüência de restrições ambientais impostas pelas novas políticas agroambientais na geração de novos elementos de diferenciação para os agricultores e de desigualdade social.

Três conjuntos de políticas agroambientais podem ser destacadas: primeiro, o das *ajudas diretas*, que apresenta a mudança do subsídio ao preço do produto para subsídio ao produtor. Esse subsídio é também inversamente proporcional à área cultivada. Assim, quanto maior a área cultivada, menor o subsídio. A sua aplicação tende a acentuar as desigualdades de acesso à terra, portanto. No caso brasileiro, face à grande concentração de terras, os movimentos sociais pela reforma agrária chocam-se com a implantação de políticas desse tipo, baseadas em incentivo à não produção. O segundo conjunto diz respeito às *políticas de certificação da qualidade*. Contrárias ao movimento da *revolução verde* cujo propósito era o de supressão de barreiras à entrada em qualquer atividade agropecuária, essas políticas de certificação de qualidade significam a introdução de barreiras ao processo produtivo, muitas vezes, altamente excludentes. O exemplo mais próximo é a questão do boicote à carne brasileira pelo Canadá, sob o pretexto da contaminação da “*vaca louca*”. O que decorre disso é uma luta constante por um nicho de mercado e a exclusão social resultante. Finalmente, o terceiro conjunto refere-se aos *direitos de produção*. Historicamente, um direito inalienável do produtor, o direito de produção era subordinado ao direito de propriedade. No momento, por pressões

ambientais, o direito de propriedade passa a se subordinar às questões relativas ao uso sustentável dos recursos naturais. Assim, o *direito de produzir* deixa de ser universal e entra em competição como *direito de não produzir*. (GRAZIANO DA SILVA, 1998: 41). As *reservas particulares do patrimônio natural* – RPPN – são um exemplo desse direito de não produzir, estimulado pelas instituições públicas e privadas de conservação ambiental.

Como se vê, duas questões centrais se destacam das interações entre globalização, agricultura e meio ambiente: a preservação ambiental⁷⁵ e a saúde do consumidor. Como observa Graziano da Silva, *"nada das preocupações específicas que marcam a agricultura e a questão ecológica dos países do terceiro mundo se faz presente nesse contexto. Quer dizer, em nenhum momento as questões da distribuição da terra, da riqueza e do emprego aparece neste cenário globalizado, problemas esses que já deviam ter sido resolvidos"*.(:42)

Porém, é a emergência desse consumidor preocupado com a saúde e com o que consome que vai também impulsionar mudanças significativas, ainda que localizadas, no meio rural. Um conjunto de informações acerca do seu perfil é rapidamente considerado na reordenação das estratégias de venda e de produção das grandes empresas. Assim, as grandes empresas dispõem de mecanismos eficazes para rapidamente captar as novas tendências do mercado, repassando-as aos setores da produção e forçando alterações no seu padrão. Isso vai desde a produção de determinados produtos, cuja composição seja adequada a essas novas tendências, passando pela embalagem, até o lançamento de novos produtos.

A exemplo disso, a Gazeta Mercantil/Grande São Paulo, de 14 de Fevereiro de 2001, registra o crescimento em São Paulo do mercado de produtos orgânicos:

⁷⁵ A proposta de mudança no Código Florestal, em junho de 2000, e o debate gerado exemplificam bem como a sociedade brasileira está preparada para uma rápida articulação em torno da questão ambiental, fruto da atuação de diferentes segmentos atuantes na área.

*“São Paulo, 14 de fevereiro de 2001 - A Grande São Paulo lidera o mercado de produtos orgânicos, que ano passado movimentou no País em torno de US\$ 150 milhões, 50% mais que no anterior, segundo o Instituto Biodinâmico, entidade certificadora que congrega 2,3 mil produtores. Segundo a Associação de Agricultura Orgânica – AAO, houve um aumento de 30% ano passado no comércio dos 350 produtores certificados – 90% deles localizados na grande São Paulo – graças à procura das redes atacadistas. Em um ano a área de plantio orgânico cresceu 60% dentro do cinturão verde, responsável por 80% do abastecimento de hortaliças em São Paulo. Esta área tem cerca de 260 hectares e seus principais pólos são Cotia, Vargem Grande Paulista, São Roque e Ibiúna. A Feira de Produtos Orgânicos do Parque da Água Branca é visitada, aos sábados, por cerca de 3 mil pessoas. Ali expõem seus produtos 37 pequenos produtores credenciados pela Associação de Agricultura Orgânica. Mesmo com margens pequenas de lucro, os produtores orgânicos apostam no crescimento do setor. O Instituto Biodinâmico em São Paulo é a principal entidade certificadora do segmento. O agricultor Kazuo Kuzumoto, de 54 anos, conta que após 20 anos trabalhando com veneno – como se refere aos agrotóxicos – passou a manifestar sintomas como dores de cabeça e náuseas constantes. **'Despertei para o mal que estava fazendo a mim e aos outros e optei por abandonar a agricultura tradicional pela orgânica após assistir algumas palestras sobre técnicas de produção natural'**, diz. Sem usar agroquímicos há 10 anos, Kuzumoto diz que está satisfeito com a troca apesar de um rendimento mensal que não ultrapassa R\$ 2 mil por mês. **'O lucro com o uso de agrotóxicos seria uns 50% maior, mas não há dinheiro que pague a minha saúde e a disposição de trabalhar sabendo que estou fazendo o bem para o próximo'**, diz. Em um passeio pela feira é possível encontrar caruru e feirante que sabe explicar o que é esta verdura. **'Caruru é tão rico em cálcio e ferro quanto o espinafre. Conhece?'**, pergunta o agricultor Motoshi Suguiyama. Com um faturamento em torno de R\$ 3,5 mil ao mês, de onde tira o sustento da família e o salário dos quatro trabalhadores que ajudam a cultivar os 160 mil metros quadrados de terra em Mogi das Cruzes, o lavrador conta que produz cerca de 500 caixas de hortigranjeiros mensalmente. **'Metade da produção comercializo na feira, a outra distribuo para o varejo'**, conta. Por se tratar de uma cultura que exige cuidados especiais, áreas de cultivo menores, os preços dos produtos são em média 50% mais caros que as hortaliças produzidas com agroquímicos e podem chegar até o triplo do valor para os legumes como tomates, cebolas e batatas. **'Não me importo de pagar mais porque sei que tudo que há por aí está contaminado'**, afirma o cliente assíduo da feira, Rubens Sgarbi, de 64 anos. O café orgânico é o ponto de encontro da feira. As barraquinhas do lado de fora do galpão onde estão os feirantes faz sucesso ao servir bolos, café, iogurtes, tudo natural sem um pingote de conservantes e agroquímicos. **'A agricultura orgânica não é uma volta às origens, pelo contrário, é altamente científica'**, afirma Rojas. **'A preocupação principal é com a qualidade do solo. Os transgênicos garantem salvar o mundo da fome, mas a cada dia o solo está mais exaurido'**, acrescenta.”*

(Íris de Oliveira. Gazeta Grande São Paulo/Página 6 - grifos meus)

É interessante notar, também, que escolhas alimentares culturais e a opção por alimentos saudáveis, de uma faixa do mercado, concorrem para a contenção do processo de globalização no setor agroalimentar. De certo modo, tem-se a constatação de que os mecanismos da globalização implicam na coexistência de, por um lado, processos de homogeneização dos padrões de consumo alimentar e, por outro, de

processos de diversificação/especialização. (Vilela, 1999). O que não se pode negar, porém, é que tende a ser globalizado, não o consumo, mas a base de idéias e representações que sustentam a escolha alimentar pelo orgânico.

Pelo lado da homogeneização, estão os alimentos que perdem sua nacionalidade, tornam-se mundiais e contribuem para a constituição de uma “*cultura alimentar global*”. (Vilela, 1999). Uma quantidade expressiva de produtos com características muito semelhantes passa a ser consumida em vários cantos do mundo, como é o caso da Coca-Cola, da pizza, do *yogurt*, da linha de *fast food* produzida por empresas como a MacDonal’d’s.

Mas, a chamada produção orgânica, livre dos agrotóxicos, dos transgênicos, de tudo o que pode ser associado ao padrão de produção disseminado pela *Revolução Verde*, guarda também a possibilidade de congregação de pelo menos dois grupos de agricultores. O primeiro, é composto por aqueles que a adotam simplesmente pela margem maior de lucro na produção, em razão da colocação do produto no mercado com um valor significativamente maior do que os similares produzidos em condições tradicionais. Em geral, grandes redes de supermercados que disputam a faixa de consumidores dos alimentos orgânicos fomentam a incorporação de novos produtores orgânicos ao processo produtivo. Para estes produtores, a produção orgânica não implica em mudanças substantivas na sua forma de ver o mundo: não estão preocupados com a poluição das águas ou com o destino do planeta, apenas se beneficiam de melhor colocar o seu produto no mercado pela condição de produzir sem o auxílio dos agroquímicos. Do mesmo modo como se constituem os fornecedores de alimentos para as grandes agroindústrias como a *Sadia*, e para redes de lanchonetes como a *McDonald’s*, assim também se constituem os fornecedores de produtos orgânicos para mercados desses produtos.

Já o segundo grupo, incorpora os adeptos da *agricultura sustentável* (PRIMAVESI, 1992). Sua proposta de produção agrícola baseia-se na crítica ao processo

tecnológico que se concentra na planta, o que é para estes uma postura puramente sintomática: preocupa-se em controlar e extinguir os sintomas, desconhecendo que suas causas são derivadas do solo. Baseando-se na busca dos equilíbrios naturais destruídos, recomenda o trato do solo, não mais como essencialmente químico-mecânico, mas biológico-físico.

“Isso baixa os custos, torna a agricultura menos arriscada e permite um lucro razoável ao agricultor, ao mesmo tempo que aumenta a qualidade do produto. Em nível do consumidor, os preços se tornam mais acessíveis e a alimentação mais nutritiva, aumentando a saúde e baixando os custos para mantê-la. E tudo o que beneficia a terra beneficia igualmente o meio ambiente. É uma agricultura sustentável: econômica, social, e ambientalmente.” (PRIMAVESI, 1992: 10)

O novo rural e a construção do sujeito agroecológico

O que a base conceitual do chamado desenvolvimento sustentável representa, parece indicar uma mudança considerável na relação entre sociedade e natureza está entendida como meio ambiente, ou seja, o meio físico que engloba a sociedade e permite a sua atuação. Desde o acidente de Chernobyl, em 1987, por exemplo, não é mais possível admitir que os problemas ambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento tecnológico atual, baseado na intensidade do uso de produtos químicos e em processos degradantes de exploração dos recursos naturais, sejam estritamente da alçada daquela nação onde ocorreu o acidente. A consciência da responsabilidade coletiva sobre ações que afetem o meio ambiente, levou ao estabelecimento, pelo Relatório *Bruntland*⁷⁶, do conceito de desenvolvimento sustentável

⁷⁶ O governo brasileiro adota a definição utilizada pelo documento *Nosso futuro comum*, publicado em 1987, também conhecido como Relatório Bruntland. O Relatório Bruntland – elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas e presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro-Bruntland – faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Conferência Rio – 92, que reafirmam a crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, em que se ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. *El Desarrollo Sostenible, una Guía sobre Nuestro Futuro Comum, Informe de la Comisión Mundial sobre Medio Ambiente y el Desarrollo, IICA/CATIE, 1988.*

Anteriormente, o Relatório Founex, 1972, tanto quanto a Declaração de Estocolmo, 1972, e a Declaração de Cocoyoc, 1974, anunciam a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas, para se promover um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, ou ecodesenvolvimento,

como sendo: processo que *“busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras para atender suas próprias necessidades...”* ou ainda, *“um processo de mudança na qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras...”*

Mas, o meio rural tem-se transformado. Tanto quanto o estudo de Graziano da Silva, outros trabalhos apontam para um importante processo de reestruturação do meio rural, decorrente da perda progressiva da capacidade geradora de renda das atividades agrícolas tradicionais. Há indícios de um crescimento notável das atividades não-agrícolas no meio rural, como alternativas econômicas às atividades agrícolas. Neste sentido, destacam-se as atividades ligadas ao turismo rural e ecológico, lazer, descanso, emprego doméstico, indústria da construção, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país.

ou desenvolvimento sustentável (cunhado por anglo-saxões). O Relatório Bruntland, 1987, levou à convocação da Rio – 92 que reconhece que meio ambiente e desenvolvimento são duas faces da mesma moeda.

As décadas de 70 e 80 ampliaram conhecimentos sobre o funcionamento da biosfera e sobre os riscos iminentes de acidentes nucleares e químicos, o aquecimento global e ameaça de conflitos pela posse dos recursos e lutas de cunho ecológico. Instala-se a preocupação sobre o gerenciamento do meio ambiente. Para tanto, contribuíram a conscientização do público e as pressões dos grupos civis organizados e dos partidos verde. É a sociedade civil surgindo como o terceiro sistema de poder, unindo-se ao Estado e aos poderes econômicos.

Em contraste a isto, tem-se a degradação da situação econômica e social do sul e a do leste, mais proximamente, vitimados pela globalização da economia mundial. São evidências do abismo que se criou entre o norte e o sul: a evasão de recursos para o serviço da dívida, custo do protecionismo em receitas perdidas com produtos agrícolas e têxteis e com a troca, níveis de consumo per capita de materiais e energia e conseqüente poluição.

Estas condições justificam as posições diferentes do norte e do sul na Rio – 92: Norte insiste nos riscos ambientais globais e o sul dá prioridade ao desenvolvimento, e manifesta-se contra o embargo deste por razões ambientais.

A escolha não é entre meio ambiente e desenvolvimento, mas entre formas de desenvolvimento mais sensíveis ao meio ambiente. A parceria necessária para a administração dos recursos naturais do planeta exige maior justiça econômica para os países em desenvolvimento. (SACHS, 1994).

Em decorrência desse processo, são recriadas estratégias de reprodução de grupos sociais os mais diversos, espacialmente disseminados no meio rural.

São, na maioria das vezes, grupos situados em áreas favorecidas por recursos naturais compatíveis com as demandas desse novo ideário de consumo e/ou grupos "neo-locais" economicamente capazes de investir nestas áreas ou em atividades a elas vinculadas. Em decorrência, grupos sociais tradicionais passam a se relacionar com novos grupos, resultantes, tanto da transformação de parte dos agrupamentos tradicionais quanto com novos grupos que chegam "de fora", detentores de outras experiências e de outro "capital" cultural, assim como com grupos externos e até distantes, com os quais se dá parte das relações comerciais. (Vilela, 1999: 4)

O que se verifica também é que grupos sociais localizados em regiões tidas como produtivamente inviáveis e dotada de precários recursos naturais, marginalizados social e economicamente, portanto, estão conseguindo se reerguer produtivamente.

Nesse sentido, estudos recentes (Paula Pessoa & Leite, 1998; Green, 1998; Graziano da Silva, 1998) demonstram que os elos que formam a cadeia da relação produção-consumo no setor agroalimentar, na era da globalização, têm sido ampliados no sentido de incorporar e/ou fortalecer setores de atividades cada vez mais distantes do processo produtivo agrícola propriamente dito, como os da logística, distribuição e marketing (que, mais que propaganda, inclui o gerenciamento do próprio comportamento do consumidor). Estes "novos" elos têm reduzido o peso valorativo dos elos tradicionais (agrícola e agroindustrial) e passado a responder pela maior parte do valor agregado dentro da cadeia produtiva. Um bom exemplo desse fenômeno, na opinião de Graziano da Silva (1998), é o dos alimentos frescos (frutas, legumes e verduras). . (Vilela, 1999: 4)

Vilela (op. cit.) estima que mais de 50% do valor agregado nas cadeias desses produtos deve-se às atividades de armazenamento, transporte, mobilidade, custos de informação, propaganda. A crescente incorporação de serviços no processo produtivo de alimentos permite que o produto se diferencie muito mais pelos serviços nele embutidos: embalagem, formato, cor, dentre outros.

Com certeza persistem as condições de desigualdade social, uma estrutura fundiária ainda bastante concentrada, precárias condições de vida em grande parte das comunidades rurais.

Jarh (ABEAS, 1996) observa que a grande maioria dos chamados pequenos produtores, ou produtores familiares, organizados em suas cooperativas ou associações, estão muito longe de se beneficiarem do atual momento de liberação da economia e de grande dinamismo da agropecuária. Seus recursos são insuficientes, há falta de infraestrutura e capacidade de gestão, levando-os a vender antecipadamente e a preços baixos, a sua pequena produção. Como é pequeno o excedente para comercialização, seu poder de barganha é também bastante reduzido, o que os faz prisioneiros dos intermediários e sem condições de reter a poupança gerada. Os preços que praticam não correspondem necessariamente aos investimentos realizados ou ao esforço produzido, provocando a transferência de renda para os setores de maior poder econômico. Outros problemas identificados são a falta de informação, a inadequação dos instrumentos de extensão agrícola e capacitação, os limitados conhecimentos que os impedem de adquirir os insumos adequados e adotar práticas produtivas alternativas, com maior produtividade. *“Eles têm, além do mais, limitada capacidade de armazenagem, não observam os padrões mínimos de qualidade das mercadorias e, com freqüência, sofrem perdas decorrentes da falta de planejamento e informação comercial para a venda da produção.”* (ABEAS/Jarh, 1996: 30)

Na prática, a partir das últimas décadas, são identificados no meio rural projetos especiais que buscam qualificar o desenvolvimento econômico, atribuindo igual ou maior importância aos seus aspectos sociais, culturais e ambientais; garantir melhoria na qualidade de vida, distribuir eqüitativamente seus resultados e assegurar a solidariedade entre as gerações presentes e futuras, com a custódia dos recursos naturais. São comportamentos que começaram a se esboçar no final da década de 70, partindo da discussão da conservação ambiental e da sustentabilidade. As organizações ambientalistas com atuação no meio rural atingiram seu auge nas décadas de 80 e de 90. As Organizações Não-Governamentais – ONGs⁷⁷, entidades sem fins lucrativos, vêm-se,

⁷⁷ Além das ONGs, merecem registro outros organismos com atuação destacada no meio social e ambiental, urbano e rural: ‘Organizações Sociais’ criadas pelo governo federal para assumirem parte dos programas sociais do Estado; muitas empresas passam a investir significativamente em educação, criando e ampliando suas fundações filantrópicas – cerca de 80 no Brasil – constituindo organismos de articulação e representação e promovendo programas sociais

consolidando no país, com objetivos, tamanhos e modelos diversos. Um grupo particular dessas organizações é identificado por sua postura de defender um desenvolvimento sustentável: a favor da vida e de sua diversidade, pelo uso racional dos recursos naturais. Para atingir seus objetivos, essas ONGs atuam na cidade ou na zona rural, trabalhando com pequenos grupos sociais no desenvolvimento de programas de capacitação e de organização. Pela natureza de seu trabalho, essas organizações buscam identificar e analisar as causas dos problemas sociais, apontar soluções, construindo modelos de intervenção, e ajudando a população a assumir seus interesses.

Assim, em grande parte pela atuação das ONGs, retoma-se a discussão da viabilidade econômica e ambiental do extrativismo, tanto na Amazônia, como no Cerrado e na Mata Atlântica; reinstala-se a preocupação com o manejo florestal, ou seja, a exploração ordenada da madeira, através do planejamento dos objetivos e de produção que permitam a sustentabilidade da área a ser explorada e manejada; promove-se a preservação da cultura indígena e, conseqüentemente, a conservação do ecossistema correspondente. O exemplo dos agricultores de Valente⁷⁸, na Bahia ilustra bem esse processo⁷⁹.

das empresas; as universidades crescentemente oferecem serviços que antes só eram providos pelas ONGs; o movimento sindical vem desempenhando funções antes tidas como exclusivas do Estado, e outras típicas de ONGs. Deste modo, tornam-se muito tênues os limites entre movimentos sociais, ONGs e Estado. Ademais, o conceito de 'Terceiro Setor', vem-se fortalecendo e tem ensejado a proliferação de centros de estudos, publicações e serviços. (Armani s/d)

⁷⁸ O relato é baseado no artigo de Bruno Blecher, *Camponês faz indústria na caatinga*, para a Folha de São Paulo de 08 de fevereiro de 2000 e em informações obtidas junto ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento - NEAD, instituído no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário e no site www.epaeb.org.br.

⁷⁹ Outros exemplos poderiam ser citados, com o sentido de demonstrar como tem sido identificadas novas alternativas e vocações produtivas, gerando novos empregos e outras oportunidades de renda no meio rural brasileiro. Vejam-se as experiências de ecoturismo em bases comunitárias em Silves, na Amazônia; a fábrica de palmito de açaí da Reserva Extrativista do Rio Cajari, no Amapá; Modelo comunitário de exploração de madeira em Rondônia; o Modelo Industrial de Exploração de Madeira em Paragominas.

O jornal Folha de São Paulo, no início do ano de 2000, relata, com muita simpatia, a trajetória dos agricultores de Valente:

Sob o sol escaldante do sertão baiano, eles chegam aos poucos, com suas enxadas, foices e facões, para se reunir à sombra da grande castanheira, em frente à casa de Edésio Antônio de Oliveira, na Comunidade Papagaio, em Valente, na Bahia.

Ali, no semi-árido, as chuvas são raras e os solos, pobres e esgotados, não resta muita terra a ser ocupada. Em Valente, prevalece a pequena propriedade familiar, de 10 ha em média, que a cada geração é ainda mais fracionada por causa dos casamentos dos filhos e de heranças. A maioria planta sisal, fibra vegetal utilizada para a confecção de fios, cordas e tapetes, além da alimentação animal.

O motivo da reunião na casa de Edésio é o "boi roubado", uma tradição do sertão da Bahia, que em outros Estados é conhecida como mutirão. Os vizinhos souberam que a 3 km dali, na terra de Erenita Leonice, o mato já estava cobrindo a palma, cacto que sustenta o gado durante a seca. E o pessoal de Erenita não dava conta da capina para "zelar" a palma. Daí resolveram se unir para "roubar" a Erenita. As mulheres se encarregaram de levar a pinga; os homens, as ferramentas. Na hora marcada, os camponeses saem em marcha pela caatinga, entoando uma cantiga que mais parece ladainha:

*"Chegou mano, chegou
Chegou seu boi roubado na roça, chegou
Todo povo admirou, ôôô
Quando o boi roubado na roça chegou."*

Erenita já andava desconfiada, mas faz cara de surpresa quando vê a procissão. Zé Raimundo solta os rojões, Antônio distribui a pinga, e o serviço começa.

Até o sol se esconder atrás das pequenas colinas da caatinga, os homens vão roçar o mato das lavouras, cantando e bebendo. Depois, conforme reza a tradição, Erenita vai abater dois ou três bodes para servir a seus vizinhos.

A união dos pequenos agricultores em Valente já gerou ações bem mais arrojadas do que o "boi roubado". De 1980 para cá, eles criaram uma associação, montaram três unidades de beneficiamento de sisal (batedeira), cooperativa de crédito, construíram uma escola rural, um clube e uma moderna indústria de tapetes e carpetes, avaliada em US\$ 10 milhões. Tudo isso compõe o patrimônio da Associação dos Pequenos Produtores do Município de Valente – APAEB, resultado do trabalho das comunidades de base da Igreja Católica e do Movimento de Organização Comunitária⁸⁰ – MOC.

Cansados dos baixos preços oferecidos pelos comerciantes pelo sisal, os produtores filiados à APAEB compraram sua primeira bateadeira em 1984 e passaram a beneficiar sua produção. *"Antes, o sisal passava por dois ou três intermediários até chegar a um grande comerciante, que beneficiava e vendia as fibras às indústrias. O produtor ganhava pouco. Com a bateadeira, a associação passou a comprar o sisal do produtor"*, diz Ismael Ferreira, 40, gerente da APAEB.

⁸⁰ Movimento de Organização Comunitária

Rua Pontal, 61 – Cruzeiro. Feira de Santana / BA - CEP: 44.017-170

Fundado em 1967, a entidade conta atualmente com 27 funcionários e 01 voluntário.

Seu orçamento situa-se na faixa de até R\$ 600.000, financiados em 90% por agências de cooperação estrangeiras, 8% por órgãos do governo brasileiro e 2% vem de bens imóveis alugados.

Atua nas cidades do interior do Estado da Bahia, e tem como público organizações populares e sindicais, educadores, associações de produtores, mulheres, crianças e adolescentes.

Desenvolve programas de alfabetização de adultos, capacitação de professores rurais, viabilização da pequena produção urbana e rural, e de políticas públicas com capacitação de seu público para acompanhar e interferir no processo político.

É filiado à CEAAL, associação de 210 organizações civis, constituída em 1982, com presença em todos os países de América Latina e em quatro do Caribe: Haiti, Cuba, Puerto Rico e República Dominicana; à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG; à Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos – FENAPE; Redes de Educação Entre Mulheres e de Alfabetização do Brasil – "Alfabetizando em parceria" – e às experiências em Segurança Alimentar.

Fonte: <http://www.ocara.org.br/servicos/entidades/ong00362.htm>

A capacidade da bateadeira (30 toneladas por mês) era pequena para atender a quantidade exigida pelos importadores. E a APAEB não tinha capital de giro para ampliar a compra de sisal e investir em novas máquinas. *"Resolvemos, então, lançar a Poupança APAEB, uma forma criativa, embora ilegal, de conseguir dinheiro"*, lembra Ferreira. A associação incentivou seus sócios e os moradores da cidade a lhe emprestar qualquer quantia que tivessem, por menor que fosse. Pagava a mesma remuneração da caderneta de poupança. *"Conseguimos levantar no primeiro ano, 1990, US\$ 30 mil; US\$ 70 mil, no segundo ano; US\$ 100 mil, no terceiro"*, diz Ferreira. O sucesso da poupança levou a APAEB a criar uma cooperativa de crédito para legalizar a captação.

Em 1989, a associação começou a exportar 100 toneladas por mês de fibra beneficiada para Portugal, e sua entrada no mercado elevou os preços pagos aos produtores pelo sisal. *"Não foi o suficiente para manter os preços do sisal numa faixa razoável. Daí partimos para a indústria de tapetes"*, diz Luiz Mota Souza, produtor rural e presidente da APAEB. Com a assessoria do MOC, a associação levantou três financiamentos: R\$ 4,4 milhões no Banco do Nordeste; US\$ 550 mil com uma ONG belga – DISOP – e US\$ 300 mil com uma fundação norte-americana – Inter American Foundation. Mais US\$ 1,5 milhão foi conseguido com recursos da própria APAEB e empréstimos de curto prazo.

Em 1994, dois enormes galpões de 2.500 m² cada, foram instalados. As máquinas – teares, passadores e fiadeiras – vieram da Europa e ninguém sabia operá-las. *"A fábrica começou a funcionar, aos trancos e barrancos, no final de 1996. Tivemos que trazer um técnico da Holanda para ensinar os nossos operários. O sujeito não falava uma palavra de português; nós também não entendíamos holandês"*, recorda Souza. Nos primeiros seis meses, segundo Ferreira, a fábrica só produziu prejuízo. *"Em vez de contratar mão-de-obra de fora, resolvemos treinar o pessoal da região, a maioria filhos de agricultores."*

Hoje, a fábrica emprega 560 operários, com salário médio de R\$ 220, e fatura R\$ 950 mil por mês com a venda de 120 mil m² de tapetes e carpetes no mercado interno e exportações para Europa e Estados Unidos.

O lucro é reinvestido na fábrica e também banca os projetos sociais da APAEB, todos eles voltados à valorização do sisal e à melhoria das condições de vida e de trabalho dos pequenos agricultores da caatinga. Em 1996, o produtor recebia cerca de R\$ 150 por tonelada pelo sisal comum. Hoje, há três tipos de fibras. A mais comum vale R\$ 320 a tonelada e a tipo 1, de melhor qualidade, R\$ 420 a tonelada. Para os dirigentes da APAEB, o que foi feito até agora representa muito pouco. "Falta tudo: assistência médica, escolas, saneamento básico e políticas públicas para vencer a miséria", diz Ferreira.

Além da fábrica de tapetes e carpetes de sisal, empregando 560 funcionários, a Associação desenvolve as seguintes ações: bateadeira comunitária de sisal – compra a produção de cerca de mil agricultores e emprega 42 funcionários. No total, incluindo a parte administrativa, a APAEB emprega 803 pessoas, contando-se neste número os 120 funcionários das três bateadeiras particulares que prestam serviço exclusivamente para a Associação; Escola Família Agrícola – funciona na Fazenda Madeira, com a pedagogia da alternância: os alunos passam 15 dias na escola e 15 em casa, repassando à família os conhecimentos para convivência com a seca; Fundo Rotativo – empréstimos aos pequenos agricultores, para investirem na propriedade de acordo com projeto econômico elaborado pelos técnicos da Associação; Energia solar – programa de aproveitamento da luz solar para levar eletricidade às casas da zona rural; reflorestamento – plantio de mudas de árvores nativas e outras adaptáveis à caatinga; Hidroponia – produção de hortaliças em parceria com associação comunitária no município de Retirolândia; Usina de leite – produção de leite e derivados valorizando a criação de caprinos; Curtume – compra, venda, curtimento de peles e fabricação de produtos artesanais e industrialmente a partir da pele caprina comprada dos criadores; artesanato – apoio ao trabalho desenvolvido por mulheres em comunidades rurais, na fabricação de

utilidades e decoração a partir de fibras naturais; Educação e Cidadania – promoção de seminários, cursos, reuniões nas comunidades, peças de teatro, apoio a associações comunitárias, apoio ao Fórum da Cidadania, que reúne entidades de Valente para cobrar e fiscalizar os atos do poder público municipal; Comunicação – manutenção da Rádio Comunitária Valente FM, programa Conversa da Gente, na Rádio Sisal; informativo mensal Folha do Sisal; Crédito – através da Coopere, cooperativa de crédito que presta serviços bancários a mais de mil associados e obtém financiamentos para a produção; Convivência com a seca – acompanhamento permanente dos agricultores beneficiados com crédito, ensinando técnicas para conviver com a seca e aumentar a produtividade, programas de construção de cisternas para armazenamento de água; Cultura – apoio a grupos como a Quixabeira, que mantém viva a tradição musical nas comunidades rurais; Posto de Vendas – funcionando junto à sede da APAEB, é um regulador do mercado de Valente, na compra pelo melhor preço da mão dos produtores e na venda pelo menor preço para associados e população em geral.

Seu quadro de pessoal está assim constituído: 01 Agrônomo, 04 Técnicos agrícolas, 24 Produtores agrícolas, 01 Economista, 01 Sociólogo, 13 Educadores, 20 Administradores, 01 Documentalista, 30 Apoios administrativos, 08 Técnicos em gestão e 393 Trabalhadores no beneficiamento e industrialização do Sisal.

A propósito da experiência de Valente, alguns aspectos merecem ser analisados para que se possa dar realce à importância do trabalho correspondente à extensão rural nesse contexto específico. Primeiramente, serão destacados aspectos relativos à atuação da ONG, sob o ponto de vista da viabilidade de sua inserção no momento atual brasileiro.

O terceiro setor no contexto do desenvolvimento sustentável

Domingos Armani (s/d), fazendo um mapeamento do contexto das ONGs no Brasil, informa que, desde a aprovação da nova Constituição brasileira em 1988,

envolvendo amplo processo de mobilização social, várias inovações para as ONGs são identificadas: a introdução de novos direitos sócio-econômicos, sobretudo nas relações de trabalho; a expansão dos direitos de cidadania política; e o estabelecimento dos princípios da descentralização e da participação popular institucionalizada na promoção das políticas sociais. A consequência disso foi uma ampliação das demandas de trabalho para as ONGs, o que significou novas exigências quanto ao seu preparo para intervir técnica e politicamente na realidade brasileira. Com o Plano Real, em 1995, verificou-se o incremento de parcerias entre vários governos estaduais e municipais e as ONGs, segundo o autor, a partir do incentivo à participação da sociedade civil no processo das políticas sociais, e de maiores compromissos desses governos com o desenvolvimento social.

"Isto representa novas oportunidades para as ONGs, tanto em termos de novas área de trabalho quanto em termos de novas fontes de financiamento, mas também representa novos desafios no tocante a maior exposição pública e a maiores exigências quanto à qualidade técnica do seu trabalho."

No plano das políticas sociais, analisa Armani, o governo tem adotado a estratégia de se retirar da condição de promotor direto de políticas sociais universais, e de promover programas sociais focalizados – como é o caso do Programa Comunidade Solidária – terceirização de organizações estatais com fins sociais, e o estímulo a formas privadas de atendimento, especialmente na área de saúde, educação e previdência social. Além disso, o autor observa, estão em curso medidas que visam reduzir o Estado brasileiro e torná-lo menor e mais eficiente, por meio de sistemas e instrumentos de gestão mais modernos, o que implica transferir às empresas e ao chamado Terceiro Setor parte substancial da provisão de recursos e serviços sociais. São elas: o amplo processo de privatizações, a mudança no estilo gerencial da administração pública, com ênfase no controle de resultados e não nos processos, e a identificação pelo Estado do chamado Terceiro Setor como componente complementar estratégico, em áreas consideradas pelo atual governo como não exclusivas do Estado. A este respeito, Armani pondera:

“As ONGs brasileiras estão assim diante de uma situação que pode ter grandes conseqüências em relação a sua missão institucional enquanto organizações autônomas da sociedade civil. Muitas ONGs poderão aceitar sem maiores traumas este papel coadjuvante e complementar em relação ao Estado, assumindo a provisão de serviços e bens públicos e, quem sabe, abdicando de uma papel político mais autônomo em relação às políticas públicas. Já várias outras ONGs, especialmente aquelas associadas à ABONG, que tem criticado a criação das Organizações Sociais para terceirizar serviços públicos, certamente resistirão a este processo, buscando formas de parceria com o Estado que não afete sua autonomia institucional. De qualquer forma, deve-se reconhecer que tende a aumentar a dependência das ONGs brasileiras em relação a fontes nacionais públicas de recursos, e isto traz necessariamente novas questões para a sustentabilidade destas instituições.” (Armani, s/d)

Quanto à campo da cooperação internacional ao desenvolvimento, especialmente na Europa na década de 90, Armani indica que tem-se verificado: *“redução da cooperação governamental ao desenvolvimento, declínio das contribuições do público em geral, questionamento da eficácia da cooperação ao desenvolvimento, aumento do desemprego e dos problemas sociais”*. Em conseqüência disso, as agências de cooperação européias estão adotando como medidas:

(i) um profundo processo de reestruturação institucional, que redefiniu sua identidade, sua imagem pública e fortaleceu vantagens comparativas e competências na captação de recursos, dando mais ênfase ao trabalho de ‘lobby’ e ‘advocacy’, (ii) maior dependência de recursos governamentais, (iii) realinhamento dos recursos, favorecendo a África e a Europa do Leste e reduzindo o apoio à América Latina, (iv) redução do número de organizações apoiadas no Brasil e maior rigor na seleção de novos parceiros, (v) concentração temática e regional no caso do Brasil, (vi) maiores exigências em questões de eficiência organizacional e desenvolvimento institucional, especialmente nas áreas de planejamento, avaliação, monitoramento, gestão e ‘accountability’ e, por fim, (vii) ampliação das oportunidades de parcerias não financeiras com as organizações apoiadas”. (Armani, s/d)

Também no contexto internacional, tem-se verificado, segundo Armani, a conformação de redes internacionais de articulação e ação conjunta que favorecem o desenvolvimento das ONGs. Armani cita, como exemplo, as conferências do chamado ciclo social da ONU, uma vez que, em sua preparação, redes e fóruns passam a se constituir promovendo agendas comuns e monitorando as repercussões nacionais dos acordos assumidos nas conferências. Cita ainda a viabilidade da ação articulada das ONGs brasileiras ensejada pelos “mega-projetos de desenvolvimento” com financiamento do Banco Mundial, BID, União Européia, governos do G-7.

A ação articulada das ONGs brasileiras é também crescentemente facilitada pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG. Criada em 1991 como forma de representar coletivamente as ONGs junto ao Estado e aos demais atores da sociedade civil, seu principal objetivo é *“representar e promover o intercâmbio entre as ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na conquista e expansão dos direitos sociais e da democracia”*, conforme consta de sua apresentação na Internet. Atualmente a ABONG tem 250 associadas com atuação na esfera pública em áreas como direitos humanos, políticas públicas, questões agrárias e agrícolas, questões urbanas, desenvolvimento regional, meio ambiente e ecologia.

A atuação do MOC no sentido de facilitar a organização dos agricultores de Valente confirma a trajetória no meio rural de organizações não governamentais voltadas para o desenvolvimento sustentável. Com presença no meio rural da Bahia desde 1967, a organização se apresenta com o objetivo de *“construção do Espaço Público a partir das ações e atividades desenvolvidas nos projetos de Educação Rural, Fortalecimento da Agricultura Familiar, Gênero, Movimentos Sociais e Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil que objetivam criar, nesses campos, referenciais que sirvam de modelo às políticas públicas”*. A organização desenvolve trabalhos na área rural baseados no planejamento das pequenas unidades produtivas e sua convivência com o clima semi-árido dentro de princípios de sustentabilidade econômica, social e ecológica.

Como as demais ONGs brasileiras, comprometidas com o desenvolvimento rural sustentável, desenvolve programas de incentivo à organização dos agricultores familiares criando as bases para a sua inserção no mercado e preparando-os para associar-se economicamente e para relacionar-se com o Estado e a sociedade em geral. Para tanto, enfrenta os desafios impostos pelo momento atual, no que sentido da busca de novas bases de sustentabilidade institucional, o que envolve a estabilização dos recursos financeiros e a correspondente redução de recursos humanos permanentes; aperfeiçoamento técnico-metodológico visando a uma maior eficiência e eficácia da organização; e novas parcerias de trabalho e novos canais de sustentação financeira.

A ética dos agricultores vis-à-vis a lógica do mercado

Maria Nazareth Wanderley, em seu estudo sobre as raízes históricas do campesinato brasileiro (1996), demonstra que agricultura familiar⁸¹ não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural, muito embora seja apresentada como novidade, nos últimos anos, no Brasil. *“Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para*

⁸¹ Segundo o Censo Agropecuário 1995/96, existem no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. Nesta safra, o Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária foi de R\$ 47,8 bilhões e o financiamento total (FT) foi de R\$ 3,7 bilhões. De acordo com a metodologia adotada, são 4.139.369 estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha, sendo responsáveis por R\$ 18,1 bilhões do VBP total, recebendo apenas R\$ 937 milhões de financiamento rural. Os agricultores patronais são representados por 554.501 estabelecimentos, ocupando 240 milhões de ha. Os estabelecimentos restantes são formados por aqueles que foram excluídos do universo analisado.

Tabela: Brasil – Estab., área, valor bruto da produção (VBP) e financiamento total (FT)

CATEGORIAS	Estab. Total	% Estab. S/ Total	Área Tot. (mil ha)	% Área s/ total	VBP (mil R\$)	% VBP s/ total	FT (mil R\$)	% FT s/ total
Familiar	4139369	852	107,768	305	18117725	379	937,828	253
Patronal	554,501	114	240,042	679	29139850	610	2735276	738
Inst. Pia/Religiosa	7,143	2	263	1	72,327	1	2,716	1
Ent. Pública	158,719	32	5,53	15	465,608	10	31,28	8
Não Identificado	132	0	8	0	959	0	12	0
TOTAL	4859864	1000	353,611	1000	47796469	1000	3707112	1000

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO
A safra agrícola de 1995/96 foi a que recebeu o menor volume de crédito rural no Brasil desde o final dos anos sessenta. O valor total dos financiamentos rurais foi inferior a R\$ 4 bilhões, o que representou apenas 7,7% do VBP desta safra. Os agricultores familiares demonstraram ser mais eficientes no uso do crédito rural que os agricultores patronais, pois produzem mais com menos recursos do crédito rural. Os agricultores familiares representam, portanto, 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura. Fonte: Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. Março de 2000.

estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada.” (:1).

A autora esclarece que, no conceito de agricultura familiar, a família é proprietária dos meios de produção tanto quanto assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho, o que acarreta conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Além disso, agricultura familiar é uma “*categoria genérica*”, considerando a grande diversidade de formas sociais resultantes da combinação entre propriedade e trabalho. Citando Lamarche, afirma que “*a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade*” . (LAMARCHE. 1993:14 apud Wanderley, 1996:2) Sendo uma das formas sociais que correspondem à agricultura familiar, a agricultura camponesa apresenta particularidades que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Recorrendo a Mendras, Wanderley caracteriza as sociedades camponesas, a partir dos aspectos: “*uma relativa autonomia [demográfica, social e econômica] face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.*” (MENDRAS.1976, apud Wanderley, 1996: 2).

A autonomia econômica diz respeito à “*capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes*”. (:2)

O sistema de produção, caracterizado pela policultura-pecuária, é o resultado do esforço de aperfeiçoar a diversidade produtiva, pela introdução de novas

culturas, e pelo aprofundamento da relação entre as culturas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento. Este sistema requer um trabalho de tal forma intensivo, que apenas a família aceita realizar. Além disso, supõe leveza de organização e grande diversidade de competências, em decorrência das múltiplas tarefas. Daí advém o seu caráter individualista, como explica Gervais, citado por Wanderley: *“Sua linha de conduta não pode ser ditada do exterior. Só ele pode apreciar as circunstâncias que sua ação deverá levar em conta. Ele deve poder a todo momento modificar os seus projetos, seu programa de trabalho, para enfrentar um fato novo. Ele tem, assim, a necessidade de ser plenamente responsável. Enfim, e sobretudo, ele é o único que pode impor a si mesmo esta terrível disciplina, estes cuidados minuciosos, esta sujeição de todos os instantes. Assim, o individualismo, de que tanto se acusou o camponês artesanal, antes de ser um traço de caráter, era uma necessidade técnica.”* (GERVAIS et alii.1965:25, apud Wanderley :2)

De acordo com esse sistema de produção, o trabalho é organizado a partir de duas condições estruturais, segundo a autora, recorrendo a Jerzy Tepicht: o trabalho conta com *“forças produtivas não transferíveis, isto é a capacidade de trabalho de pessoas ligadas entre si pelo laço do parentesco que, mesmo sem estar disponíveis no mercado de trabalho, se envolvem nas atividades produtivas do estabelecimento familiar, em razão desta mesma comunidade doméstica de interesses”*; o trabalho considera *“o tempo de não trabalho, isto é, o tempo em que o desenvolvimento cultural - vegetal ou animal - segue seu curso natural, biológico, prescindindo do trabalho humano”*. (Wanderley: op. cit. :3)

Outro aspecto importante assinalado por Wanderley diz respeito à força da tradição para as sociedades camponesas:

“Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se

refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc.” (Wanderley: op. cit. :3)

Além do mais, as sociedades camponesas são dotadas também de uma sociabilidade específica que vai além das relações de parentesco, fruto do convívio com outras categorias sociais, em um território onde a vida e o trabalho acontecem. Assim, por essa condição de sociabilidade, nas sociedades camponesas todos se conhecem entre si, em razoável grau de profundidade, o que lhe asseguram o título de *sociedades de interconhecimento*. (Jollivet e Mendras, 1971:209, apud Wanderley: op. cit. :3)

O que relativiza a autonomia das sociedades camponesas é o processo de troca de parte dos seus recursos com a sociedade global, o que as obriga ao atendimento de imposições que resultam na absorção de certos elementos externos. Estruturado para garantir a subsistência familiar, o sistema de produção camponesa, porém, não elimina o permanente conflito entre esse compromisso e a extração de renda da terra, tendo-se em conta a fragilidade da sua agricultura diante dos efeitos das intempéries e das relações políticas a que está submetido. Deste modo, a propriedade familiar da terra é para o camponês de vital importância, justificando a sua histórica luta pela sua posse total, buscando libertar-se dos arrendamentos e dos processos de uso coletivo.

Algumas conclusões são obtidas por Wanderley a partir dessa concepção do sistema produtivo das sociedades camponesa. Primeiramente, parece demonstrado que a agricultura camponesa não é sinônimo de agricultura de subsistência, entendida esta como uma outra forma particular da agricultura familiar. Por razões diversas, agricultores podem organizar sua produção, visando a sobrevivência imediata, muito embora suas estratégias produtivas não se vinculem ao projeto do futuro da família. Além disso, a constituição do patrimônio, não sendo fator estruturante, seria mais um indicador de que tais agricultores não seriam propriamente camponeses. Outro aspecto importante é compreender que a o trabalho externo de pessoas da família, ou o seu envolvimento com muitas atividades não representam necessariamente a desagregação da agricultura

camponesa. São, ademais, recursos positivos de que a família lança mão para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras. Por fim, relacionando a agricultura camponesa e a pequena produção, Wanderley conclui que:

a agricultura camponesa é, em geral, pequena, dispõe de poucos recursos e tem restrições para potencializar suas forças produtivas; porém, ela não é camponesa por ser pequena, isto é, não é a sua dimensão que determina sua natureza e sim suas relações internas e externas, como foram colocadas acima. (Wanderley, 1996: 5)

O sentido de se discutir o sistema de produção de sociedades camponesas, longe de ser o de considerá-lo um modelo universal, pretende apenas servir de base de comparação para o entendimento da realidade atual. Não é demais afirmar que esse modelo tradicional, dominante no mundo ocidental até o final do século XIX, transformou-se profundamente tanto em seu sistema produtivo quanto em suas relações sociais.

Há, porém, uma tradição camponesa que permanece no mundo atual: o campesinato continua a se reproduzir em sociedades atuais, afirma Wanderley, conservando, sua autonomia e sua originalidade.

Por outro lado, formas de agricultura familiar não camponesas são agora muito freqüentes no mundo atual. *“São aquelas em que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral – importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente, globalização da economia etc – tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna.”* (Wanderley, 1996: 5). Mudanças estas que resultaram em perda crescente da autonomia tradicional, provocada pela integração e subordinação à sociedade envolvente e ainda pelo esvaziamento das sociedades camponesas em razão do êxodo rural. Wanderley, citando Jollivet e Mendras, afirma que essas mudanças constituem uma *“passagem do modelo de ‘comunidade’ de interconhecimento tradicional para uma coletividade mais diferenciada, próxima do modelo urbano, onde a dimensão espacial permanece, no entanto, mais determinante que na cidade.(...) Hoje, e ainda mais*

amanhã, a coletividade rural permanece como um dos espaços onde se organiza a vida do indivíduo; mas existem outros...” (JOLLIVET e MENDRAS. 1971:208 apud Wanderley, 1996: 5)

E acrescenta:

“a mesma forma, Marcel Jollivet reconhece que a agricultura camponesa se reproduz no interior das sociedades capitalistas modernas, como uma “pequena produção mercantil” e analisa as razões, do ponto de vista do capital, do que denomina, baseando-se em Bettelheim, o “duplo processo de conservação-dissolução”. “... o princípio fundamental segundo o qual o pequeno produtor mercantil procura unicamente obter meios de trabalho-subsistência, convém, perfeitamente, ao modo de produção capitalista uma vez que ele obriga o pequeno produtor mercantil a produzir; ele pode ser inclusive um excelente meio para a exploração capitalista do trabalho social agrícola na medida em que o pequeno produtor mercantil reage a qualquer diminuição de seu nível de vida com um acréscimo de seu esforço produtivo e em que toda intensificação deste gênero permite extrair uma mais-valia crescente sobre seu trabalho. O modo de produção capitalista pode, portanto, apropriar-se do trabalho do trabalhador agrícola que é o camponês, como o faz com todo trabalhador, “pela mediação da troca”, conservando, assim, sua forma de pequeno produtor mercantil.” (JOLLIVET. 1974:243 apud Wanderley. 1996: 6).

Contrariamente à idéia de que os “agricultores familiares “modernos” são o resultado de uma ruptura profunda e definitiva em relação ao passado, Wanderley sublinha que “estes “novos personagens’, ou pelo mesmo uma parte significativa desta categoria social, quando comparados aos camponeses ou outros tipos tradicionais, são também, ao mesmo tempo, o resultado de uma continuidade”. Isto, a despeito de que “a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional”. (Wanderley. 1996: 7) Vários estudos demonstram que mesmo submetidos a intensos processos de integração à sociedade mais abrangente, os agricultores conservam seu modo de regulação social, seu sistema de valores e suas formas de sociabilidade.

“Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo.” (Wanderley. 1996:7)

É preciso levar em conta, portanto, o patrimônio sócio-cultural que sustenta, atualmente, as estratégias dos agricultores familiares brasileiros, em qualquer iniciativa que possa resultar de um trabalho de extensão rural como tem-se discutido ao longo deste trabalho.

Mas, de volta ao exemplo, em que é feito um ligeiro quadro da situação econômica atual dos agricultores familiares de Valente, na Bahia, é possível levantar, à luz dos argumentos de Lamarche (1993) e Wanderley (1995 e 1996), alguns aspectos de importância para o entendimento do processo que os levou da condição de uma comunidade camponesa tradicional à condição de agricultores familiares bem sucedidos e organizados em uma atuante associação.

De início é preciso lembrar que, coerente com a história da agricultura no Brasil, a história do campesinato brasileiro é marcada pela dominação social, política e econômica da grande propriedade, pela escravidão e pela existência de grande quantidade de terras livres e passíveis de serem ocupadas. A grande propriedade, segundo Wanderley,

“...dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY. 1995).

A construção de comunidades camponesas no Brasil se fez de forma estruturalmente precária, sem que fosse possível o desenvolvimento de todo o potencial do correspondente sistema de produção. Como Antônio Cândido bem caracterizou, houve o desenvolvimento de uma cultura camponesa rústica, dotados dos níveis “mínimos sociais e vitais”:

“A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma certa dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência.” (CÂNDIDO.1964:19 apud Wanderley. 1996: 8)

Durante muito tempo, o compromisso com as gerações futuras impôs aos camponeses uma grande mobilidade espacial, com prática da agricultura itinerante e com sistema precário de posse da terra. Segundo Wanderley (1996:8), *“de uma certa forma, o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida”*.

Submetendo-se à instabilidade provocada pela seca da caatinga, dependendo dos insuficientes resultados do trabalho no próprio sítio ou completando a renda, trabalhando em propriedades alheias, mesmo com esses indicadores da precariedade⁸², os camponeses lutam pelo acesso ao mercado, algumas vezes vencem, muitas vezes perdem. Seu objetivo é desenvolver atividades que sejam rentáveis e que lhes assegurem estabilidade. Para tanto, buscam o acesso à uma atividade mercantil e, a partir desta, aprimoram o autoconsumo, assegurando melhores padrões alimentares para si e sua família..

Este duplo propósito, de acesso ao mercado e garantia do consumo, é para Wanderley (1996) fundamental para a constituição do chamado *“patrimônio sócio-cultural”* do campesinato brasileiro.

“Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento nesta dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento – vitorioso ou não – da precariedade e da instabilidade acima analisadas. É este saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interna da família ou da prática do “princípio da alternatividade”. De fato, segundo Garcia, ‘há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos. Este é particularmente o caso da

⁸² Neves (1998) chama a atenção para outras formas de precariedade a que estão sujeitos os agricultores familiares, na relação entre a agricultura e os movimentos da economia.

mandioca. São produtos que têm a marca da alternatividade. Alternatividade entre serem consumidos diretamente, e assim, atender às necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também de consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico, como o sal, o açúcar, o querosene, etc.” (Afrânio Garcia Jr.1990:117 apud Wanderley, 1996: 9).

O esforço de organização dos agricultores familiares de Valente é um exemplo da luta dos camponeses brasileiros pela constituição de um patrimônio familiar, *“um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores”*. (Wanderley, 1996: 9). Historicamente, porém, a busca de realização desse objetivo levou muitos agricultores a constantes e sucessivos deslocamentos espaciais, até que se construíssem as condições de viabilidade do projeto da sua Associação.

Analisando a questão histórica desses deslocamentos, Wanderley aponta duas ordens de fatores que provocam esse fenômeno:

“Em primeiro lugar, a mobilidade resultante da pressão direta da grande propriedade. Diante da necessidade de escapar da submissão ao latifúndio, a alternativa possível consistiu, ao longo da história do campesinato brasileiro, especialmente, em algumas regiões, na migração para o interior do País. Em segundo lugar, a migração para a fronteira se inscreve também na lógica interna da reprodução da agricultura camponesa, particularmente, do Sul do País. O que chama a atenção, neste caso, é o fato de que a reprodução social da família no Brasil muito freqüentemente gera a expectativa da instalação de cada filho em um novo estabelecimento.”(op. cit.:10 -11)

Migrar significa caminhar com a esperança, mas pode resultar em fracasso. A fronteira agrícola, no interior do país, foi, segundo Wanderley (1995), a condição de autonomia para os agricultores de manutenção do seu modo de vida. As referências são numerosas na literatura brasileira⁸³.

“O que parece a primeira vista como ausência de vínculo com o território familiar e comunitário de origem significa, na verdade, a possibilidade de constituição – ou reconstituição – do patrimônio familiar camponês, mesmo que seja em um local distante. Longe de representar indiferença em relação ao que conseguiram construir, a grande aceitação da mobilidade espacial – que reflete

⁸³ Vejam-se a respeito CÂNDIDO.1964, WOORTMANN. 1995, VELHO.1976

as experiências realmente vividas das migrações – demonstra o quanto eles estão ainda na busca do seu espaço próprio e definitivo”. (WANDERLEY.1995)

Mas, a fronteira também é condição que provoca a exclusão social: *“É justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social: em outras palavras, a produção social da exclusão é uma das dimensões do processo de colonização.” (SANTOS.1993:244 apud Wanderley. 1996: 12).*

Mas, após idas e vindas, com a construção da utopia de continuar a ser camponeses, os agricultores familiares de Valente encontram na produção do sisal um meio de estruturação do seu estabelecimento como um espaço de trabalho da família, cumprindo outra condição do ser camponês. Pela sua própria natureza, a unidade de produção camponesa é a força de trabalho da família proprietária. Muitas vezes, empregam o trabalho assalariado, outras desenvolvem a prestação do sistema de mutirão – *o boi roubado* – reafirmando a sua tradição camponesa.

O trabalho assalariado é necessário em função da demanda sazonal característica da atividade agrícola e se restringe a ela. Além disso, o trabalho externo é muitas vezes, uma necessidade estrutural: trata-se de uma complementação da renda necessária para a reprodução da família e do estabelecimento familiar. Por outro lado, ampliando a força de trabalho por meio do emprego de trabalhadores externos, família aumenta sua capacidade produtiva em outras fases do processo de produção.

Deste modo, o trabalho familiar é mantido, uma vez que os membros da família continuam envolvidos no trabalho do estabelecimento familiar, em funções e tarefa agora divididas com a força de trabalho adicional.

O fato de a cooperativa e a associação utilizarem o trabalho assalariado não transforma, necessariamente estes agricultores em empresários capitalistas, no seu sentido clássico e preciso. Como bem esclarece Wanderley, (1996: 14) *“É que esta agricultura familiar não é capaz, pelas suas próprias forças produtivas, de gerar o trabalho*

assalariado, limitando-se a utiliza-lo lá onde o capital e a grande propriedade têm esta capacidade”.

Evidentemente, muitas são as situações, muitas são as histórias de êxitos e de fracassos⁸⁴. Mais que isto, muitos são os sujeitos que fazem do meio rural o lugar de vida e trabalho. A visibilidade política conquistada pelos homens do campo, nos últimos anos, indica os riscos das generalizações apressadas e denuncia:

“O reconhecimento da modernidade, pressupõe, em conseqüência, a construção de outras percepções do mundo, a introdução de outros instrumentos de produção, a adoção de tecnologias construídas para outros fins ou construídas sob o desconhecimento e a desqualificação dos saberes consolidados fora de tais aparatos de imposição de restritos conhecimentos como válidos. E tudo isto orientado pela crença mágica de que a vida social é produto apenas de idéias e que, facilmente mutáveis por palestras, campanhas, dias de campo, experiências piloto, seus portadores podem se constituir em novos homens pelo desejo de tais magos ou missionários” (Neves, 1998: 18)

“... a reprodução e a expansão da agricultura familiar tendem a se sustentar no acesso a recursos viabilizadores da gestão social da geração sucessiva, mas segundo as condições culturalmente definidas para cada contexto social e histórico.” (op. cit.:31)

A emergência de um novo campo intelectual

A uma grande sociodiversidade do homem do campo corresponde igualmente uma razoável quantidade de formas de trabalho de assistência a esses homens social e culturalmente determinados. Isto significa que o meio rural está mudando, também pela emergência de múltiplos olhares na construção, com as comunidades de agricultores, das trajetórias sociais possíveis no enfrentamento das relações entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

Os indicadores dessa mudança em curso estão no cotidiano das práticas sociais, no concreto das ações de numerosas organizações da sociedade civil e do Estado, em toda a extensão do país.

⁸⁴ Veja-se a respeito Neves (1998)

O campo intelectual dá mostras de uma rápida reorganização. Um evento marcante nesse sentido foi a realização do *Workshop* Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, ocorrido em Brasília, de 24 a 28 de novembro de 1997, para a definição de uma proposta de uma nova extensão rural centrada na agricultura familiar. É o momento em que um grupo seletivo, porta-voz do campo intelectual, abre espaço para a luta pela legitimidade cultural da extensão rural, a partir da discussão dos critérios que definem o exercício legítimo dessa prática social. Cada um dos participantes tem sua posição antecipadamente definida: é o momento de se falar a partir de um lugar determinado, social, cultural e político. E os atores sociais entram no embate em defesa de interesses muito específicos, concernentes à questão.

Seus participantes, representantes de diferentes órgãos da sociedade civil e do Estado, como entidades de classe, universidades, organizações não governamentais, falam de um *“longo processo de amadurecimento da sociedade brasileira com relação às questões que dizem respeito à tradicional política agrícola do País, suas conexões com modelos de desenvolvimento rural e seus reflexos nos diversos agentes que participam direta e indiretamente deste setor”*.

De acordo com o documento resultante do encontro, fóruns de discussão autônomos e ampliados foram estabelecidos, em que entidades com abrangência nacional, como a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, a Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Serviço Público Agrícola do País – FASER e a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER, ao lado da FAO e do PNUD, estruturaram um projeto comum para criação de uma nova Extensão Rural centrada na agricultura familiar. A essa proposta, veio também agregar-se o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural –SDR e do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural –DATER. O processo de mobilização teve início com o *Seminário Nacional de Assistência Técnica e de Extensão Rural, em agosto de 1997*, prosseguiu com seminários nas 27 Unidades da Federação,

envolvendo cerca de 5.000 participantes, entre trabalhadores da extensão, agricultores, sindicalistas, dirigentes e outras categorias interessadas no tema, e que culminou com o *workshop* nacional, com 120 participantes.

O principal argumento de mobilização apresentado pelo grupo refere-se ao processo de mudanças no meio rural, com a identificação de uma nova categoria de trabalhadores rurais:

“O surgimento de um pequeno produtor com perfil inteiramente renovado, organizado e preocupado em bem explorar todo o potencial de sua propriedade, elevar a taxa de produtividade de suas culturas e criações, diversificar e agregar valor às atividades econômicas desenvolvidas, atento às possibilidades sinalizadas pelo mercado e cuidadoso com a preservação ambiental está a exigir uma completa reorientação e modernização institucional de um de seus principais instrumentos de apoio: a Extensão Rural.” (workshop. 1997: 2)

O destaque inicial da proposta é para a missão do serviço de assistência técnica e extensão rural:

contribuir de forma participativa com o desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Fala-se de uma *relação de co-responsabilidade* entre todos os agentes e de *respeito mútuo*, sobretudo em relação ao conhecimento dos agricultores. Há o reconhecimento de que *“os agentes são, efetivamente, partes conscientes do processo e não apenas dele participantes, atuando em todas as etapas: no planejamento, na execução e na avaliação das ações. No desenvolvimento delas, oferecem suas energias, conhecimentos e vontades na perspectiva de superar as limitações individuais com vistas à satisfação do bem-estar coletivo, que predomina sobre o individual”*.

“Os agentes mantêm preservadas suas identidades e são protagonistas de processos educativos dialéticos e de metodologias participativas, onde intercambiam e constroem coletivamente – e numa compreensão construtivista – seus saberes e sua própria história, na perspectiva de alcançarem o bem comum, desenvolverem-se e afirmarem-se como indivíduos e cidadãos. Procura-se formar um novo agricultor, que tenha existência legal enquanto indivíduo e ser social, capaz de enfrentar uma nova e mutante realidade e sobre ela intervir. Sempre que possível e sem

prejuízo das ações individuais, deverão ser trabalhadas preferencialmente as organizações dos agricultores familiares, visando seu fortalecimento político, econômico e social". (op. Cit.:3)

É claramente identificado o compromisso com a constituição do fundamento para a construção de um modelo próprio de desenvolvimento, em que são respeitados os recursos da natureza e os valores culturais, além de serem redimensionados e ampliados os processos produtivos.

"O locus dessa ação coletiva é o espaço rural, que não se restringe à área agrícola, mas a transcende, ocupando todas as dimensões onde se dão as relações internas e externas da produção material e da vida social no campo, as cadeias produtivas e suas diversas articulações. Nesse espaço deverão ser buscados processos educativos integrais, voltados para a formação plena do cidadão e em sintonia com sua realidade global, o que significa dizer que eles não poderão reduzir-se, como é usual, à simples e reducionista prática da disseminação do conhecimento tecnológico". (op. cit.:4)

Rompe-se com o modelo de modernização conservadora, com o extensionismo tradicional. E as bases do novo paradigma começam a ser delineadas.

"É nesse locus que deverá ser buscado o desenvolvimento rural sustentável, entendido como um processo permanente – e não como uma intervenção preservacionista pontual – de resgate da cidadania no campo, em suas dimensões política, econômica, social, cultural e ambiental, construído a partir da realidade local e voltado para a melhoria da qualidade de vida, através de ações múltiplas e articuladas que viabilizem o crescimento econômico eqüitativo, lastreado na geração de empregos e rendas, e que propiciem a inclusão social em toda a cadeia produtiva. Essas ações serão direcionadas, dentro de paradigmas tecnológicos economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente sustentáveis, que maximizem o aproveitamento e preservação das potencialidades e recursos locais naturais, sejam eles renováveis ou não." (op. cit.:4)

Finalmente, assume-se a sociodiversidade do meio rural, historicamente negada pela construção de expressões como "pequeno produtor". Reconhece-se a visibilidade política da população que faz do meio rural seu lugar de vida e de trabalho.

"A ATER⁸⁶ pública (estatal e não estatal) deverá ser um serviço público, gratuito, de elevada qualidade e destinado a atender, exclusivamente, as organizações que lhe justificam e viabilizam a existência, ou seja, aquelas voltadas para a agricultura familiar, suas entidades e seus protagonistas – proprietários, trabalhadores, posseiros, extrativistas, parceiros, meeiros,

⁸⁶ Refere-se ao Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

arrendatários, colonos, rezeiros, ocupantes, pescadores artesanais, agregados, índios, acampados, ribeirinhos, caçaras, etc - principalmente os agricultores familiares marginalizados e/ou em processo de transição, tendentes a abandonar o campo". (op. cit.:6).

Como procurei caracterizar em outros momentos deste trabalho, a vida acadêmica e a formação profissional do extensionista rural, no Brasil, durante a vigência do paradigma – da década de 50 ao início da década de noventa – esteve seguramente sob a influência das relações acadêmicas desenvolvidas em Viçosa, principalmente, e em outros centros que vieram a compor o núcleo produtor do conhecimento nessa área. A relevância das teorias e metodologias difundidas nos cursos, na formação dos extensionistas, porém, não tem sido absoluta: muito se destacou a atividade dos centros de extensão rural nesse processo. Assim é que, no momento do lançamento das bases para o novo paradigma, o que fala mais alto é a experiência do convívio interdisciplinar permitida pelo trabalho de campo; é a constatação do efeito de muitas decisões tomadas ao longo de décadas, tanto por comunidades de agricultores em situações bastante diferenciadas, quanto por instituições dotadas do poder de gerir os recursos públicos.

Mas, a movimentação do campo intelectual na construção de um novo paradigma é percebida também, e intensamente, na geração de mecanismos de formação dos seus integrantes, na distribuição das condições acadêmicas necessárias à sua reprodução e atualização.

A definição e a organização de conjuntos de questões obrigatórias que caracterizam o campo intelectual em torno das relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento têm levado ao surgimento de muitos cursos nas universidades

brasileiras⁸⁶, em todos os níveis, além da realização de numerosos eventos, como seminários, conferências que dotam ao campo uma intensa atividade.

Observe-se, por exemplo, que, no ano de 2000, existiam 27 grupos de pesquisa, no Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em cujo nome ou no rol das palavras chaves da linha de pesquisa consta a expressão *desenvolvimento rural sustentável*. Destes, seis grupos são da Sociologia, cinco da Agronomia, três da Ecologia. A Economia, Engenharia Agrícola, Geografia, Planejamento Urbano e Regional contam respectivamente com dois grupos cada; a Administração, Antropologia, Enfermagem, a Psicologia e a Engenharia Florestal contam respectivamente com um grupo cada. Como se vê, o campo da pesquisa em *desenvolvimento rural sustentável* assume a sua condição de interdisciplinar, não mais se restringindo à área do conhecimento da Agronomia.

Já a expressão *extensão rural* encontra-se em dezessete grupos de pesquisa do mesmo diretório, sendo que oito estão na Agronomia, três na Engenharia Agrícola e dois na Economia. Há também um grupo na Antropologia, na Psicologia, na

⁸⁶ De acordo com os registros da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior – CAPES, existem hoje no Brasil 71 cursos de pós graduação – mestrado, doutorado e profissionalizante – de caráter multidisciplinar. Destes, 16 cursos abrangem o domínio do *desenvolvimento sustentável*, a saber:

Ciência Ambiental	UFF	RJ	M
Ciência Ambiental	USP	SP	M
Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	UA	AM	M
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	UESC	BA	M
Desenvolvimento e Meio Ambiente	UFAL	AL	M
Desenvolvimento e Meio Ambiente	UFC	CE	M
Desenvolvimento e Meio Ambiente	UFPB/J.P.	PB	M
Desenvolvimento e Meio Ambiente	UFSE	SE	M
Desenvolvimento Regional	UNISC	RS	M
Desenvolvimento Rural	UFRGS	RS	M
Desenvolvimento Sustentável	UNB	DF	M/D/F
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	UFPA	PA	D
Ecologia de Agroecossistemas	USP/ESALQ	SP	M/D
Meio Ambiente e Desenvolvimento	UFPR	PR	D
Recursos Naturais	UFPB/C.G.	PB	D
Sustentabilidade Sócio-econômica Ambiental	UFOP	MG	F

Fonte: CAPES. 2001

Enfermagem e na Sociologia. Também neste caso, percebe-se o interesse de outras áreas do conhecimento pelo domínio da *extensão rural*.

Esses aspectos de construção do conhecimento e formação de novos quadros de pessoal no interior do campo intelectual fazem ressaltar conclusões de extrema importância. De início, convém destacar que o equilíbrio de poder dos cursos de graduação e pós graduação e das atividades de campo, onde se dá a participação política, além da intervenção e da análise científicas, somente é possível na medida em que o caráter interdisciplinar ou transdisciplinar desse domínio do conhecimento admite continuamente a sua revisão, reconstrução, construção de novas sínteses, à luz de sempre novos elementos da realidade complexa que é o meio rural, considerados os aspectos do desenvolvimento e da sustentabilidade ambiental e sócio-cultural. Além disso, o conhecimento científico gerado nesse contexto parece admitir que é imprescindível o diálogo com o conhecimento de populações tradicionais. De certo modo, *a ciência volta a observar a natureza* com os olhares de trabalhadores rurais ou de grupos indígenas, levando em conta não apenas suas tecnologias menos impactantes, mas também sua cosmovisão. Descobre-se que o desenvolvimento requer a participação, a organização, a educação e o aumento do poder das pessoas. Deve ser adequado não somente ao ambiente e recursos como também à cultura, história e sistemas sociais do lugar onde ele ocorre. Além disso, deve ser equitativo.

Vive-se um certo momento de humildade científica: admite-se que não compreendemos totalmente como o mundo funciona; que nem sequer compreendemos o quanto não compreendemos. Compreende-se que nossas decisões são tomadas num estado de grave incerteza. Em situações quando há riscos de resultados devastadores e irreversíveis, admite-se que precisamos administrar os riscos com muito cuidado. Em situações de incerteza, o procedimento correto é uma avaliação cuidadosa e uma experimentação lenta, acompanhados por uma avaliação constante e real dos resultados, mais a disposição de modificar as estratégias. Admite-se, enfim, que é possível

complementar a análise racional com a análise não racional ou supra-racional, através da intuição, da percepção, do respeito e da compaixão. (UNESCO, Meadows s/d)

De certo modo, esses são os pilares do conhecimento que anima o sujeito agroecológico, emergente desse processo: dotado de uma “cultura” fundada no conhecimento e na incerteza.

CONCLUSÕES

O estudo antropológico da extensão rural, além das condições propícias à sua institucionalização no país, permitiu a constatação de alguns aspectos que merecem ser repassados, no sentido da construção de uma síntese.

Minha reflexão partiu da observação de um momento decisivo em nossa história recente, quando teve início o processo de estabilização da economia, com a adoção do Plano Real. Naquele ano de 1995 e início de 1996, a sociedade brasileira fez emergir a situação dramática do meio rural, por meio de duas grandes manifestações: a atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional e a grande mobilização de trabalhadores rurais no processo de ocupação desencadeado pelo Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra.

Procurei demonstrar que a atuação da bancada ruralista em suas relações com o governo federal, certamente significa a ruptura na forma de representação social e política por meio de partidos políticos. Mas é, antes de tudo, a manifestação de um histórico e complexo jogo de interesses, suprapartidário, em que cada uma das partes parece fazer uso consciente das contradições inerentes ao fato de ser a sociedade brasileira constituída a partir do ideal da igualdade de direitos e instaurada a partir da realidade de desigualdade social. Nesse sentido, são exploradas os interstícios das regras para que sejam reivindicados privilégios advindos de determinadas condições pessoais. Assim, pela reafirmação continuada de uma posição diferenciada e rara é que se obtém o prestígio social.

Porém o embate político em torno do pagamento da dívida dos agricultores junto ao Banco do Brasil, o chamado *"jogo da dívida"*, é também interessante no sentido de esclarecer aspectos de interesse desta pesquisa. A atuação da bancada ruralista e a decorrente manifestação de diferentes segmentos da sociedade a respeito, lançam luz sobre um aspecto que merece ser analisado: a identidade do homem do campo. Sempre

que o interesse político recomenda, os atuantes da bancada ruralista se apresentam como a legítima representação do homem do campo. São eles, na condição dos históricos donos da terra, que podem se manifestar, reivindicar e contestar, quando medidas de ordem político-econômica provocam repercussões, diretas ou não, nas condições de vida de todos aqueles que se dedicam ao trabalho no campo.

Quando, porém, são denunciados os abusos de poder, a troca de favores a despeito dos interesses políticos, atitudes que caracterizam a atuação dos ruralistas no Congresso, ressaltam-se de imediato diferenças nessa identidade social, antes obscurecidas pela acomodação daqueles que se sentem beneficiados pelos resultados dessa mesma atuação. É nesses momentos que as diferenças em ser pequeno, médio ou grande produtor são salientadas, ficando a identidade de ruralista restrita apenas ao segmento do grande proprietário rural.

Sendo assim, é a propriedade da terra o elemento essencial para a identidade do homem do campo, evidenciando que tanto o Estado quanto a sociedade procuram obscurecer a sua diversidade, processo herdado do regime escravista. Historicamente, a sociedade colonial brasileira teria escamoteado diferenças entre práticas culturais de proprietários da terra e de seus trabalhadores, como forma de retirar das mesmas sua potencialidade política, sua possibilidade de construção da alteridade.

Procurei demonstrar que a histórica recusa à identidade do trabalhador rural pela sociedade e pelo Estado, engendrou mecanismos ideológicos e práticos de fragmentação dessa identidade, instaurando práticas sociais de subordinação e subserviência que favoreceram a todo o processo de mecanização da agricultura no país e o conseqüente fenômeno do êxodo rural. O mais notável neste sentido é que houve uma “condenação à morte” do meio rural brasileiro pelas políticas implementadas pelo setor agropecuário, nas últimas cinco décadas, e a sociedade abrangente vem assistindo, conformada, ao crescente esvaziamento populacional do campo, com o entendimento de

que esse fenômeno seja apenas a evidência de uma transição entre o “*Brasil tradicional*” para o “*Brasil moderno*”, desenvolvido.

No entanto, o movimento social dos trabalhadores rurais sem-terra, em evidência desde 1993, provoca abalos nas convicções de que o meio rural está condenado ao fim: são sucessivas e ruidosas ocupações de terra consideradas improdutivas, inúmeros congressos e passeatas que pretendem jogar luz em pelo menos dois aspectos: o primeiro, de que existem milhões de famílias de brasileiros, no campo e nas periferias das cidades que desejam realizar suas vidas no meio rural, bastando, para tanto, que consigam uma parcela de terra; segundo, que esses trabalhadores rurais constituem a evidência mais clara de que homem do campo é uma identidade social que vai muito além daqueles que são proprietários de terras. Há que se reconhecer toda a diversidade dessa identidade, incorporando, além dos chamados *médios e os pequenos proprietários*, os trabalhadores rurais que comparecem como mão-de-obra no processo produtivo, ou que foram excluídos desse pela crescente mecanização e concentração de propriedades.

Colocada neste contexto, a invisibilidade política consagrada aos trabalhadores rurais constitui uma prática da sociedade brasileira, tendo por objetivo o incremento do controle sobre a população rural, encarado aí como projeto de constituição da nação brasileira enquanto essencialmente urbana. Faz-se a negação da sociodiversidade representada pelas variadas culturas do campo, que, em última instância, correspondem, no imaginário social, às sobrevivências de processos históricos marcados pela escravidão no Brasil: são populações que constituem a base da pirâmide social brasileira, cujo destino, assim se supõe, é a migração para os centros urbanos, onde possam ser assimilados, enquanto grupo, nos extratos mais subalternos da sociedade, até que sejam reciclados e capacitados para absorção pelo mercado ligado à indústria. A atualização da identidade social das populações rurais, por meio dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST ou das ações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, seria assim uma reação à sua invisibilidade política imposta pela sociedade.

A despeito do que acontece no Congresso Nacional ou nas muitas fazendas ocupadas, chega ao conhecimento público a informação de que o Brasil tem lidado mal com a sua realidade rural: o rápido crescimento agrícola não reduziu a pobreza rural, não estimulou a geração de empregos. Mais que isso, as políticas agrícolas agravaram ambos os casos, além de provocar outras distorções políticas e a má alocação dos gastos públicos. Sob o ponto de vista do meio ambiente, não foram atendidas as questões do manejo sustentado do solo, desde a metade da década de 80. As práticas de extensão rural, por outro lado, desconsideram a importância da aração de pouca profundidade ou o plantio direto, na conservação do solo. O envenenamento de trabalhadores rurais por pesticidas permanece muito alto e a fiscalização inadequada. Esta situação é ainda mais grave porque crianças são freqüentemente empregadas na operação dos equipamentos. Não há uma política que discipline o uso adequado da água na agricultura ou nas indústrias urbanas. A abordagem da pesquisa agrícola e da extensão rural envolveu o reconhecimento de que, até a metade da década de 80, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA era uma das mais fortes instituições públicas de pesquisa dos países em desenvolvimento. No entanto, sua capacidade está ameaçada pela crise fiscal. A extensão rural, por sua vez, de reconhecido sucesso, nas décadas anteriores, sobretudo na região sudeste, nos últimos anos chegou quase ao colapso. Ademais, a pesquisa agropecuária não tem atendido as necessidades dos pequenos produtores, que raramente são educados, ou têm os meios para buscar as informações que lhes favoreçam. É inadequada a comunicação entre os pesquisadores e os usuários finais da pesquisa e da extensão rural. Mais ainda, as prioridades da pesquisa e da extensão rural, quer sejam elas voltadas à agricultura, quer envolvam o reflorestamento, provocam profunda insatisfação nos pequenos produtores que não vêem atendidas as suas necessidades.

As cobranças feitas pelo documento divulgado pelo Banco Mundial atingem diretamente vários setores do Estado e da sociedade, inclusive as universidades, responsáveis pela formação de pesquisadores e dos extensionistas rurais. A surpresa provocada nos setores que atuam na extensão rural é ainda maior, levando-se em conta

não apenas a falência do modelo de extensão rural em vigência mas a abrangência dos problemas ambientais relacionados à atuação do extensionista. Da atuação dos extensionistas rurais, esperava-se a promoção da transição do modelo tecnológico convencional para uma agricultura de base ecológica. No entanto, os espaços institucionais de formação e de aperfeiçoamento e atualização profissional do extensionista rural desconheciam essa demanda.

Considerados no mesmo contexto, as ocupações de terras e o crescimento do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, as discussões e barganhas no congresso pela atuação da bancada ruralista e os problemas ambientais relacionados à produção da agricultura são evidências muito fortes de que, a despeito da representação social do Brasil como um país essencialmente urbano, construída ao longo dos últimos 30 anos, o contexto rural volta a se impor de forma vigorosa, passando a ser o centro das atenções e discussões em todos os fóruns públicos e também nas esferas de ordem privada. Alcançando a visibilidade política, pela atuação nos movimentos sociais, o homem do campo, com toda a sua sociodiversidade, adquire também visibilidade técnico-acadêmica, o que repercute diretamente na configuração de processos institucionalizados como o da extensão rural.

Sem dúvida alguma, a situação social dos trabalhadores do campo e as condições que permitiram a emergência e a institucionalização da extensão rural no Brasil possuem raízes históricas. Conhecer essas raízes significa melhor compreender o momento presente. Deste modo, procurei investigar como se deu historicamente a construção dos muitos saberes e representações compreendidos pela extensão rural.

Conforme procurei esclarecer, a prática de difundir junto às populações rurais novos conhecimentos, em geral produzidos no meio urbano, ou em centros de pesquisa, já existe desde o final do século passado. No entanto, pouco mais de quarenta anos são transcorridos desde a criação dos primeiros centros de treinamento em extensão rural, lugar onde se delineou e se consolidou o paradigma extensionista, pela ação de

grupos intelectuais que assumiram a prática política comprometida com a questão nacional e com a modernização do meio rural.

Assim, a extensão rural se fez na mesma tradição intelectual, presente no Brasil no início do século XX, que privilegiava a discussão sobre a questão nacional e a modernização. Buscando conhecer esse "caldo de cultura" que permitiu a emergência e a atualização da prática social da Extensão Rural no Brasil, fui buscar em dois fatos políticos marcantes a compreensão de como se formou o conjunto de idéias, valores e princípios e, principalmente, da rede de relações sociais que viabilizaram o conceito e a institucionalização da Extensão Rural no Brasil: a abolição do trabalho escravo e a proclamação da República. Por meio desse entendimento, foi possível perceber a manutenção de elementos autoritários na ordem política brasileira e a permanência de traços culturais vivamente recriados, que asseguram a permanência de antigos valores, hábitos e atitudes na dinâmica social. Neste sentido, compreendendo que a construção do Estado se deu no processo interativo e de influências recíprocas entre as tradições políticas e a dinâmica social, foi possível perceber a permanente tensão existente entre formas representativas e cooptativas de participação política.

A abolição do trabalho escravo e a abolição da monarquia instauraram o processo de modernização capitalista brasileiro, sem, contudo, provocar uma ruptura radical com o passado. Ao contrário, na abolição, esta se deu sem que houvesse um confronto direto entre forças capitalistas liberais e autoritárias, representando mesmo uma coalizão entre antigos e novos latifundiários. A transição para o trabalho livre também significou a unidade das elites agrárias do país e representou a manutenção dos métodos autoritários do trabalho rural. Significou, é indiscutível, grande modernização do campo, mas não por meio de uma revolução liberal-burguesa.

A proclamação da República, por sua vez, veio reforçar esta consolidação do poder dos proprietários rurais. A estes o poder público servia, sendo inexpressivas as

medidas tomadas no sentido de que o Estado viesse demonstrar maior compromisso social.

Com uma dinâmica social marcada pela presença de antigos valores, hábitos e atitudes e uma ordem política que se pautava por elementos autoritários, no campo das idéias, passa a ser constante o exercício da crítica permanente à realidade social urbana e rural e o desejo de que medidas modernizadoras do país fossem adotadas. Assim, principalmente no Rio de Janeiro, capital e maior centro urbano do país à época, surgem revistas especializadas; semanários ilustrados; almanaques anuais; periódicos e livretes de estórias sobre a vida cotidiana, como romances, policiais.

Tem destaque, nesse sentido, a atuação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cuja finalidade era a de promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e a prosperidade da agricultura brasileira. Sua função de difundir idéias e práticas de modernização do campo e de preparar técnica e cientificamente os agricultores era desempenhado com o apoio do periódico mensal "*O Auxiliador da Indústria Nacional*", por meio do qual passou a disseminar a utilização de novos métodos e técnicas agrícolas, máquinas agrícolas movidas a vapor, o emprego de fertilizantes, melhor aproveitamento do solo, a criação de escolas rurais.

Mas, no início do século XX, a agitação em torno das idéias de progresso torna-se muito mais perceptível. A tensão entre moderno/tradicional, ruptura/manutenção, liberdade/servidão, lisura/trapaça, denotando a crise de valores e significados sociais e permitindo novos modos de interpretação da realidade, passa a ser o mote de desenhos, crônicas e outras formas de manifestação artística que pretendiam demonstrar um desejo social intenso de superação daqueles valores e das respectivas experiências sociais focalizadas.

Essa produção artística é ilustrativa das representações sociais do homem brasileiro, à época, em cuja base se percebe a hierarquização social. Este aspecto chama

a atenção para a lógica que orienta as relações sociais, naquele momento e que parece fazer sentido ainda hoje, a se considerar as condições de invisibilidade impostas ao homem do campo. A representação da civilização está associada à idéia de urbano, enquanto que natureza associa-se a rural. O vínculo de civilização a urbano importa também na construção de um ideal de urbanização a ser buscado para se alcançar o progresso desejado. Deste modo, natureza/mundo rural é o espaço a ser desbravado, ordenado e construído o mais proximamente possível a esse ideal urbano. Pode-se compreender então que o "*espaço da natureza*" usado para a agricultura seja um estágio a mais rumo à civilização/urbanização.

A extinção gradativa da escravidão e a proclamação da República são momentos marcantes de processos político-econômicos durante os quais foram gestados desejos e idéias contrárias e favoráveis à reforma social e à maior participação política da população, mas também os anseios pela construção de um Brasil novo, de uma verdadeira nação, em que a máxima positivista de "*ordem e progresso*" fizesse sentido. Para tanto, o carro-chefe deveria ser uma completa transformação no campo. Sendo o Brasil reconhecidamente "*agricultor*", era de se esperar que a atividade agrícola – ou da indústria agrícola, como se dizia à época – representasse a peça-chave para a montagem do complexo quebra-cabeças em que se traduzia o novo projeto político, econômico e social a ser adotado pela "*Pátria*" emergente.

E as grandes cidades, sobretudo o Rio de Janeiro, centro das decisões nacionais, e São Paulo, centro concentrador do poder oligárquico cafeeiro, seriam os locais ditadores das novas idéias, das críticas e dos projetos reformadores. Os anseios pela modernidade e pela unidade nacional fizeram com que se buscasse, ecleticamente, a sua adaptação à profusão de idéias que chegavam do exterior, na concepção de projetos políticos que representavam alternativas para o Brasil, rumo ao seu progresso.

Representação social de homem, idéias e projetos de desenvolvimento, sob o ponto de vista liberal, conservador e católico. Faltava conferir como a natureza

comparece nas produções da época. Pode-se fazer, hoje, uma interpretação dessas idéias e projetos também pela percepção de que não há qualquer menção mais explícita ao que seria a natureza ou o mundo natural. Vários são os elementos naturais utilizados nos discursos correntes. Estes, porém, comparecem como que destacados do contexto da "natureza" para serem incorporados ao mundo da "cultura", já devidamente domesticados pela ação civilizatória dos homens. Assim, a terra, os campos, os animais, muitas vezes citados são apenas "recursos" para o processo produtivo, tanto quanto o homem escravo, lavrador também o é.

A mencionada ausência da natureza na conformação dos discursos e projetos nacionais significa também que esta apenas existia com o sentido realidade conquistada, modificada, transformada ou domesticada. Em função disso, o mundo vegetal, tanto quanto o mundo mineral e animal, vão ser referidos como fonte alimentar e energética, ou de matéria prima a ser processada. Quando se busca a fala dos especialistas na questão agrícola, verifica-se, ao contrário, a recorrência à representação de natureza em todo o discurso, até mesmo para traduzir, no seu domínio, o que seja a sua concepção do progresso desejado para o Brasil.

O que se quer destacar é que estes especialistas que falavam ao mundo rural por meio das revistas e dos almanaques, ditando regras e disciplinando procedimentos, não apenas tinham conhecimento desses projetos, e idéias, como também estavam imersos neste mesmo ambiente cultural, respiravam os mesmos "ares abolicionistas e republicanos" de então. Em meio a este contexto, e influenciados por ele, estruturaram a sua participação no complexo e novo jogo de relações políticas que se estabelecia. Deste modo, os temas relacionados ao "progresso do Brasil pela agricultura" ganham espaço, passam a ser tratados com a autoridade da ciência.

Mas, é na relação *solo/clima/planta* que se instala a questão tecnológica na agricultura brasileira do início do século. Nesta discussão, as posições de então tendiam à polarização: de um lado, aqueles que acreditavam que o desenvolvimento

brasileiro, ou o "*progresso da Nação*", para ser fiel à terminologia da época, seria decorrente de um intenso processo de modernização agrícola, único meio possível.

De outro lado, encontram-se aqueles que defendiam o uso de alternativas técnicas, que levam em conta a degradação do meio ambiente provocada por práticas agrícolas correntes e pretendem resguardar a reprodutividade da natureza a longo prazo. O conhecimento científico disponível e o aprimoramento dos métodos de observação permitiram aos agrônomos do início do século a construção de uma visão sobre o sistema agrícola que já incorporava, com muita solidez, o entendimento de que profundos impactos sociais e ecológicos seriam provocados pelo desejado padrão de modernização do campo.

Evidentemente, isto não impediu que muitas técnicas agrícolas fossem recomendadas e altamente empregadas, contradizendo o conhecimento disponível à época sobre a relação entre solo/clima/planta, ou, de outro modo, cedendo a pressões políticas, econômicas e institucionais pautadas pelo interesse mais imediato e de maior rentabilidade aparente na produção.

Esse conhecimento, em parte decorrente da microbiologia do solo e da fisiologia vegetal nascentes, era sobretudo resultante de saberes, acumulados pelos agricultores, advindos da prática agrícola tradicional, baseados essencialmente em processos de observação e de experimentação sistemática. Não se pode desconhecer que um dos meios que permitiram o avanço do conhecimento agrônomo foi justamente a busca de explicação científica para fenômenos observados pelos agricultores.

A despeito disso, o desejo de adaptação do sistema de produção agrícola às exigências de mercado fez com que se privilegiasse a adubação química e basicamente se abandonasse a adubação orgânica e não faltaram adeptos do "*moderno sistema*" a divulgar os "*benefícios*" desse procedimento. Divulgava nesse sentido que a fertilização adequada consistia na reposição, a cada safra, das substâncias extraídas do solo com as culturas.

Trabalhar no sentido de *dominar a natureza*, procurando a todo o custo manter rendimentos elevados: este era o lema que parecia se impor à atividade agrícola, comprometida com o ideal de *progresso da nação*. E uma das principais formas de lutar contra a natureza foi, sem dúvida, a prática da monocultura, tão combatida pelos agrônomos em todas as épocas.

A introdução de fertilizantes químicos e, mais tarde, dos pesticidas, porém, parecia mais rentável e mais simples para o agricultor, na busca de soluções para os problemas causados pela degradação do solo e pelas doenças. Assim, parecia ser possível manter-se a rentabilidade da produção sem os pesados trabalhos requeridos pela rotação de culturas. Daí pode-se entender o sucesso que obteve a agroindústria química.

O que se deseja ressaltar aqui é que a ciência agrônômica, cuja base científica parece estar no desenvolvimento da química, face à ligação histórica desta disciplina ao seu desenvolvimento, já assegurava um tal nível de conhecimentos que fazia com que as práticas agrícolas então recomendadas fossem compatíveis em grande parte com o que hoje recomenda a agricultura chamada ecológica. O avanço descomedido de práticas degradantes deveu-se muito mais aos complexos interesses econômicos que se instalavam para os quais muito concorreu a institucionalização da extensão rural. Como procurei demonstrar, a história da extensão rural se confunde com a história da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa – ESAV, hoje Universidade Federal de Viçosa.

A criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, em Viçosa, Minas Gerais, viabiliza o projeto extensionista implantado no país, a partir de 1948. Estruturado no interior da então Universidade Rural de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Viçosa, o *Departamento de Educação Rural*, criado em 24 de março de 1939, propunha-se associar o ensino e a pesquisa aos trabalhos de difusão educativa, baseada nos métodos dos *Land Grant Colleges*. É portanto, uma primeira iniciativa rumo à institucionalização, no âmbito do ensino formal, do que veio a constituir a extensão rural

Deste modo a ESAV, desde 1931, data de formatura de sua primeira turma de agrônomos, vem produzindo profissionais basicamente de acordo com o mesmo tipo concebido originalmente: conscientes de que a agricultura praticada "*empiricamente*" era fruto da "*imprevidência*", que saqueia os solos e que esta é a "*causa da miséria e do desespero que castigam os rurícolas*"; de que "*Ciência e prática*" e "*Aprender fazendo*" além do lema "*Estudar, Saber, Agir e Vencer*" são os motes constantes da instituição onde formaram e devem se transformar em lemas de suas vidas profissionais; conscientes, enfim, de sua competência para concretizar o projeto de transformação da sociedade rural tradicional por meio do progresso técnico advindo dos avanços da ciência. Além disso, politicamente de acordo com os fundamentos ideológicos do Estado e inteiramente convictos da legitimidade de suas políticas sociais, sobretudo as educacionais e as agrícolas.

Assim, imbuída do "*espírito esaviano*", a Escola constituiu historicamente o espaço privilegiado do pragmatismo e do experimentalismo pedagógico, gênese das primeiras iniciativas de extensão rural no Brasil.

Outro aspecto relevante na configuração do tipo "*esaviano*" foi, sem dúvida, a influência marcante do modelo americano dos "*Land Grant Colleges*" na organização da Escola, influência esta revitalizada permanentemente pela presença na Escola de inúmeros professores/diretores americanos – e de suas famílias – e, sobretudo pelo Convênio celebrado entre a USAID, por intermédio da Universidade de Purdue, Indiana e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, em 1958. Esse convênio possibilitou a professores da Escola a complementação de sua formação acadêmica, em cursos de pós-graduação, nas universidades americanas e a conseqüente geração da pós-graduação na própria Escola.

Por esta via é que se consolidou o modelo pedagógico adotado pela Escola e que veio a se configurar paradigmático para outras instituições congêneres, até os dias atuais.

A primeira experiência de extensão, porém, deu-se no município paulista de Santa Rita do Passa Quatro, a partir de 1948, alguns anos após a criação do *Departamento de Educação Rural*, anteriormente mencionado. O estudo prévio dos problemas da agricultura revelou ser necessária a provisão de forragem para o gado leiteiro, no período de estiagem. Para orientar os criadores na construção de silos-trincheira, foi desencadeado um processo de motivação, à base de demonstração, com trabalhos cooperativos, envolvendo recursos dos próprios agricultores, de firmas locais e da Prefeitura Municipal, com assistência técnica da Associação Internacional Americana – AIA e a cooperação do Governo Estadual, por meio das Secretarias de Agricultura e de Saúde. Esses trabalhos cooperativos estenderam-se a outros setores e abrangeram também o município de São José do Rio Preto.

Em face do sucesso dos mencionados trabalhos cooperativos nas duas localidades, a entidade privada americana AIA manifestou seu interesse em colaborar na criação de um serviço permanente de extensão rural. Sendo também do interesse da Universidade Rural de Minas Gerais constituir um centro de apoio à implantação e futura expansão do serviço de extensão rural, Minas Gerais foi assim o Estado escolhido para o lançamento do programa.

Um convênio entre o Governo de Minas e o AIA foi então assinado em 06 de dezembro de 1948, criando a Associação de Crédito e Assistência Rural. A ACAR iniciou suas atividades em janeiro de 1949, contando com apoio de vários especialistas em extensão agrícola e economia doméstica, cedidos pelo AIA, para treinar técnicos brasileiros e assessorar o processo de implantação do programa de extensão.

A partir da fundação da ABCAR, em 1956, o processo de crescimento do Sistema Brasileiro de Extensão Rural contou com um propósito constante de integração, articulando-se com órgão público e outras entidades.

O decreto nº 58.382, de 10 de maio de 1966, determinou que as atividades de Extensão Rural, em todo o País passassem a ser coordenadas pelo Ministério da Agricultura, por meio do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário – INDA, e executadas pela ABCAR e pelas associações estaduais a ela filiadas. Formalizou-se também o critério de compatibilização dos programas extensionistas com os planos do Ministério da Agricultura, que, desde 1958, já mantinha convênio com a ABCAR, atribuindo a esta e às suas filiadas a execução das atividades de Extensão Rural. Dessa forma, os recursos orçamentários foram garantidos para atender ao custeio das atividades da ABCAR, que assumiu a função de dirigir e representar o Sistema, perante aqueles órgãos. O Sistema ABCAR passou a representar um complexo de entidades estruturadas em integrar as técnicas de Extensão Rural, no processo de desenvolvimento global, criando condições de aceitação pública e viabilidade à programação do Governo. No período de 1975 a 1985, ocorre a transformação do sistema com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER e das empresas públicas EMATER em todos os Estados da Federação. Em 1985, é proposta a extinção da EMBRATER. Esta extinção, porém, somente veio ocorrer em 1990. Com essa medida, a coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER foi atribuída à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Posteriormente foi delegada ao Ministério da Agricultura, particularmente ao seu Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER.

Mas, o que vem a ser o paradigma da extensão rural? Enquanto uma prática social tão somente, ela pode ser vista em seus aspectos técnicos e compreendida na eficácia de seus métodos. Como realidade de sentido, ela engloba um conjunto de valores e convicções que corresponde a uma antecipação, uma utopia. Solidários à prática desenvolvida, esses valores e conceitos são mais que a razão da busca por determinados efeitos. São a expressão de desejos e falam dos movimentos de mudança que procuram construir.

Estando assim integrados ação e antecipação no seu exercício, a extensão rural é também central no estudo das disciplinas agrárias porque revela o seu “estado da arte”. Conforme busquei esclarecer, desde a sua origem, a extensão rural se estrutura e se desenvolve influenciando diretamente as bases do conhecimento das chamadas ciências agrárias, tanto quanto se permite influenciar por estas. É um termômetro preciso para medir também o movimento do seu campo intelectual, no sentido da sua gênese, com a confluência e treinamento dos primeiros profissionais da agronomia; a consolidação, com a estruturação de disciplinas e cursos de pós-graduação que vão gerando seus próprios quadros de profissionais e institucionalização, quando o serviço ganha reconhecimento social, estrutura-se fora do ambiente acadêmico e se fortalece como estatal. Ela foi informativo-persuasivo-instrutiva, quando se pretendia o desenvolvimento econômico. Passou à condição assistencialista e compensatória, pretendendo ser dialógica, quando se antecipava o desenvolvimento econômico-social. Tornou-se mais discursiva e confusa, querendo ser participativa, quando se construía o desenvolvimento rural integrado. Deparou-se com seus limites quando o conhecimento das ciências agrárias permeou-se das ciências ambientais e se pretendeu o desenvolvimento sustentável. A trajetória da extensão rural é de certo modo a trajetória da categoria *desenvolvimento* no contexto do pensamento científico. Durante pelo menos três décadas, foi a utopia do desenvolvimento que ordenou sua prática, compreendendo o ambiente como acesso inesgotável dos recursos necessários ao processo produtivo. No momento em que o pensamento científico se abre para perceber o equívoco da negação da representação de *ambiente* na utopia desenvolvimentista, tem-se a constatação de que negou-se também a representação de *homem*, compreendendo o produtor rural, o outro relacional na proposta extensionista. Assim a extensão se aproxima finalmente da pesquisa, com a condição de construção partilhada do conhecimento, permitindo a visibilidade necessária do produtor rural como co-produtor do conhecimento científico. É o momento de ruptura tanto do paradigma quanto do campo intelectual para permitir a interdisciplinaridade nas ciências e a reorganização, agora mais equilibrada, entre as representações de homem, ambiente e desenvolvimento.

A extensão rural caminhou do *desenvolvimento* a qualquer custo, para a sustentabilidade do meio ambiente. Partiu do entendimento de desenvolvimento como progresso, admitiu a supremacia do econômico na sua concepção; pretendeu suavizar a imposição do desenvolvimento econômico com a incorporação no discurso da dimensão social, perdeu-se na idéia de um desenvolvimento rural integrado; teve de reconhecer limites a esse desenvolvimento com o conceito da sustentabilidade. Tornou-se assim um pouco mais comprometida com a conservação do meio ambiente. E ao assumir a supremacia da representação de *meio ambiente*, a extensão rural tende a "humanizar-se". Isto significa, antes de tudo, a substituição da postura padrão de *dar a conhecer* por outra de *admitir o pensar*. Significa reconhecer a inutilidade de uma ação que pretende resultar na apropriação de um saber já estabelecido. Por outro lado, admitir o pensamento do outro pressupõe tomar esse outro como sujeito de seu próprio processo de aprender. E assim, reduzida na sua condição primordial de levar ao produtor o conhecimento tecnológico capaz de lhe permitir o domínio sobre a natureza, a extensão rural anuncia e experimenta a sua morte.

A constatação de ruptura do paradigma da extensão rural coincide com a percepção de que profundas alterações tem acontecido na realidade rural do país. Ao que parece, são estas transformações também responsáveis pela imposição de mudanças ao modelo extensionista, levando a ruptura do seu paradigma. A emergência de um consumidor preocupado com a saúde e com o que consome tem impulsionado mudanças significativas, ainda que localizadas, no meio rural. Um conjunto de informações acerca do seu perfil é rapidamente considerado na reordenação das estratégias de venda e de produção das grandes empresas. Assim, as grandes empresas dispõem de mecanismos eficazes para rapidamente captar as novas tendências do mercado, repassando-as aos setores da produção e forçando alterações no seu padrão. Isso vai desde a produção de determinados produtos, cuja composição seja adequada a essas novas tendências, passando pela embalagem, até o lançamento de novos produtos.

A exemplo disso, verifica-se o considerável crescimento do mercado dos produtos orgânicos no país. Mas, a chamada produção orgânica, livre dos agrotóxicos, dos transgênicos, de tudo o que pode ser associado ao padrão de produção disseminado pela *Revolução Verde*, guarda também a possibilidade de congregação de pelo menos dois grupos de agricultores. O primeiro, é composto por aqueles que a adotam simplesmente pela margem maior de lucro na produção, em razão da colocação do produto no mercado com um valor significativamente maior do que os similares produzidos em condições tradicionais. Para estes produtores, a produção orgânica não implica em mudanças substantivas na sua forma de ver o mundo, apenas se beneficiam de melhor colocar o seu produto no mercado pela condição de produzir sem o auxílio dos agroquímicos. Já o segundo grupo, incorpora os adeptos da agricultura sustentável. Sua proposta de produção agrícola baseia-se na crítica ao processo tecnológico que se concentra na planta, o que é para estes uma postura puramente sintomática: preocupa-se em controlar e extinguir os sintomas, desconhecendo que suas causas são derivadas do solo. Baseando-se na busca dos equilíbrios naturais destruídos, recomenda o trato do solo, não mais como essencialmente químico-mecânico, mas biológico-físico.

O que a base conceitual do chamado desenvolvimento sustentável representa parece indicar uma mudança considerável na relação entre sociedade e natureza está entendida como meio ambiente, ou seja, o meio físico que engloba a sociedade e permite a sua atuação. Desenvolve-se uma consciência coletiva de que os problemas ambientais provocados pelo modelo de desenvolvimento tecnológico atual, baseado na intensidade do uso de produtos químicos e em processos degradantes de exploração dos recursos naturais é de responsabilidade também coletiva. A consciência da responsabilidade coletiva sobre ações que afetam o meio ambiente, levou ao estabelecimento, do conceito de desenvolvimento sustentável que envolve o reconhecimento de que meio ambiente e desenvolvimento são as duas faces da mesma moeda.

Mas, o meio rural tem-se transformado. Há indícios de um crescimento notável das atividades não-agrícolas no meio rural, como alternativas econômicas às atividades agrícolas. Neste sentido, destacam-se as atividades ligadas ao turismo rural e ecológico, lazer, descanso, emprego doméstico, indústria da construção, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país. O que se verifica também é que grupos sociais localizados em regiões tidas como produtivamente inviáveis e dotada de precários recursos naturais, marginalizados social e economicamente, portanto, estão conseguindo se reerguer produtivamente.

Com certeza persistem as condições de desigualdade social, uma estrutura fundiária ainda bastante concentrada, precárias condições de vida em grande parte das comunidades rurais. A grande maioria dos chamados pequenos produtores, ou produtores familiares, organizados em suas cooperativas ou associações, estão muito longe de se beneficiarem do atual momento de liberação da economia e de grande dinamismo da agropecuária. Seus recursos são insuficientes, há falta de infra-estrutura e capacidade de gestão, levando-os a vender antecipadamente e a preços baixos, a sua pequena produção. Como é pequeno o excedente para comercialização, seu poder de barganha é também bastante reduzido, o que os faz prisioneiros dos intermediários e sem condições de reter a poupança gerada. Os preços que praticam não correspondem necessariamente aos investimentos realizados ou ao esforço produzido, provocando a transferência de renda para os setores de maior poder econômico. Outros problemas identificados são a falta de informação, a inadequação dos instrumentos de extensão agrícola e capacitação, os limitados conhecimentos que os impedem de adquirir os insumos adequados e adotar práticas produtivas alternativas, com maior produtividade.

Como procurei caracterizar, a despeito das condições adversas enfrentadas pelos agricultores familiares, e até mesmo por elas e suas conseqüências notáveis sobre o uso abusivo dos recursos naturais, a partir das últimas décadas, são identificados no meio rural projetos especiais que buscam qualificar o desenvolvimento econômico, atribuindo igual ou maior importância aos seus aspectos sociais, culturais e

ambientais; garantir melhoria na qualidade de vida, distribuir eqüitativamente seus resultados e assegurar a solidariedade entre as gerações presentes e futuras, com a custódia dos recursos naturais. Partindo do reconhecimento de que a lógica do capital que consagra as grandes desigualdades sociais é também responsável pelos profundos desequilíbrios ambientais atualmente verificados, entendem que pobreza e exclusão social são também problemas ambientais.

São comportamentos que começaram a se esboçar no final da década de 70, partindo da discussão da conservação ambiental e da sustentabilidade. As organizações ambientalistas com atuação no meio rural atingiram seu auge nas décadas de 80 e de 90. As Organizações Não-Governamentais – ONGs, entidades sem fins lucrativos, vêm-se, consolidando no país, com objetivos, tamanhos e modelos diversos. Um grupo particular dessas organizações é identificado por sua postura de defender um desenvolvimento sustentável: a favor da vida e de sua diversidade, pelo uso racional dos recursos naturais. Para atingir seus objetivos, essas ONGs atuam na cidade ou na zona rural, trabalhando com pequenos grupos sociais no desenvolvimento de programas de capacitação e de organização. Pela natureza de seu trabalho, essas organizações buscam identificar e analisar as causas dos problemas sociais, apontar soluções, construindo modelos de intervenção, e ajudando a população a assumir seus interesses. Assim, em grande parte pela atuação das ONGs, retoma-se a discussão da viabilidade econômica e ambiental do extrativismo, tanto na Amazônia, como no Cerrado e na Mata Atlântica; reinstala-se a preocupação com o manejo florestal, ou seja, a exploração ordenada da madeira, através do planejamento dos objetivos e de produção que permitam a sustentabilidade da área a ser explorada e manejada; promove-se a preservação da cultura indígena e, conseqüentemente, a conservação do ecossistema correspondente.

A atuação das ONGs tem sido favorecida também pela nova estratégia, adotada pelo governo de se retirar da condição de promotor direto de políticas sociais universais, e de promover programas sociais focalizados – como é o caso do Programa Comunidade Solidária – terceirização de organizações estatais com fins sociais, e o

estímulo a formas privadas de atendimento, especialmente na área de saúde, educação e previdência social. A política de redução da máquina administrativa do Estado brasileiro visando torná-lo mais eficiente, por meio de sistemas e instrumentos de gestão mais modernos, tem levado ao processo de transferência às empresas e ao chamado *Terceiro Setor* parte substancial da provisão de recursos e serviços sociais.

Mas, o que vem a ser agricultura familiar e que implicações acarreta para o contexto das mudanças verificadas no meio rural? De início é preciso lembrar que, coerente com a história da agricultura no Brasil, a história do campesinato brasileiro é marcada pela dominação social, política e econômica da grande propriedade, pela escravidão e pela existência de grande quantidade de terras livres e passíveis de serem ocupadas. A constituição de comunidades camponesas no Brasil se fez de forma estruturalmente precária, sem que fosse possível o desenvolvimento de todo o potencial do correspondente sistema de produção.

Durante muito tempo, o compromisso com as gerações futuras impôs aos camponeses uma grande mobilidade espacial, com prática da agricultura itinerante e com sistema precário de posse da terra. Submetendo-se à instabilidade provocada pela seca da caatinga, dependendo dos insuficientes resultados do trabalho no próprio sítio ou completando a renda, trabalhando em propriedades alheias, os camponeses lutam pelo acesso ao mercado, algumas vezes vencem, muitas vezes perdem. Seu objetivo é desenvolver atividades que sejam rentáveis e que lhes assegurem estabilidade. Para tanto, buscam o acesso à uma atividade mercantil e, a partir desta, aprimoram o autoconsumo, assegurando melhores padrões alimentares para si e sua família. Este duplo propósito, de acesso ao mercado e garantia do consumo, é fundamental para a constituição do “*patrimônio sócio-cultural*”, do campesinato brasileiro.

Historicamente, porém, a busca de realização desse objetivo levou muitos agricultores a constantes e sucessivos deslocamentos espaciais. Migrar significa caminhar com a esperança, mas pode resultar em fracasso. A fronteira agrícola, no interior do país,

foi a condição de autonomia para os agricultores de manutenção do seu modo de vida. Mas, a fronteira também é condição que provoca a exclusão social.

Pela sua própria natureza, a unidade de produção camponesa é a força de trabalho da família proprietária. Muitas vezes, os agricultores familiares empregam o trabalho assalariado, outras desenvolvem a prestação do sistema de mutirão. O trabalho assalariado é necessário em função da demanda sazonal característica da atividade agrícola e se restringe a ela. Além disso, o trabalho externo é muitas vezes, uma necessidade estrutural: trata-se de uma complementação da renda necessária para a reprodução da família e do estabelecimento familiar. Por outro lado, ampliando a força de trabalho por meio do emprego de trabalhadores externos, a família aumenta sua capacidade produtiva em outras fases do processo de produção. Deste modo, o trabalho familiar é mantido, uma vez que os membros da família continuam envolvidos no trabalho do estabelecimento familiar, em funções e tarefa agora divididas com a força de trabalho adicional. Não importa, portanto, qual é a atividade econômica desenvolvida ou se, eventualmente, esse trabalho é realizado com o auxílio de outros empregados.

Como procurei demonstrar, a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas é obrigada a realizar modificações importantes em sua forma tradicional de produzir e de viver socialmente, em um esforço imperioso de adaptação. Permanecem, porém, como insuperáveis as condições de ser proprietária dos meios de produção, e de assumir o trabalho no estabelecimento produtivo. Dentro disso, a fidelidade à tradição do campesinato é assegurada uma vez que são mantidos o sistema de policultura-pecuária, o compromisso de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho pela geração atual, deve ser legado à geração seguinte, como garantia de sua sobrevivência e, ainda, a autonomia relativa da vida social.

A uma grande sociodiversidade do homem do campo corresponde igualmente uma razoável quantidade de formas de trabalho de assistência a esses homens social e culturalmente determinados. Isto significa que o meio rural está mudando,

também pela emergência de múltiplos olhares na construção, com as comunidades de agricultores, das trajetórias sociais possíveis no enfrentamento das relações entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

Conforme busquei esclarecer, na movimentação dos segmentos sociais envolvidos, percebe-se o compromisso com a constituição do fundamento para a construção de um modelo próprio de desenvolvimento, em que são respeitados os recursos da natureza e os valores culturais, além de serem redimensionados e ampliados os processos produtivos. Percebe-se também que nesse processo, rompe-se com o modelo de modernização conservadora, com o extensionismo tradicional. E as bases do novo paradigma começam a ser delineadas. Finalmente, assume-se a sociodiversidade do meio rural, historicamente negada pela construção de expressões como “pequeno produtor”. Reconhece-se a visibilidade política da população que faz do meio rural seu lugar de vida e de trabalho.

Como procurei caracterizar, a vida acadêmica e a formação profissional do extensionista rural, no Brasil, durante a vigência do paradigma – da década de 50 ao início da década de noventa – esteve sob a influência das relações acadêmicas desenvolvidas em centros que vieram a compor o núcleo produtor do conhecimento nessa área. Porém, muito se destacou a atividade dos centros de extensão rural nesse processo. Assim é que, no momento do lançamento das bases para o novo paradigma, o que fala mais alto é a experiência do convívio interdisciplinar permitida pelo trabalho de campo; é a constatação do efeito de muitas decisões tomadas ao longo de décadas, tanto por comunidades de agricultores em situações bastante diferenciadas, quanto por instituições dotadas do poder de gerir os recursos públicos.

Mas, a movimentação do campo intelectual na construção de um novo paradigma é percebida também, e intensamente, na geração de mecanismos de formação dos seus integrantes, na distribuição das condições acadêmicas necessárias à sua reprodução e atualização. A definição e a organização de conjuntos de questões

obrigatórias que caracterizam o campo intelectual em torno das relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento têm levado ao surgimento de muitos cursos nas universidades brasileiras, em todos os níveis, além da realização de numerosos eventos, como seminários, conferências que permitem ao campo uma intensa atividade.

De volta, pois, ao ano de 2001, pode-se perceber que o meio rural brasileiro passa por profundas transformações sociais e econômicas. Tradicionalmente, no Brasil, construiu-se um modo urbano de abordá-lo, contrapondo-o ao moderno, ao industrializado. Isto fez com que se consagrasse um processo de invisibilidade do chamado homem do campo, somente agora rompido pela emergência das condições favoráveis a uma maior participação política de sua população, com destaque para os movimentos sociais. Além disso, o meio rural se impõe pela necessidade de um uso sustentável dos recursos naturais.

Nas regiões mais afastadas do país muitos agricultores familiares diversificam as suas fontes de renda, estando suas famílias envolvidas em trabalhos internos ou não ao setor agrícola, como meio de aumentar a renda familiar e amenizar os riscos inerentes à produção agropecuária.

Está em curso no país o processo de reforma agrária⁸⁷, fruto também da reivindicação dos trabalhadores rurais e de outros segmentos sociais que entendem ser esta uma exigência para o desencadeamento de um processo de mudança social, política e econômica que assegure a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social.

⁸⁷ Anunciado em 30 de março de 2000, o novo projeto de reforma agrária, proposto pelo Governo Federal, prevê a integração dos créditos PROCERA e PRONAF, barateando os recursos para o agricultor; a descentralização da reforma com a participação de estados e municípios; mudanças nas fórmulas de acesso à terra; além de se preocupar com a sustentabilidade do processo que passará agora a computar as famílias provenientes de assentamentos que já estariam habilitadas a ser transferidas para o sistema de agricultura familiar.

De acordo com o que procurei demonstrar, a reforma agrária é um processo essencial para a constituição do que tem-se chamado de o *novo rural*. Para tanto, ela deve combinar atividades agrícolas e não agrícolas, respeitar as estruturas socioeconômicas e as condições ambientais de cada lugar. Deste modo, a definição das atividades produtivas a serem desenvolvidas pelos assentados deve se dar na esfera local, respeitando os valores, os saberes e a cultura da comunidade.

A reforma agrária só terá sucesso se for um processo desenvolvido com o compromisso de melhorar a qualidade de vida dos assentados, viabilizar oportunidades de renda, e acima de tudo o exercício consciente da cidadania. Com isto, estará consagrando a existência de cidadãos que vivem e trabalham no mundo rural, o que implica a participação das diferentes representações sociais, especialmente dos trabalhadores rurais, os principais interessados.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Documentais

– Fontes em microfilmes

Almanaque Capivarol, 1959 (ano 40) Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanaque Capivarol, 1960 (ano 41) Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanaque do Biotônico, 1931. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanaque do Biotônico, 1937. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanaque do Biotônico, 1938. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanaque do Biotônico, 1939. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanaque do Biotônico, 1972. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanach Agricola Fluminense, 1898. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanach Agricola Fluminense, 1900. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanaque Rural para o Rio Grande do Sul, 1950. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanaque da Saúde para 1930, 1930. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanaque da Revista A casa do Lavrador, 1913. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanak Agrícola Brasileiro, 1916. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Almanack Agrícola Elekeiroz, 1935. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais – Primeiro Anuario, 1927. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Auxiliador da Indústria Nacional, no ano de 1833. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Auxiliador da Indústria Nacional, no ano de 1834 Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Auxiliador da Indústria Nacional, no ano de 1837. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O Auxiliador da Indústria Nacional, no ano de 1846 Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

AGOSTINI, Ângelo. **Revista Ilustrada**. Rio de Janeiro. 1876 - 1881

LOBATO, Monteiro. **Idéias de Geca Tatu**. São Paulo: Editora Revista do Brasil, 1919.

LOBATO, Monteiro. *Velha Praga*, O Estado de São Paulo, 1914.

LOBATO, Monteiro **Problema Vital**. São Paulo: Editora Revista do Brasil, 1918.

– Fontes eletrônicas

Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior – CAPES.
www.capes.gov.br

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Diretório de Pesquisa. www.cnpq.gov.br

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, Ministério de Desenvolvimento Agrário. www.nead.gov.br

Associação Brasileira das Organizações não Governamentais. www.abong.org.br

Associação dos Pequenos agricultores do Estado da Bahia – Município Valente.
www.apaeb.org.br

– Fontes impressas

ABCAR, **Seminários Para Secretários Executivos do Sistema Brasileiro de Extensão Rural. Análise dos Objetivos da Extensão Rural**. Goiânia, ABCAR, 1971. 10 p. documento n° 2.

ABCAR, Sistema de Extensão Rural. **Plano Nacional de Extensão Rural para 1969**. 120 p.

ABCAR. **A Extensão Rural no Brasil**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1970.

ABCAR. **Avaliação do Plano Diretor 1961-65**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1968.

- ABCAR. Divulgação da Extensão Rural. Rio de Janeiro, ABCAR, 1967. 31 p.
- ABCAR. Extensão Rural: Tema do Encontro Nacional de Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários. (Mobilização da Produção). Brasília: ABCAR, 6 a 12 de agosto de 1967.
- ABCAR. Plano de Trabalho do Sistema Brasileiro de Extensão Rural para 1968. Rio de Janeiro: ABCAR, 1968.
- ABCAR. Plano Nacional de Extensão Rural: Programação 1971. Rio de Janeiro: ABCAR, 1971
- ABEAS. Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior. Sustentabilidade: Considerações sobre a modernização e fortalecimento da extensão rural/ Carlos Júlio Jarh – Brasília: ABEAS, 1996.
- ACAR – Pará. Projeto Tacajós: Extensão Rural. Belém: Acar-Pará, 1973.
- ACAR. Minas Gerais. Relatório 1947/1948. Belo Horizonte, 1948.
- ACAR. Minas Gerais. Relatório 1950/1951. Belo Horizonte, 1952.
- ACARPA. Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná. Plano de expansão da extensão rural no Paraná. Curitiba: ACARPA, 1972.
- ASBRAER. Seminário Nacional Extensão Rural rumo ao 3º milênio. Brasília: ASBRAER, 1994.
- BANCO MUNDIAL. Brasil: O gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais. Volume I. Relatório 11738 – BR. Divisão de Agricultura e Meio Ambiente. 27 de maio de 1993.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Primeiro Relatório para a Conservação sobre Diversidade Biológica do Brasil. Brasília: MMA, 1998.
- CAMPOS, Milton (Governador do Estado de Minas Gerais) "*Mensagem à Assembléia Legislativa*", Belo Horizonte, 1947.
- EMATER – SE. PROATER: Programa de assistência Técnica e Extensão Rural – 1981/83. Aracaju: EMATER-SE, 1981.
- EMBRATER. Extensão rural, desenvolvimento e democracia. Alguns pronunciamentos do Presidente da Embrater, Romeu Padilha de Figueiredo. Brasília: EMBRATER, 1986.

EMBRATER. Supervisão nos serviços de extensão. 2 ed. Brasília: EMBRATER, 1980.

ESTADO DE MINAS GERAIS Lei 761 de 06/09/1920

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, sexta feira, 06 de agosto de 1975. Edição Comemorativa aos *Cem anos de Arthur Bernardes*. Arquivo Público Mineiro.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável – Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, Brasília: FAO/INCRA, novembro de 1994.

Folha de São Paulo, 1994, 1995, 1996, 2000, 2001-03-15 (arquivos)

Gazeta Mercantil/Grande São Paulo, de 14 de Fevereiro de 2001

IBGE *Censo Agropecuário 1995/96*. Brasília: IBGE, 1996

IBGE. *Censo 2000. Dados Preliminares*. Brasília: IBGE, 2001.

IBGE. *Contagem da População*. Brasília: IBGE, 1996.

IICA/CATIE *El Desarrollo Sostenible, una Guia sobre Nuestro Futuro Comum, Informe de la Comisión Mundial sobre Medio Ambiente y el Desarrollo, 1988*.

Isto é, 1995 (arquivos)

Jornal do Brasil, 1995 (arquivos)

MINAS GERAIS. Coletânea de Leis e Decretos. Imprensa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1922. Arquivo Público Mineiro.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL. Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília: MDR, 2000.

MST. *“Elementos da História do MST”*. São Paulo: MST, 1996.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA / FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília: INCRA/FAO, Março de 2000.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAES. Estatutos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes. Sede em Viçosa. Aprovados pela Congregação em 15 de fevereiro de 1929. Arquivo Público Mineiro.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAES. Estatutos da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Geraes. Sede em Viçosa. Aprovados pela Congregação em 15 de fevereiro de 1930. Arquivo Público Mineiro.

UnB. (Incrá/Crub) *1º Censo da Reforma Agrária - Dossiê Questão Agrária.1997*. São Paulo:USP. Estudos Avançados 11(31), 1997.

UNESCO. Contribucion a la educacion agricola em America Latina: Seminários de Costa Rica (1970) y de Colombia (1970). Montevideo: Oficina de Ciências de la UNESCO para América Latina, 1971

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. 1º Encontro sobre o ensino de Ciências Agrárias no Brasil. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1970.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. UFV Informa: conheça toda a história da Semana do Fazendeiro. Viçosa: Imprensa Universitária, junho de 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Catálogo Geral. 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982 e 1983. Viçosa: Imprensa Universitária.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Catálogos de Graduação 1988/1989. Viçosa: Imprensa Universitária, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Relatório da 60ª Semana do Fazendeiro*. 18 a 22 de julho de 1988. Viçosa: UFV, 1988

UNIVERSIDADE RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Escola Superior de Agricultura: origem, desenvolvimento, atualidade. Viçosa: Imprensa Universitária, 1968.

USA. International Cooperation Administration. Using Visuals in Agricultural Extensions Programs. 1950.

Workshop Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, Brasília, de 24 a 28 de novembro de 1997. Documento básico.

Autores Citados

- ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizizes do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALMEIDA, Joaquim Anecio. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: ABEAS, 1989.
- ALVES, Eliseu. **Pobreza rural no Brasil: desafios da extensão e da pesquisa**. Brasília: CODEVASF, 1988.
- AMORESE, Rubem Martins. **Comunicação participativa como prática cultural: um enfoque para extensionistas**. Brasília: EMBRATER, 1984.
- AMORESE, Rubem Martins. **Extensão Rural Participativa? O caso do Projeto teletensão rural para o Médio Amazonas**. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília – Departamento de Comunicação, 1982.
- ANJOS, Ery Euzébio dos. **The influence of the United States in the Development of sociology and rural sociology in Brazil, 1920-1960**. The Ohio State University, 1984, mimeografado.
- APEL, K. O “*La comunidad de comunicación como presupuesto trascendental de las ciencias sociales*” in **La transformación de la filosofía**. Tomo II. Madrid, Tauros, 1985.
- ARAÚJO, José Geraldo Fernandes e outros. “*A Extensão rural no desenvolvimento da agricultura brasileira - Da origem à EMBRATER*”. Viçosa: UFV, 1978 - mimeografado.
- ARMANI, Domingos. “*Breve mapa do contexto das ONGs brasileiras*.” UNISINOS, s/d. Mimeo.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford University Press, 1962.
- BELTRÁN, Luiz Ramiro S. **Anotações para um diagnóstico da comunicação social na América Latina: a persuasão em favor do status quo**. Comunicação Rural – Textos Técnicos nº 7. Brasília/DF: Ministério da Agricultura, Equipe de Informação Agrícola. 1971.
- BENOR, Daniel. e Harrison, James Q. **Agricultural Extension: The training and visit system**. Washington, D.C.: World Bank, 1977.

- BIASI, Carlos Antonio Ferraro. **Considerações sobre o uso de textos de instrução programada em metodologia de extensão rural para pré-serviços.** Curitiba: Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA, 1977.
- BICCA, Eduardo F. **Extensão Rural: da pesquisa ao campo.** Guaíba: Agropecuária, 1992.
- BORDENAVE, Juan Dias. **“O que é comunicação rural”.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *“O campo científico”* in **Pierre Bourdieu** - Grandes Cientistas Sociais n° 39. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1974.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 1982. (Biblioteca de Educação).
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964.
- CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior no Brasil.** Viçosa, UFV, 1991.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Ensaaios antropológicos sobre moral e ética.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** 2ª edição. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- COSTA, M Vaz. **Extensão Rural.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Agronomia, 1982.

- CROSBY, E. M. **Extension work in Brazil and suggestions for its further development.** A thesis presented to the Faculty of the Graduate School of Cornell University for the Degree of Doctor of Philosophy. (Facsimile printed by microfilm/xerography on acid-free paper in 1986 by University Microfilms International Ann Arbor, Michigan, USA)
- DERECH, Estevo Machado. **Adoções de inovações agrícolas por concluintes de programas de capacitação de mão-de-obra rural.** (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: Univeridade Federal de Santa Maria, 1980
- DURHEIM, Émile. **Les formes elementaires de la vie religieuse.** Paris: Galimard, 1968.
- FABIAN, Johannes. **Time and the Other: How Antropology makes its object.** New York: Columbia University Press, 1983.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.
- FOLLADOR, Renato. "*Extensão rural I.*" Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias – Colpasca, 1980a. (mimeo)
- FOLLADOR, Renato. "*Extensão rural II.*" Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias – Colpasca, 1980b. (mimeo)
- FONSECA, Luiz. **Subsídios para a estruturação operacional da EMBRATER.** Brasília, ABCAR, 1975. 353 p.
- FONSECA, Maria Teresa. **Extensão Rural: um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GABRIEL, Luís et alii. **A extensão rural no Brasil.** Brasília: ABCAR, 1970.
- GADAMER, H. G. **Truth and Method.** New York, Crossroad, 1982.
- GEERTZ, Clifford. "*The way we think now: To ward an ethnography of modern thought*" in **Local Knowledge** Basic Books Inc, Publishers. 1983.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro Zahar, 1978.

- GRAZIANO DA SILVA, José. "*Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil*". 1996. (mimeo)
- GRAZIANO DA SILVA, José. "*A globalização da agricultura*" in **Globalização e sustentabilidade da agricultura**. Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998
- HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Prefácio de Antônio Cândido. Coleção Documentos Brasileiros nº 1. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970**. Rio de Janeiro : Civilizacao Brasileira , 1977
- INESC. Boletim Mensal. Brasília: INESC, Jun. 1995.
- JAMISON, Dean. **Farmer education and farm efficiency**. (a World Bank research publication) Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1982.
- KALVERO Oberg. **Chonim de Cima**. Rio de Janeiro: United States Operations Mission to Brazil Printing Office. 1956.
- KELSEY, L. D e HEARN, C. C. **Serviço de Extensão Cooperativa – Cursos de Extensão**. (Tradução e adaptação de Carlos Evaristo Marques da Costa). Programa de publicações didáticas. Rio de Janeiro: Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID, 1966.
- KUHN, T. S. "Reflexões sobre os meus críticos" in **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.
- KUHN, T. S. "*Lógica da descoberta ou Psicologia da Pesquisa?*" in **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1962.
- LAMARCHE, Hughes.(coord) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

- LIMA, Roberto Kant de. "*Cultura do desperdício ou política de opulência?*" in **Raízes do desperdício.** / organização Emílio Maciel Eigenheer. – Rio de Janeiro: ISER, 1993
- MACHADO DE ASSIS, 15/03/1877 in Folha de S.Paulo, 1994.
- MACHADO DE ASSIS, 19/05/1878 in Folha de S.Paulo, 1994.
- MARTINS, José de Souza. "*As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo.*" in **Introdução crítica à Sociologia Rural.** José de Souza Martins (org) Estudos Rurais. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986.
- MARTINS, L. C. e Zatz, I. G. "*Influência das organizações de produtores irrigantes em projetos públicos : levantamento bibliográfico.*" Brasília, 1990.
- MARTINS, Luciano. "*Um mundo em transformação*" – Introdução in **A nova Ordem Mundial em questão.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.
- MASTERMAN, Margaret. "*A natureza de um paradigma*" in **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento.** São Paulo: Cultrix, 1979.
- MATA, Valter Steilen. **Um estudo sobre as atitudes do extensionista rural frente ao comportamento do agricultor.** (Dissertação de Mestrado) Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Comunicação, 1978.
- MAUSS, Marcel. **Marcel Mauss.**/ organizador Roberto Cardoso de Oliveira. São Paulo: Ática, 1979.
- MEADOWS D., **Harvesting one hundredfold – Key concepts and case studies in Enviroment Education.** UNESCO. s/d (mimeo).
- MELO, José Maria de. *Enigmas Populares* in **Novo Dicionário Aurélio: Diconário da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.
- MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MONTEIRO, Norma de Góes (org.). **Idéias Políticas de Arthur Bernardes** (cronologia e textos selecionados). Senado Federal. Brasília, 1984.

- MUSSOI, Eros Marion. **Importância de características individuais, estruturais e de comunicação, associadas ao grau de adoção de inovações em agricultura – zona do Meio Oeste Catarinense.** (Dissertação de Mestrado) Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1978.
- NEVES, Delma Pessanha. "O econômico e o familiar: interdependências, potencialidades e constrangimentos" in **Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade.** Coletânea. Aracaju: EMBRAPA – CPATC, 1998.
- OLIVEIRA, Edécio Vigna de, 1995, "Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados – Análise Preliminar: Conceito, Força e Fraqueza". **Subsídio**, 1995, nº27, INESC.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna". In **O pensamento de Oliveira Vianna** / Élide Rugai Bastos, João Quartim de Moraes (organizadores) – Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- PEIRANO, Marisa G. S. "O Encontro Etnográfico e o Diálogo Teórico". in **Anuário Antropológico - 85**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- PEIRANO, Marisa G. S. **Uma Antropologia no Plural: Três experiências contemporâneas.** Brasília: Editora UnB, 1992.
- PEREIRA, Marisa Dulce. "Clubes 4-S". Belo Horizonte, EMATER-MG, 1980 (mimeografado).
- PEREIRA-REIS, Elisa Maria. "Elites Agrárias, State-Building e autoritarismo". in **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 25 nº 3, 1982.
- PILETTI, Nelson. **História do Brasil: da Pré-História do Brasil aos dias atuais.** 12ª edição – São Paulo: Editora Ática S A
- PINAZZA, Luiz Antonio. "A questão ambiental no agribusiness" in SILVEIRA, M. A da; Vilela, S. L. de O. ed. **Globalização e sustentabilidade da agricultura.** Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998
- PINTO, João Bosco. *Extensão ou Educação: uma distinção crítica.* Lima, Peru: IICA/OEA, 1987.
- PORTELA, José Francisco Gandra. "Extensão Agrária – Conceitos Básicos". 1984 (mimeo)
- PRIMAVESI, Ana. **Agricultura Sustentável.** São Paulo: Nobel, 1992.

- RAMSAY, Jorge et alii. **Extensión Agrícola. Dinámica del desarrollo rural.** 3ª ed. Lima, Peru, IICA, 1972. 576 p.
- REBOUÇAS, André. **Agricultura Nacional: estudos econômicos. Propaganda abolicionista e democrática – setembro de 1874 a setembro de 1883.** 2ª edição. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988
- RIBEIRO, José Paulo. "Programa de Extensão". **Revista Ceres.** Viçosa/UREMG, 10 (56) jan/jun, 1957.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologia.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República.** Coleção Pensamento Político Republicano. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- ROGERS, Everett M. **La comunicación de innovaciones: um enfoque transcultural.** México [Buenos Aires]: Centro Regional de Ayuda Técnica [AID], 1974
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. "Ciência e Tecnologia na agricultura: algumas lições da história". in **Caderno de Difusão de Tecnologia.** Brasília, 4(1): 59-95, jan./abr. 1987.
- ROSENFELD Denis Lerrer. *O fórum social: progresso ou nostalgia?* Correio Braziliense de 26/01/2001.
- SACHS, Ignacy. "Estratégias de transição para o século XXI". Bursztyn, Marcel (org) **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável.** 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- SACHS, Ignacy. *Rumo à segunda revolução verde.* O Estado de S. Paulo. Sábado, 29 de abril de 2000.
- SALDARRIAGA VILLA, Misael. **Seminarios sobre extension rural: trabajo com grupos de amistad.** Bogotá: Departamento de Comunicaciones y Adiestramiento. Federacion Nacional de Cafeteros de Colombia, 1973.
- SCHULTZ, Theodore W. **Transformação da Agricultura Nacional.** Rio de Janeiro, ZAHAR, 1965. 208 p.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SCHWARTZMAN, Simon et alii. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- SILVA, Gabriel L. S. Peixoto da. **Produtividade agrícola, pesquisa e extensão rural – Evolução e determinantes da produtividade agrícola: o caso da pesquisa e da extensão rural em São Paulo**. São Paulo: IPE – USP, 1984.
- SILVA, Robson Nascimento Alves da. “*Análise da trajetória organizacional para a produção de grãos no Acampamento Nossa Senhora do Carmo: do trabalho individual ao coletivo*”. Brasília: UnB, 1997. (mimeo)
- SOUZA, Renato Argôllo de. **Influência da participação no controle de ensino sobre a aprendizagem conceptual entre produtores rurais do Amazonas**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Departamento de Comunicação, 1978.
- STOCKING, George. “*On the limits of presentism and historicism in the historiography of the behavioral sciences*” in **Race, Culture and Evolution**. The Free Press
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800/ tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TORRES, Alberto. **A Organização Nacional. Primeira Parte: A Constituição**. 4ª edição. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: Editora da Universidade de Brasília, 1982. (a)
- TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro: Introdução a um programa de organização nacional**. 4ª edição. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: Editora da Universidade de Brasília, 1982. (b)
- TOURAINE, Alain, *Começo do novo século devolve a capacidade e a vontade de agir*. Folha de São Paulo de 31/12/2000.
- VELHO, Octávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. S. Paulo, Difel, 1976. 261 p. (Corpo e Alma do Brasil).
- VELOSO, Monica Pimenta. “*A ordem: uma revista de Doutrina, Política e Cultura Católica*” in **Revista de Ciência Política**. n. 3, vol 21, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, setembro de 1978.
- VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **Globalização e emergência de múltiplas ruralidades: Reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado**. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 1999.

VON DER WEILD, Elisabeth. **Apontamentos para a história do CIRJ**. CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: CIRJ, 1977.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. "Raízes históricas do campesinato brasileiro." **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro de 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção*. 1995. Mimeo

WIRTH, John D. **Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937: O Fiel da Balança**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. 3ª. edição. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os Pensadores).

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres; colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. S. Paulo/Brasília, Hucitec/EDUMB, 1995. 336 p.